



DIÁRIO

da Assembleia da República

VI LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1993-1994)

S U P L E M E N T O

S U M Á R I O

Segurança interna:

Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre os relatórios anuais em matéria de segurança interna de 1991, 1992 e 1993	158-(2)
Relatórios anuais em matéria de segurança interna de 1991, 1992 e 1993	158-(3)

Relatório e parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias sobre os relatórios anuais em matéria de segurança interna de 1991, 1992 e 1993.

Relatório

1 — Dispõe o n.º 3 do artigo 7.º da Lei de Segurança Interna que «a Assembleia da República apreciará anualmente um relatório, a apresentar pelo Governo até 31 de Março, sobre a situação do País no que toca à segurança interna, bem como sobre a actividade das forças e serviços de segurança desenvolvida no ano anterior».

Cumprindo esse dispositivo legal, o Governo enviou à Assembleia da República os relatórios sobre a situação do País em matéria de segurança interna, relativos aos anos supramencionados.

Posteriormente, foram os mesmos objecto de debate no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a presença do Sr. Ministro da Administração Interna.

2 — Num Estado de direito democrático como o nosso a garantia dos direitos fundamentais do cidadão, da liberdade e da segurança constitui uma das suas tarefas fundamentais, talvez até a prioritária.

De facto, tal função de Estado encontra-se consagrada constitucionalmente no artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa.

É consensualmente admitido que os sistemas democráticos, baseados nos princípios da tolerância, da liberdade e do carácter excepcional da prisão sem culpa formada apresentam algumas vulnerabilidades perante as agressões e ameaças aos valores fundamentais, que em abstracto se mostram consagrados e garantidos ao mais alto nível.

Tal risco acentua-se e intensifica-se em tempos, como os actuais, de internacionalização da criminalidade, em termos organizativos e de actuação.

Esta realidade surge, aliás, com certa naturalidade, ligada a fenómenos como os da intensificação dos movimentos migratórios, da livre circulação em determinados espaços e das novas características, meios e consequências inerentes ao tráfico de droga.

Impõem-se, por isso, em face das novas realidades, profundas reestruturações nos métodos e concepções de combate a todas as formas de criminalidade.

Impõe-se que os Estados democráticos, dadas as suas específicas vulnerabilidades, articulem e concertem os seus serviços e forças de segurança interna, para além das necessárias reestruturações no seio das mesmas.

É este, talvez, o aspecto essencial a reter dos relatórios que nos são apresentados.

3 — Da sua análise resulta, desde logo, a preocupação resultante da concentração dos números de criminalidade nos aglomerados urbanos de Lisboa, Porto, Setúbal e Algarve.

Esse facto mostra-se indiscutivelmente na origem e subjacente ao processo de reestruturação das forças de segurança, cuja aprovação e início de aplicação ocorreu em 1992.

Tal processo, assente no pressuposto da desburocratização e racionalização dos meios das diversas forças policiais, com a conseqüente colocação de mais agentes nas ruas, só poderá ser aferido e analisado, em termos definitivos, a médio prazo.

De qualquer modo, certos números constantes do relatório de 1993 legitimam expectativas optimistas, que só o tempo poderá, ou não, confirmar.

Efectivamente, os níveis percentuais, nas áreas da PSP de Lisboa e Porto, tendo em conta a evolução em relação ao anterior (1992), dos vários tipos de crimes, são os seguintes:

- 89 % dos assaltos a pessoas;
- 80 % dos assaltos a bancos;
- 81 % do tráfico de droga;
- 76 % dos furtos;
- 55 % dos furtos a estabelecimentos;
- 65 % do total dos crimes verificados.

As expectativas enunciadas são igualmente confirmadas pelos números globais de criminalidade, com base nas informações provenientes da Polícia Judiciária, Guarda Nacional Republicana e Polícia de Segurança Pública, que demonstram um crescimento de 0,8 % de 1992 para 1993, sabendo-se que em anos anteriores esse crescimento foi bem mais significativo.

4 — No tocante à cooperação internacional, designadamente no espaço comunitário e no espaço Schengen, registaram-se no triénio de 1991-1993 avanços que se podem considerar moderados e até insuficientes com vista à realização do princípio da livre circulação.

Mantém-se algumas dificuldades e impasses no respeitante à entrada em vigor do Acordo de Schengen nos nove países que o subscreveram, com atrasos, em alguns casos, na própria adesão.

Em face disso, Portugal, como outros países europeus, tem assumido diversos acordos bilaterais, destacando-se, em 1992, o que foi assinado com Marrocos, nos domínios da protecção civil, do terrorismo e da criminalidade organizada, e os diversos protocolos com a Espanha, nesse âmbito e noutros.

Em 1993 manteve-se a mesma prática, que se consubstanciou em acordos de readmissão com a Espanha e com a França, bem como num acordo de cooperação policial nas regiões fronteiriças com a Espanha. Resulta dos relatórios em análise o total empenho do Estado português na participação, primeiro nos Grupos Trevi e Ad Hoc Imigração, actualmente no Comité K4, tendo em conta que, como nos parece ser hoje incontestável, só o aumento da cooperação internacional permitirá maior eficácia no combate às formas de criminalidade organizada.

5 — Em relação à análise dos diversos tipos legais de crime, alguns aspectos no tocante à evolução dos respectivos números devem ser retidos por nos parecerem de incontestável relevância:

a) Emissão de cheques sem provisão

A prática deste crime, crescendo de forma intensa na década de 80, sofreu um forte abrandamento no triénio em análise, para o que deve considerar-se importante o contributo da entrada em vigor da nova legislação aplicável, que ocorreu em 1991.

De facto, a legislação anterior constituía um incentivo mais forte à exigência do cheque como forma de pagamento.

b) Circulação rodoviária

O número de mortos e feridos em consequência de acidentes de viação sofre uma diminuição considerável em 1993, invertendo a tendência dos últimos anos. Não pode

ignorar-se também, neste âmbito, a nova legislação, penalizando a condução sob o efeito de álcool, publicada em 1992.

c) Tráfico de droga

Este tipo legal de crime vê acentuar-se a tendência para o crescimento em 1991 e 1992, que apenas é alterada em 1993.

Continuam os números envolvidos a serem considerados, no entanto, preocupantes.

Impõe-se, sem margem para dúvidas, um aprofundamento da cooperação entre as várias instituições nacionais competentes para o combate à prática deste tipo de crime, em termos preventivos e repressivos.

Não podemos deixar de nos congratular, por outro lado, com a criação da unidade europeia de luta contra a droga, o que tanto mais se justifica quanto é sabido que boa parte das quantidades de droga que entram no nosso país se destinam aos mercados da Europa comunitária.

Não se pode, assim, deixar de alertar para a necessidade de intensificar os esforços no sentido de uma rápida entrada em funcionamento da UED/EUROPOL.

Parecer

Em conclusão, somos de parecer que os relatórios sobre a situação do País em matéria de segurança interna e actividade desenvolvida pelas forças e serviços de segurança, relativamente aos anos de 1991, 1992 e 1993, se encontram em condições de subir a Plenário, em ordem ao respectivo debate.

Palácio de São Bento, 30 de Junho de 1994. —
O Deputado Relator, *José Puig*. — O Deputado Presidente da Comissão, *Guilherme Silva*.

Nota. — O parecer foi aprovado com votos a favor do PSD e votos contra do PS e do PCP.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

RELATÓRIO DE SEGURANÇA INTERNA — 1991

I

Apreciação geral

O ano de 1991 foi um ano recheado de acontecimentos muito significativos susceptíveis de gerar mecanismos gerais de instabilidade e insegurança.

Bastará referir os acontecimentos do Leste Europeu, o processo de transformação da ex-União Soviética e a dissolução da Jugoslávia, o ressurgir do fundamentalismo islâmico ou o eclodir da Guerra do Golfo.

No seu conjunto, são factores que não podem deixar de reflectir-se de uma forma indirecta em qualquer país europeu e Portugal não lhes poderia ter ficado imune.

Por outro lado, a guerra aberta contra os mais poderosos cartéis da droga trouxe também, do ponto de vista internacional, o receio de se abrirem novas frentes e do centro de actividade dos traficantes se deslocar.

A isto responderam de um modo geral os países europeus, designadamente os países comunitários, com o reforço da cooperação policial e da eficácia da actuação.

Todavia, o índice de expectativas de segurança que, por exemplo, em sondagens de opinião como as da MARKTEST/*Diário de Notícias*, se verificou, conseguiu ser superior ao determinado no ano de 1990.

Internamente, os valores relativos aos índices de criminalidade não se afastam dos parâmetros normais de uma sociedade em transição e em desenvolvimento.

Há, em termos reais, o desaparecimento das acções armadas e a diminuição marcante da utilização de engenhos explosivos e uma verdadeira inexistência de actos de terrorismo organizado.

E, se compararmos a evolução verificada de 1989 para 1990 e a correspondente evolução de 1990 para 1991, concluímos que o conjunto acima indicado (não considerado o terrorismo porque inexistente) e incluindo o roubo com arma, sofreu um acréscimo ponderado de 6 %.

As alterações à ordem pública oferecem também valores menores, enquanto os assaltos a estabelecimentos e os roubos a pessoas subiram em número e percentagem comparados com o ano anterior.

Igual variação percentual se verificou entre 1989-1990 e 1990-1991 no domínio dos furtos.

O conjunto geral, todavia, saldou-se por um aumento relativo em relação a 1990 e por uma desigual diminuição e crescimento percentual, comparando a evolução entre os três últimos anos.

No que à droga diz respeito, continuam a verificar-se números preocupantes, principalmente pelo efeito multiplicador que podem evidenciar em relação à restante criminalidade. É consabido que entre os consumidores é fácil e constante o apelo à adopção de atitudes anti-sociais e criminosas, como sejam o furto em residências, em estabelecimentos comerciais e veículos e a prostituição.

Porém, os dados fornecidos pela PSP revelam que, enquanto o binómio consumo + posse alcançou uma média de crescimento de 65 % entre 1989-1990, em 1990-1991 a média determinada pelo mesmo critério se quedou nos 24 %.

E não podemos deixar de considerar como significativas da acção da Polícia Judiciária e da colaboração de outras forças, designadamente da Guarda Fiscal e do Sistema de Autoridade Marítima, as apreensões de 100 kg e de 430 kg de cocaína efectuadas durante o ano findo.

A actividade da Guarda Fiscal propiciou, também, significativas apreensões de haxixe e de mercadorias contrabandeadas, as quais, quer pelas quantidades quer pelos valores envolvidos, são dignas de especial menção.

Embora em crescimento constante nos últimos anos, os cheques sem provisão sofrem um abrandamento de variação de 41 % para 31 %. Terá porventura nestes resultados tido algum efeito e alteração da legislação aplicável, se bem que só no ano de 1992 se possa revelar de alguma forma completa a sua eficiência.

Dois pontos cumpre salientar como objectivo de alguma fundada preocupação, como decorre dos dados fornecidos pela Polícia Judiciária.

Em primeiro lugar o do surgimento de grupos radicais de feição revanchista xenófoba ou racista e a comercialização das armas de fogo por parte de determinados grupos étnicos.

Em segundo lugar o aparente conflito entre os princípios seguidos na determinação da moldura penal prevista para os ilícitos de natureza pessoal e a posição das populações perante as decisões dos tribunais que com base naqueles são proferidas.

A sua simples menção justifica-se porque têm surgido, com base em situações decorrentes, tumultos e alterações à ordem pública.

Pelos níveis atingidos e sobretudo pela influência produzida no clima de segurança geral merecem referência especial os problemas resultantes da sinistralidade rodoviária e dos fogos florestais.

Uns e outros exigiram reforço de meios de combate e grandes acções de prevenção e vigilância.

Ambos são também responsáveis pela formação do desejo genérico de profundas alterações quer de natureza legislativa, quer de natureza organizacional.

O número de acidentes de viação, o número de casos mortais e a conclusão de que a sua principal causa se deve à incúria dos condutores e que se traduz no excesso de velocidade, nas ultrapassagens irregulares e nas elevadas taxas de alcoolemia não podem deixar indiferentes os cidadãos.

Assim como o número de fogos e a extensão das áreas ardidas, com o conseqüente cortejo de prejuízos decorrentes, não pode também deixar de pressupor uma actuação diferente.

A escassez de efectivos e de meios só se pode sempre superar através de maior cooperação entre forças e empenhamento.

Aliás, a concentração dos mais importantes números relativos à criminalidade nos grandes centros urbanos (Porto e Lisboa) e no Algarve implica necessariamente uma preocupação particular e motiva a cooperação estratégica entre forças.

Por outro lado, o especial campo de actuação de alguns agentes criminosos em áreas mais vulneráveis (escolas, áreas de lazer) pressupõe igualmente esquemas de presença e vigilância mais activa e coordenada.

Não poderemos, finalmente, recusar uma chamada de atenção para o considerável esforço a que as forças policiais foram sujeitas no período considerado, que se avalia bem se tomarmos em linha de conta os números respeitantes à sua actividade.

São precisamente as análises parcelares quer de cada uma das forças de segurança envolvidas quanto a enquadramento e objectivos, quer quanto a actividade e resultados que constarão dos capítulos III, IV e V deste relatório.

II

A segurança interna e a cooperação internacional

Impõe-se, no actual quadro, fazer uma referência, ainda que breve, às iniciativas de colaboração internacional em que o País se encontra empenhado, designadamente das que decorrem de compromissos assumidos quer no âmbito comunitário quer no domínio da cooperação extracomunitária.

Como primeiro ponto, salientaremos a assinatura dos instrumentos de adesão de Portugal ao Acordo de Schengen e à Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen.

Portugal tem participado nas reuniões da estrutura de concertação permanente de Schengen, acompanhando os grupos de trabalho, polícia e segurança, circulação de pessoas, transportes e alfândegas e circulação de mercadorias, cujo objectivo é identificar as alterações e adaptações necessárias à harmonização das legislações e práticas nacionais com as obrigações decorrentes.

Com a supressão dos controlos nas fronteiras internas e a prática da livre circulação de pessoas há necessariamente que reforçar algumas áreas de preocupação comum.

Há medidas que se prevêm e desejam aplicáveis a curto prazo e terão a ver com a harmonização da política de vistos, o reforço e coordenação da luta contra o tráfico de estupefacientes, a cooperação entre as autoridades aduaneiras e de polícia na luta contra a criminalidade em geral e o tráfico de armas, a prevenção contra a fraude fiscal e aduaneira, o contrabando e a entrada e permanência irregular de pessoas.

Uma primeira e essencial etapa dessa cooperação é precisamente a que se traduz na criação de um sistema de informações Schengen, assente em base de dados informatizados, que poderá vir a ser partilhado pelos Estados participantes no Acordo.

O conjunto dos Países Schengen promoveram, ao longo de 1991, os trabalhos preparatórios necessários à constituição de tal sistema.

Imprescindível à sua aplicação, foi aprovada na Assembleia da República uma iniciativa legislativa que passa a reger a protecção dos dados pessoais face à informática.

Aguarda-se a ratificação da Convenção da Aplicação do Acordo em todos os Estados membros para possibilitar a sua entrada em vigor em 1993.

Durante o ano de 1991 prosseguiram também os trabalhos do Grupo Trevi, que, como é sabido, reúne representantes de todos os países comunitários.

Trata-se de uma estrutura de cooperação na área policial, no âmbito da qual se têm produzido avanços significativos, quer quanto à formulação de conceitos utilizáveis, quer quanto às recomendações sobre harmonização de práticas, quer quanto à inventariação e estudo comparado sobre legislação aplicável em cada Estado membro.

Particular significado tem a resolução da criação da EUROPOL como organização europeia destinada numa primeira fase à partilha de informações sobre a área do tráfico de droga.

É neste grupo que se produz igualmente o estudo e a colaboração no que diz respeito a alguns dos aspectos mais importantes da criminalidade e que têm a ver com a criminalidade organizada, o terrorismo e o branqueamento do dinheiro. Trata-se de temas absolutamente essenciais à cooperação entre forças policiais que se têm revelado de utilidade crescente e que podem proporcionar melhoria de resultados no próprio âmbito da segurança interna de cada Estado.

De realçar nos parece ainda ser o trabalho do Grupo Ad Hoc Imigração, no âmbito comunitário.

Não só porque a política de imigração tem vindo a entender-se como estreitamente ligada às actividades de segurança interna de cada País, como porque nesse mesmo âmbito se privilegia o aprofundamento da troca de informações quanto às redes de imigração ilegal e aos documentos falsos e falsificados.

Por outro lado, nesta sede, foi possível chegar à redacção final de uma Convenção sobre Fronteiras Externas, que aguarda a compatibilização das posições recíprocas de Espanha e Reino Unido para poder vir a ser aprovada.

Note-se, por último, que, como resultado final de uma evolução marcante ocorrida durante o ano de 1991, foi significativa a inserção no Tratado da União Europeia, no artigo B, das disposições comuns, do objectivo de «desen-

volver uma estreita cooperação no domínio da justiça e dos assuntos internos».

É entendido que a Comunidade Europeia está agora em condições de desenvolver no seu próprio âmbito, e não apenas em acções de cooperação intergovernamental, aquilo que se designa já pelo seu terceiro pilar e se concretiza nas matérias declaradamente abrangidas no conteúdo daquele objectivo.

III

Enquadramento Institucional e actividade de cada uma das forças

1 — Guarda Nacional Republicana (GNR)

Vários objectivos tinham sido estabelecidos para a acção da GNR no ano de 1991.

No domínio da selecção e formação do pessoal processou-se uma exigência maior nos cursos de admissão, conseguida com a introdução de novos testes psicotécnicos de personalidade, de despistagem do consumo de droga e de um sistema de avaliação mais adequado que permita assegurar um maior rigor na selecção e perspectivar uma melhor adequação do homem à função de agente da autoridade.

Passo decisivo para a preparação dos futuros oficiais da QP/GNR foi a realização na Academia Militar dos seus cursos de formação.

Nos cursos de promoção a capitão e a oficial superior foram também introduzidas profundas alterações no sentido de se obter uma acrescida qualificação técnico-profissional dos oficiais.

Foi possível, na área dos serviços, proporcionar às tropas do dispositivo territorial melhores condições de vida e funcionamento com a conclusão de 11 novos quartéis; aumentar a mobilidade das forças com a distribuição de 109 viaturas tácticas; começar a dotar as unidades com um mais rápido e seguro sistema de comunicações.

A actividade da GNR continuou essencialmente centrada na garantia de segurança e tranquilidade das populações, na protecção dos seus bens e na tentativa de inverter o crescimento do flagelo nacional da sinistralidade rodoviária.

Foi nas acções policiais que foi empenhada a maior parte dos efectivos.

As missões de segurança e protecção revelaram um acréscimo significativo com relevância para a abertura de itinerários, escolas e para duas missões específicas que se destinaram a acompanhar a visita de Sua Santidade o Papa e a desobstrução das vias de trânsito necessária para pôr fim aos cortes de estrada produzidos por algumas associações de agricultores.

No que diz respeito às operações mais significativas, destacáramos:

O esforço desenvolvido pelo Comando e por todas as unidades da Guarda para durante a época estival intensificar o patrulhamento das zonas de floresta, numa acção preventiva contra os fogos florestais, e simultaneamente reforçar o policiamento dos principais centros de veraneio.

Recorreu-se à convocação de pessoal na situação de reserva, ao pessoal das unidades de reserva geral à ordem do comandante-geral e das subunidades

de intervenção dos próprios batalhões territoriais e também a pessoal deslocado de áreas menos sensíveis, activando-se ainda 12 postos territoriais eventuais;

A acção realizada em apoio da CNE visando garantir a segurança e o transporte dos boletins de voto para as eleições presidenciais e da Assembleia da República;

A operação «Natal é vida» que envolveu praticamente todos os efectivos operacionais da Brigada de Trânsito e dos batalhões territoriais e que teve como principais objectivos garantir a fluidez do trânsito e a segurança rodoviária e reduzir, na medida do possível, a sinistralidade rodoviária.

Aliás, no domínio da fiscalização da circulação rodoviária, foi especialmente significativa a acção da GNR.

E mesmo que os dados recolhidos demonstrem uma eficácia mais acentuada (como, por exemplo, com mais 55 % de casos detectados de condução sob a acção do álcool em relação ao ano anterior), o facto é que continuou a crescer em termos absolutos o número de acidentes de viação e o número de casos mortais de sinistralidade.

2 — Guarda Fiscal (GF)

De acordo com a missão que a Lei Orgânica lhe atribui, a GF desenvolveu a sua actividade por forma a assegurar a prevenção, descoberta e repressão das infracções fiscais aduaneiras em todo o território nacional e o controlo de pessoas nas fronteiras.

Simultaneamente, prosseguiu com o seu programa de modernização que se torna particularmente necessário face às decorrências das orientações comunitárias e tem por linhas mestras:

- Melhoria da selecção e formação do pessoal;
- Reequipamento com meios actualizados e adequação/criação das estruturas necessárias à sua instalação e funcionamento;
- Remodelação do dispositivo e reestruturação interna das suas unidades;
- Implantação progressiva do novo conceito operacional;
- Alargamento e aprofundamento de contactos com entidades/organismos nacionais e estrangeiros.

Assim:

Na área de formação foram melhorados os *curricula* dos estágios e cursos que vêm sendo ministrados aos seus militares. Foram alargados os cursos de especialização que, face aos novos equipamentos adquiridos, se tornaram necessários.

No âmbito do reequipamento foram instalados alguns postos de observação Yuval/Radar, tanto na costa algarvia como na costa ocidental, prosseguindo as obras de adaptação em algumas infra-estruturas, bem como os contactos com várias entidades para a resolução das dificuldades concentradas na implementação de outras.

Procedeu-se à transferência do esforço da fronteira terrestre para a orla marítima, tendo-se efectuado naquela fronteira a extinção de 153 postos, bem como a desactivação de outros 146, cujo processo de extinção se encontra em desenvolvimento.

Foram continuados os estudos e a preparação de novas doutrinas mais consentâneas com os novos equipamentos e as suas áreas de emprego e com a forma de actuação do adversário.

Foi dado incremento à colaboração com entidades congéneres, nomeadamente de Espanha e França, e realizaram-se operações conjuntas que tiveram como objectivo o contrabando e a droga.

3 — Polícia de Segurança Pública (PSP)

A actividade essencial da Polícia é, sem sombra de dúvida, a do policiamento urbano.

A essencialidade da sua missão decorre de dois factores inequívocos: a noção de segurança que é intrínseca ao cidadão e a noção de limitação que se transmite aos agentes criminosos.

Porém, a PSP está longe de esgotar a sua acção nesta tarefa, posto que se desdobra em múltiplas acções de colaboração com outras entidades.

Assim, são-lhe cometidas actividades de segurança de altas entidades nacionais e estrangeiras, dos estabelecimentos bancários, dos aeroportos, dos tribunais, dos recintos desportivos, das escolas, de guarda e distribuição de pontos e provas de exame.

Coopera, igualmente, desenvolvendo acções próprias nos domínios do combate à droga, da recuperação dos veículos furtados, da vigilância de residências, das inspecções para detecção de engenhos explosivos, da apreensão de armas em situação ilegal, na constituição de brigadas de fiscalização a estabelecimentos, no combate ao contrabando de gado.

E são absolutamente essenciais as tarefas que desempenha em relação à disciplina do trânsito ou à participação de acidentes de viação, como são notoriamente indispensáveis as acções de reforço de policiamento a zonas de grande afluência humana ou atracção turística.

A colaboração que a PSP presta às autoridades judiciais, que se destaca pelos números que a caracterizam e pelos efectivos que absorve, reflecte uma carga que é significativa e se considera excessiva em termos da capacidade e operacionalidade das forças disponíveis.

Deixou-se para o fim a referência a resposta a solicitações via 115. Foi esta actividade particularmente significativa porque envolveu mais de duzentos mil cidadãos e correspondeu a pedidos de utilização de ambulâncias na ordem dos 78 % e a pedidos de intervenção policial na ordem dos 22 %.

Trata-se de uma actividade de segurança e assistência por demais relevante para que não fosse especialmente referida.

Mas serve também de exemplo para demonstrar a pluridisciplinaridade da intervenção da PSP e da utilização dos seus recursos.

Não podemos deixar de, por último, mencionar a contínua demanda de autarquias para a criação de subunidades e reforço das existentes.

Em 1991 foram criadas por lei as seguintes subunidades policiais:

Esquadra tipo A:

Loulé;
Tavira;
Sacavém;
Abrantes;

Divisão tipo A — Albufeira;
Esquadra tipo A — Carnaxide;
Esquadra tipo A — Sintra;
Esquadra tipo B — Valpaços.

Foram inauguradas durante este período as seguintes instalações:

Secção da Maia;
Esquadra tipo B — Santo André;
Esquadra tipo A — Valongo;
Esquadra tipo A — Tondela;
Esquadra tipo A — Torres Novas.

4 — Polícia Judiciária (PJ)

As características institucionais da PJ e a preparação específica dos elementos que constituem este órgão da polícia criminal vocacionaram-na para a averiguação e investigação de tipos de ilícito, de situações criminais e de fenómenos criminógenos que, pela sua natureza, reservam maior complexidade quanto às suas causas e iter criminoso.

Assim é que à PJ está presumido o deferimento da competência para as causas de homicídio voluntário cujo agente seja desconhecido, o tráfico de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, os crimes de associação criminosa, falsificação de moeda, títulos de crédito, valores selados, corrupção, organizações terroristas, contra a segurança do Estado, incêndios, furtos de coisa móvel, etc.

A investigação das formas de ilícito-típicas, elencadas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 295-A/90, de 21 de Setembro, envolvem actividades policiais nem sempre emergentes para a realidade processual, como sejam a prevenção e as vigilâncias, e certo é que do esforço dedicado a estas actividades resulta o êxito ou inêxito de muitas das investigações que se encetam, as mais das vezes com escassez de elementos indiciadores.

A acelerada mutação tecnológica provoca, da parte dos agentes criminosos e anti-sociais, alteração dos métodos, modos e formas de operar e provoca na PJ alterações à sua estrutura operativa e formação contínua do pessoal.

Todavia, a acção da PJ não se limita ao que vem descrito porquanto se vem desdobrando também em outras actividades investigatórias quando para tal é solicitada pelas instâncias formais de controlo, v. g. os tribunais, a Procuradoria-Geral da República, a Alta Autoridade contra a Corrupção e a Provedoria de Justiça.

Dentro do campo de intervenção da PJ salientamos a actualidade e relevância de duas direcções face à natureza das missões que lhe estão confiadas.

Perante o conjunto de decorrências da toxicodpendência a Direcção Central de Investigação e Tráfico de Estupefacientes tem instalada uma Unidade de Informação Criminal, que tem como função a recolha, tratamento, análise e difusão de informações quanto ao tráfico e consumo de estupefacientes e através da qual, e em conjugação com outros departamentos de informação da PJ, se intenta proceder a uma análise de todo o fenómeno e as suas incidências em outras áreas da criminalidade, nomeadamente furto e branqueamento de fundos de proveniência ilícita.

Face ao rápido desenvolvimento económico, com um maior afluxo de meios fiduciários, a mais acelerada circula-

ção de mercadorias e o maior intercâmbio internacional, é potenciada a apetência pela fuga fraudulenta às obrigações públicas, o recurso à obtenção também fraudulenta de subsídios, de empréstimos bonificados e de actos de corrupção em geral.

Desde Abril de 1991 existe na PJ a Direcção Central de Investigação de Corrupção, Fraudes e Infracções Económico-Financeiras que, possuindo secções nos departamentos regionais da PJ, tem a seu cargo a investigação deste tipo de criminalidade.

5 — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

O diploma orgânico do SEF confere-lhe todas as atribuições de controlo dos cidadãos estrangeiros em território nacional e no seu acto de entrarem ou saírem dele, bem como as de organizar os processos e dar execução às expulsões proferidas pelos tribunais.

Ao SEF compete a emissão de parecer relativamente a pedidos de visto consular de turismo ou negócios, formulados por nacionais de países considerados de risco em matéria de imigração ou de segurança e em todos os casos de pedido de visto consular para fixação de residência.

Compete-lhe ainda a emissão de vistos de trânsito nos postos de fronteira, bem como a concessão de autorização de residência.

Além da grande quantidade de vistos concedidos pelos serviços consulares, o SEF autorizou a entrada em território nacional, a título excepcional, a um elevado número de estrangeiros a quem era exigido visto, mas que se apresentaram nos postos de fronteira nacionais sem se encontrarem munidos do mesmo.

O número de autorizações excepcionais concedidas corresponde a cerca de 15 % do número total de vistos de turismo e negócios emitidos pelas nossas representações diplomáticas e consulares.

No domínio das autorizações de residência foram brasileiros e cabo-verdianos os cidadãos estrangeiros que em maior número as requereram. A novidade foi marcada pelo número de naturais de Hong-Kong que manifestaram a vontade de se fixar em Portugal.

As responsabilidades assumidas por Portugal tanto no quadro comunitário como no de Schengen, designadamente no que respeita à adopção de uma política de imigração criteriosa, não consentem que se adopte uma postura permissiva em relação aos pedidos, baseados na excepcionalidade, formulados por cidadãos presentes em território nacional.

É por isso necessário modificar e tornar mais praticável e seguro o circuito normal que passa pelas entidades consulares.

Os pedidos de asilo tiveram uma subida relativamente ao ano de 1990. De 61 passámos para 203 pedidos. Convulsões político-sociais em diversos pontos do globo determinaram esta subida.

De salientar que, pela primeira vez, a parte mais significativa dos requerentes chegaram a Portugal por via marítima e na condição de clandestinos.

A preocupação com os indícios de que determinados armadores e comandantes de navios colaboram neste novo método motiva o seu estudo e investigação.

São aliás estes números, que na comunidade assumem dimensões profundamente graves, os responsáveis pelas

novas medidas em curso quanto à definição e coordenação de uma política comunitária de asilo.

Os números de estrangeiros expulsos (68 em processos tramitados no SEF e 191 em resultados de penas acessórias decretadas no âmbito de processos criminais) suscitam alguma reflexão.

A imigração irregular, sendo embora um fenómeno recente; atinge valores já apreciáveis, pelo menos em termos relativos, não sendo por isso de surpreender que tenha começado, recentemente, a ser objecto de atenção por parte dos meios de comunicação social e de instituições oficiais e privadas.

A situação de irregularidade resulta, na maior parte dos casos, de uma permanência no País depois de caducados os prazos de estada autorizados a estrangeiros que entram em Portugal com vistos de turismo ou de negócios, ou após a recusa de um pedido de asilo; menos frequentemente, a migração e a entrada no País são clandestinas. Ou seja, a imigração irregular em Portugal parece ser ainda, na maioria dos casos, mais o resultado de um não cumprimento de procedimentos jurídicos formais do que a consequência da operação de circuitos clandestinos de recrutamento. Em qualquer dos casos, porém, da situação de irregularidade decorre, para os imigrantes, uma ausência de protecção legal nos domínios do trabalho e da segurança social. Embora menos frequentemente alguns serviços da Administração manifestam perante casos concretos com que têm de lidar uma atitude de aparente tolerância, como será a existência de imigrantes irregulares inscritos nos serviços de segurança social ou com os filhos a frequentar as escolas públicas.

O maior contingente de imigrantes irregulares deverá ser constituído por indivíduos que emigram dos PALOP por motivos políticos ou laborais.

Entre os imigrantes activos em situação irregular predominam os cabo-verdianos e, em menor número, os guineenses. Na maior parte dos casos, estes imigrantes trabalham na construção civil — os homens — ou em serviços domésticos — as mulheres — e residem nas zonas suburbanas de Lisboa/Setúbal e Porto, bem como, a partir de meados da década de 80, em Faro e Braga.

Recentemente, surgiram indícios do estabelecimento de novos fluxos migratórios irregulares de menor dimensão com origem no Brasil, Índia e Paquistão. Qualitativamente diferentes dos anteriores, estes fluxos terão uma composição sócio-profissional mais diversificada, incluindo, no caso dos brasileiros, uma significativa proporção de quadros técnicos apenas temporariamente emigrados.

Como resultado dos acontecimentos ocorridos recentemente no Zaire, verificou-se um acréscimo do movimento de cidadãos zairenses quer no que respeita aos pedidos de asilo quer quanto ao movimento de passageiros. Documentados como cidadãos portugueses, foram transportados para Portugal muitos zairenses que nunca estiveram registados na Embaixada de Portugal nem dispõem de documentos comprovativos de conservação ou aquisição de nacionalidade portuguesa. Estamos, pois, perante indivíduos que não são nacionais portugueses e que nem sempre dispõem de documentos que permitam a regularização da respectiva situação como cidadãos estrangeiros.

Alguns destes indivíduos tentaram, de imediato, seguir para outros países europeus tendo sido devolvidos por não terem sido considerados nacionais portugueses.

Uma referência também para o volume de documentos falsos ou falsificados apreendidos durante o ano. É significativo e indicador da existência de uma actividade criminal fortemente organizada.

A actividade operacional caracteriza-se assim por:

- Realização de operações conjuntas com outras FSS, no sentido de detectar a presença de cidadãos estrangeiros em situação irregular no País e promoção da sua expulsão;
- Continuação de acções de rastreio em zonas do País onde habitualmente se concentram cidadãos estrangeiros cujo comportamento social merece atenção especial;
- Continuação de acções de fiscalização de intuito dissuasor para as redes de imigração ilegal;
- Funcionamento como elo de ligação entre a CE e as restantes FSS, no que respeita à troca de informações sobre documentos de viagem, no prosseguimento da política de prevenção da fraude na imigração;
- Concretização da transferência da competência da GF para o SEF, no âmbito do controlo de pessoas nos postos de fronteiras, no caso do Aeroporto de Lisboa;
- Criação de mecanismos e infra-estruturas que adequassem a estrutura do SEF às atribuições que legalmente lhe foram cometidas, o que passou pela selecção, recrutamento e formação e ou aperfeiçoamento de pessoal, prosseguimento da informatização dos serviços, prosseguimento na instalação da rede rádio, renovação da frota automóvel e aquisição de equipamento específico indispensável para o cabal desempenho das missões.

6 — Sistema da Autoridade Marítima (SAM)

Do quadro institucional composto pelos vários órgãos que o servem, resulta como primeira obrigação do SAM a segurança marítima no que respeita ao tráfego de navios e embarcações, à salvaguarda da vida humana no mar e ao salvamento marítimo.

O primeiro ponto a realçar é o da vastidão da área na qual se desenvolve a actividade do SAM.

Por outro lado, as suas características próprias oferecem ainda uma moldura particular de preocupações, objectivos e formas de actuação.

Foram, todavia, as acções empreendidas na sequência da crise do Golfo que marcaram de forma particularmente intensa o policiamento efectuado na intenção de reforçar a segurança e as medidas de vigilância.

Tiveram elas incidência especial nas áreas adjacentes aos terminais e cais que pelas suas características constituem alvos preferenciais para acções de sabotagem ou actos de terrorismo.

Nenhuma destas, porém, foi verificada.

Considerável se mostrou o quantitativo da droga apreendida, revelando a importância da utilização das embarcações de recreio no tráfico e a significância das ocorrências verificadas no Algarve e nos Açores.

Apreciável foi também o esforço desenvolvido no combate à ilicitude no âmbito da actividade piscatória, na pre-

servação do domínio público marítimo e do património cultural subaquático.

Actividade relevante constitui a luta contra a poluição do mar.

A fiscalização das condições de segurança nos portos e espaço marítimo nacional, dos passageiros, tripulantes, navios, embarcações e cargas transportadas e a assistência a pessoas e embarcações em perigo continuaram a ocupar o SAM de forma significativa.

Por fim deverá referir-se a actividade de prevenção dos acidentes nas praias e a presença constante nas áreas de maior periculosidade.

7 — Serviço de Informações de Segurança (SIS)

A lei comete ao SIS a missão de produzir as informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

No período em apreço, a actividade do SIS continuou a ser, essencialmente, uma actividade de prevenção, uma vez que nenhuma situação ocorreu que pudesse considerar-se como configurando ameaça grave à situação interna.

Não foram detectados indícios de estar em curso a preparação de qualquer acção terrorista contra alvos em território nacional ou alvos portugueses no estrangeiro.

A confirmação de duas denúncias relativas à existência, no País, de dois esconderijos da organização terrorista galega Galícia-Ceive, que foram objecto de acção da PJ, vem chamar a atenção para a possibilidade de elementos terroristas da vizinha Espanha utilizarem ocasionalmente o território nacional quer para recrutar elementos quer para esconderijo de armas e outros apoios logísticos.

A ameaça terrorista proveniente de organizações estrangeiras, nomeadamente árabes e islamitas, sofreu um acréscimo significativo, decorrente da Guerra do Golfo. Este facto obrigou o Serviço a um grande esforço de pesquisa, tendo sido controlado um grande número de estrangeiros suspeitos. No entanto, os factos vieram confirmar as análises prospectivas feitas no relatório de 1990, segundo as quais Portugal não se apresentava como alvo preferencial para aquelas organizações.

Por outro lado, a ressurgência do fenómeno fundamentalista no Magrebe vem acrescentar novos factores de preocupação.

A evolução política ocorrida nos países da Europa do Leste veio alterar a ameaça que punham os respectivos serviços de espionagem.

De facto, todos eles sofreram reformas significativas, retirando-lhes autonomia e efectividade, o que, aliado à escassez de meios de financiamento e à necessidade premente de ajuda do Ocidente, levou ao seu enquistamento, suspeitando-se que, em alguns casos, tenha levado mesmo ao seu desaparecimento. Há, porém, algumas excepções.

O SIS detectou e controlou a actividade de alguns dos seus funcionários e agentes, sendo de salientar que, em alguns casos, se verificou um esforço da parte do adversário no sentido de modificar o respectivo *modus operandi*.

IV

Quadros de actividade desenvolvida

Guarda Nacional Republicana

Principais acções realizadas no âmbito da actividade operacional desenvolvida

Actividade/acção	1990	1991	Diferença	Varição (percentagem)
Polícia geral				
1 — Patrulhamentos:				
Patrulhas lançadas	501 158	465 761	— 35 397	— 7,1
Distâncias percorridas (quilómetros):				
A pé	6 811 362	6 347 879	— 463 483	— 6,8
A cavalo	525 221	590 569	65 348	12,4
Em motos e ciclomotores	6 690 969	6 632 870	— 58 099	— 0,9
Em viatura	29 211 166	30 836 614	1 625 448	5,6
Soma	43 238 718	44 586 454	1 347 736	3,1
2 — Fiscalização de caça:				
Número de caçadores fiscalizados	58 528	34 223	— 24 305	— 41,5
3 — Policiamento de espectáculos:				
Número de espectáculos policiados	29 248	23 833	— 5 415	— 18,5
Efectivos empenhados	178 438	113 365	— 65 073	(36,5)
Número de incidentes em recintos desportivos	629	413	— 216	— 34,3
4 — Operações de rusga				
9 717	9 020	— 697	— 7,0	
5 — Acções de referência, controlo de pessoas e bens (solicitações feitas à GNR):				
Pedidos de localização de pessoas desaparecidas	549	853	304	55,3
Pedidos de paradeiro	1 962	1 209	— 753	— 38,4
Pedidos de notificação de pessoas	287	178	— 109	— 38,0
Pedido de captura de pessoas	1 881	1 972	91	4,8
Pedido de apreensão de armas	771	964	193	25,0
Pedido de apresentação de veículos	8 011	7 676	— 335	4,0
Segurança e ordem pública				
6 — Acções de segurança e protecção «AE»:				
Segurança de área, desembarçamento e acompanhamento de trânsito e abertura de itinerários	816	946	130	15,9
7 — Escoltas:				
A valores (fundos)	296	160	— 136	— 46,0
A presos	505	256	— 249	— 49,0
Diversas (entidades, objectos de arte, etc.)	130	168	38	29,0
8 — Acções de protecção/entrega de «reservas»				
171	26	— 145	— 84,8	
9 — Acções de intervenção para manutenção ou restabelecimento da ordem pública				
380	505	125	32,9	
Trânsito				
10 — Operações «Stop»				
16 512	13 299	— 3 213	— 19,5	
11 — Número de condutores fiscalizados				
3 160 004	3 001 663	— 158 341	— 5,0	
Honoríficas				
12 — Guardas e escoltas de honra «AE»				
159	163	4	2,5	

Guarda Fiscal
Acções/operações

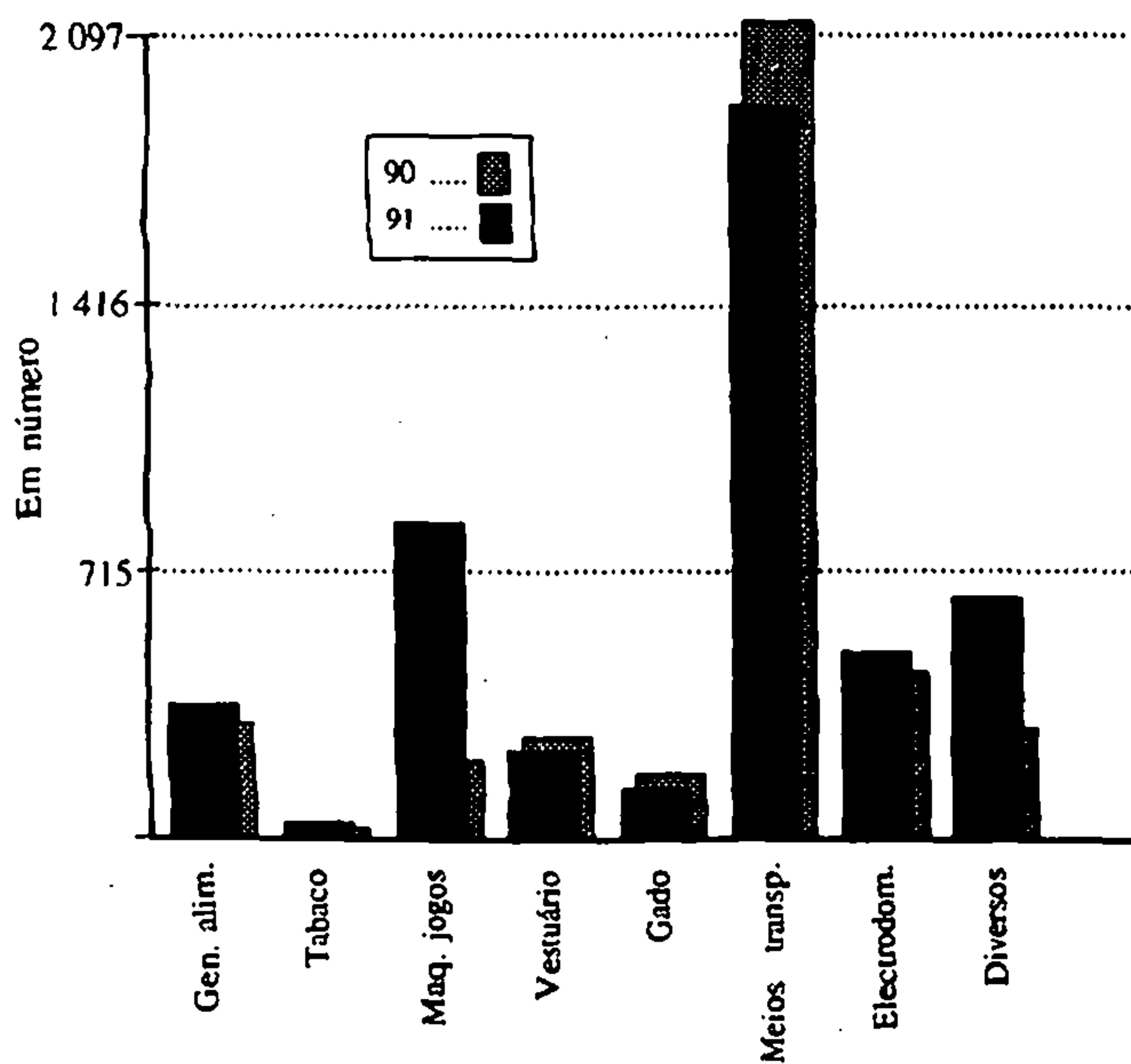
	1990	1991	Diferença		Varição (percentagem)
Buscas	2 544	2 012	—	532	— 20,9
Varejos	1 004	816	—	188	— 18,7
Patrulhamentos	135 946	127 342	—	8 604	— 6,3
Aguardos	37 148	43 694	+	6 546	+ 17,6
Acompanhamentos	76 561	94 189	+	17 628	+ 23,0
Operações «Stop»	27 955	22 431	—	5 524	— 19,7
Vigias	79 040	71 583	—	7 457	— 9,4
Acções diversas	1 380	3 677	+	2 297	+ 166,4
Operações	950	1 025	+	75	+ 7,9
Resultados quantificáveis					
Pessoas detidas	141	274	+	133	+ 94,3
Processos preliminares inst.	2 869	2 672	—	197	— 6,9
Infracções registadas	6 060	5 043	—	1 107	— 16,8
Valor das apreensões	4 088 625 775\$00	12 562 860 619\$00	+	8 474 234 844\$00	+ 207,3
Valor das coimas e dos direitos fixados	142 718 440\$00	147 000 000\$00	+	4 281 560\$00	+ 3,9
Viaturas apreendidas	2 097	(a) 2 102	+	5	+ 0,2

(a) No mínimo, 743 destas viaturas serão, previsivelmente, perdidas a favor do Estado.

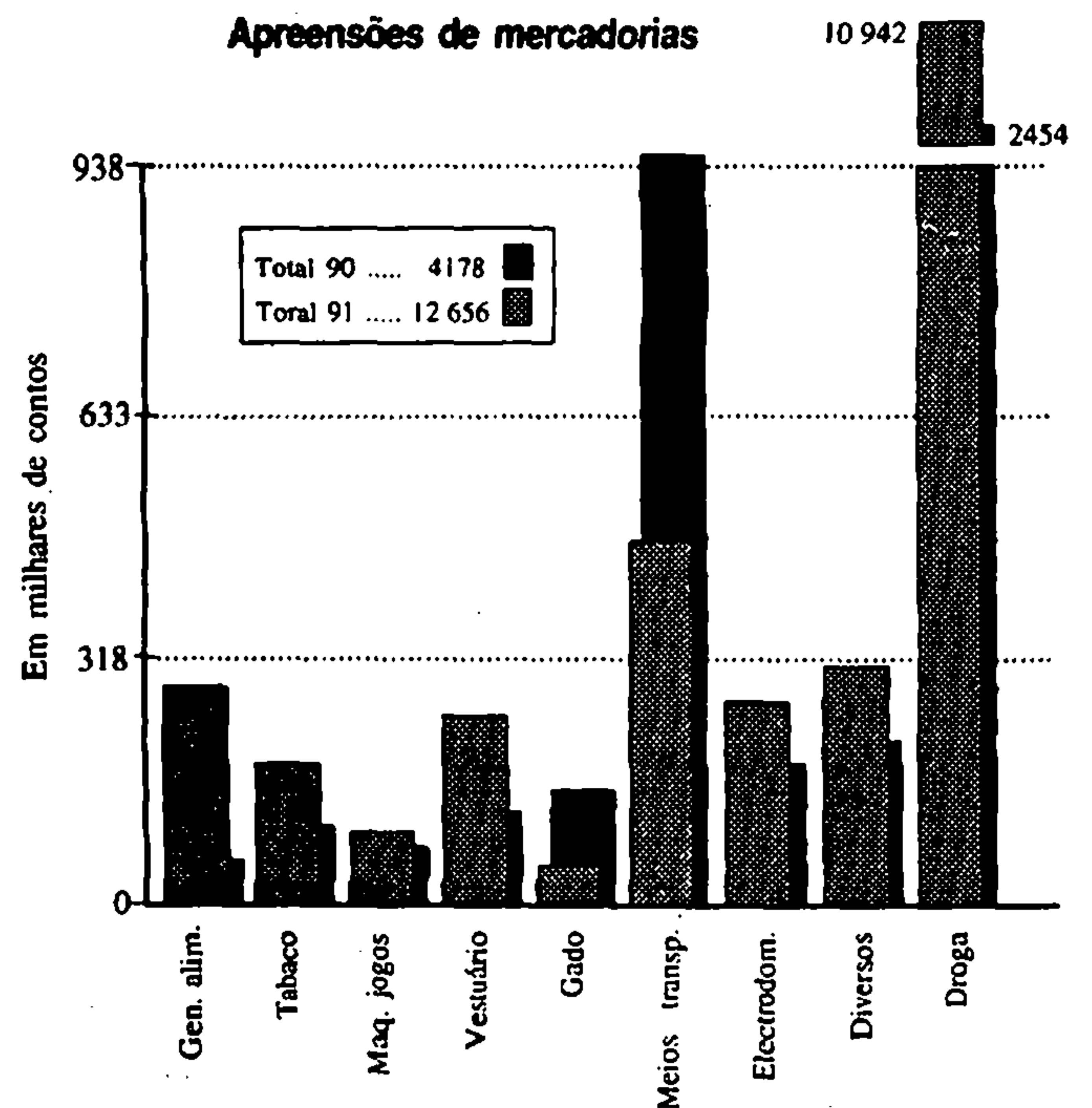
Apreensões por tipos de mercadorias

	1990		1991	
	Número	Valor	Número	Valor
Géneros alimentícios	261	46 763 758\$00	325	243 544 103\$00
Tabaco	16	90 976 275\$00	14	142 238 000\$00
Máquinas de jogo	170	65 829 825\$00	772	77 628 037\$00
Vestuário	288	99 295 340\$00	199	209 780 900\$00
Gado	138	110 882 200\$00	120	31 257 200\$00
Meios de transporte	2 097	938 204 370\$00	1 963	444 483 315\$00
Electrodomésticos	383	125 705 557\$00	437	217 169 646\$00
Diversos	251	155 999 537\$00	579	254 095 538\$00
Droga	74	2 454 968 913\$00	88	10 942 663 880\$00
<i>Total</i>		4 088 625 775\$00		12 562 860 619\$00

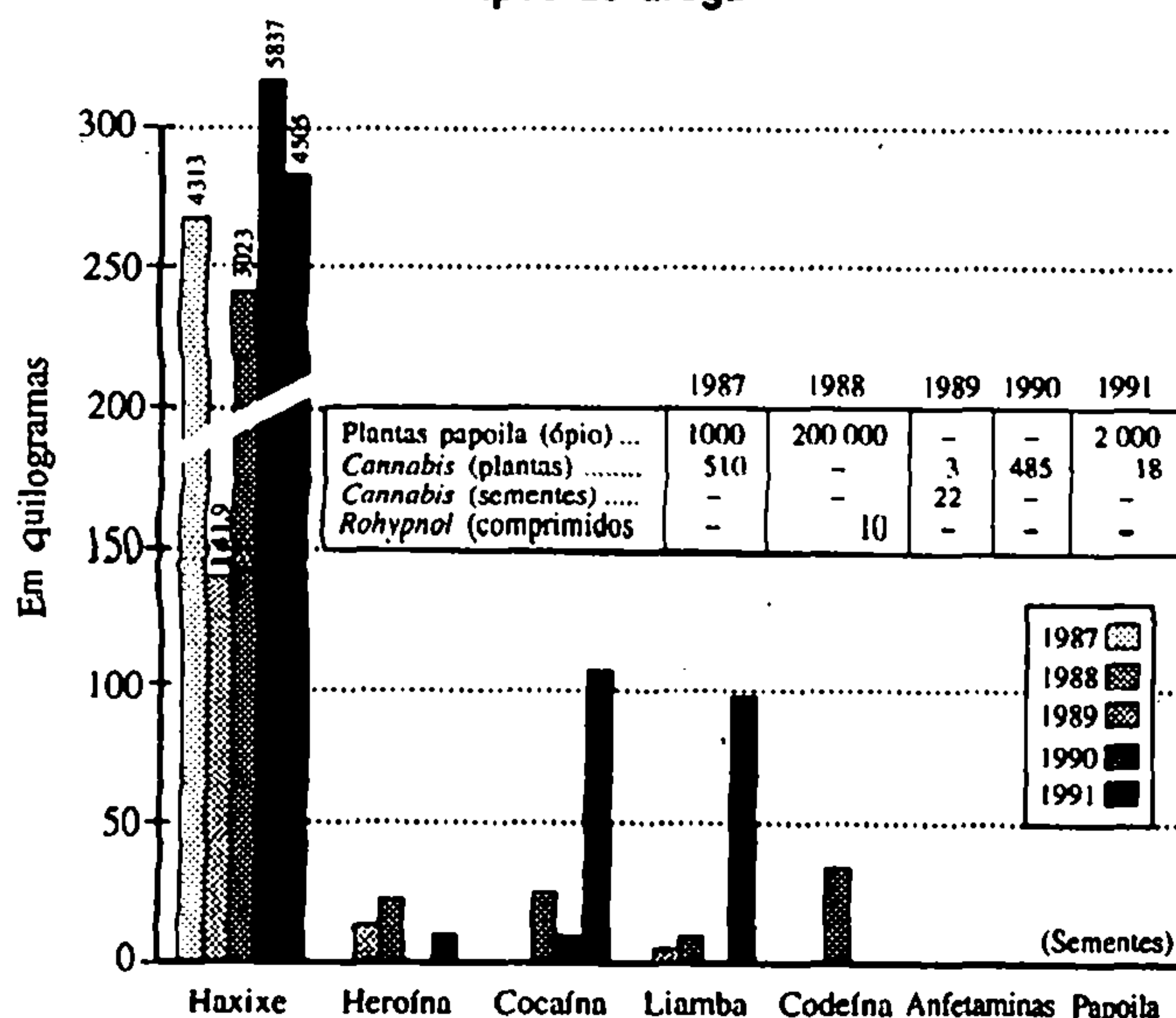
Apreensões de mercadorias



Apreensões de mercadorias



Tipos de droga



Apreensões de droga

	1990		1991	
	Número	Quantidade	Número	Quantidade
Liamba	5	1,006 kg	3	98,3 kg
Haxixe	52	5 837,34 kg	34	(a) 4 505,8 kg
Cocaína	3	7,205 kg	12	(b) 102,894 kg
Heroína	25	0,164 kg	51	7,739 kg
Cannabis	1	485 plantas	2	18 plantas
Papoila (<i>Papaver somniferum</i>)	-	-	1	2 000 plantas

(a) 2100 kg em colaboração pedida pela PJ.

(b) 100 kg em colaboração com a Guardia Civil e, posteriormente, com a integração da PJ e alfândega.

POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Acções policiais

Chamadas do 115	202 450
Rusgas	2 149
Indivíduos controlados	66 142
Brigadas de fiscalização	3 737
Estabelecimentos fiscalizados	22 162
Operações «Stop»	5 369
Veículos fiscalizados	369 340
Processamento queixas/participações	323 948
Inquéritos preliminares:	
Por criminalidade	71 491
Por acidentes	4 875
Processos relativos armas, explosivos e outros	18 306
Infracções às regras trânsito	472 258
Recuperação de viaturas furtadas	5 852
Apreendidas viaturas ilegais	4 251
Acidentes de viação	56 459
Queixas de furto de viaturas	6 439
Residências vigiadas n/férias	5 187
Insp. p/detecção de engenhos	1 487
Indivíduos detidos	18 631
Apreensão de armas ilegais	1 765
Acorrência a alarmes:	
Instituições de crédito	5 552
Outras empresas	172
Reforço de policiamento em zonas de grande afluência humana-movimento de elemen- tos	13 737
Apoio ao Ministério da Educação:	
Elementos	2 620
Quilómetros percorridos	93 770
Acções fiscalizadas a empresas privadas ...	123

Relatório da actividade operacional de 1991

Comandos	Modalidades						Sommas	
	Futebol de 11	Futebol de 5	Andebol	Basquetebol	Hóquei em patins	Voleibol	1991	1990
Aveiro	10	2	5	3	3	-	23	(30)
Beja	2	-	-	-	-	-	2	(1)
Braga	12	4	4	-	2	-	22	(25)
Bragança	2	-	-	-	-	-	2	(5)
Castelo Branco	-	-	-	-	-	-	-	(-)
Coimbra	8	-	1	-	1	-	10	(16)
Évora	1	-	-	-	-	-	1	(8)
Faro	13	-	-	1	-	-	14	(7)
Guarda	6	-	-	1	-	-	7	(4)
Leiria	20	-	1	-	-	-	21	(14)
Lisboa	75	14	10	7	13	2	121	(108)
Portalegre	1	-	-	-	-	-	1	(1)
Porto	29	1	4	-	1	2	37	(44)
Santarém	10	-	-	-	-	-	10	(8)
Setúbal	10	1	3	1	1	-	16	(31)
Viana do Castelo	1	-	-	-	1	-	2	(5)
Vila Real	3	-	1	-	-	-	4	(4)
Viseu	6	-	1	-	-	-	7	(13)
Funchal	21	-	3	-	-	-	24	(3)
Ponta Delgada	13	-	-	-	-	-	13	(5)
Angra do Heroísmo	5	-	-	-	-	-	5	(6)
Horta	5	-	1	-	-	-	6	(3)
Total	253	22	34	13	22	4	348	(341)

Nota. — Os números entre parêntesis referem-se a igual período de 1990.

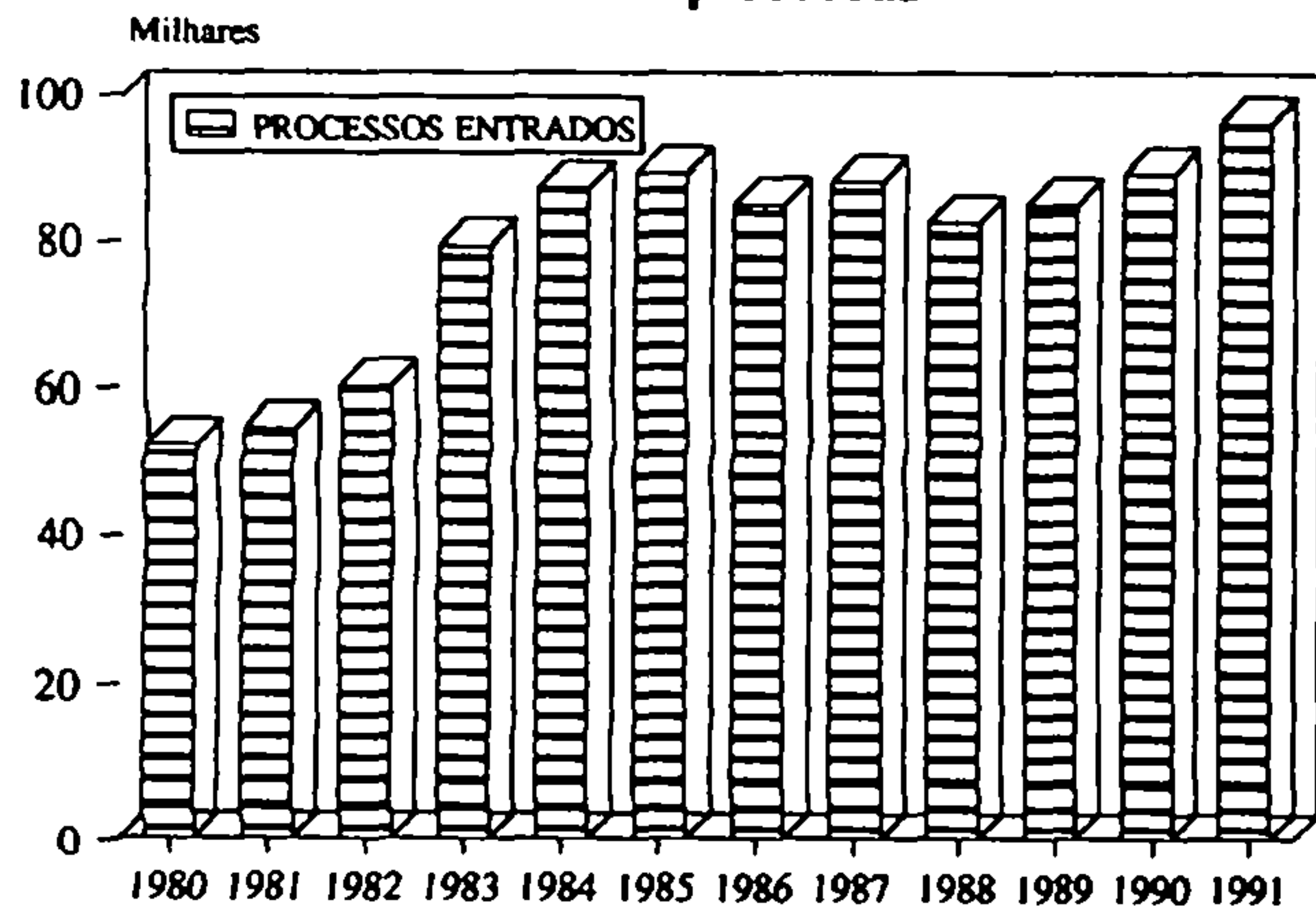
POLÍCIA JUDICIÁRIA

Processos entrados

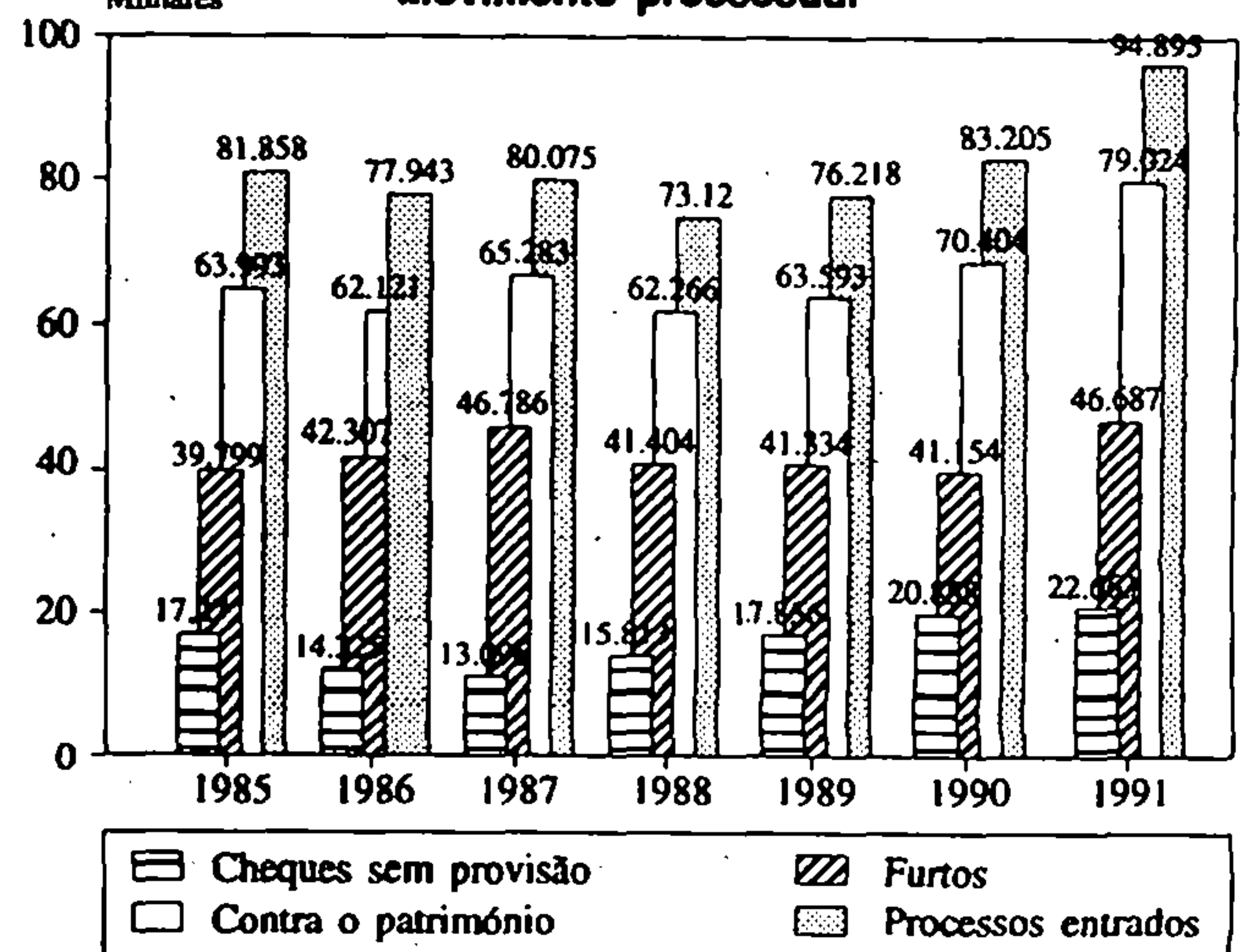
Infracção	1990	1991	Diferença	Varição (percentagem)
Homicídio consumado	275	327	52	18,9
Homicídio tentado	134	114	- 20	- 14,9
Homicídio por negligência	50	49	- 1	- 2
Envenenamento	31	23	- 8	- 25,8
Infanticídio	12	12	0	0
Aborto	17	24	7	41,2
Ofensas corporais graves	87	53	- 34	- 39,1
Ofensas corporais simples	622	653	31	5
Ofensas corporais por negligência	45	19	- 26	- 57,8
Rapto de menores	16	8	- 8	- 50
Difamação e injúrias	398	352	- 46	- 11,6
Abuso de liberdade de imprensa	71	55	- 16	- 22,5
Contra a liberdade de pessoas	281	342	61	21,7
Contra a reserva da vida privada	99	85	- 14	- 14,1
Outros contra as pessoas	124	76	- 48	- 38,7
Outros	46	60	14	30,4
Totais	2 308	2 252	- 56	- 2
Contra a paz e a Humanidade	0	0	0	0
Contra a família	96	82	- 14	- 14,6
Violação				
Outros crimes sexuais	56	47	- 9	- 16,1
Proxenetismo e rufinaria	3	2	- 1	- 33,3
Exploração e prostituição	25	26	1	4
Homossexualidade com menores	6	7	1	16,7
Tráfico de pessoas	9	5	- 4	- 44,4
Exploração da mendicidade	1	0	- 1	- 100
Falsificações	2 047	1 588	- 459	- 22,4
Traf. e viciação de veículos	300	276	- 24	- 8
Ais. receitas para aquisição de droga	14	17	3	21,4
Dest. danif. furto documento	63	47	- 16	- 25,4
Moeda falsa	652	517	- 135	- 20,7
Falsificação de títulos de crédito	158	388	230	145,6
Falsificação de lotaria nacional	37	17	- 20	- 54,1
Falsificação de valores selados	4	2	- 2	- 50
Falsificação de selos cunho cancel.	20	10	- 10	- 50
Traf. capitais out. valores	7	4	- 3	- 42,9
Traf. viciação de obras de arte	4	5	1	25
Incend./fogo posto urbano	871	889	18	2,1
Incend./fogo posto searas	65	121	56	86,2
Incend./fogo posto floresta	916	986	52	5,7
Det. armas bra/fogo n/ proi.	63	100	37	58,7
Motim apolog. púb. crime	3	0	- 3	- 100
Associações criminosas	19	15	- 4	- 21,1
Contra a vida e liberdade das pessoas	20	19	- 1	- 5
Contra a segura. eq. colectivos	5	1	- 4	- 80
Crimes com emprego de engenhos explosivos	59	41	- 18	- 30,5
Crimes com emprego de substâncias tóxicas	1	1	0	0
Pirat. aérea seg. av. civil	0	1	1	0
Terrorismo	11	3	- 8	- 72,7
Tráfico de estupefacientes	1 618	2 176	554	34,2
Consumo de estupefacientes	1 227	1 496	269	21,9
Falsificação de títulos de transporte	231	586	355	153,7
Falsificação de cartas de condução	36	88	52	144,4
Outr. val. int. vida socied.	68	66	- 2	- 2,9
Viciação de cheques	0	2 012	2 012	0
Viciação de vales	0	507	507	0
Outros	170	260	90	52,9
Totais	9 002	12 520	3 518	39,1
Furto simples	1 856	2 581	725	39,1
Furto de coisa acessível	1 626	1 423	- 203	- 12,5
Apropriação de achados	25	32	7	28
Furto qualificado	3 265	3 256	- 9	- 0,3
Furto qualificado com arrombamento	4 761	6 017	1 256	26,4
Furto qualificado com escalamento	953	1 252	299	31,4
Furto qualificado com chave falsa	590	617	27	4,6
Furto qualificado com arrombamento de residência	3 982	3 309	- 673	- 16,9
Furto qualificado com escalamento de residência	1 150	1 121	- 29	- 2,5
Furto qualificado com chave falsa de residência	611	591	- 20	- 3,3
Furto de obras de arte e bens culturais	86	81	- 5	- 5,8

Infracção	1990	1991	Diferença	Varição (percentagem)
Furto em locais culto	24	29	5	20,8
Furto de veículos	1 019	886	- 133	- 13,1
Furto em veículos	3 379	3 849	470	13,9
Furto de uso de veículos	40	64	24	60,6
Roubo	3562	4 429	867	24,3
Assaltos a farmácias	2	9	7	350
Assaltos a bancos	42	57	15	35,7
Assaltos prospect. bancários	4	3	- 1	- 25
Assaltos a outros estabelecimentos de crédito	3	2	- 1	- 33,3
Assaltos a repartições de finanças, tesour.	0	0	0	0
Assaltos a est. correios	4	6	2	50
Outros assaltos à mão armada.....	307	345	38	12,4
Danos	544	582	38	7
Abuso de confiança	768	672	- 96	- 12,5
Burlas	2 471	2 679	208	8,4
Burla com fraude bancária	22	40	18	81,8
Emissão de cheque sem cobertura	20 858	22 663	1 805	8,7
Extorsão	35	45	10	28,6
Falência	20	14	- 6	- 30
Cr. prat. activ. comercial	43	25	- 18	- 41,9
Recepção	81	154	73	90,1
Desvio de subsídios	37	73	36	97,3
Furto de cortiça	0	25	25	0
Outros contra património	255	226	- 29	- 11,4
Crime informático	0	3	3	0
Fraude com dimensão internacional	0	3	3	0
Fraude contra o Estado	0	17	17	0
Fraude c/emp. públicas	0	11	11	0
Outros	192	279	87	45,3
Totais	52 617	57 470	4 853	

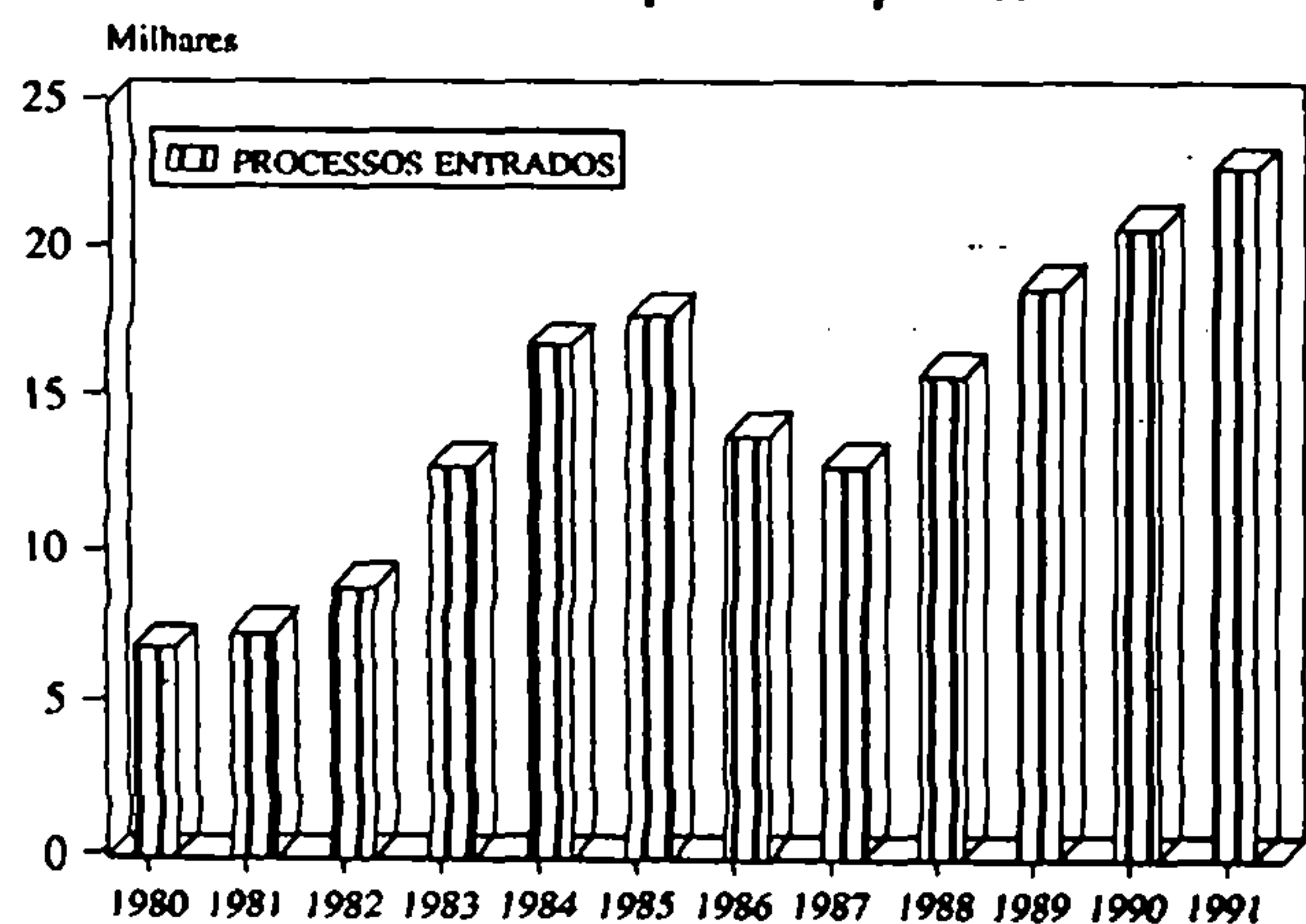
Movimento processual



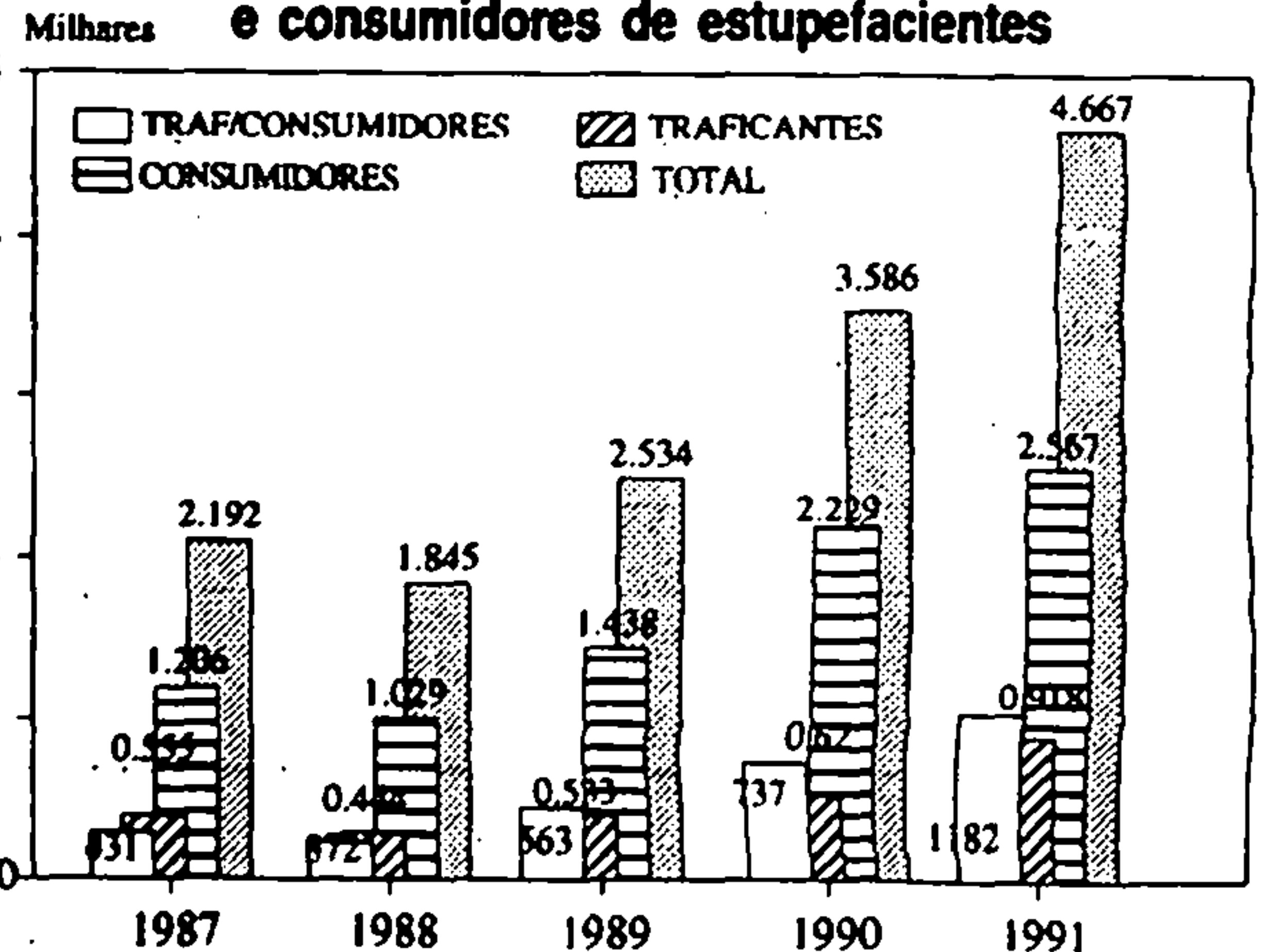
Movimento processual



Emissão de cheques sem provisão



Traficantes, traficantes/consumidores e consumidores de estupefacientes



Fonte: PJ

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Elementos estatísticos de 1991

Vistos — Turismo/negócios/trânsito

ANEXO I

Total de pedidos de vistos consulares — Turismo/negócios/trânsito

1990 — 25 424.
 1991 — 16 131.
 Total de artigos 3.ºs:
 1990 — 2374;
 1991 — 2099.

Cinco países mais destacados:

Vistos consulares (1990):

URSS — 5536;
 Índia — 2146;
 Bulgária — 1546;
 Argélia — 1422;
 Checoslováquia — 1328.

Artigos 3.ºs (1990):

Roménia — 447;
 URSS — 91;
 Angola — 80;
 Venezuela — 51;
 Marrocos — 50;
 China — 50.

Vistos consulares (1991):

URSS — 3791;
 Índia — 1808;
 Bulgária — 1306;
 China — 1064;
 Argélia — 822.

Artigos 3.ºs (1991):

Roménia — 568;
 Israel — 153;
 Angola — 108;
 Paquistão — 87;
 URSS — 90.

Vistos para fixação de residência

ANEXO II

Total de pedidos de vistos para fixação de residência

1990 — 4603.
 1991 — 6782.

Nacionalidades dignas de registo (1990):

1.º Brasil — 769;
 2.º Cabo Verde — 690;
 3.º EUA — 493;
 4.º Reino Unido — 317;
 5.º África do Sul — 300.

Nacionalidades dignas de registo (1991):

1.º Cabo Verde — 1083;
 2.º Brasil — 1076;
 3.º Hong-Kong — 708;
 4.º Guiné-Bissau — 520;
 5.º EUA — 388.

Residentes

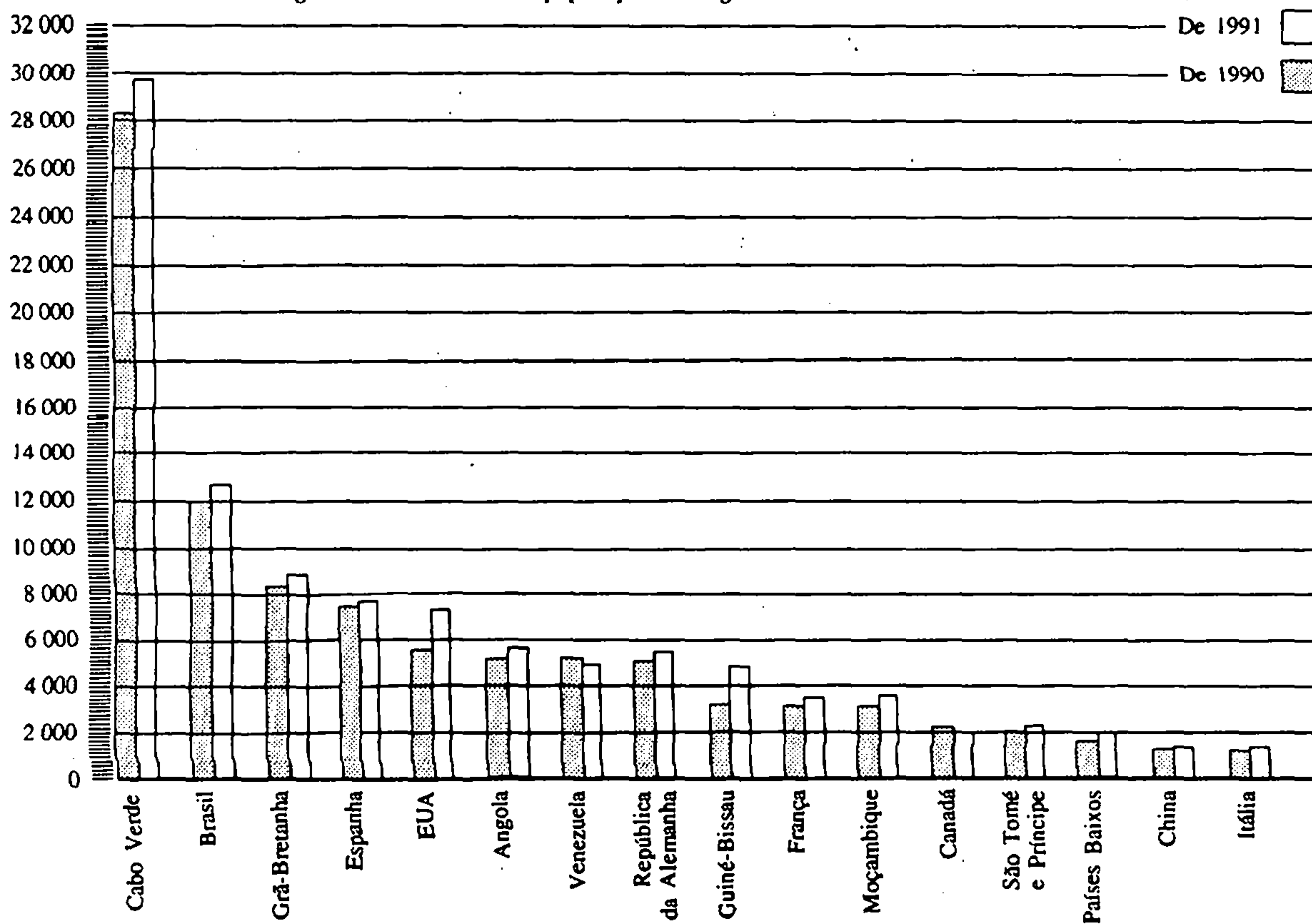
ANEXO III

Estrangeiros residentes em território nacional (total)

1990 — 107 221.
 1991 — 113 301.

ANEXO IV

Nacionalidades mais significativas no total da população estrangeira residente em território nacional em 1990 e 1991



ANEXO IV-A

Residentes (1990-1991)

Nacionalidades (destacáveis por ordem de sua grandeza) (1990):

- 1.º Cabo Verde — 28 796;
- 2.º Brasil — 11 413;
- 3.º Reino Unido — 8457;
- 4.º Espanha — 7462;
- 5.º EUA — 6935.

Nacionalidades (destacáveis por ordem de sua grandeza) (1991):

- 1.º Cabo Verde — 29 624;
- 2.º Brasil — 12 572;
- 3.º Reino Unido — 8876;
- 4.º Espanha — 7559;
- 5.º EUA — 7170.

ANEXO IV-B

Estrangeiros residentes em território nacional originários dos PALOP e do Brasil

	1990	1991
Angola	5 268	5 701
Brasil	12 563	12 572
Cabo Verde	28 718	29 624
Guiné-Bissau	3 961	4 682
Moçambique	3 160	3 339
São Tomé e Príncipe	2 023	2 173

Distribuição em território nacional

ANEXO IV-C

Estrangeiros residentes em território nacional originários da CEE

	1990	1991
Alemanha Federal	4 829	5 165
Bélgica	1 038	1 072
Dinamarca	425	453
Espanha	7 436	7 559
França	3 222	3 390
Grécia	59	63
Irlanda	226	231
Itália	1 175	1 237
Luxemburgo	32	35
Países Baixos	1 816	1 897
Reino Unido	8 436	8 876

ANEXO V

1991

Total geral 113 301

Lisboa 58 547

Faro 12 951

Setúbal 10 694

Porto 7 954

100

52 %

11 %

9 %

7 %

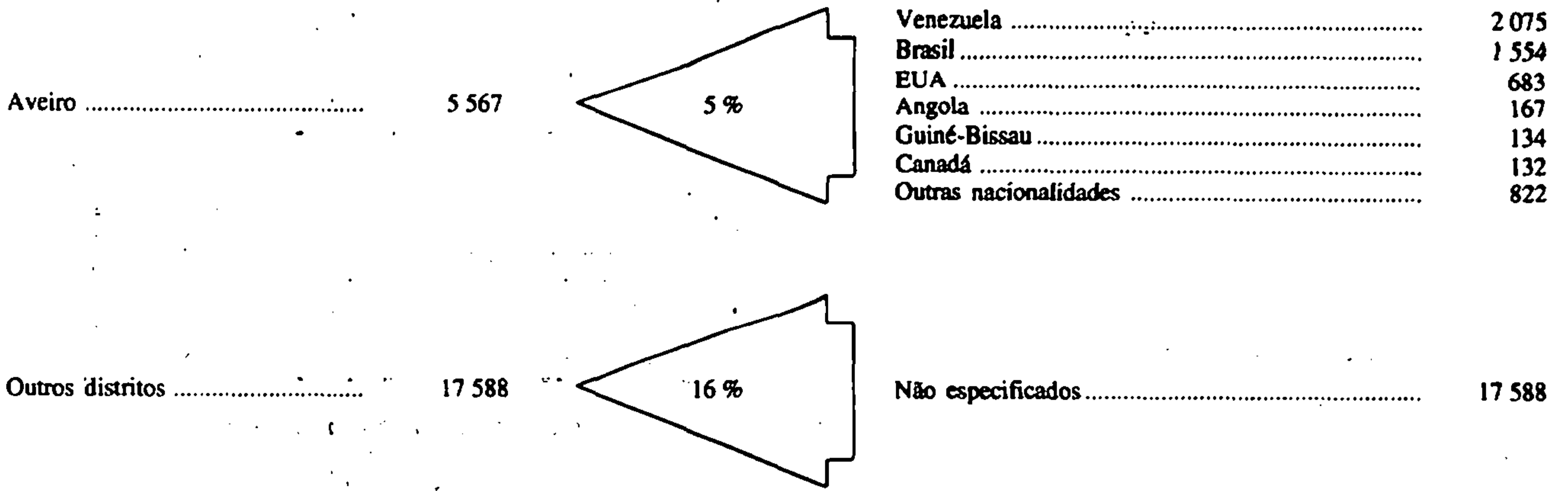
Nacionalidades mais significativas:

Cabo Verde	19 495
Espanha	5 100
Brasil	4 550
Angola	3 208
Guiné-Bissau	3 139
Reino Unido	2 812
Outras nacionalidades	20 243

Reino Unido	4 577
Cabo Verde	1 748
Alemanha Federal	1 229
Países Baixos	811
EUA	362
Angola	339
Outras nacionalidades	3 885

Cabo Verde	6 119
Angola	726
Moçambique	582
Espanha	401
São Tomé e Príncipe	399
Brasil	383
Outras nacionalidades	2 084

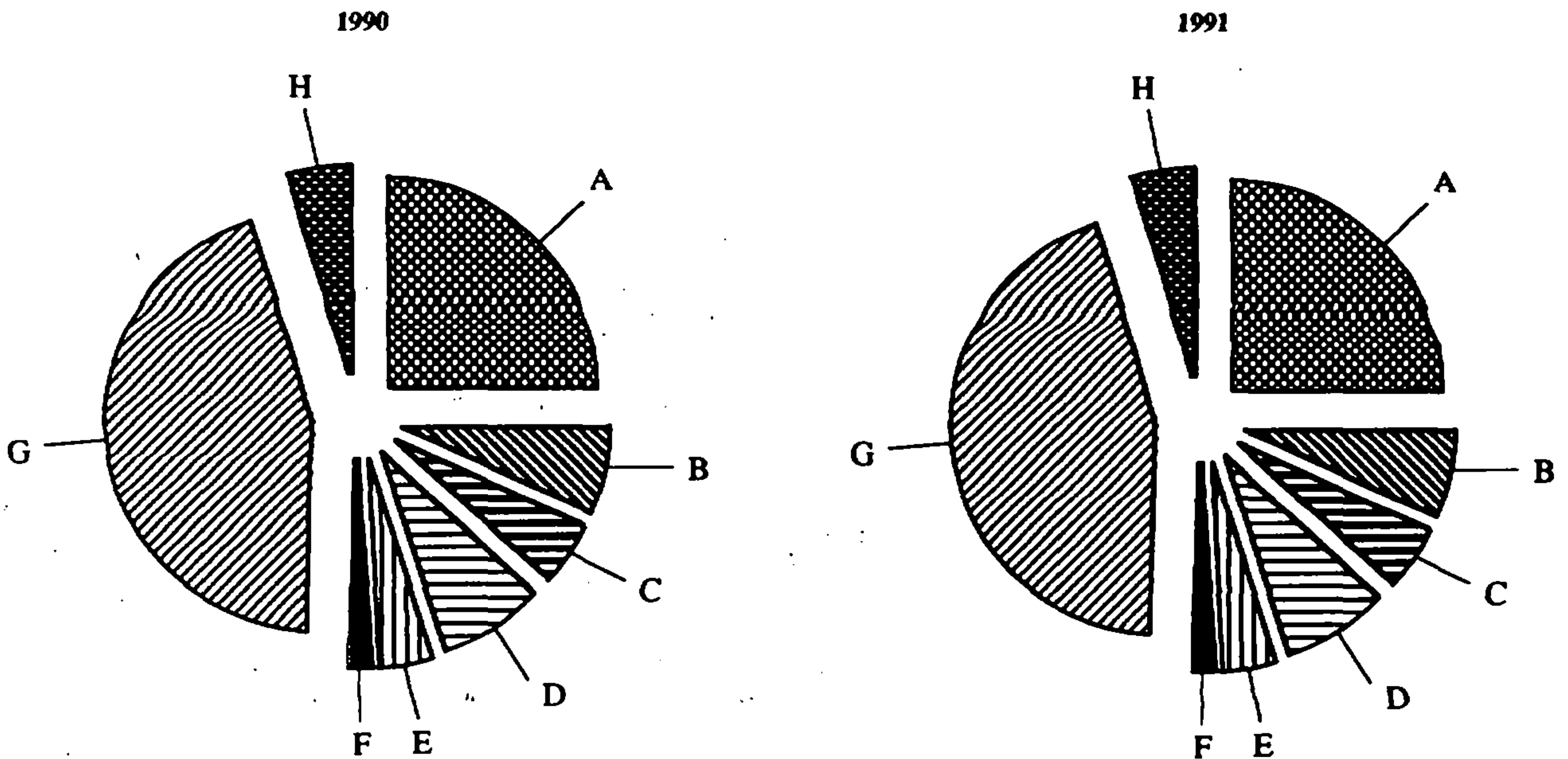
Brasil	2 528
Cabo Verde	704
Espanha	628
Alemanha Federal	605
Reino Unido	472
Angola	463
Outras nacionalidades	2 554



Profissões e ocupações

ANEXO VI

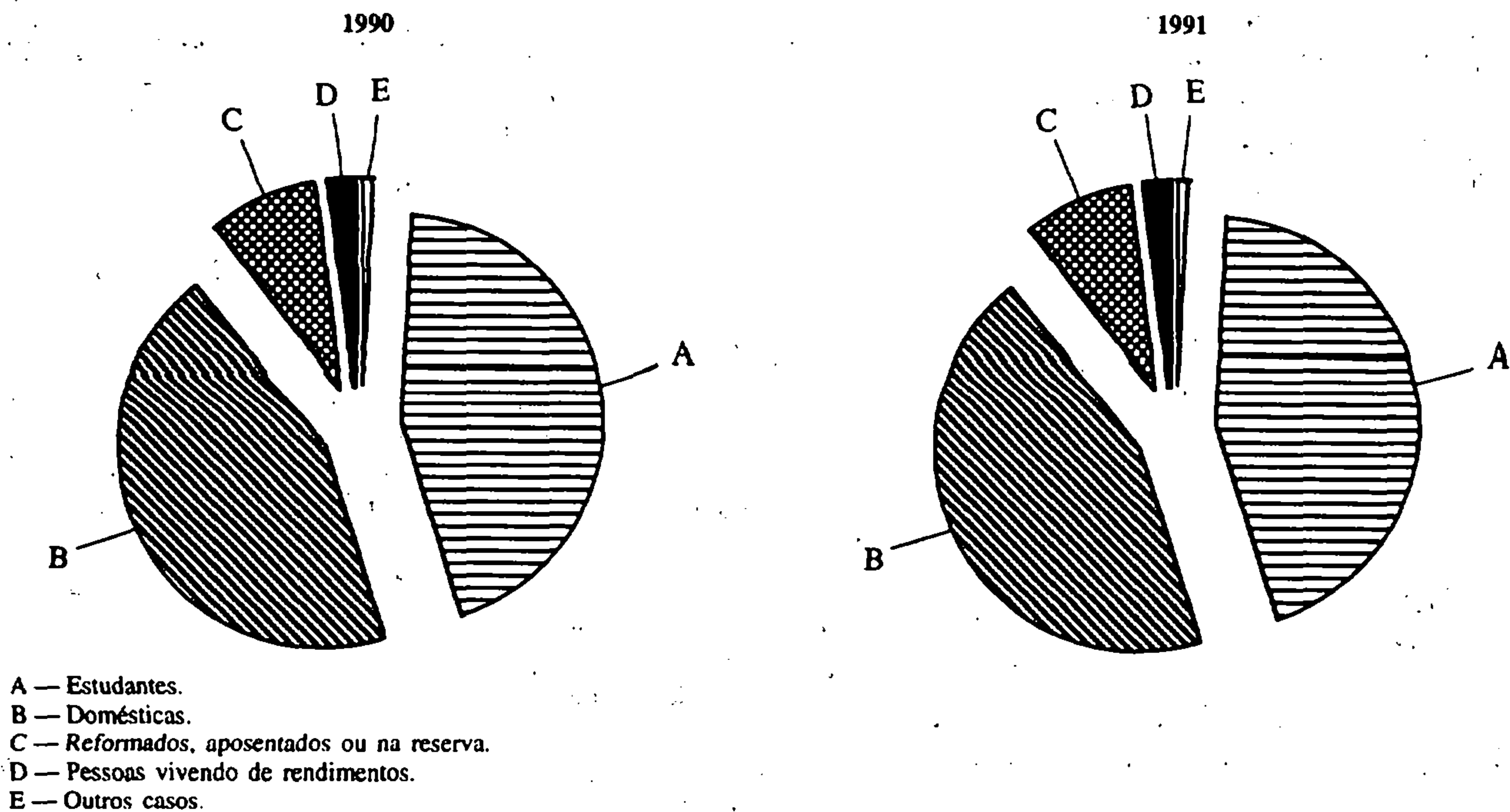
Profissões mais representativas dos cidadãos estrangeiros residentes em território nacional em 31 de Dezembro de 1990 e 31 de Dezembro de 1991



- A — Profissões científicas e liberais.
- B — Direcção e quadros superiores administrativos.
- C — Pessoal administrativo.
- D — Pessoal do comércio.
- E — Pessoal de serv. de protec. e segurança, serv. pes. e domésticos.
- F — Agricultores e trabalhadores agrícolas.
- G — Trab. da prod. das ind. extractivas, transf. cond. de máq. e de mat. transporte.
- H — Trabalhadores não classificados em outra parte.

ANEXO VII

Ocupações mais representativas dos cidadãos estrangeiros residentes em território nacional em 31 de Dezembro de 1990 e 31 de Dezembro de 1991



ANEXO VII-A

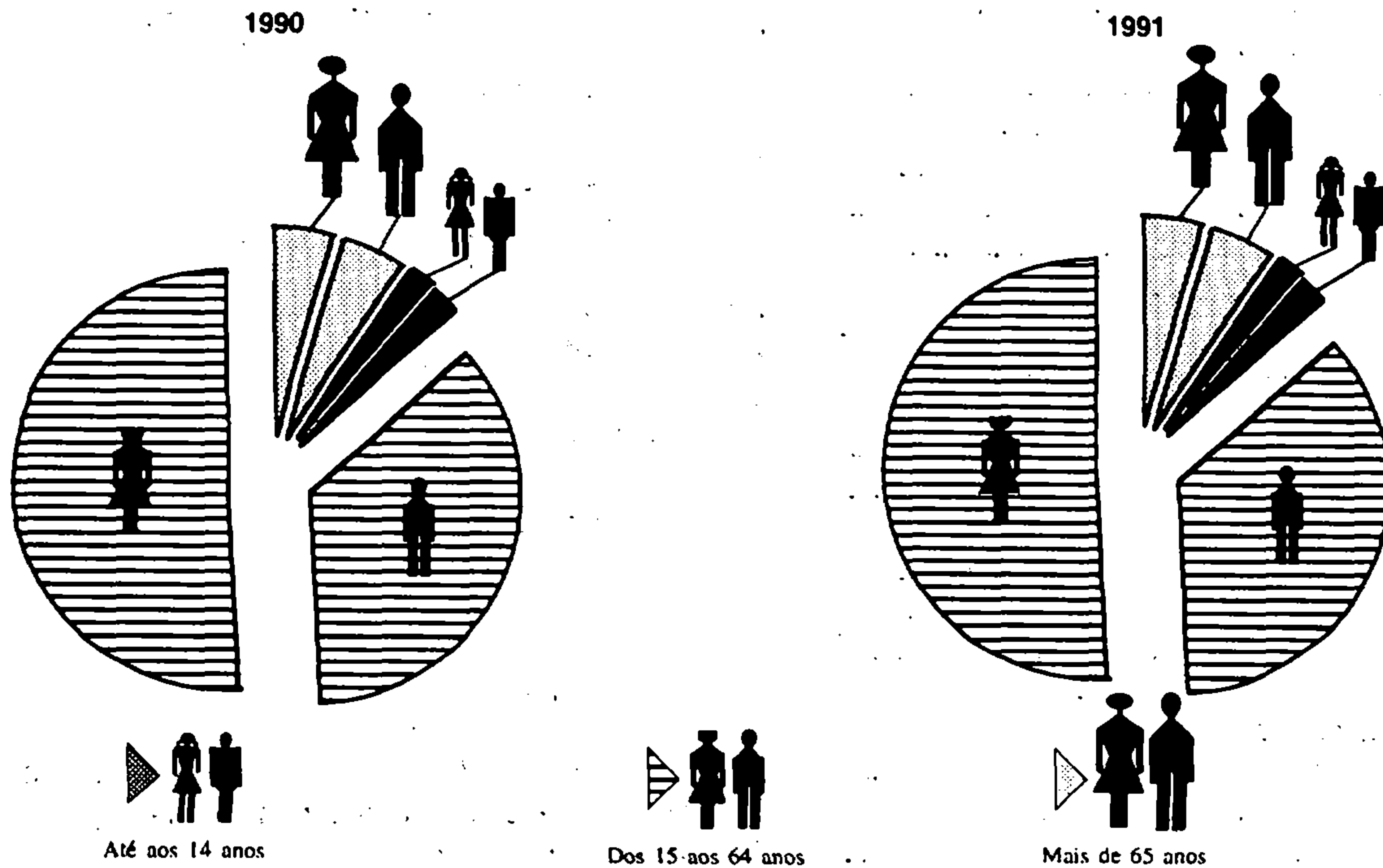
Residentes em 30 de Novembro de 1991 — Profissões/ocupações dominantes

- 1.º Cabo Verde — trabalhadores braçais na indústria, transportes, serviços, etc. — domésticas.
- 2.º Brasil — prof./cient./liberais — estudantes.
- 3.º Reino Unido — prof./cient./liberais — domésticas.
- 4.º Espanha — prof./cient./liberais — domésticas.
- 5.º EUA — prof./cient./liberais — domésticas.

Grupos etários e sexos

ANEXO VIII

Estrutura da população estrangeira residente em território nacional segundo o sexo, por grupos etários em 31 de Dezembro de 1990 e 31 de Dezembro de 1991



ANEXO VIII-A

Residentes — Grupos etários/sexos predominantes

- 1.º Cabo Verde — 15/24 — homens.
- 2.º Brasil — 15/24 — homens.
- 3.º Reino Unido — 25/34 — homens.
- 4.º Espanha — 25/34 — homens.
- 5.º EUA — 15/24 — homens.

Refugiados

ANEXO IX

Pedidos de asilo

Nacionalidades dignas de registo (total de 1990: 61):

1.º Angola	12
Polónia	
2.º Roménia	6
3.º Gana	4
4.º Jugoslávia	3

Nacionalidades dignas de registo (total de 1991: 203):

1.º Zaire	52
2.º Roménia	36
3.º Gana	33
4.º Libéria	21

ANEXO IX-A

Número de pedidos de asilo

África do Sul	1
Angola	5
Bangladesh	3
Cabo Verde	1
Camarões	3
Congo	2
Etiópia	3
Gâmbia	2
Gana	33
Guiné-Conakri	2
Hungria	2
Índia	5
Iraque	2
Jugoslávia	2
Libéria	21
Mali	2
Nigéria	2
Paquistão	4
Polónia	4
República Popular da China	3
República Popular de Moçambique	1
Roménia	36
São Tomé e Príncipe	1

Senegal	2
Sri Lanka	3
Togo	1
Total	203

ANEXO IX-B

Número de concessões de asilo por nacionalidades

Angola	4
Guiné-Conakri	1
Libéria	1
Nigéria	1
República Popular de Moçambique	1
Total	8

Número de indeferimentos liminares por nacionalidades

Gana	2
Polónia	2

Número de recusas de asilo por nacionalidades

Polónia	1
Turquia	1

Expulsões

ANEXO X

Expulsões (dados comparados nos últimos seis anos)

Medida autónoma:

1986 — 84;
1987 — 109;
1988 — 52;
1989 — 81;
1990 — 88;
1991 — 73.

Pena acessória:

1986 — 123;
1987 — 103;
1988 — 173;
1989 — 145;
1990 — 149;
1991 — 211.

Os motivos de expulsão predominantes vêm sendo o tráfico de estupefacientes e o desrespeito das leis portuguesas para estrangeiros.

Actividades de controlo e fiscalização

ANEXO XI

Actividades de controlo e fiscalização — 1991

Direcções Regionais	Tipos de actividades											
	Fiscalização e controlo de estabelecimentos boceiros	Auto de notícias ou auto de transgressão	Inquérito e auto de declaração (refugiados)	Inquérito de informações sobre pedidos de residência	Inquéritos diversos	Pedidos de passaporte	Notificações	Processos de expulsão organizados	Expulsões (artigo 42.º, n.º 1)	Absolvidos	Julgamento adiado	Total global
Coimbra	2 128	1 001	94	1 136	910	476	165	6	10	-	-	5 926
Faro	1 963	2 213	84	265	208	-	65	-	-	-	-	4 798
Funchal	544	585	-	186	33	172	17	-	-	-	-	1 537
Lisboa	633	1 683	104	1 873	944	47	1 624	71	128	-	6	7 113
Ponta Delgada	1 010	376	-	57	131	487	772	-	-	-	-	2 833
Porto	793	2 467	26	1 114	249	21	412	5	2	-	3	5 092
Total	7 071	8 325	308	4 631	2 475	1 203	3 055	82	140	-	9	27 299

Não admitidos à entrada em território nacional

ANEXOS XI-A, XII E XII-A

Interdições de entrada em território nacional (por motivos de interdição/nacionalidades) (*)

1 — Por falta de vistos ou sua falsificação

Total — 2224.

Nacionalidades destacáveis:

Colômbia — 195;
 Peru — 184;
 Checoslováquia — 147;
 Venezuela — 138;
 Marrocos — 135;
 Hungria — 133.

(*) Dados fornecidos pela Guarda Fiscal e para o Aeroporto de Lisboa, a partir de Agosto de 1991, pelo Posto de Fronteira do Aeroporto de Lisboa (SEF).

2 — Por falta de documento de viagem

Total — 281.

Nacionalidades destacáveis:

Espanha — 46;
 República Federal da Alemanha — 20;
 França — 19;
 Angola — 13;
 Guiné-Bissau — 12;
 Cabo Verde — 11.

3 — Por falta de meios de subsistência

Total — 452.

Nacionalidades destacáveis:

Angola — 243;
 Brasil — 47;
 Guiné-bissau — 36;
 Cabo Verde — 16.

4 — Por utilização de documentos de viagem falsos ou falsificados

Total — 143.

Nacionalidades destacáveis:

Cabo Verde — 17;
 China — 11;
 Angola — 8;
 Guiné-Bissau — 3.

5 — Por existência de medida cautelar pendente

Total — 10.

Nacionalidades destacáveis:

Peru — 2;
 Colômbia — 1;
 São Tomé — 1;
 Chile — 1;
 Moçambique — 1;
 Argentina — 1.

Sistema de autoridade marítima

Actividade da autoridade marítima

Segurança interna	1991	Diferença para 1990	Variação (percentagem)
Furtos	400	79	24,6
Furto de embarcações	41	- 15	- 26,7
Furto em embarcações	165	75	83,3
Outros	194	19	10,9
Roubos	22	0	0
Droga:			
Apreensão de haxixe	1 326	+ 847	56,5
A bordo de embarcação	440		
Em redes de embarcações piscatórias	886		
Apreensão de cocaína	300,052	+ 288	
Detenção de traficantes	2	1	100
Sinistros marítimos:			
Acidentes com embarcações	123	- 47	- 27,6
Mortes resultantes	20	- 31	- 60,8
Acidentes com banhistas ...	110	+ 71	192
Vítimas mortais	75	+ 37	97,4
Desaparecidos	12	+ 11	
Alterações da ordem pública, conflitos laborais, sociais e outros	18	- 16	- 47

V

Índices de criminalidade
Guarda Nacional Republicana

Índices	1990	1991	Diferença	Varição (percentagem)
Crimes contra pessoas				
Crimes contra a vida:				
Homicídios	254	218		
Agressões/ofensas corporais	13 383	13 288		
Rapto/sequestro	15	25		
Soma	13 652	13 531	— 121	— 0,9
Furtos/roubos	2 653	2 962		
Burlas	1 854	2 275		
Violação	108	97		
Outros (ameaças, etc.)	7 206	7 036		
Soma	11 821	12 370	549	4,6
Totais	25 473	25 901	428	1,7
Crimes contra o património				
Furtos/roubos:				
Em edifícios públicos	610	642		
Em estabelecimentos comerciais	3 385	4 142		
Em fábricas/outras instalações	3 250	3 433		
Em habitação (residências)	7 289	8 839		
Em veículos	4 744	5 412		
De veículos	3 590	3 749		
Soma	22 868	26 217	3 349	14,6
Assaltos à mão armada:				
A bancos	32	29		
Em edifícios públicos	1	5		
Em estabelecimentos comerciais	50	69		
Em fábricas/outras instalações	16	24		
Em habitação (residências)	17	18		
A pessoas	50	48		
Soma	166	193	27	16,3
Totais	23 034	26 410	3 376	14,6
Crimes contra valores e interesses da vida em sociedade				
Violações (a)	—	—		
Prostituição pomografia	27	9		
Moeda falsa	—	7		
Incêndios por negligência	1 098	1 158		
Fogo pôsto (ou suspeita)	471	445		
Contrabando	4	4		
Cheques sem cobertura (b)	—	—		
Totais	1 600	1 623	23	1,4
Actos de terrorismo	0	0		
Crimes cometidos com engenhos explosivos	32	15	— 15	— 113,1
Delinquência juvenil	622	576	— 46	— 7,9
Alterações de ordem pública:				
Por razões de natureza política	3	7		
Por razões de natureza sócio-laboral	73	59		
Em recintos desportivos	252	200		
Por razões de outra natureza	52	52		
Soma	380	318	— 62	— 19,4
Ofensas ou desobediência às autoridades ou a funcionários:				
Tentativa ou prática de agressão	100	152		
Ameaças ou injúrias	407	430		

Índices	1990	1991	Diferença	Varição (percentagem)
Desobediência e ou resistência.....	206	205		
Tentativa de suborno.....	14	16		
Intromissão no serviço.....	4	3		
Soma.....	731	809	78	10,6
Tráfico/consumo de droga:				
Consumo/posse (inclui produção/plantação).....	331	430		
Tráfico.....	81	124		
Furto/roubo farmácias.....	7	8		
Soma.....	419	562	143	34,1

(a) Violação — considerada também nos crimes contra pessoas.
 (b) Não foram contabilizados os dados.

Resultados mais significativos da actividade operacional desenvolvida

Actividade/acção	1990	1991	Diferença	Varição (percentagem)
No âmbito policial				
Autuações por infracções aos RPG capturas.....	60 422	50 772	— 9 650	— 16,0
Em flagrante delito.....	5 215	5 395	180	3,5
Outras (em resultado de investigação ou mandato).....	4 879	4 895	16	0,3
Detenções e ou apresentações a tribunal:				
Por actuação ilícita contra agentes da autoridade.....	731	881	150	20,5
Por consumo, posse ou tráfico de droga.....	419	562	143	34,1
Por infracção à lei da caça.....	139	65	— 74	— 53,2
Por acção ou suspeita de fogo posto.....	471	445	— 26	— 5,5
Armamento:				
Apreendido.....	737	824	87	11,8
Recuperado e ou entregue.....	107	25	— 82	— 76,6
Veículos:				
Furtados.....	4 047	3 986	— 61	— 1,5
Recuperados.....	2 309	2 145	— 164	— 7,0
No âmbito da fiscalização rodoviária				
Autuações:				
Por infracção ao CE e RTA.....	484 496	491 948	7 452	1,5
Por condução sem habilitação legal.....	3 177	3 026	— 151	— 4,8
Por condução sob efeito do álcool.....	11 926	18 446	6 520	54,7
Veículos apreendidos por circulação ilegal.....	6 257	5 771	— 486	— 7,8
Sinistralidade rodoviária				
Acidentes de viação.....	62 136	69 028	6 892	11,0
Mortos.....	2 071	2 216	145	7,0
Feridos graves.....	7 038	7 151	113	1,6
Feridos ligeiros.....	36 138	39 552	3 414	9,4
Suicídios registados.....	939	922	— 17	— 1,8
Baixas sofridas no cumprimento da missão				
Mortos.....	3	4	1	33,3
Feridos graves.....	22	6	— 16	— 72,7
Feridos ligeiros.....	—	—	—	—

Guarda Fiscal

Actividade desenvolvida nas fronteiras

	1990	1991	Diferença	Varição (percentagem)
Capturas				
Militares	21	14	- 7	- 33
Civis	239	149	- 90	- 37,6
Estrangeiros	21	16	- 5	- 23,8
	281	179	- 102	- 36,2
Interdição de entradas				
Falta de visto	3 570	1 968	- 1 602	- 44,8
Falta de documento de viagem	268	222	- 46	- 17,1
Falta de meios de subsistência	590	472	- 118	- 20
Documentos caducados	36	15	- 21	- 58,3
Com medida cautelar pendente	7	9	+ 2	+ 28,5
Passaporte falso	15	27	+ 12	+ 80
Falsificação de visto	36	15	- 21	- 58,3
Falsificação de bilhete de identidade	4	4	-	-
Falsificação de autorização de residência	7	10	+ 3	+ 42,8
	4 533	2 742	- 1 791	- 39,5
Interdição de saída				
Documentos caducados	1 631	885	- 746	- 45,7
Falta de documentos	2 656	2 880	+ 224	+ 8,5
Com medida cautelar pendente	41	44	+ 3	7,3
Bilhete de identidade falsificado	9	8	- 1	- 11,1
Passaporte falso	15	15	-	-
Visto falso	2	1	- 1	- 50
	4 354	3 833	- 521	- 11,9
Pedidos de accionamento de medidas cautelares				
Capturas	4 771	5 218	+ 447	+ 9,3
Deteção/paradeiro	1 320	2 091	+ 771	+ 36
Apreensão de passaportes nulos	5 843	5 930	+ 87	+ 1
Interdição de entrada	909	783	- 126	- 13
Interdição de saída	221	406	+ 185	+ 83,7
	13 064	14 428	+ 1 364	+ 9
Diversos				
Vistos de trânsito concedidos	3 762	2 796	- 966	- 25
Deportados/expulsos de outro país	309	142	- 167	- 54
Pedidos de asilo político	5	27	+ 22	+ 440
Entregues a autoridades de outro país	193	153	- 40	- 21
Clandestinos detectados em navios	102	182	+ 80	+ 78,4
Detectados com medida cautelar pendente:				
Nacionais	82	20	- 62	- 76
Estrangeiros	13	30	+ 17	+ 130,7
	4 466	3 366	- 1 100	- 25

Nota. — Os dados referidos não incluem a fronteira aérea do Aeroporto de Lisboa, que desde 1 de Agosto de 1991 passou para a responsabilidade do SEF.

Armamento e munições apreendidos pela Guarda Fiscal

Discriminação	Apreensões efectuadas		Diferença	Varição (percentagem)
	1990	1991		
Armas				
Pistolas	56	23	- 33	- 59
Revólveres	10	2	- 8	- 80
Espingardas de caça	17	3	- 14	- 82
Espingardas de pressão de ar	2	75	+ 73	+3 650

Discriminação	Apreensões efectuadas		Diferença	Variação (percentagem)
	1990	1991		
Munições				
Calibre: 6,35 mm	2 427	107	- 2 320	- 96
Calibre: 7,65 mm	-	51	+ 51	
Calibre: 32 mm	156	6	- 150	- 96
Calibre: 22 mm	554	315	- 239	- 43
Calibre: 8 mm	-	2	+ 2	
Calibre: 9 mm	-	20	+ 20	
Diversos calibres	516	-	- 516	
Cartuchos de caça: 12 mm	61	35	- 26	- 43

Pólicia de Segurança Pública

Tipo de acções	1990	1991	Variação (percentagem)	M. mens.
Acções armadas	1		- 100	
Engenhos explosivos accionados	11	4	- 64	0,3
Engenhos explosivos levantados	3	1	- 67	0,08
Roubos com arma:				
A pessoas	687	905	32	75
A estabelecimentos	63	139	121	11
A habitações	21	34	62	2,8
A bancos	14	14	-	1,1
Furtos:				
A pessoas	12 234	14 001	14	1 167
A estabelecimentos	7 429	9 485	28	790
A habitações	7 402	7 956	7	663
Em viaturas	21 785	23 858	9	1 988
De viaturas	5 999	6 439	7	536
De motorizadas	3 348	3 677	10	306
De armamento	533	418	- 21	35
Droga:				
Tráfico	537	926	72	77
Consumo/posse	2 141	2 387	11	199
Desrespeito pela autoridade	1 133	1 112	- 1,8	93
Delinquência juvenil	2 280	1 770	- 22	147
Notícias alarmantes	740	744	19	64
Cheques sem provisão	15 144	19 788	31	1 649

ANEXO A-1 AO RELATÓRIO ANUAL
Resumo de ocorrências por comandos

Distritos	A) Acções violentas de terrorismo			B) Crimes de delito comum										c.	d.	e.	f.	g.	2.a						
	(1) Ac. Armadas	(2) Eng. accionados	(3) Eng. levantados	(1) Roubos com arma				(2) Furtos e ou roubos				(3) Droga								(4) Fogo posto	(5) Rapto	(6) seqüestros	(7) Violações		
				(a) Pessoas	(b) A estabelecimentos	(c) A habitações	(d) A bancos	(a) A pessoas	(b) A estabelecimentos	(c) A habitações	(d) Em viaturas	(c) De viaturas	(f) De motorizadas											(h) Tráfico	(c) Consumo
Viana do Castelo	-	-	-	1	7	1	-	20	75	14	17	-	4	4	-	-	-	-	18	20	3	3	-	1	86
Braga	-	-	-	13	216	278	558	278	558	298	368	41	106	-	-	-	-	-	18	88	30	30	-	87	906
Ponte	-	-	-	213	2 672	1 628	5 147	1 012	1 012	1 012	597	124	1 002	-	-	-	-	-	18	179	59	59	-	190	3 330
Vila Real	-	-	-	1	45	94	160	37	37	37	59	1	11	-	-	-	-	-	-	8	6	6	-	14	171
Bragança	-	-	-	2	31	84	17	9	9	9	17	4	2	-	-	-	-	-	-	4	7	7	-	13	210
Aveiro	-	-	-	2	257	264	437	95	227	95	227	4	75	1	1	1	1	1	16	45	6	6	-	71	754
Viseu	-	-	-	-	52	146	79	172	46	46	30	1	33	1	1	1	1	1	9	26	6	6	-	30	454
Guarda	-	-	-	-	19	17	8	57	6	6	10	-	-	-	-	-	-	-	5	7	8	8	-	8	14
Coimbra	-	-	-	15	275	192	441	132	441	132	152	25	58	-	-	-	-	-	4	37	16	16	-	142	152
Leiria	-	-	-	11	249	311	756	86	756	86	152	8	56	4	4	4	4	4	15	22	38	38	-	92	1 216
Casulo Branco	-	-	-	-	30	106	44	104	25	25	15	1	13	2	2	2	2	2	15	26	6	6	-	23	224
Santarém	-	-	-	5	252	287	449	142	449	142	175	8	70	10	10	10	10	10	3	28	12	12	-	34	551
Lisboa	-	-	-	612	8 114	2 978	12 221	3 359	12 221	3 359	810	661	701	13	13	3	3	3	103	336	153	153	-	615	10 788
Setúbal	-	-	-	17	362	578	983	457	983	457	292	40	145	-	-	-	-	-	6	92	21	21	-	114	891
Portalegre	-	-	-	-	29	55	43	98	15	15	26	-	3	3	3	3	3	3	2	16	-	-	-	41	174
Évora	-	-	-	-	59	61	158	51	158	51	77	4	13	-	-	-	-	-	2	12	6	6	-	30	275
Beja	-	-	-	1	38	68	111	28	111	28	14	2	20	-	-	-	-	-	2	9	11	11	-	10	125
Faro	-	-	-	4	584	481	928	158	928	158	355	-	56	1	1	1	1	1	19	30	12	12	-	34	413
Funchal	-	-	-	14	417	461	571	291	571	291	189	-	5	23	23	23	23	23	19	84	14	14	-	146	5
Ponte Delgada	-	-	-	-	50	168	199	120	199	120	69	1	7	5	5	5	5	5	-	32	3	3	-	45	771
Angra do Heroísmo	-	-	-	2	75	184	118	57	118	57	17	1	7	3	3	3	3	3	4	7	1	1	-	30	194
Horta	-	-	-	-	42	25	7	1	7	1	9	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	84
Totais	-	4	1	905	139	34	14	14 001	23 858	6 439	3 677	926	2 387	67	5	6	102	210	1 112	1 112	418	418	-	1 770	19 788

Relatório da actividade operacional de 1991

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Sommas		
													1991	1990	
Árbitros:															
Agressões	10	14	12	12	4	1	-	-	2	2	7	2	66	(108)	
Injúrias/ameaças	31	34	41	27	20	2	-	1	5	8	18	19	206	(133)	
Danos em viaturas	3	-	1	2	-	-	-	-	1	-	-	-	7	(11)	
PSP:															
Agressões	-	1	3	-	-	-	-	1	1	-	1	2	9	(16)	
Injúrias/ameaças	1	2	2	2	2	-	-	-	-	1	2	3	15	(11)	
Danos em viaturas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	(2)	
Danos em fardamento/equipamento ...	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	3	(5)	
Encargos com a saúde	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	
Colectividades/dirigentes:															
Agressões	6	2	11	9	4	4	-	2	1	1	1	4	45	(42)	
Ameaças/injúrias	4	2	3	2	3	-	-	1	-	2	3	2	22	(11)	
Danos materiais	2	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	5	(4)	
Danos em viaturas	1	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-	4	(1)	
Público:															
Agressões entre espectadores	6	4	5	2	5	3	-	-	-	1	3	4	33	(28)	
Invasão agressiva do recinto de jogo ...	4	5	2	5	3	4	-	-	-	1	1	3	27	(47)	
Número de detenções efectuadas ...	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	4	(3)	
Diversos:															
Outros casos	6	3	3	2	5	1	-	-	-	1	-	5	26	(110)	
Somas	74	68	83	65	48	15	-	5	10	19	42	45	473	(533)	

Nota. — Os números entre parêntesis referem-se a igual período de 1990.

Incidentes verificados em recintos desportivos no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1991

Resumo		
Janeiro	64	(27)
Fevereiro	53	(28)
Março	49	(26)
Abril	48	(27)
Maio	37	(19)
Junho	11	(9)
Julho	-	(3)
Agosto	3	(4)
Setembro	7	(29)
Outubro	15	(37)
Novembro	30	(63)
Dezembro	31	(69)
Soma	348	(341)

Nota. — Os números entre parêntesis são relativos a igual período de 1990.

Bragança	2	(5)
Castelo Branco	-	(-)
Coimbra	10	(16)
Évora	1	(8)
Faro	14	(7)
Guarda	7	(4)
Leiria	21	(14)
Lisboa	121	(108)
Portalegre	1	(1)
Porto	37	(44)
Santarém	10	(8)
Setúbal	16	(31)
Viana do Castelo	2	(5)
Vila Real	4	(4)
Viseu	7	(13)
Funchal	24	(3)
Ponta Delgada	13	(5)
Angra do Heroísmo	5	(6)
Horta	6	(3)
Soma	348	(341)

Nota. — Os números entre parêntesis são relativos a igual período de 1991.

Incidentes verificados em recintos desportivos no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1991

Distritos		
Aveiro	23	(30)
Beja	2	(1)
Braga	22	(25)

Anos	Número de cheques	V. contos
1978	426	13 500
1979	865	24 300
1980	914	36 700
1981	918	88 300

Anos	Número de cheques	V. contos
1982	1 128	69 900
1983	1 279	90 300
1984	2 077	156 700
1985	3 014	270 700
1986	3 053	346 659
1987	4 924	877 165
1988	7 369	1 022 627
1989	10 712	1 446 384
1990	15 144	2 592 592
1991	19 788	3 527 194

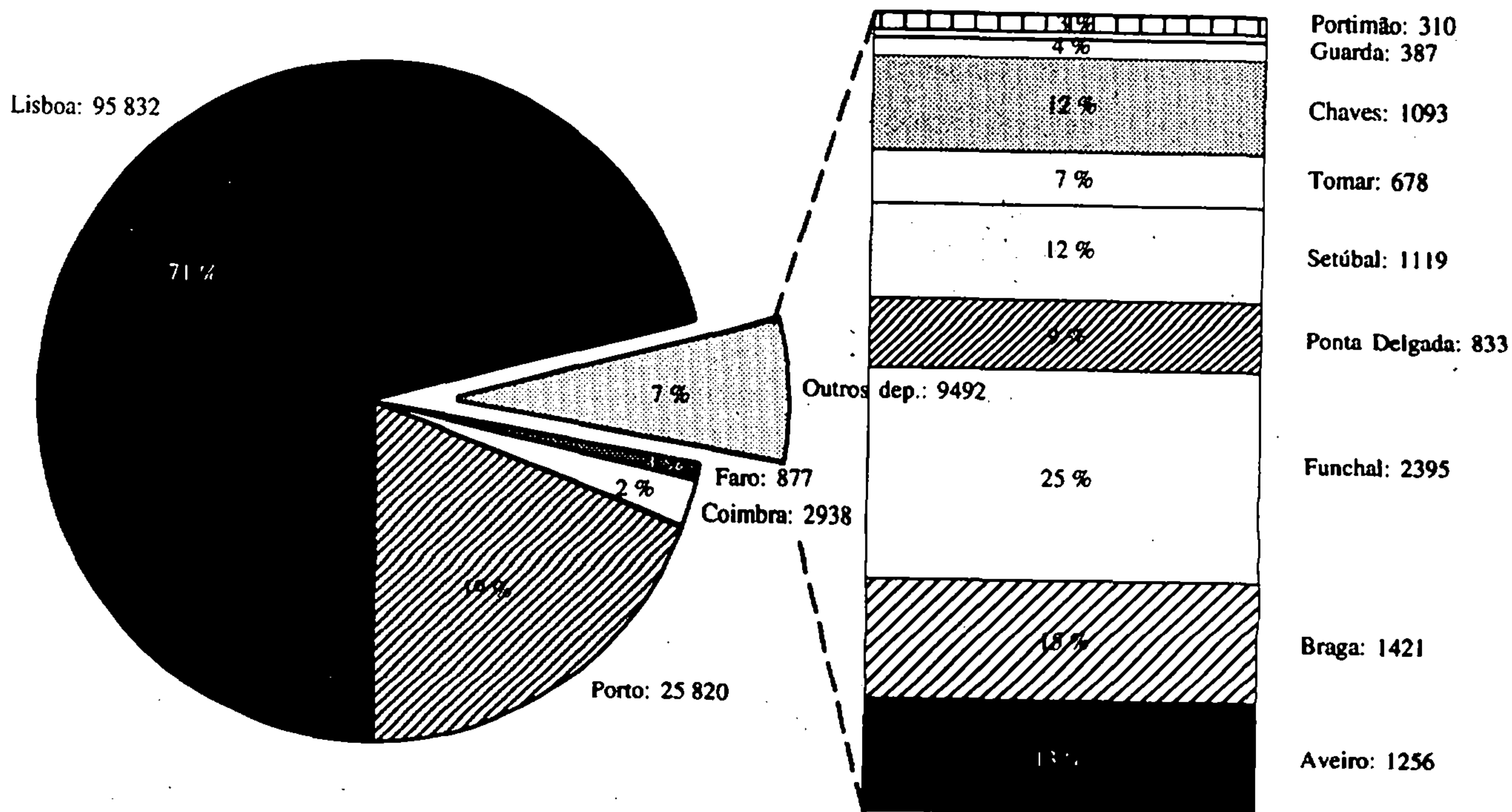
Apreensões de droga efectuadas em gramas

Nome	1990	1991
Haxixe	46 807	34 112
Heróina	9 470	12 238
Liamba	2 060	3 691
Cocaína	2 013	3 781
Marijuana	2 500	-

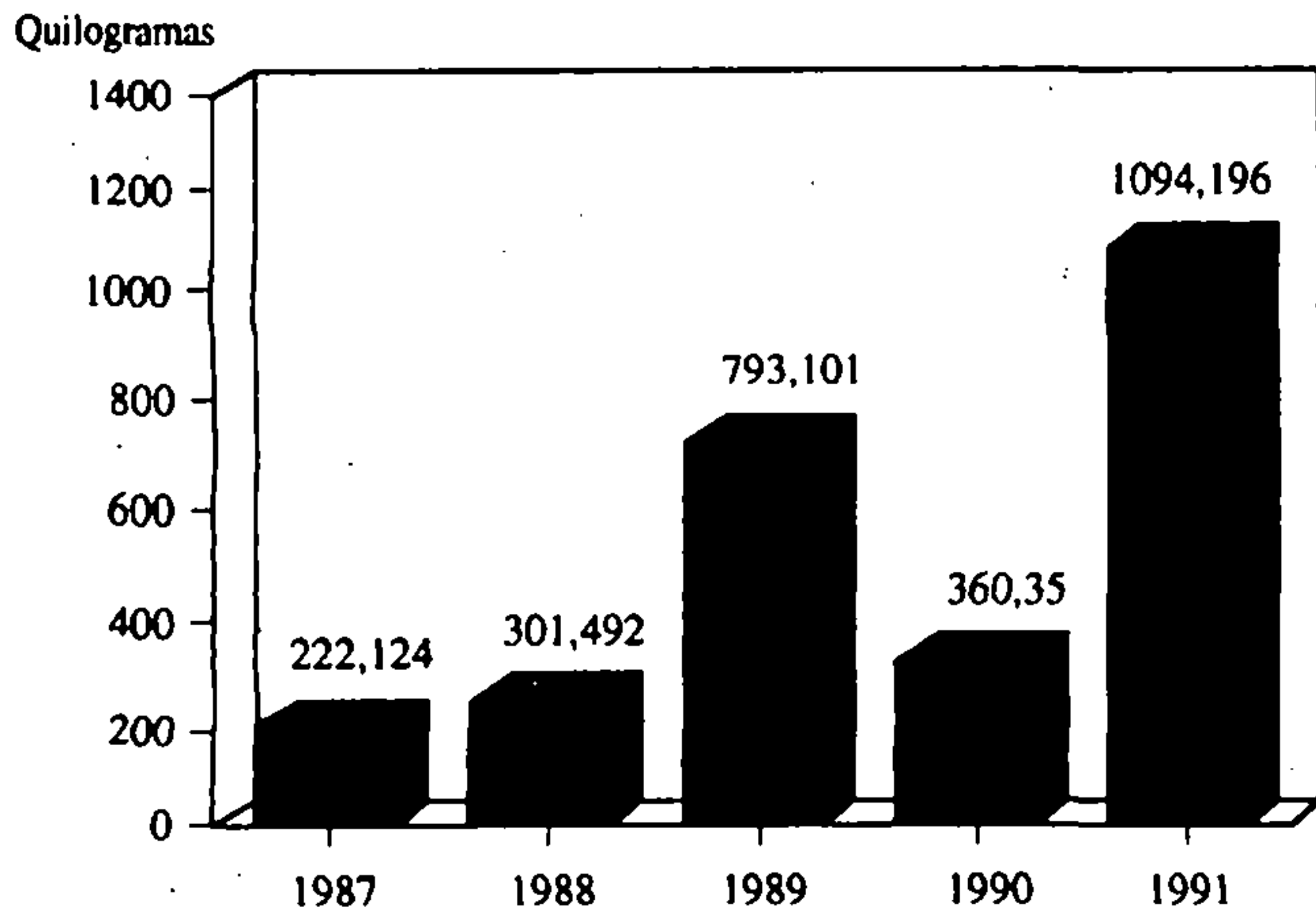
Detenção de traficantes de droga	1990	1991
Tráfico	537	926
Posse	2 141	2 387

Polícia Judiciária

Processos entrados por departamentos (1991)

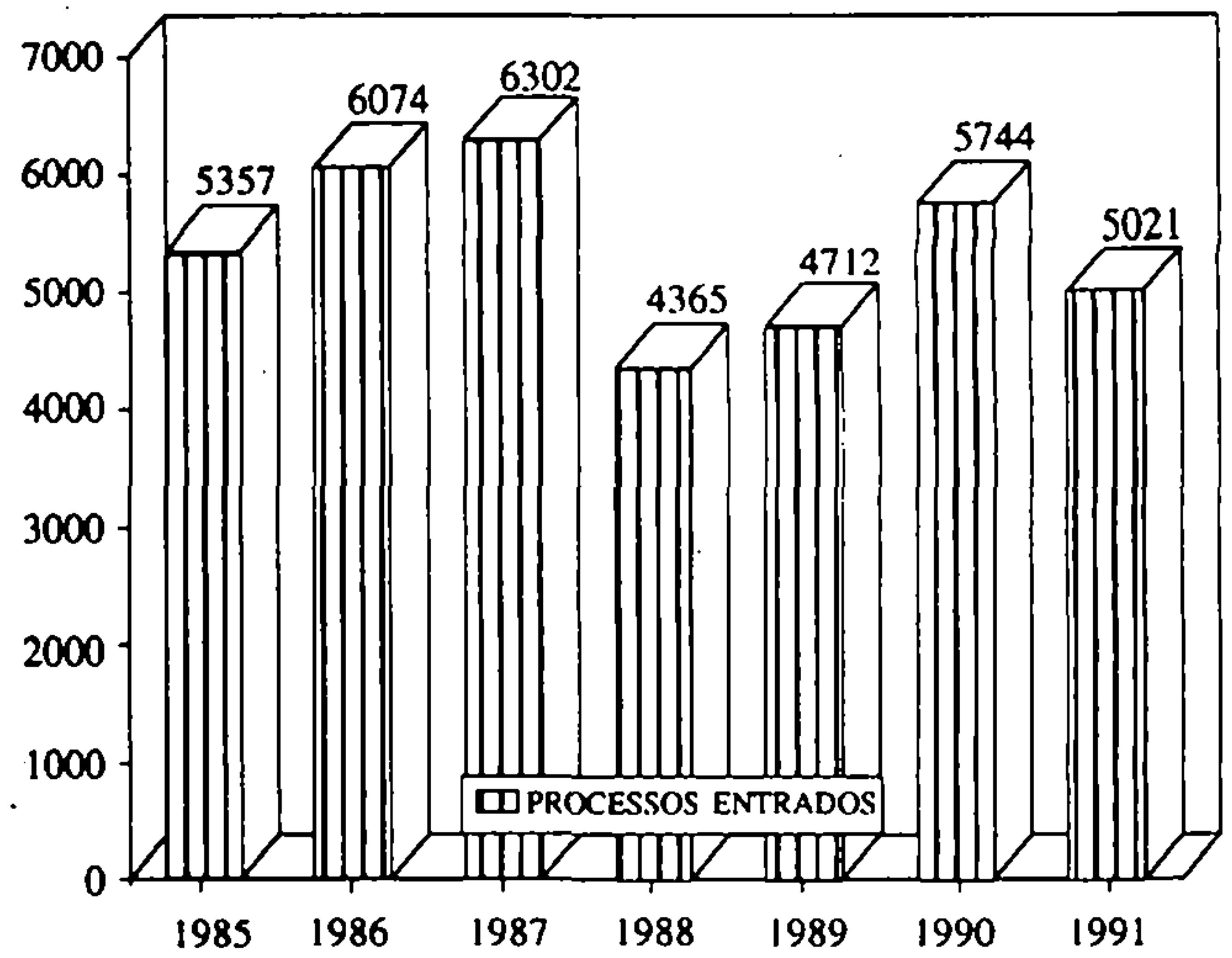


Cocaína apreendida

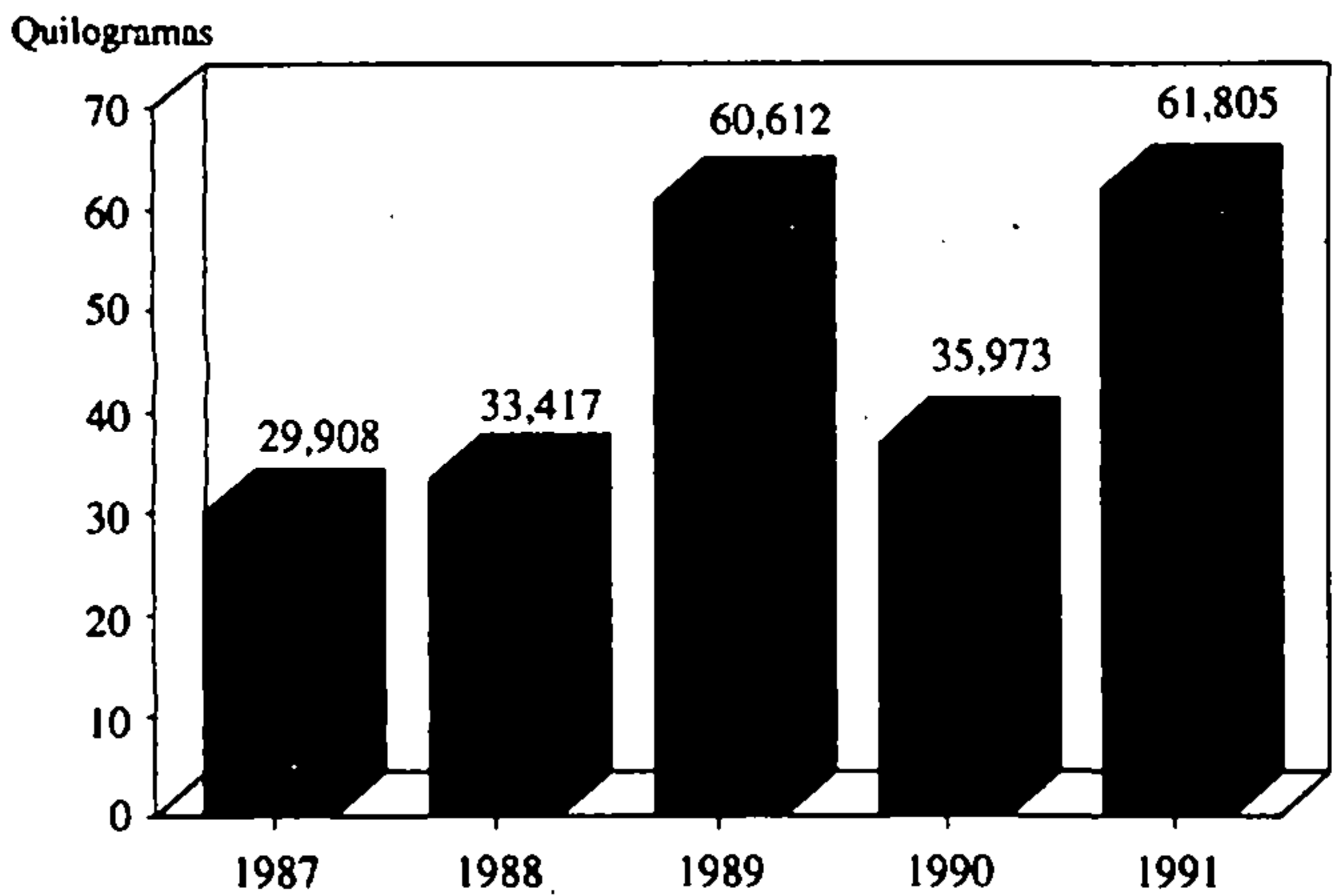


Fonte: DCITE/PJ

Furtos qualificados em residências

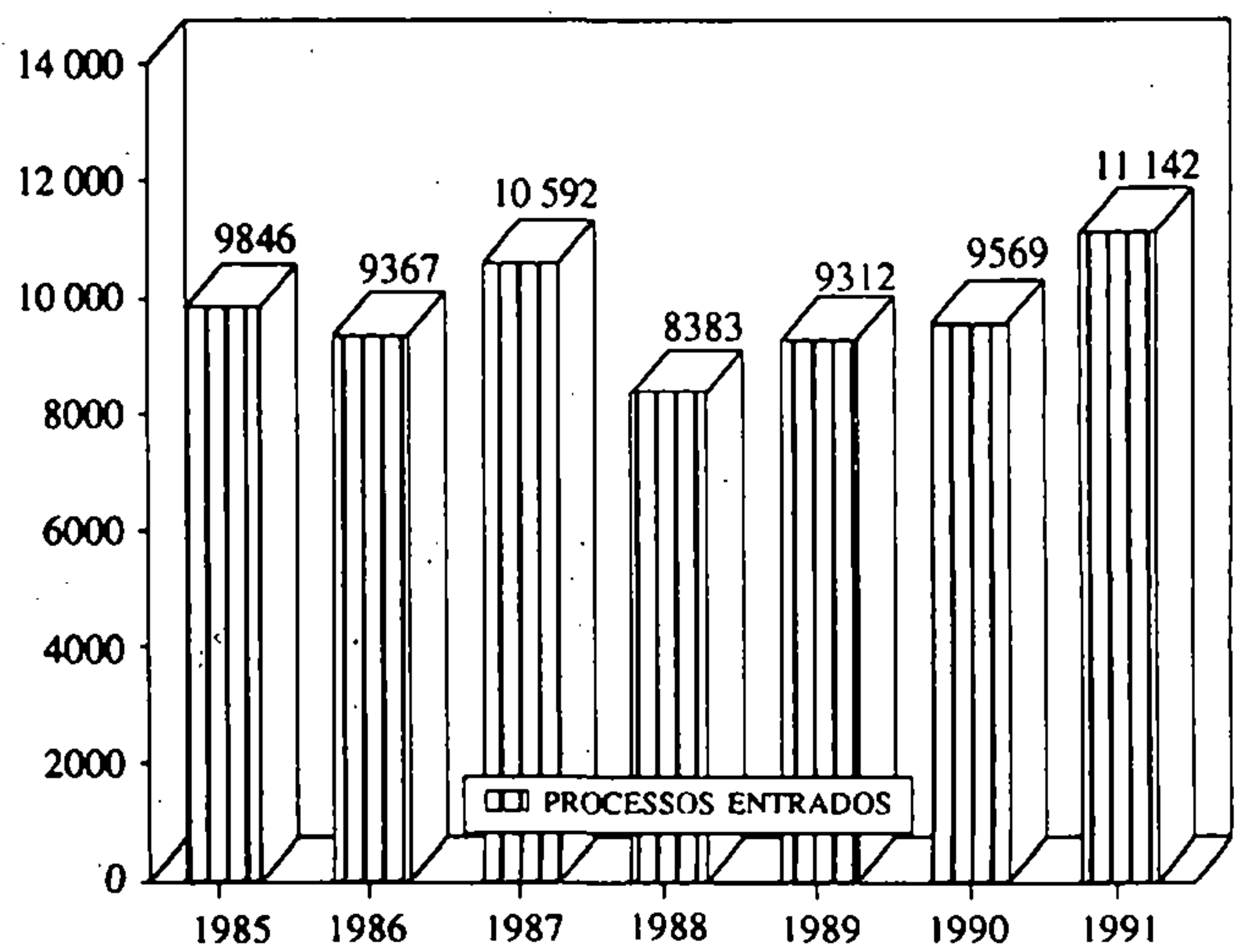


Heroína apreendida

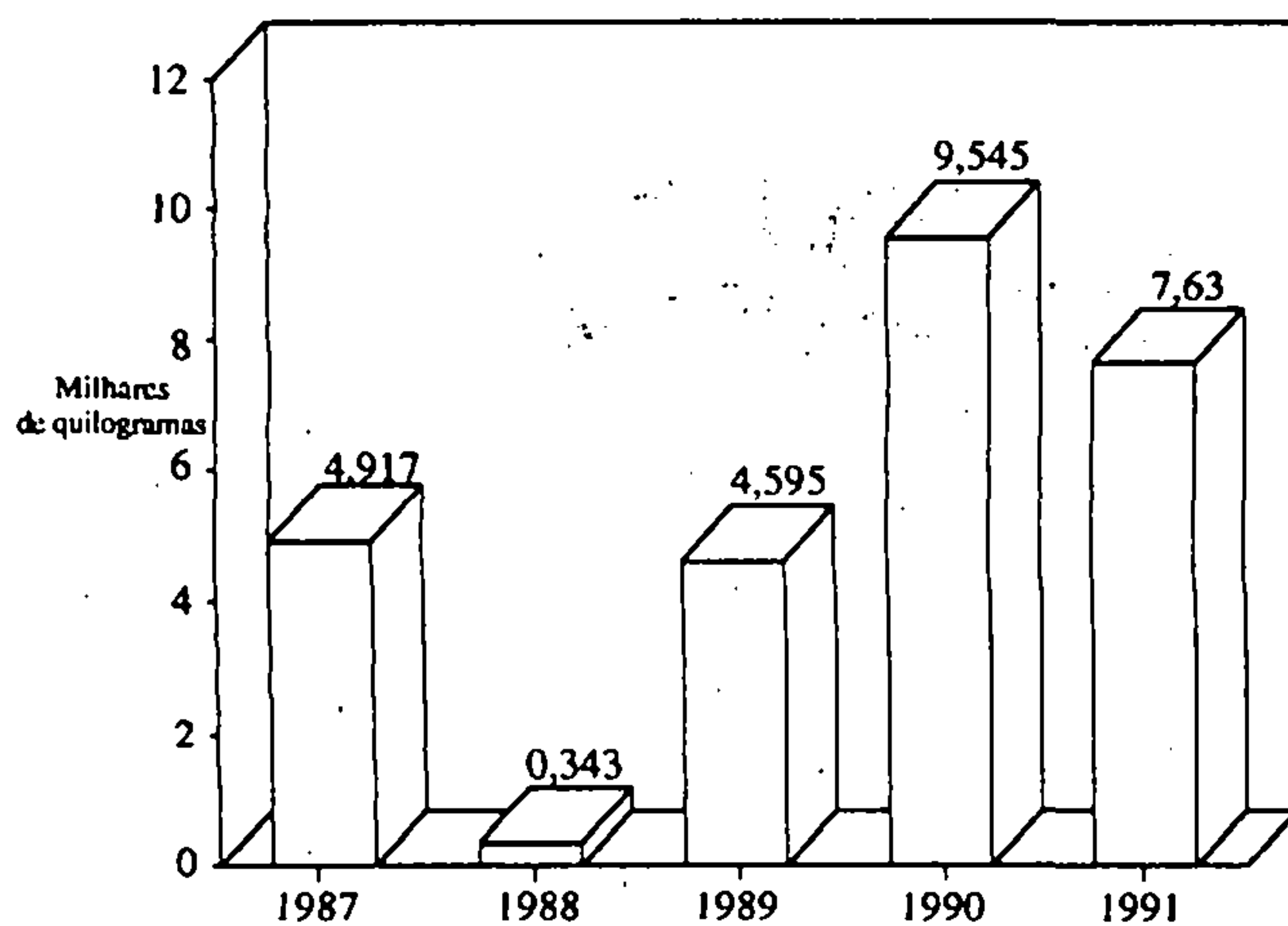


Fonte: PJ

Furtos qualificados em estabelecimentos

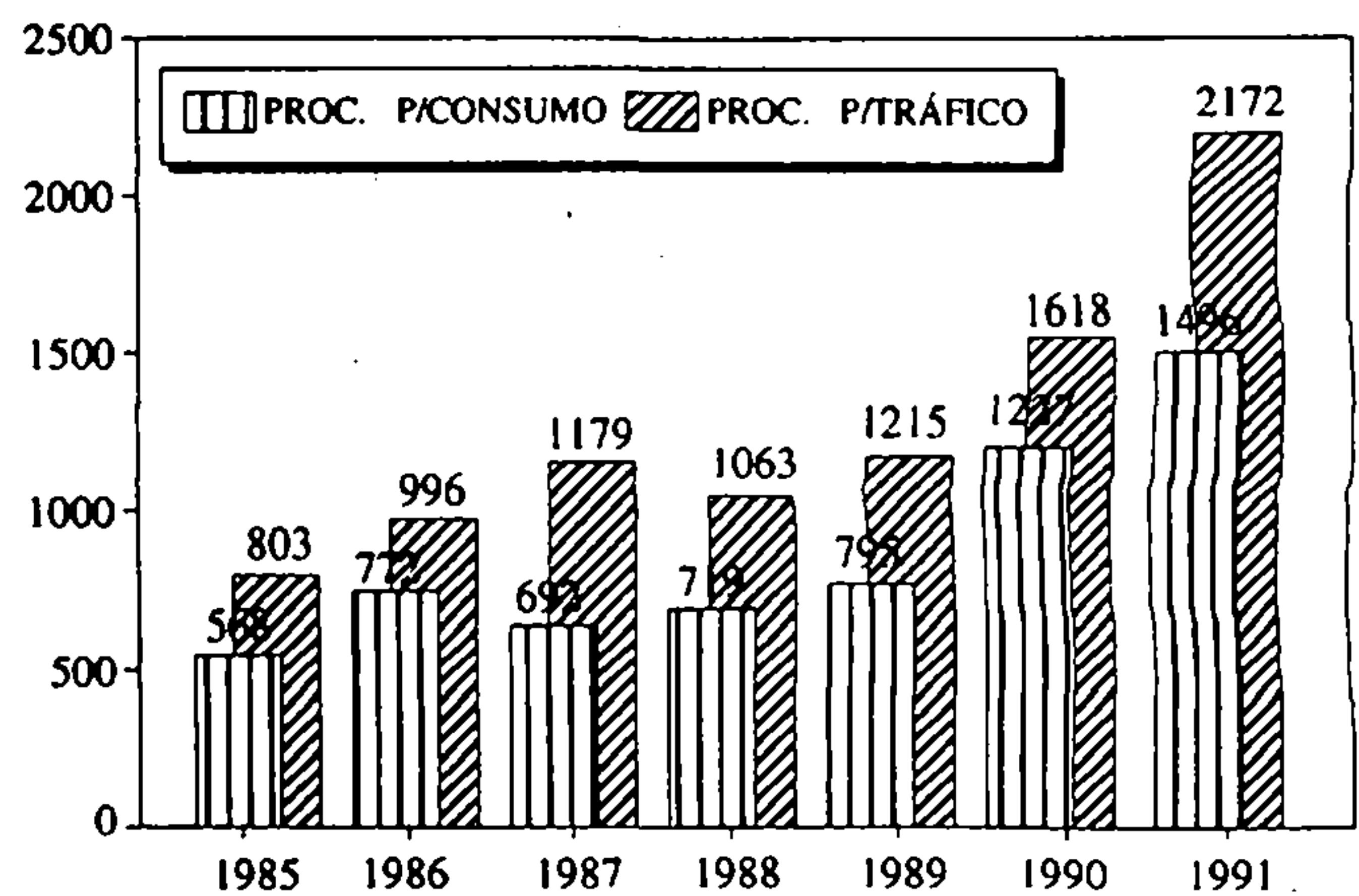


Haxixe apreendido



Fonte: PJ

Tráfico e consumo de estupefacientes



Sistema da autoridade marítima

Actividade da autoridade marítima

Intervenção no âmbito de outras atribuições

Elementos estatísticos

Vistórias	19 976
Inspecções a navios mercantes estrangeiros	754
Desembarços	12 209
Fiscalização e controlo de embarcações de recreio estrangeiras	7 716
Saídas dos salva-vidas (acção e prevenção)	616
Salvamentos:	
Banhistas	165
Marítimos	12
Fiscalização de embarcações exercendo actividades de pesca	5 614
Infracções de pesca detectadas	837
Ocorrências de poluição detectadas	64
Acções de combate à poluição do mar por hidrocarbonetos	11
Processos de contra-ordenações	2 540
Pesca	1 051
Domínio público marítimo	265
Poluição	178
Diversos	1 046
Outros processos	1 775
Acções de manutenção do dispositivo de balizagem	1 309

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

RELATÓRIO DE SEGURANÇA INTERNA — 1992

I

Apreciação geral

O aspecto mais marcante ocorrido em 1992 foi o anúncio público do processo de reestruturação das forças de segurança e o início da sua aplicação.

A decisão impunha-se e foi de oportunidade indubitável quer em função das condicionantes verificadas quanto à evolução dos problemas de segurança na Europa, quer em função dos tipos de criminalidade e das especiais ameaças que estes significam quanto à particular situação em Portugal.

Mantém-se como pano de fundo um acentuado movimento migratório em relação aos países da Comunidade, continuam vários conflitos localizados a produzir instabilidade e turbulência, permanecem vários focos originadores de tráfico de armas e de falsificação de documentos, verifica-se uma acentuada mobilidade das rotas de tráfico de droga e a sua interligação com outras práticas criminais:

Isto é, há ameaças reais à tranquilidade ou condições propícias à instabilidade e é acrescida a dificuldade da actuação das forças de segurança.

Dentro deste quadro convirá verificar como as coisas evoluíram em Portugal e que reflexos surgiram no País que nos permitam formular uma apreciação.

De todos os números que nos são colocados à disposição podemos concluir que, apesar de tudo, a criminalidade (não considerando o caso dos cheques sem cobertura, no qual se verificou uma considerável diminuição, já anunciada no ano anterior por efeito da nova lei) subiu cerca de 8 %.

Daqui resulta que a comparação com os anos anteriores é abonatória, uma vez que os últimos indicadores referiam, por exemplo, de 1990-1991, um incremento de 15 %.

Mas, se isto é um dado aplicável à evolução do conjunto de criminalidade, pensamos valer a pena reflectir mais profundamente noutros números que podem caracterizar melhor o tipo ou tipos de criminalidade em mais clara expansão e a distribuição da criminalidade ao longo do território nacional.

Os crimes violentos que oferecem percentagens de aumento mais significativo são por certo aqueles que envolvem o assalto com arma a pessoas e o assalto a estabelecimentos bancários.

Os crimes de furto e roubo representam cerca de 80 % do total do número de crimes participados.

Os valores relativos ao tráfico e ao consumo de droga documentam uma evolução caracterizada por uma subida significativa do tráfico e uma estabilização do consumo.

Parece aqui poder-se concluir com alguma certeza que as quantidades de droga entrada em Portugal se não destinam, a não ser em pequena parte, ao mercado nacional.

De todo o modo, não deixam de ser muito significativas as quantidades apreendidas, com especial destaque para a cocaína e o haxixe, durante o ano de 1992.

Naquele conjunto de crimes referidos (assaltos, furtos, roubos e crimes ligados à droga) valerá a pena salientar que cerca de 80 % das ocorrências se registam nas áreas de Lisboa e Porto, com especial destaque para a área de Lisboa, ela própria palco de quase 60 % dos acontecimentos.

Daí que durante o ano de 1992 a organização das forças de segurança, actuando em zonas de grande densidade urbana, tenha sido repensada e se tenha procurado adequar aos tipos de crimes dominantes e ao consequente aumento da capacidade de prevenção e de resposta imediata.

Daí que também se tenha mantido uma acção muito coordenada e de considerável eficácia sobre os vários grupos de *dealers* de droga, o que tem contribuído para a sua permanente instabilidade.

Tendo em atenção que a diminuição da criminalidade e a atenuação dos seus efeitos se obtêm em grande medida com recurso à prevenção dos cidadãos e ao estabelecimento de uma relação de confiança entre agentes e população, foram reforçados os programas de divulgação e contacto com os utentes das escolas.

Ao mesmo tempo, foi celebrado e entrou em execução um protocolo entre os Ministérios da Educação e da Administração Interna que teve em vista a identificação das escolas em relação ao seu grau de risco e a determinação de medidas combinadas de segurança das instalações e reforço do policiamento.

Durante o ano em referência foi também publicada nova legislação aplicável à circulação rodoviária que, no essencial, endurece as sanções no que respeita à condução sob o efeito do álcool.

Este elemento normativo, aliado a uma intensíssima campanha de alerta e sensibilização para a sinistralidade rodoviária, parece responsável por uma diminuição notória do número de mortos e feridos.

Ainda no decurso do ano considerado foi publicada nova legislação sobre policiamento desportivo, que teve como princípios orientadores a consagração objectiva das respon-

sabilidades várias, a fixação de elementos de determinação de graus de risco e a definição possível dos contingentes máximo e mínimo por cada espectáculo tipo.

Do esforço das forças de segurança, da sua colaboração mútua e do volume significativo da sua actividade melhor dirão os quadros de actividade desenvolvida por cada uma que integram este relatório.

II

A segurança interna e a cooperação internacional

A livre circulação de pessoas na Europa comunitária ou no âmbito mais restrito do espaço Schengen exige medidas de acompanhamento que não façam perigar e reforcem mesmo a segurança interna dos Estados.

Desde a Conferência de Palma que foram estabelecidas, com clareza, no domínio comunitário, as medidas consideradas essenciais para, promovendo a supressão dos controlos nas fronteiras, não resultar diminuída a segurança.

Foram entendidas como áreas essenciais:

- A Convenção de Dublin;
- A Convenção de Passagem sobre Fronteiras Externas;
- O Sistema de Informação Europeu.

Todavia, o processo de realização de cada um destes itens apresenta algum atraso e manifesta várias pontuais dificuldades.

Se a Convenção de Dublin se encontra neste momento à espera do fim do processo ratificativo em cada um dos países subscritores, a Convenção de Passagem sobre Fronteiras Externas permanece numa situação em que o texto está perfeitamente acordado e adquirido mas cuja assinatura depende da resolução do problema entre a Grã-Bretanha e a Espanha sobre Gibraltar, e o Sistema de Informação Europeu ainda aguarda o acerto final quanto à sua convenção base.

Em relação a esta matéria, Portugal, durante a sua Presidência da Comunidade, contribuiu com alguns significativos documentos para o avanço de qualquer daquelas três questões.

Salienta-se o texto aprovado para a Convenção paralela de Dublin, que se destinava a possibilitar a adesão, ao espírito e às soluções Dublin, de países terceiros.

Realce-se ainda o texto formulado e apresentado ao Grupo Horizontal sobre a constituição do Sistema de Informação Europeu, que se mantém em discussão.

E, finalmente, mencione-se também o projecto de convenção apresentado, cujas linhas gerais e princípios directores foram aprovados, quanto à base jurídica da EUROPOL e da unidade europeia da luta contra a droga.

Mas se, apesar de todos os contributos, a situação se mantém como vem sendo acabado de descrever naquele âmbito, no que diz respeito ao espaço Schengen parece haver algum novo desenvolvimento.

Schengen acabou por conter, dentro dos seus instrumentos essenciais, os ingredientes das medidas de acompanhamento declarados como necessários ao desenvolvimento da livre circulação em segurança.

Schengen contém princípios relativos ao asilo, à política de vistos e ao sistema de informação. É neste conjunto particularmente assumido como que uma duplicata cautelar e concentrada do conjunto de preocupações comunitárias.

Apenas se aguarda, após a adesão formal da Grécia no ano de 1992, a conclusão do processo ratificativo.

Portugal tem mantido, pois, a sua actuação ao nível dos Grupos Trevi e Ad Hoc Imigração e ao nível da organização Schengen sempre com a preocupação de aumentar as possibilidades de cooperação na organização do combate às várias formas de criminalidade.

Principalmente porque continuam as preocupações gerais ligadas aos fenómenos da criminalidade organizada, do terrorismo, do branqueamento de dinheiro, do tráfico de droga, das redes de imigração ilegal e de produção de documentos falsos ou falsificados e das suas consequências ao nível de cada um dos países.

Durante o ano de 1992 privilegiou-se de forma particular a celebração de acordos com países vizinhos.

Foram celebrados acordos de cooperação com Espanha e Marrocos, que incidiram sobre diversos aspectos de segurança mútua.

Assim, foi assinado com Marrocos um acordo em matéria de protecção civil, que prevê o apoio mútuo e a coordenação de esforços entre os dois países, bem como um acordo no domínio da luta contra o terrorismo e a criminalidade organizada, o qual vem alargar a cooperação já existente no campo da luta contra a droga e institui uma Comissão Mista de Segurança Interna especialmente destinada a levar à prática as medidas nele previstas e a manter reuniões semestrais de análise e coordenação.

Com Espanha, a cooperação bilateral traduziu-se na assinatura de diversos protocolos, nas seguintes áreas: cooperação técnica e assistência mútua em matéria de protecção civil, cooperação no domínio da segurança rodoviária, fiscalização das áreas fronteiriças e cooperação policial, nomeadamente em questões relativas ao tráfico de estupefacientes.

III

Actividade de cada uma das forças

1 — Guarda Nacional Republicada (GNR)

Actividade operacional desenvolvida

a) Considerações gerais

I — Uma apreciação geral da actividade operacional desenvolvida pela GNR no ano de 1992 permite-nos evidenciar a continuação do predomínio das acções preventivas (patrulhamentos) e sublinhar o grande esforço exercido pelas unidades para continuar a assegurar o cumprimento da lei, garantir a segurança e tranquilidade das populações e a protecção dos seus bens e para incrementar as medidas de fiscalização de trânsito como forma de garantir melhores condições de circulação e segurança rodoviárias.

Toda a actividade da Guarda foi, de resto, facilitada pela excelente cooperação havida com as forças e serviços de segurança.

2 — Como aspectos mais relevantes no que respeita à prevenção e combate à delinquência e criminalidade salientam-se as seguintes medidas e actividades:

- a) Criação em cada um dos quatro batalhões territoriais de um Grupo Especial de Acção e Pesquisa (GEAP), que têm desenvolvido uma acção digna de realce no campo da pesquisa de notícias sobre a criminalidade, em geral, e, em especial, na detecção e combate ao consumo e tráfico de droga;

- b) Incremento, em coordenação com a PSP, do patrulhamento a cavalo de algumas zonas das áreas urbanas e suburbanas de Lisboa, Porto e Coimbra, como meio de dissuasão e prevenção da criminalidade;
- c) Implementação e intensificação de medidas de vigilância e segurança no exterior de um elevado número de estabelecimentos de ensino, com particular incidência nos localizados nas áreas suburbanas de Lisboa, que forem objecto de preocupação específica num protocolo estabelecido entre os Ministérios da Administração Interna e da Educação;
- d) Reforço do policiamento da orla marítima e do patrulhamento das zonas florestais, que decorreu durante a época estival (16 de Junho a 14 de Setembro) e que envolveu a mobilização de cerca de 150 praças na situação de reserva, o reforço do dispositivo normal com um efectivo da ordem dos 600 homens/dia e um elevado número de outros meios (80 solípedes e 55 veículos motorizados) e encargos financeiros da ordem dos 170 mil contos.

3 — Por sua vez, no campo das medidas implementadas para melhorar a segurança rodoviária, salientam-se, sobretudo, o reforço do patrulhamento rodoviário e a intensificação das acções de fiscalização durante todo o período de Verão (eixo Lisboa-Algarve e estrada nacional n.º 125) e especialmente durante o período Natal/Ano Novo (operação «Natal Tranquilo»), que se iniciou em 18 de Dezembro de 1992, empenhando praticamente todos os efectivos da Brigada de Trânsito e os efectivos disponíveis das unidades territoriais e que se prolongou até 7 de Janeiro de 1993.

b) Actividade operacional mais significativa

Durante o período, a GNR desenvolveu uma intensa actividade operacional, pautando a sua intervenção, como já se referiu, pelo predomínio das acções preventivas.

Dessa ampla actividade apresentem-se no anexo B os principais índices estatísticos, dos quais se salientam os seguintes:

- 1) No âmbito das missões de polícia geral:
 - a) Efectuadas cerca de 491 000 patrulhas, o que significa uma média de 1360 patrulhas diárias, que percorreram um total de 46,2 milhões de quilómetros, dos quais cerca de:
 - 13,6 % foram executados em acção apeada;
 - 1,4 % foram executados a cavalo;
 - 85 % foram executados em meios motorizados;
 - b) Policiados cerca de 23 800 espectáculos desportivos, empenhando um total de 122 086 homens;
 - c) Efectuadas cerca de 8950 rusgas;
- 2) No âmbito das missões de segurança e ordem pública:
 - a) Executadas 881 acções de segurança de área e ou de acompanhamento e abertura de itinerários, para garantir a protecção e ou segu-

rança rodoviária a diversas auto-estradas ou a colunas de viaturas, o que representou um decréscimo da ordem dos 7 % relativamente a 1991;

- b) Efectuadas cerca de 390 escoltas, sendo as de maior expressão numérica as escoltas de segurança ao transporte de presos (197);
 - c) Desencadeadas 408 acções de intervenção para manutenção ou restabelecimento da ordem pública (— 97 que em 1991);
- 3) No âmbito das missões da fiscalização e da circulação rodoviárias:

Efectuadas cerca de 13 275 operações «Stop» e fiscalizados cerca de 3 milhões de condutores.

c) Resultados mais significativos da actividade desenvolvida

Os resultados mais significativos da actividade operacional são os constantes no anexo C, onde se faz também a sua comparação com os valores registados no ano de 1991.

Desses resultados salientam-se os seguintes (entre parêntesis indica-se a variação relativamente a 1991):

- a) No âmbito da actividade de polícia geral:
 - 1) Autuações por infracções às leis e regulamentos de polícia geral — 42 226 (— 16 %);
 - 2) Capturas — 12 489 (+ 16 %);
 - 3) Detenções e ou apresentações a tribunal por consumo, posse ou tráfico de droga — 680 (+ 20 %);
 - 4) Armas de fogo apreendidas e ou recuperadas — 731 (— 14 %);
 - 5) Veículos recuperados — 1935 (— 9 %);
- b) No âmbito da actividade de fiscalização e regulação da circulação rodoviária:
 - 1) Autuações por infracções à legislação de trânsito — 533 265 (+ 8 %);
 - 2) Número de condutores sem habilitação legal — 3992 (+ 31 %);
 - 3) Número de condutores com excesso de álcool — 20 326 (+ 10 %);
 - 4) No período em apreço (1992) registaram-se os seguintes índices de sinistralidade rodoviária:
 - Acidentes de viação — 71 324 (+ 3 %);
 - Mortos — 2081 (— 6 %);
 - Feridos graves — 6891 (— 3 %);
 - Feridos ligeiros — 38 890 (— 2,5 %).

De salientar que, apesar do aumento considerável de veículos em circulação, se verificou um decréscimo dos índices atrás referidos em relação a 1991 e que essa descida aconteceu, sobretudo, no 2.º semestre e foi, possivelmente, fruto da entrada em vigor da lei do álcool e do intenso esforço de fiscalização, exercida pela BT e restantes unidades do dispositivo territorial;

c) Suicídios registados — 808 (— 12 %);

d) Dispositivo:

Iniciou-se o processo de integração da Guarda Fiscal, estimando-se que as medidas legislativas a ele necessárias possam estar concluídas até final de Fevereiro de 1993;

Foram abertas novas instalações no Cadaval, Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Figueiró dos Vinhos e Vila Nova de Tázem.

2 — Guarda Fiscal (GF)

1 — Considerações gerais

Durante o período, a Guarda Fiscal desenvolveu a sua actividade de acordo com a missão que lhe está atribuída na Lei Orgânica e em obediência ao planeamento estabelecido, com especial incidência nas acções de natureza operacional, na instrução e na prossecução do programa de reestruturação, por forma a melhorar a sua eficácia, tendo em atenção a cada vez maior, mais diversificada e sofisticada agressividade infraccional.

Neste contexto, merecem referência as seguintes acções:

a) Formação de pessoal:

Intensificação e alargamento do número de cursos de especialização e reciclagem, ministrados no Centro de Instrução da Guarda Fiscal e em organismos civis. Nestes cursos foram envolvidos 810 militares (oficiais, sargentos e praças):

- 1) 461, no Centro de Instrução da Guarda Fiscal;
- 2) 181, em unidades diversas da Guarda Fiscal (Comando-Geral e batalhões);
- 3) 16, na Escola Náutica Infante D. Henrique;
- 4) 149, em várias unidades, escolas práticas e estabelecimentos de ensino militar das Forças Armadas. Estes cursos incidiram em áreas diversas (electrónica, comunicações, informática e saúde);
- 5) 3 (oficiais), em curso de especialização no estrangeiro;

b) Sistemas LAOS:

- 1) Completou-se a fase de instalação e teste operacional dos Postos de Observação do Sardão (yuval/radar), Leirosa e Galé (yuval). O sistema operacional dispõe presentemente de 10 postos de observação fixos, dos quais 7 estão equipados com radar;
- 2) Efectuada a revisão de todos os sistemas yuval e introduzida nova versão de *software* no sistema de comando e controlo;

c) Comunicações:

- 1) Instalação da rede rádio em VHF da Companhia de Portimão;
- 2) Reestruturação da rede UHF do Batalhão n.º 1 (Lisboa);
- 3) Revisão da rede rádio da Companhia Operacional de Olhão;
- 4) Instalação da central telefónica da Companhia Operacional de Sines;

d) Reestruturação:

Prosseguiu a retracção e ajustamento do dispositivo, com a desactivação da Companhia de Serpa e de 18 postos e ainda a extinção de 53;

Presentemente, dos 611 postos que do antecedente faziam parte do dispositivo da Guarda Fiscal, 146 mantêm-se ainda em actividade; os restantes 465 foram extintos ou desactivados;

e) Instalações:

Em consequência da retracção do dispositivo, foram disponibilizados 25 prédios. Destes, 19 foram devolvidos à Direcção-Geral do Património do Estado e seis devolvidos aos seus proprietários;

Alguns outros, embora não ocupados a título permanente, mantêm-se em poder da Guarda Fiscal, por serem necessários no apoio à actividade operacional;

f) Diversos:

Pela sua importância, referem-se alguns factos verificados no período e que muito influenciaram a vida desta instituição militar, a saber:

- 1) Resolução do Conselho de Ministros de 8 de Outubro de 1992 que determinou a extinção da Guarda Fiscal e a sua integração na GNR;
- 2) Publicação da Lei n.º 15/92, na sequência da qual transitaram para a situação de reforma antecipada 28 oficiais das Forças Armadas que vinham prestando serviço na Guarda Fiscal. De notar que a quase totalidade destes oficiais desempenhava funções de elevada responsabilidade, destacando-se três comandantes de unidade e oito chefes de repartição/serviço do Comando-Geral. Os restantes desempenhavam funções de natureza técnica ou de estado-maior;
- 3) Substituição do comandante-geral.

2 — Conclusão da análise comparativa dos quadros de actividade apresentados

1 — Durante o ano de 1992, a Guarda Fiscal procurou orientar a sua actividade operacional com propósitos preventivos e dissuasores.

Porém, em muitas das acções/operações realizadas, a Guarda Fiscal teve de actuar de forma repressiva, através da detenção de pessoas e apreensão de mercadorias diversas, dado que o adversário, utilizando meios poderosos e sofisticados, não desiste das suas práticas fraudulentas.

2 — Devido a dificuldades de natureza orçamental, optou-se por reduzir a actividade operacional terrestre, com envolvimento de viaturas, e incrementar, por outro lado, prioritariamente a actividade fluvial e marítima.

De tal facto resultou um abrandamento de acções/operações envolvendo meios motorizados; no entanto, os patrulhamentos fluviais e marítimos efectuados passaram de 1963

para 2314 (+ 351), com um significativo aumento de 17,8 % e uma maior incidência em acções de «aguardos» (espera) na orla marítima.

Iniciaram-se também no período as acções com recurso a outro tipo de equipas, nomeadamente endoscópicas e as equipas cinotécnicas com comprovados resultados, que permitiram a melhoria da eficácia da actividade operacional em áreas específicas de combate à droga e ao contrabando.

3 — As diferenças para menos em acções de «buscas» justifica-se pelas dificuldades sentidas na obtenção de mandatos judiciais para levar a efeito tais diligências.

4 — A redução verificada em «vigias» deve-se, principalmente, aos seguintes motivos:

Encerramento de inúmeros postos fiscais, unidades elementares da Guarda Fiscal que têm a seu cargo, fundamentalmente, a vigilância fiscal e o consequente balanceamento do esforço da fronteira terrestre para a orla marítima;

Varição decorrente da adequação/modificação do novo conceito operacional e da prática decorrente da instalação dos meios de observação e detecção ao longo da faixa do litoral, bem como dos novos equipamentos (IRIS, binoculares e projectores) instalados em viaturas com que foram dotadas as companhias do litoral.

5 — As redes tipificadas registaram, salvo uma ou outra excepção (droga e diversos), um significativo aumento de intervenções, destacando-se, pela sua intensa actividade, as redes de droga (maior número de intervenções, embora de menor valor), gado, vestuário, tabaco, meios de transporte e máquinas de jogo.

6 — Os valores da droga apreendida, embora não sejam difundidos publicamente, têm sido contabilizados para efeitos de elaboração deste tipo de relatório.

Das apreensões efectuadas em 1992, 99 (55,6 %) respeitaram a heroína, 51 (28,6 %) a haxixe, 22 a cocaína e 6 a liamba.

A droga apreendida em 1991 constituiu cerca de 87 % do valor global das apreensões efectuadas, enquanto que em 1992, embora com menor número de apreensões efectuadas, representa somente 22 % do respectivo valor global.

7 — Relativamente à rede de meios de transporte, verificou-se a apreensão, com possível perda a favor do Estado, de algumas embarcações (traineiras) que foram utilizadas em operações de desembarque de droga e tabaco. De igual modo, contribuíram para o elevado montante os veículos (ligeiros e pesados) apreendidos, por transportarem mercadorias em situação irregular e que, de um modo geral e com excepção dos apreendidos por crime, constituem garantia do pagamento das coimas e demais imposições.

8 — Na rede do vestuário, a maior parte das apreensões deveu-se à prática de contrafacção.

9 — A explicação para o facto de a rede de géneros alimentícios aparecer em evidência radica em duas grandes apreensões de bacalhau efectuadas na região de Aveiro, por infracção aduaneira na descarga.

10 — Na rede de tabaco, as mais significativas apreensões foram provenientes de desembarques na costa, com excepção de uma efectuada em Vilar Formoso.

11 — Pelo seu reflexo na saúde pública, é de assinalar a rede de gado/carne.

12 — O valor global estimado das apreensões registou uma diminuição de 8 692 300 contos, em razão de duas signi-

ficativas apreensões de droga (2223 kg de haxixe e 100 kg de cocaína pura), no valor global de 8 981 200 contos, ocorridas em 1991.

3 — Actividade desenvolvida nas fronteiras

No que se refere à actividade desenvolvida nas fronteiras, a Guarda Fiscal teve em consideração as directivas recebidas no sentido de progressivamente ir aligeirando a sua acção de controlo de pessoas e, nos casos em que tem responsabilidades de fiscalização aduaneira, proceder de igual forma no tocante ao controlo de mercadorias.

As variações para menos devem-se ao facto de não estarem incluídos, no ano de 1992, os dados referentes aos aeroportos internacionais, onde o controlo de passageiros passou a ser feito pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Os resultados obtidos no controlo e fiscalização das fronteiras, relativamente aos verificados em 1991, apresentam, em termos comparativos, um significativo aumento de 15,8 %, num total de 65 716 577 passageiros controlados, apesar de a Guarda Fiscal ter deixado de contabilizar os passageiros entrados através dos aeroportos.

De notar o aumento do número de clandestinos (+ 37,3 %). Dos 261 clandestinos detectados em navio, 235 (90 %) são africanos e, destes, 83 são zaienses e 21 de países de língua oficial portuguesa.

As fronteiras externas (aéreas e marítimas) deverão merecer uma maior atenção relativamente a indivíduos não oriundos dos países comunitários e a acção de controlo no interior do País terá de sofrer profundas alterações no sentido de ser garantido o indispensável controlo dos estrangeiros indesejáveis, independentemente do motivo de tal qualificação.

4 — Segurança interna

Não sendo a Guarda Fiscal especialmente vocacionada para assuntos de ordem pública, alguns factos se registaram neste período, em resultado da sua actuação, que merecem destaque pelo que poderão significar neste domínio.

Refere-se o número de armas/munições apreendidas e o aumento do número de acções violentas, nomeadamente com a utilização de armas de fogo, contra militares desta força de segurança, quando em exercício das suas funções.

Foram detidas 15 pessoas por agressões a militares da Guarda Fiscal e 7 por desobediência; em 4 casos de detenção verificou-se o alvejamento de um agente fiscal, com arma de fogo, tendo dois sido atingidos a tiro.

3 — Polícia de Segurança Pública (PSP)

1 — Generalidades

a) No ano de 1992 referem-se alguns aspectos salientes na actividade da PSP:

- 1) A Presidência Portuguesa da Comunidade Europeia, para a qual foi cometida pelo Ministério da Administração Interna (MAI) à PSP a responsabilidade de coordenação das acções das forças e serviços de segurança;
- 2) A reestruturação em curso das forças de segurança, e particularmente da PSP, com os inerentes trabalhos de estudo e planeamento progressivamente desenvolvidos, a implementação das primeiras remodelações e a preparação das acções seguintes;

- 3) Aperfeiçoamento, com melhoria da eficiência no sistema da segurança a estabelecimentos de ensino, inserido em acção concertada pelo MAI;
- 4) Cometimento à PSP de missões decorrentes da política externa do Governo e de apoio e segurança a núcleos de portugueses no estrangeiro, nomeadamente:
 - a) Segurança da Embaixada e embaixador de Portugal no Zaire, que envolveu um total de 34 agentes do Grupo de Operações Especiais (GOE), mantendo uma equipa de 6 elementos no período de 28 de Setembro de 1991 a 22 de Agosto de 1992;
 - b) Segurança da Embaixada de Portugal em Angola, bem como dos embaixadores de Portugal naquele país e na CCPM. Já envolveu um total de 29 agentes do GOE, 12 dos quais ainda se mantêm, missão que se iniciou em 14 de Setembro de 1992;
 - c) Colocação de um contingente de 36 agentes na ex-Jugoslávia, em funções de monitores policiais integrados na Força da Paz da ONU, missão que decorre desde Abril de 1992;
- 5) Controlo policial de grande número de manifestações públicas de natureza político-laboral, promovidas por diversos sectores profissionais e estudantes, com mais incidência em Lisboa.

b) Os aspectos referidos na alínea anterior não condicionaram negativamente os resultados operacionais nem o nível da segurança pública na área da PSP.

2 — Análise

a) Criminalidade/deliquência.

1 — Total de ocorrências registadas. — Neste capítulo verificou-se um *aumento global de 8 %* em relação ao ano anterior, o que corresponde, todavia, a um *agravamento menor que em 1991*, que se cifrou então em 15 % relativamente a 1990.

2 — Crime violento:

- a) Assaltos com arma a pessoas — este tipo de delito apresenta um crescimento elevado, 43 %, com 3 a 4 casos diários registados pela PSP. 68 % destes crimes cometeram-se no distrito de Lisboa e 24 % no distrito do Porto;
- b) Assaltos a bancos — neste campo verificou-se um aumento muito acentuado, com uma média de 2 casos/mês, o que representa mais 64 % que em 1991, embora se constate que a nível do País este agravamento foi ainda mais acentuado. A maior parte dos assaltos na área da PSP verificaram-se no distrito de Lisboa (48 %), na região do Porto (20 %), Braga (12 %) e no distrito de Santarém (8 %).

3 — Droga:

Detenções — verificou-se ao longo do ano uma média de 261 indivíduos detidos por crime de tráfico e ou consumo de estupefacientes, o que representa menos 6 % de detenções neste campo em relação a 1991;

Quantidades de produto apreendido:

Haxixe — 46,8 kg (+ 43 %);
 Heroína — 22,8 kg (+ 51 %);
 Cocaína — 3,8 kg (+ 9 %);
 Liamba — 0,7 kg (- 80 %);

Distribuição geográfica das ocorrências:

Tráfico:

Lisboa — 69 %;
 Porto — 14 %;
 Setúbal — 8 %.

Consumo:

Lisboa — 38 %;
 Porto — 29 %;
 Setúbal — 6 %;
 Leiria — 4 %;
 Braga — 4 %.

4 — Outra criminalidade comum:

a) Furtos e roubos:

- 1) A pessoas — regista uma média mensal de 1334 casos e um aumento de 14 % em relação ao ano anterior;
- 2) Em estabelecimentos — este género de delito registou um agravamento (+ 23 %) e mais de metade das ocorrências tiveram lugar nos distritos de Lisboa (31 % do total) e Porto (23 %);
- 3) Em habitações — o aumento deste tipo de crimes (+ 15 %) deve-se ao aumento de furtos sem utilização de violência, uma vez que se verifica um desagravamento (- 29 %) nos roubos a residências com utilização de armas de fogo. Em média registaram-se 760 furtos a habitações por mês;
- 4) De viaturas — incidindo fortemente no distrito de Lisboa (mais de 55 % dos casos), os furtos de veículos registaram igualmente um aumento de 14 %, fazendo que a sua média se agravasse para mais de 600/mês. Refira-se, no entanto, que 87 % das viaturas furtadas foram recuperadas;

b) *Os cheques sem provisão* registaram um *decrésimo*, pela primeira vez desde há 10 anos, cifrando-se o mesmo em 1,6 %, representando, mesmo assim, 19,2 % do total de ocorrências. Ao facto não é alheia a vigência da nova lei dos cheques. Registaram-se 19 477 casos.

c) Positiva é a acentuada diminuição registada nas notícias alarmantes (- 43 %), facto ainda mais relevante se lembrarmos que decorreu durante o 1.º semestre a Presidência Portuguesa das Comunidades Europeias.

b) Actividade operacional.

1 — Os números que se apresentam não traduzem, nem o poderiam fazer face ao seu volume e complexidade, toda a actividade desenvolvida pela PSP; são, no entanto, importantes indicadores que demonstram as crescentes solicitações com que somos confrontados e o empenho, cada vez maior, que todos os elementos da PSP colocam no cumprimento da sua missão.

2 — O número de pessoas que recorrem à PSP em situações de emergência usando o *número nacional de socorro (115)* registou um aumento (+ 10 %), ultrapassando as 600 chamadas/dia através deste meio de ligação cidadão/polícia, cada vez mais conhecido do público.

3 — As *queixas crime* apresentadas nos departamentos policiais registaram um aumento (+ 12 %), totalizando 121 629.

4 — Confirmando as tendências reveladas pela análise da criminalidade, são os *furtos e roubos* (+ 39 %) e os *assaltos* (+ 13 %) o principal motivo das queixas, seguido das *agressões* (+ 12 %).

5 — Uma consequência directa do aumento das queixas, e dado que a PSP organiza a maioria dos inquéritos dos crimes que lhe são denunciados, é o aumento (+ 11 %) de *inquéritos* de natureza criminal, que atingiram os 80 000.

6 — Atenta à evolução da criminalidade, a PSP aumentou a actividade operacional, tendo-se registado mais operações de *rusga* (+ 15 %) e o *Corpo de Intervenção*, empenhado durante o 1.º semestre na segurança às instalações do Centro Cultural de Belém, desenvolveu durante o 2.º semestre uma intensa actividade, realizando mais de 1200 missões de segurança pública, em reforço dos comandos distritais, principalmente os de Lisboa, Faro, Porto e Setúbal.

7 — As *detenções*, importante indicador da actividade policial, embora não apresentando grandes variações em número absoluto, revelam um esforço na prevenção e repressão aos autores dos furtos e roubos (mais 1066 detenções por este motivo do que no ano transacto).

A PSP efectuou uma *média diária de 52 detenções* ao longo do ano.

8 — O número de armamento apreendido registou um aumento (+ 21 %), tendo sido apreendidas 988 armas de diferentes tipos durante o ano.

9 — Foram recuperadas 87 % das viaturas furtadas da área da PSP.

10 — No capítulo da segurança rodoviária incrementou-se a realização de operações «Stop» (+ 5 %) e, em média, procedeu-se a cerca de *1500 autuações por dia*, o que significa um aumento na ordem dos 14 %.

11 — O número de acidentes rodoviários urbanos continua a aumentar (+ 11 %), mas o número total de feridos (24 073) registou um aumento de apenas 5 %, e há a salientar que houve *menos 5 mortos* (382 contra 387, ou seja, um *desagravamento* de 1 %).

Registaram-se no ano 58 405 acidentes, ou seja, 160 por dia, em média.

As principais causas dos acidentes continuam a ser as manobras perigosas (28 % do total), o excesso de velocidade (15 %), o desrespeito à sinalização (12 %) e a distração do condutor (10 %); os efeitos do álcool originaram 2870 acidentes (5% do total).

12 — A PSP incrementou o controlo da taxa de alcoolemia no sangue (TAS) (mais 11 % de indivíduos controlados), assistindo-se a uma diminuição dos casos em que se registou uma taxa superior a 0,5 g/l (— 10 %); a este facto não é alheia a entrada em vigor no último trimestre da nova lei do álcool.

13 — A PSP continuou a colocar à disposição do cidadão uma vigilância especialmente orientada para as residências de quem sai para férias comunicando o facto. Nos meses de Julho, Agosto e Setembro foram vigiadas cerca de 4500 residências.

14 — No período do Natal, de 5 a 25 de Dezembro, como em anos anteriores, foi executada a operação «Natal em Segurança», incidindo fundamentalmente nas áreas mais

comerciais, o que deu mais segurança aos cidadãos em geral, ao trânsito e ao comércio, conseguindo-se uma contenção ao aumento da criminalidade nesta quadra.

15 — A PSP manteve um bom nível de acções coordenadas com outras forças e serviços de segurança, nomeadamente com a Polícia Judiciária, com quem tem mantido uma maior colaboração.

4 — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

1 — Análise dos dados estatísticos do ano de 1992

1.1 — Vistos de turismo, negócios e trânsito

O número de vistos de turismo, negócios e trânsito sobre cujos pedidos o SEF foi consultado neste período não teve notável diferença do ano anterior.

Assim, enquanto em 1991 o total destas consultas foi de 21 146, em 1992 foi de 20 534.

No mesmo período foram concedidas pelo SEF 2099 autorizações excepcionais de entrada de estrangeiros em território nacional, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 264-B/81, de 3 de Setembro, enquanto em 1991 esse número havia sido de 2109.

No 2.º semestre do ano de 1992, o número de autorizações excepcionais de entrada baixou em cerca de 50 % em relação ao 1.º semestre, devido a um maior rigor no controlo dos fluxos migratórios, de acordo com a política de imigração definida a nível comunitário.

1.2 — Vistos para fixação de residência

Contra, respectivamente, 6893 e 5533 vistos solicitados em 1991, no ano de 1992 foram solicitados 4121 vistos consulares para fixação de residência e 12 619 vistos para fixação de residência ao abrigo do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 264-B/81, de 3 de Setembro, por estrangeiros que entraram em Portugal com visto de natureza diferente, ou mesmo sem visto, por dele não carecerem.

O Brasil, Cabo Verde, EUA e Guiné-Bissau continuam a liderar a lista de nacionais que solicitam mais vistos consulares para fixação de residência.

Os PALOP e o Brasil lideram também, à semelhança de períodos anteriores, a lista de nacionalidades que forneceram maiores contingentes de pedidos, ao abrigo do já citado artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 264-B/81.

1.3 — Novos residentes

Atente-se que, desde o início do ano até 30 de Novembro, se candidataram a residentes, no nosso país, 14 499 estrangeiros, o que representa uma percentagem de cerca de 12,7 % da colónia de estrangeiros já residentes legalmente no País em finais de 1991 (113 978), sendo certo que o total de residentes em finais de 1992 se cifrou em 125 342 (número ainda sujeito a ajustamento).

Não se contabilizaram ainda os pedidos de residência formulados ao abrigo da legislação extraordinária para regularização da situação dos clandestinos.

As nacionalidades em que continua a verificar-se maior crescimento são a cabo-verdiana e a brasileira, agora seguidas pela Guiné-Bissau, em termos de novos residentes.

O Reino Unido, a Alemanha e a França são entre os Estados comunitários os que forneceram maiores contingentes

tes de novos residentes, ainda que com reduzido significado absoluto, como se pode verificar nos mapas anexos.

1.4 — Asilo

O aumento de pedidos de asilo, no ano em apreciação, foi o factor mais saliente de toda a actividade contabilizada.

Foram presentes ao SEF, em 1992, 519 candidaturas a asilo político, abrangendo um total de 656 pessoas, enquanto em 1991 houve 233 pedidos de asilo, abrangendo 254 pessoas.

Os zairenses e os romenos lideram a lista dos candidatos.

Desde o início do ano foram formalizados seis pedidos de asilo por cidadãos da ex-Jugoslávia, tendo entretanto desistido do pedido dois cidadãos, que seguiram para a Austrália.

1.5 — Deslocados da ex-Jugoslávia

No 2.º semestre, e por força dos acontecimentos ocorridos na ex-República da Jugoslávia, foi autorizada a entrada excepcional em Portugal, pelo período de um ano, a 144 cidadãos procedentes da Bósnia-Herzegovina, para aqui permanecerem na qualidade de deslocados e devidamente documentados.

1.6 — Expulsões

No ano de 1992 foram expulsos do território nacional 199 estrangeiros, 126 dos quais em resultado de penas acessórias de expulsão, sentenciadas no âmbito de processos criminais. As restantes resultaram de processo autónomo, nos termos da alínea e) do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 264-B/81, de 3 de Setembro.

No ano de 1991 haviam sido expulsos 369 estrangeiros, dos quais 292 em resultado de penas acessórias.

A redução verificada no número de expulsões no decurso deste ano de 1992 tem a ver com o facto de ter sido aprovada a legislação para a regularização extraordinária de estrangeiros, não fazendo sentido proceder à expulsão de indivíduos que viriam a estar abrangidos pela mesma, após a sua publicação, o que só veio a acontecer em 12 de Outubro deste ano. Os principais motivos de expulsão continuaram a ser o desrespeito pelas leis portuguesas e o tráfico de estupefacientes. As nacionalidades que forneceram maiores contingentes de expulsos foram a angolana, a cabo-verdeana, a guineense, a colombiana, a espanhola e a marroquina.

1.7 — Recusas de entrada em território nacional

No exercício da sua missão de controlo de entradas e saídas nos postos de fronteira dos aeroportos nacionais (só no Aeroporto de Lisboa foram controladas 451 000 entradas e 415 000 saídas e no do Porto 52 000 entradas e 47 000 saídas), o SEF impede a entrada de estrangeiros em território nacional se estes:

- Não possuírem documentos de viagem e ou visto;
- Possuírem documentos ou vistos caducados;
- Possuírem documentos falsos, falsificados e ou com utilização fraudulenta;
- Não provarem possuir meios de subsistência, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 312/86, de 24 de Setembro;
- Derem razão à suspeita de tentativa de imigração clandestina.

Assim sendo, foram impedidos de entrar em Portugal 2311 estrangeiros em 1992, enquanto em 1991 esse número foi de 3110, devendo ter-se em consideração que o número do ano de 1992 apenas se refere a fronteiras aéreas e, assim mesmo, sem contar com os três postos de fronteira dos três aeroportos do Funchal, Lajes e Ponta Delgada, que só começaram a instalar-se no último trimestre.

Os principais motivos da interdição foram a ausência de vistos ou de meios de subsistência, a utilização de documentos falsos e a suspeita de tentativa de imigração ilegal.

As nacionalidades que forneceram maiores contingentes para o grupo de interdição de entrada em Portugal foram a angolana (largamente destacada de todas as outras com 1054), a brasileira (com 396) e a peruana (com 152).

2 — Conclusão

Comparativamente ao que se passou entre os anos de 1990-1991, verificou-se em 1992 um acentuado aumento do número de cidadãos residentes.

Enquanto de 1990 para 1991 este número foi acrescido em 6,7 %, de 1991 para 1992 o acréscimo foi de cerca de 10 %.

Igualmente se verificou um acréscimo notável de candidaturas a asilo.

No que respeita aos restantes vectores de caracterização do universo estudado, as taxas de variabilidade são diminutas, havendo, no entanto, indícios reveladores de tendência ascendente, como é o caso da detecção de documentos falsos ou falsificados nos postos de fronteira, ou a contabilização dos legalizados ao abrigo da legislação extraordinária, logo que terminado o período de regularização da situação dos clandestinos, actualmente estimados em cerca de 80 000.

5 — Polícia Judiciária

Apreciação geral

A globalidade da criminalidade participada à Polícia Judiciária neste 2.º semestre (até ao final do mês de Novembro) representou, como dissemos que era de esperar, alguma diminuição (— 6,5 %) relativamente a igual período de tempo do ano de 1991.

No entanto, há que atentar desde já que este decréscimo se ficou a dever sobretudo à grande diminuição do número de entradas de participações pelo crime de emissão de cheque sem provisão: — 41 %. De facto, outros tipos de crimes, como os furtos, os roubos e o fogo posto, apresentaram, como se verá, acentuados e significativos aumentos.

Se à totalidade da criminalidade participada retirarmos os cheques sem cobertura, verificamos que, ao invés de diminuir, ela sobe em relação ao ano passado 4,6 %.

Esta descida na entrada de cheques sem provisão determinou que o crime mais participado à Polícia Judiciária passasse a ser o furto em veículos, o qual, no lapso de tempo sobre que nos debruçamos, representou 23,8 % do total de processos entrados.

Crimes contra as pessoas

Encontramos uma diminuição de 3,3 % relativamente a 1991, se bem que em termos de percentagem ocupada por

estes crimes na totalidade da criminalidade participada ela haja sido este ano de 2,4 % e no ano passado de 2,3 %.

Nos homicídios dolosos (tentados e consumados) deu-se uma descida com algum peso — 9,8 %.

Há que destacar ainda, não pela quantidade, mas pela gravidade, o crime de rapto de menores. Até ao final do mês de Novembro deram entrada na Polícia Judiciária 9 processos (três no 1.º semestre e seis neste 2.º), o que traduz um grande aumento, pois em 1991 apenas se haviam registado dois casos.

Grande acréscimo encontramos também nos abusos de liberdade de imprensa: + 41,7 % (de 24 casos ocorridos entre Julho e Novembro de 1991 passamos para 34 em igual período do corrente ano).

Crimes contra valores e interesses da vida em sociedade

Como já se disse, estes crimes aumentam sempre no 2.º semestre de cada ano e este ano não se fugiu à regra. Assim, enquanto a média mensal de entradas no 1.º semestre foi de 908,7, de Julho a Novembro cifrou-se em 1081,8, o que representa um aumento de 19,1 %.

Comparativamente com igual período de 1991, a elevação é igualmente bastante acentuada: + 24,9 %.

Neste aumento, a «parte de leão» ficou a dever-se ao extraordinário acréscimo dos fogos postos florestais. De Julho a Novembro registaram-se 1151, o que equivale a 40,7 % do que em igual período de 1991: é de referir que no final do mês de Setembro o seu número já excedera qualquer dos totais anuais registados nos últimos 10 anos, com uma única excepção, a do ano de 1985.

No que se refere aos restantes tipos de fogo posto, encontramos um aumento moderado no urbano (+ 4,7 %) e uma grande diminuição nos incêndios em searas (— 54,4 %).

No que se refere à *moeda falsa*, há a salientar o extraordinário aumento que tem vindo a apresentar (+89,5 %). Enquanto de Julho a Novembro de 1991 o seu número de entradas se cifrou em 228, no corrente ano ele foi de 448.

Tendência para crescer continuaram a manifestar os números de processos de tráfico e viciação de veículos (+19,5 %).

Como tivemos ocasião de referir, as falsificações (não especialmente qualificadas) decresceram no 1.º semestre deste ano em relação ao 1.º semestre de 1991, mas já o mesmo não sucedeu no semestre em que nos encontramos: de Julho a Setembro registaram um aumento de 38,5 % em comparação com o período homólogo do ano passado.

Droga

No que se refere aos crimes relacionados com a droga, constata-se que o número de processos por tráfico aumentou 16,1 % relativamente ao período de Julho a Novembro de 1991. De realçar, em relação às apreensões, a extraordinária elevação no que à cocaína respeita: +72,2 % (de 1094 kg apreendidos em 1991 passou-se para 1894 kg até ao fim de Outubro de 1992). Significativo aumento também na quantidade de haxixe apreendido: no final do mês de Outubro já se havia apreendido mais 29 % do que em todo o ano de 1991.

Quanto à proveniência dos estupefacientes, mantêm-se as origens tradicionais: da América do Sul, a cocaína, e do Norte de África, o haxixe.

No tocante aos processos por consumo, mantiveram-se estáveis: 620 de Julho a Novembro deste ano e 615 nos mesmos meses de 1991.

Crimes contra o património

Estes crimes ocuparam 82 % do total da criminalidade participada à Polícia Judiciária desde Julho a Novembro.

Em termos comparativos com igual período de 1991, verifica-se que diminuíram 9 %. Relembra-se, no entanto, que isso deve-se exclusivamente ao grande decréscimo dos cheques sem cobertura: — 41 %.

Efectivamente, a análise dos números de entradas de furtos, revela-nos que:

Os furtos qualificados em locais não residenciais aumentaram 18 %;

Os furtos em residências aumentaram 12,7 % (tendo sido de 27,2 % o aumento ocorrido nos meses de Verão);

Os furtos de veículos aumentaram 5,6 % e os furtos em veículos 18,8 %.

Este aumento nos furtos vem corroborar a tendência para uma subida progressiva que se vem a desenhar desde 1989.

Grande aumento registaram os crimes contra a propriedade praticados com violência. Com efeito os roubos subiram 24,5 %; os assaltos a bancos 125,9 % e os restantes assaltos 56,2 %.

As denúncias por burla revelaram uma diminuição com algum significado (— 18,9 %).

Finalmente regista-se a descida de número de processos por desvio de subsídios (de 24 entradas de Julho a Novembro de 1991 passamos para 20 no corrente ano).

Crimes contra o Estado

No período de tempo em análise, estes crimes apresentaram, mais uma vez, diminuição: — 8,9 %.

Há, no entanto, a salientar que os processos instaurados por corrupção subiram substancialmente: +140 % (de Julho e Novembro de 1991 havíamos encontrado 20 e nos correspondentes meses do corrente ano 48).

6 — Sistema da Autoridade Marítima

1 — Situação geral

As características da faixa litoral, assim como das actividades que nela são exercidas, exigem um permanente esforço do pessoal que presta serviço no Sistema da Autoridade Marítima.

Com o início da época balnear foi reforçado o dispositivo de apoio às praias, por forma a permitir uma melhor cobertura das zonas de maior afluência de banhistas.

Complementarmente, no âmbito da salvaguarda da vida humana no mar, a insistência e incremento das medidas de prevenção já adoptadas em anos anteriores resultaram numa melhor contenção de acidentes na orla marítima, não obstante o aumento do número de embarcações de recreio.

Foram também tomadas medidas adicionais na defesa do património cultural subaquático para melhor protecção de espólios arqueológicos.

Embora não atingindo valores significativos, verificou-se um aumento de situações conflituais, provenientes de antagonismo de interesses entre as diversas comunidades que desenvolvem a sua actividade na zona marítima.

Verificou-se uma afluência invulgar aos portos nacionais de navios transportando clandestinos e refugiados. Dois casos que colheram grande interesse público (o *Ebo*, com 39 clandestinos do Zaire, e o *Svendborg Globe*, com 335 refugiados da Bósnia) obrigaram a uma estreita cooperação entre a Autoridade Marítima e outros serviços, sendo de su-

blinhar a excelente articulação que foi conseguida, especialmente com a Direcção-Geral do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e com a Guarda Fiscal, decisiva para o sucesso obtido em cada uma daquelas situações.

Apesar de terem ocorrido dois acidentes de significativa importância com navios de pavilhão estrangeiro (encalhes do *Penelope I* em Leixões e do *Erika Bojen* na Figueira da Foz), é de assinalar uma substancial diminuição de sinistros marítimos.

2 — Principais aspectos da actividade

Da análise comparativa dos indicadores mais representativos das condições da segurança interna relativos a 1991 e 1992 conclui-se não se terem verificado variações preocupantes. De entre os aspectos da actividade salientam-se:

2.1 — Furtos e roubos

Continua a tendência ascendente dos furtos em embarcações, denotando, sobretudo, descuido dos proprietários, bem como de roubos a utentes das praias, correspondendo à linha de ascensão e de motivos que vêm caracterizando os tempos actuais.

2.2 — Droga

Verificou-se uma intervenção com resultados positivos, da qual resultou a recolha do fundo do mar de 60 kg de haxixe, na ilha de São Miguel.

2.3 — Conflitos

O tradicional conflito entre a pesca artesanal e a pesca de arrasto reacendeu-se no Barlavento Algarvio logo no princípio do ano, com reivindicações sindicais perturbadoras do normal funcionamento da actividade.

Alterações ao horário dos serviços de lotas e vendagens produziram um clima de hostilidade entre armadores, pescadores e compradores de pescado, que veio a ser apaziguado com a intervenção da Autoridade Marítima e da administração das pescas.

Verificou-se também alguma agitação pela Associação de Industriais e Similares Concessionários da Orla Marítima do Algarve contra as medidas que se prevê virem a ser tomadas em matéria de regime de licenciamento e concessão de apoios de praias.

2.4 — Sinistros marítimos

Embora se tenha verificado uma significativa diminuição nos acidentes marítimos, os encalhes do *Penelope I* em Leixões e do *Erika Bojen* na Figueira da Foz, pela sua importância, vieram evidenciar e reafirmar a necessidade de ser revisto o nosso ordenamento jurídico em matéria de acesso de navios estrangeiros a portos nacionais, assegurando o ressarcimento dos encargos financeiros a serem assumidos em casos de sinistros que façam perigar a segurança da navegação ou motivem a poluição das nossas águas jurisdicionais.

De referir ainda os acidentes provocados pela passagem do ciclone *Charlie* nos Açores, em que se afundaram seis embarcações de pesca atracadas ao cais comercial no porto da Praia da Vitória, apesar dos avisos divulgados e das recomendações da Autoridade Marítima para que os seus proprietários as movimentassem para zona mais safe.

É importante ainda mencionar o corrente interesse que os desportos náuticos vêm despertando, resultando num considerável acréscimo do número de embarcações equipadas com

motores de grandes potências, o que aumenta a possibilidade e a gravidade de acidentes.

2.5 — Acidentes com banhistas

Embora se tenha verificado um considerável aumento dos utentes das praias, os acidentes mortais tiveram uma significativa diminuição, justificada pela assinalável melhoria do serviço de vigilância e salvamento que a Autoridade Marítima pôde incrementar.

7 — Serviço de Informações de Segurança

1 — Apreciação geral

Não obstante, surgiram alguns focos de tensão e foram detectadas algumas actividades inconvenientes, as quais foram acompanhadas e controladas.

Por isso, não chegaram a atingir desenvolvimentos susceptíveis de prejudicarem gravemente a tranquilidade social ou de constituírem ameaça grave ao livre funcionamento das instituições democráticas ou à segurança de segredos essenciais do Estado.

2 — Terrorismo

O País continuou a ser poupado a actos terroristas, não tendo sido detectados indícios de estar em curso a preparação de qualquer acção deste tipo contra alvos em território nacional ou alvos portugueses no estrangeiro.

Embora ainda não estejam concluídos alguns dos processos judiciais em que são arguidos elementos da FUP/FP-25, a maioria destes encontra-se em liberdade, esforçando-se por alcançar a sua reinserção na sociedade. No entanto, certos indícios apontam para o envolvimento de um escasso número deles em actividades de delito comum.

O ressurgimento do fundamentalismo islâmico, já apontado em 1991, continuou a desenvolver-se em 1992, justificando sérias preocupações pelas potencialidades que lhe são inerentes de desencadeamento de acções terroristas na Europa.

3 — Espionagem

Embora a ameaça posta pelos serviços secretos de outros países tenha diminuído, em consequência das profundas alterações ocorridas no Leste Europeu, continuaram a ser detectadas actividades suspeitas de espionagem levadas a efeito por alguns países que, no passado, haviam estabelecido contactos em Portugal.

Os funcionários daqueles serviços prosseguiram os seus esforços de recolha fraudulenta de informações, particularmente nas áreas da política, tecnologia e ciência.

Afigura-se de salientar que a liberalização das relações comerciais com aqueles países e as profundas alterações na percepção que a opinião pública em geral tem das relações com cidadãos daqueles países facilitam significativamente o trabalho dos agentes adversários, ao mesmo tempo que dificultam a missão do Serviço.

As incertezas quanto ao futuro de Angola e Moçambique explicam a prossecução das actividades dos seus serviços secretos junto das respectivas colónias em Portugal, procurando controlar os elementos mais significativos, ao passo que os movimentos de oposição aos regimes estabelecidos naqueles países diligenciaram garantir o seu apoio. No entanto, não foram registadas situações relevantes de desrespeito pelas leis portuguesas motivadas por aquele tipo de conflito de interesses.

IV
Quadros de actividade desenvolvida
Guarda Nacional Republicana

ANEXO B

Guarda Nacional Republicana
Comando-Geral
3.^a Repartição

Actividade operacional desenvolvida pela GNR (dados estatísticos) no período de 1 de Janeiro de 1992
a 31 de Dezembro de 1992

Principais acções realizadas no âmbito da actividade operacional

Actividade/acção	1991 (1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1991)	1992 (1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1992)	Diferença	Varição (percentagem)
Polícia geral				
1 — Patrulhamentos:				
Patrulhas lançadas	465 761	491 831	+ 26 070	+ 5,5
Distâncias percorridas (quilómetros)				
A pé	6 347 679	6 245 728	— 102 151	— 1,6
A cavalo	590 569	589 250	— 1 319	— 0,2
Em motos e ciclomoteres	6 632 870	7 466 198	+ 833 328	+ 12,5
Em viatura	30 836 614	31 891 875	+ 1 055 261	+ 3,4
Soma	44 586 454	46 193 051	+ 1 606 597	+ 3,6
2 — Fiscalização de caça:				
Número de caçadores fiscalizados	34 223	40 526	+ 6 303	+ 18,4
3 — Policiamento de espectáculos:				
Número de espectáculos policiados	23 833	23 800	— 33	— 0,1
Efectivos empenhados	113 365	122 086	+ 8 721	+ 7,6
Número de incidentes em recintos desportivos	413	404	— 9	— 2,1
4 — Operações de rusga				
	9 020	8 948	— 72	— 0,7
5 — Acções de referenciação e controlo de pessoas e bens (solicitações feitas à GNR):				
Pedidos de localização de pessoas desaparecidas	853	930	+ 77	+ 9
Pedidos de paradeiro	1 209	2 292	+ 1 083	+ 89,5
Pedidos de notificação de pessoas	178	219	+ 41	+ 23
Pedidos de captura de pessoas	1 972	1 700	+ 272	+ 13,7
Pedidos de apreensão de armas	764	753	— 211	— 27,6
Pedidos de apreensão de veículos	7 676	8 680	+ 1 004	+ 13
Segurança e ordem pública				
6 — Acções de segurança e protecção a AE:				
Segurança de área, desembaraçamento de acompanhamento de trânsito e abertura de itinerários	946	881	— 65	— 6,8
7 — Escoltas:				
A valores (fundos)	160	87	— 73	— 45,6
A presos	256	197	— 59	— 23
Diversas (entidades, objectos de arte, etc.)	168	106	— 62	— 36,9
8 — Acções de protecção/entrega de reservas				
	26	6	— 20	— 76,9
9 — Acções de intervenção para manutenção ou restabelecimento da ordem pública				
	505	408	— 97	— 19,2
Trânsito				
10 — Operações «Stop»				
	13 299	13 275	— 24	— 0,1
11 — Número de condutores fiscalizados				
	3 001 663	3 083 036	+ 81 373	+ 2,7
Honoríficas				
12 — Guardas e escoltas de honra AE				
	163	173	— 10	+ 6,1

Guarda Fiscal
Actividade operacional
Acções/operações

	1991	1992	Varição (percentagem)
Buscas	2 012	1 295	- 35,6
Varejos	812	1 080	+ 33,0
Patrulhamentos	127 342	101 031	- 20,6
Aguardos	43 694	61 621	+ 41,0
Acompanhamentos	94 189	59 094	- 37,2
Operações «Stop»	22 431	20 552	- 8,3
Vigias	71 583	58 474	- 18,3
Acções diversas	3 677	2 307	- 37,2
Operações	1 025	397	- 61,2
Outras actividades:			
Equipas cinotécnicas	-	2 233	+ 100
Equipas endoscópicas	-	74	+ 100

Número de apreensões por redes tipificadas

	1991	1992	Varição (percentagem)
Géneros alimentícios	325	307	- 5
Tabaco	14	21	+ 33,3
Máquinas de jogo	772	914	+ 18,3
Vestuário	199	330	+ 65,8
Gado	120	216	+ 80
Meios de transporte	1 963	2 352	+ 19,8
Diversos	579	336	- 41,9
Droga	88	178	+ 102

Valor das apreensões (em contos)

	1991	1992	Varição (percentagem)
Géneros alimentícios	243 544	375 098	+ 54,0
Tabaco	142 238	519 962	+ 262,5
Máquinas de jogo	77 628	218 692	+ 181,7
Vestuário	209 780	354 756	+ 69,1
Gado	31 257	34 364	+ 9,9
Meios de transporte	444 483	995 293	+ 123,9
Electrodomésticos	217 170	267 552	+ 23,1
Diversos	254 096	153 972	- 39,4
Droga	10 942 664	857 390	+ 92,1

Apreensões mais significativas

Data	Região	Tipo de mercadoria	Valor
1 de Janeiro de 1992	Vilar Formoso	Tabaco e meio de transporte	296 375 000\$00
24 de Fevereiro de 1992	Aveiro	Bacalhau	204 000 000\$00
28 de Fevereiro de 1992	Lisboa	Oito viaturas, peixe congelado e embarcações	657 100 000\$00
9 de Março de 1992	Lisboa	Tabaco e embarcação	104 830 000\$00
2 de Abril de 1992	Porto	Droga (cocaína)	21 546 000\$00
17 de Abril de 1992	Castro Marim	Droga (haxixe) e embarcação	146 720 000\$00
21 de Maio de 1992	Valença	Vestuário e meio de transporte	23 720 000\$00
12 de Junho de 1992	Porto Alto	Videogramas	19 545 000\$00
22 de Junho de 1992	Portimão	Tabaco e meio de transporte	27 675 000\$00
23 de Junho de 1992	Peniche	Tabaco e meio de transporte	19 750 000\$00
27 de Junho de 1992	Setúbal	Tabaco, vestuário e diversos artigos	56 031 500\$00
13 de Agosto de 1992	Lagos	Tabaco e meio de transporte	34 865 000\$00
26 de Agosto de 1992	Olhão	Droga (cocaína)	481 950 000\$00
7 de Setembro de 1992	Aljezur	Droga (haxixe) e embarcação	41 705 800\$00
11 de Setembro de 1992	Lisboa	Arcas congeladoras e meio de transporte	26 095 000\$00
11 de Setembro de 1992	Olhão	Droga (haxixe)	43 440 000\$00
7 de Outubro de 1992	Vila Nova de Gaia	Viaturas (12)	40 500 000\$00
9 de Outubro de 1992	Mação	Carne e meio de transporte	27 000 000\$00
11 de Outubro de 1992	Guarda	Barras de ouro, divisas e meio de transporte	23 947 290\$00
13 de Outubro de 1992	Pinhel	Bananas, laranjas e meio de transporte	35 707 000\$00
4 de Novembro de 1992	Aveiro	Bacalhau	53 000 000\$00
12 de Novembro de 1992	Espinho	Estúdio de gravação de vídeo	31 025 000\$00
14 de Novembro de 1992	Seixal	Máquinas de jogos	19 250 000\$00
24 de Dezembro de 1992	Portimão	Droga (haxixe)	23 980 000\$00

Apreensões de droga

	1991		1992	
	Número	Quantidade	Número	Quantidade
Liamba.....	3	98,3 kg	9	7,697 kg
Haxixe.....	34	(a) 4 505,8 kg	62	(c) 721,558 kg
Cocaína.....	12	(b) 102,894 kg	27	8,891 kg
Heroína.....	51	7,739 kg	122	2,146 kg
Cannabis.....	2	18 plantas	2	16 plantas
Papoila (<i>Papaver somniferum</i>).....	1	2 000 plantas	1	3 pés

(a) 2100 kg em colaboração pedida pela Polícia Judiciária.

(b) 100 kg em colaboração com a Guarda Civil e, posteriormente, com a alfândega e Polícia Judiciária.

(c) 32 kg em colaboração pedida pela Polícia Judiciária.

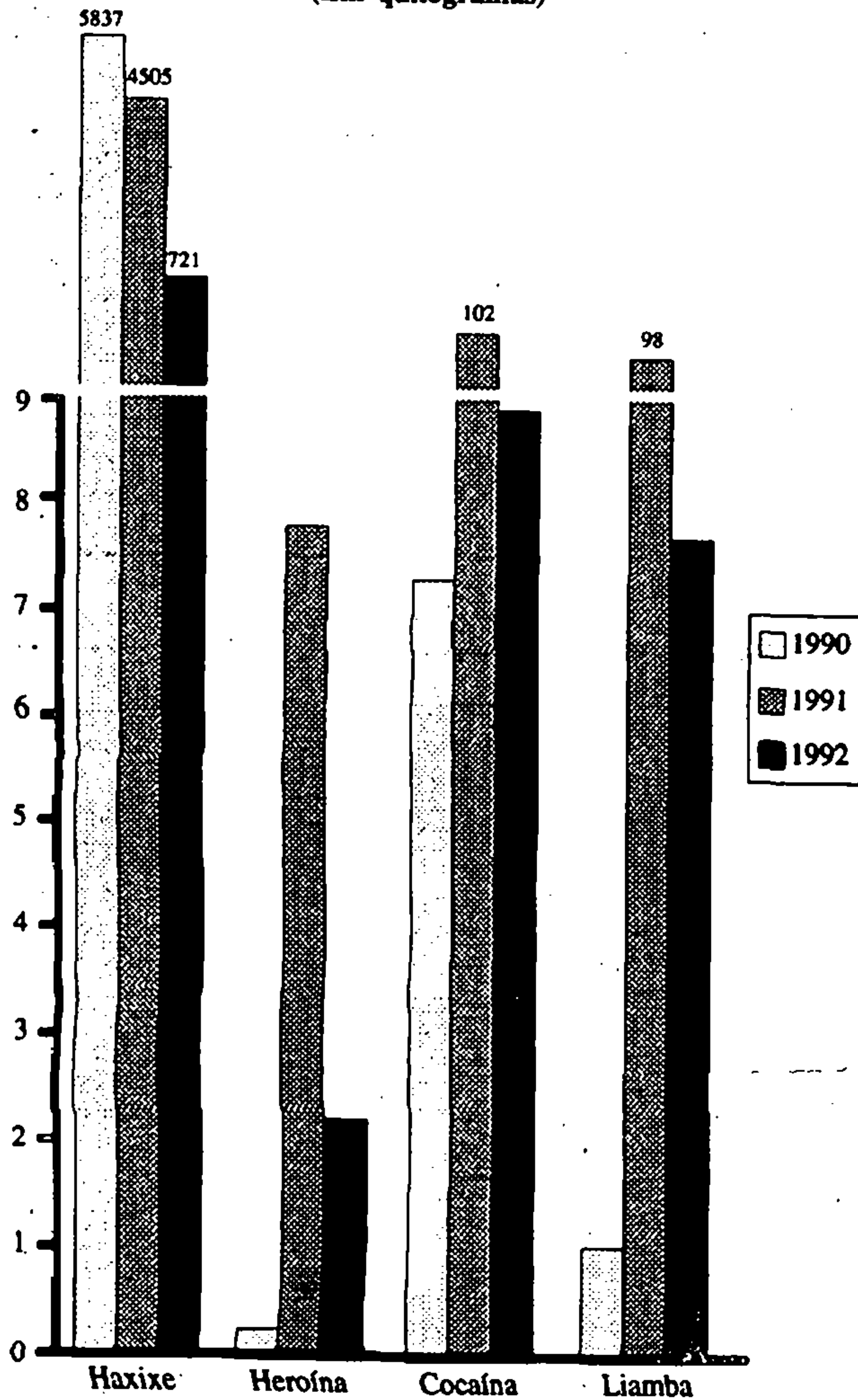
A actividade operacional constante da alínea a) traduziu-se pelos seguintes resultados globais:

	1991	1992	Variação (percentagem)	
Pessoas detidas.....	274	334	+	21,8
Processos instaurados.....	2 672	2 352	-	11,9
Infracções registadas.....	5 043	5 704	+	13,1
Valor das apreensões (em contos).....	12 562 860	3 870 560	-	69,1
Valor das coimas (em contos).....	107 553	103 177	-	4,0
Valor dos direitos fixados (em contos).....	44 900	70 404	+	56,6
Viaturas apreendidas.....	2 102	(a) 2 743	+	30,4

(a) No mínimo, 282 destas viaturas serão, previsivelmente, perdidas a favor do Estado.

Tipos de droga

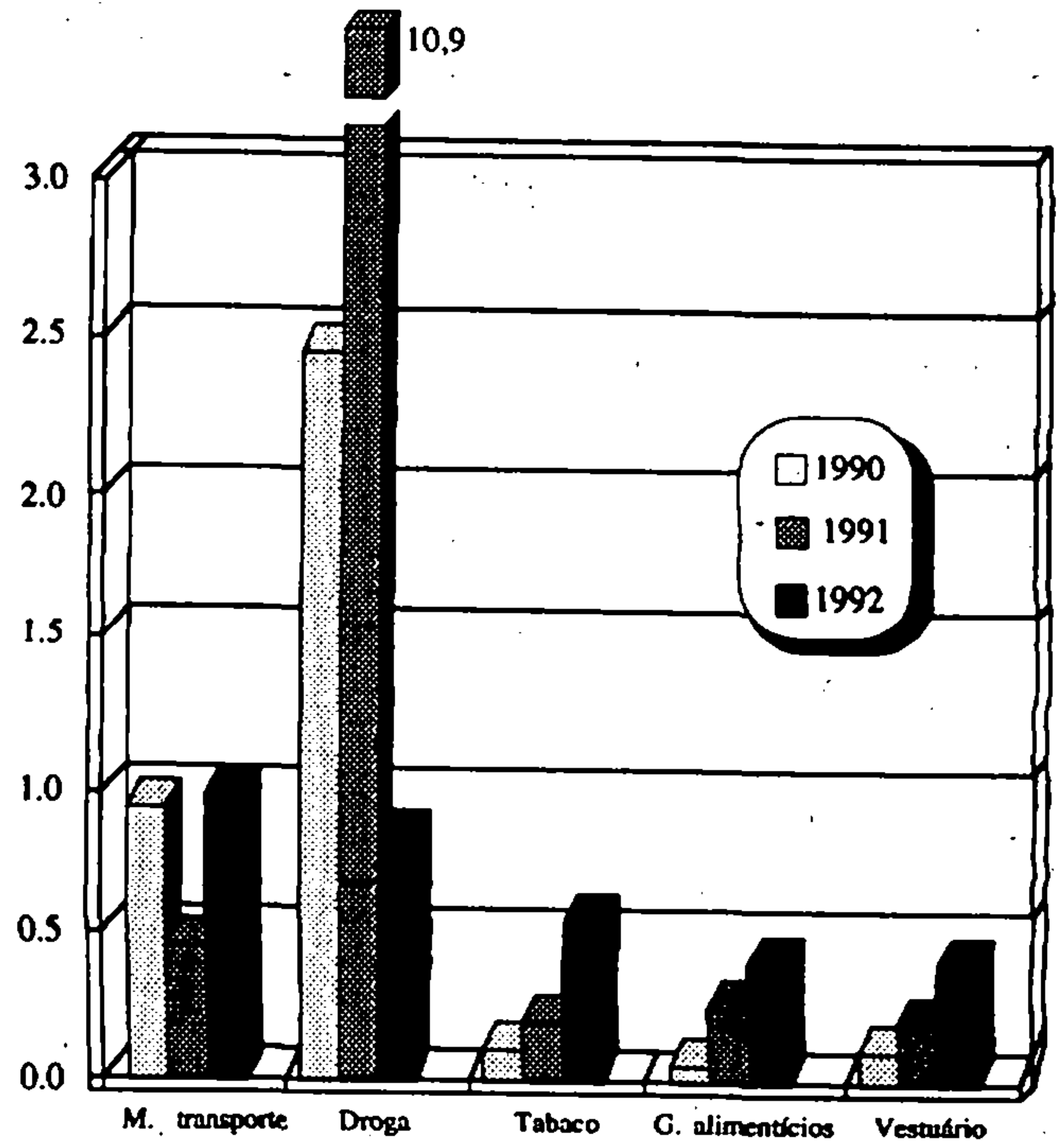
(Em quilogramas)



	1990	1991	1992
Plantas papoila	—	2000	3
Cannabis (plantas)	485	18	16

Valores das apreensões

(Em milhões de contos)



Polícia de Segurança Pública

ANEXO C AO RELATÓRIO ANUAL DE 1992

Quadro estatístico operacional da PSP
Totais de acções (1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1992)

Tipo de actividade	Totais		Diferença (percentagem)	Média — Dia	
	1992	1991		1992	1991
Solicitações à PSP:					
Assistência 115	221 829	202 405	9,6	606,1	554,5
Queixas	121 629	108 492	12,1	332,3	297,2
Participações	231 940	215 456	7,7	663,7	590,3
CDs/CRs:					
Operações «Rusga»	2 463	2 149	14,6	6,7	5,9
Operações «Fiscalização»	3 814	3 737	2,1	10,4	10,2
Operações «Stop»	5 612	5 369	4,5	15,3	14,7
BMA	1 422	1 487	— 4,4	3,9	4,1
CI	1 349	1 118	20,8	3,7	3,1
GOE	798	1 420	— 43,8	2,2	3,9
Autuações:					
Trânsito/Transpor.	537 823	472 258	13,9	1 469,5	1 293,9
Outras	19 269	18 306	5,3	52,6	50,2
Armamento:					
Apreendido	988	815	21,2	2,7	2,2
Entregue	951	950	0,1	2,6	2,6
Detenções	18 919	18 631	1,5	51,7	5,1
Inq. preliminares:					
Criminalidade	79 491	71 491	11,2	217,2	195,9
Acidentes de trânsito	5 877	4 875	20,6	16,1	13,4
Viaturas:					
Recuperadas	6 099	5 852	4,2	16,7	16
Apreendidas	4 884	4 251	14,9	13,3	11,6
Acidentes de trânsito:					
Totais	58 405	52 897	10,4	159,6	144,9
Feridos	24 073	22 838	5,4	65,8	62,6
Mortos	382	387	— 1,3	1	1,1
Taxa de alcoolemia:					
Indiv. controlados	50 146	45 008	11,4	137	123,3
TAS 0,50 g/l	4 546	4 618	— 10	12,4	13,8

Polícia Judiciária

De Julho a Novembro de 1992

Crimes contra as pessoas

	1991	1992
Homicídio consumado	141	127
Homicídio tentado	53	51
Homicídio por negligência	16	9
Envenenamento	9	8
Infanticídio	4	0
Aborto	11	9
Ofensas corporais graves	11	30
Ofensas corporais simples	279	247
Ofensas corporais por negligência	8	8
Rapto de menores	3	6
Difamação e injúrias	128	139
Abuso de liberdade de imprensa	24	34
Contra a liberdade das pessoas	134	123
Contra a reserva da vida privada	39	34
Outros contra as pessoas	30	26
Outros	22	31
Total	912	882

Crimes contra valores e interesses da vida em sociedade

	1991	1992
Contra a família	28	26
Violação	51	65
Outros crimes sexuais	20	15
Proxenetismo e rufinaria	1	0
Exploração da prostituição	11	10
Homossexualidade com menor	1	1
Tráfico de pessoas	1	3
Falsificações	489	677
Tráfico e viciação de veículos	118	141
Falsificação de receitas para aquisição de droga ...	12	7
Dest. danif. furto documentos	14	18
Moeda falsa	228	432
Falsificação de títulos de crédito	138	116
Falsificação de lotaria nacional	9	9
Falsificação de valores selados	2	1
Falsificação de selos, cunhos e chancelas	3	10
Tráfico de capitais e outros valores	0	2
Tráfico e vic. de obras de arte	3	2
Fogo posto urbano	428	448
Fogo posto em searas	114	52
Fogo posto em floresta	818	859

	1991	1992
Det. armas branca/fogo não proibidas	42	36
Associações criminosas	3	3
Contra a vida e a liberdade de pessoas	5	10
Contra a segurança equipamentos colectivos	0	0
Com emprego de engenho explosivo	19	5
Com emprego de substâncias tóxicas	0	0
Pirataria aérea seg. aviação civil	0	0
Terrorismo	1	0
Tráfico de estupefacientes	994	1 154
Consumo de estupefacientes	615	620
Falsificação de títulos de transporte	177	174
Falsificação de cartas de condução	33	3
Outros contra val. int. vida sociedade	26	21
Viciação de cheques	310	264
Viciação de vales	125	172
Outros	59	52
Total	4 899	5 409

Crimes contra o património

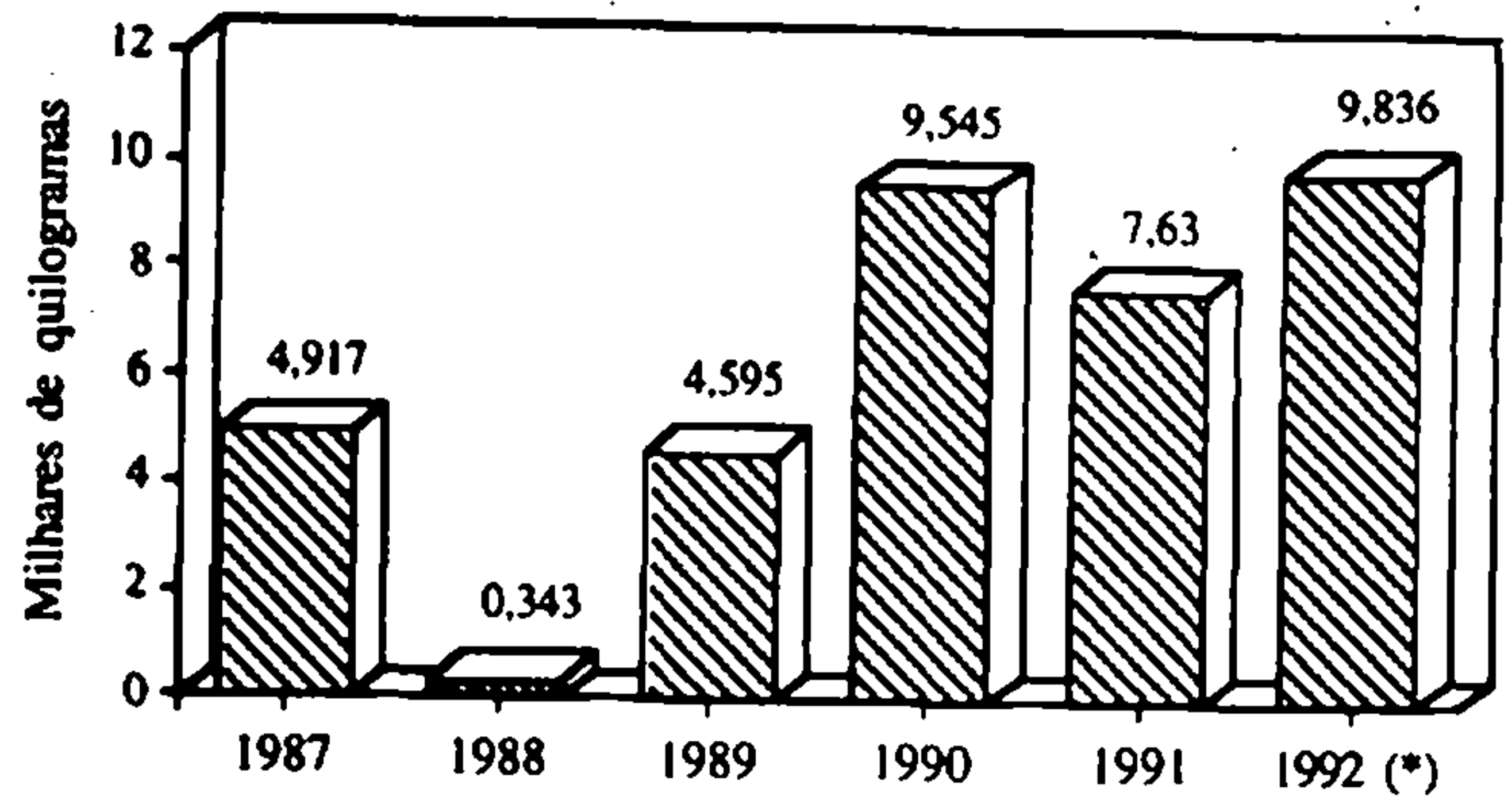
	1991	1992
Furto simples	3 073	2 977
Furto coisa acessível	653	657
Apropriação de achados	17	9
Furto qualificado	1 185	854
Furto qualificado com arrombamento	2 327	2 745
Furto qualificado com escalamento	534	636
Furto qualificado com chave falsa	251	294
Furto qualificado com arrombamento em residências	1 384	1 669
Furto qualificado com escalamento em residências	551	556
Furto qualificado com chave falsa em residências	259	238
Furto obras de arte e bens culturais	33	31
Furto em locais de culto	7	12
Furto de veículos	2 015	2 127
Furto em veículos	7 414	7 516
Furto de uso de veículos	38	28
Roubo	1 847	2 300
Assaltos a farmácias	7	2
Assaltos a bancos	27	61
Assaltos a prospectores bancários	0	1
Assaltos a outros estabelecimentos de crédito	1	2
Assaltos a repartições de finanças, tesourarias	0	0
Assaltos a estações de correios	1	0
Outros assaltos <i>mão armada</i>	194	313
Danos	260	282
Abuso de confiança	274	270
Burlas	1 052	853
Burla com fraude bancária	16	18
Emissão de cheque sem cobertura	9 539	5 625
Extorsão	21	15
Falência	2	6
Burla informática	7	2
Contra a prática actividade comercial	11	7
Receptação	54	53
Desvio de subsídios	24	20
Furto de cortiça	12	1
Crime inf. forma organizada	2	4
Fraude com dimensão internacional	1	0
Fraude contra o Estado	5	8
Fraude f. organizada c. inst. financ.	?	0
Fraude contra empresas públicas	1	0
Outros contra o <i>património</i>	89	31
Outros	146	102
Total	33 327	30 335

Crimes contra o Estado

	1991	1992
Injúrias, resist. desob. autoridade	151	159
Tirada, evasão, motim de presos	8	2
Usurpação de funções	21	11
Declarações, testemunhos falsos	63	39
Abuso de poder, excesso de poder	29	30

	1991	1992
Corrupção	20	48
Peculato	19	17
Contra integ. física pessoal diplomático	0	0
Contra segurança do Estado	0	1
Rapto p/tomada, ret. reféns	7	10
Det. traf. armas de fogo proibidas	10	4
Desobediência C. P. Penal	0	0
Outros contra o Estado	42	20
Outros	22	16
Total	392	357

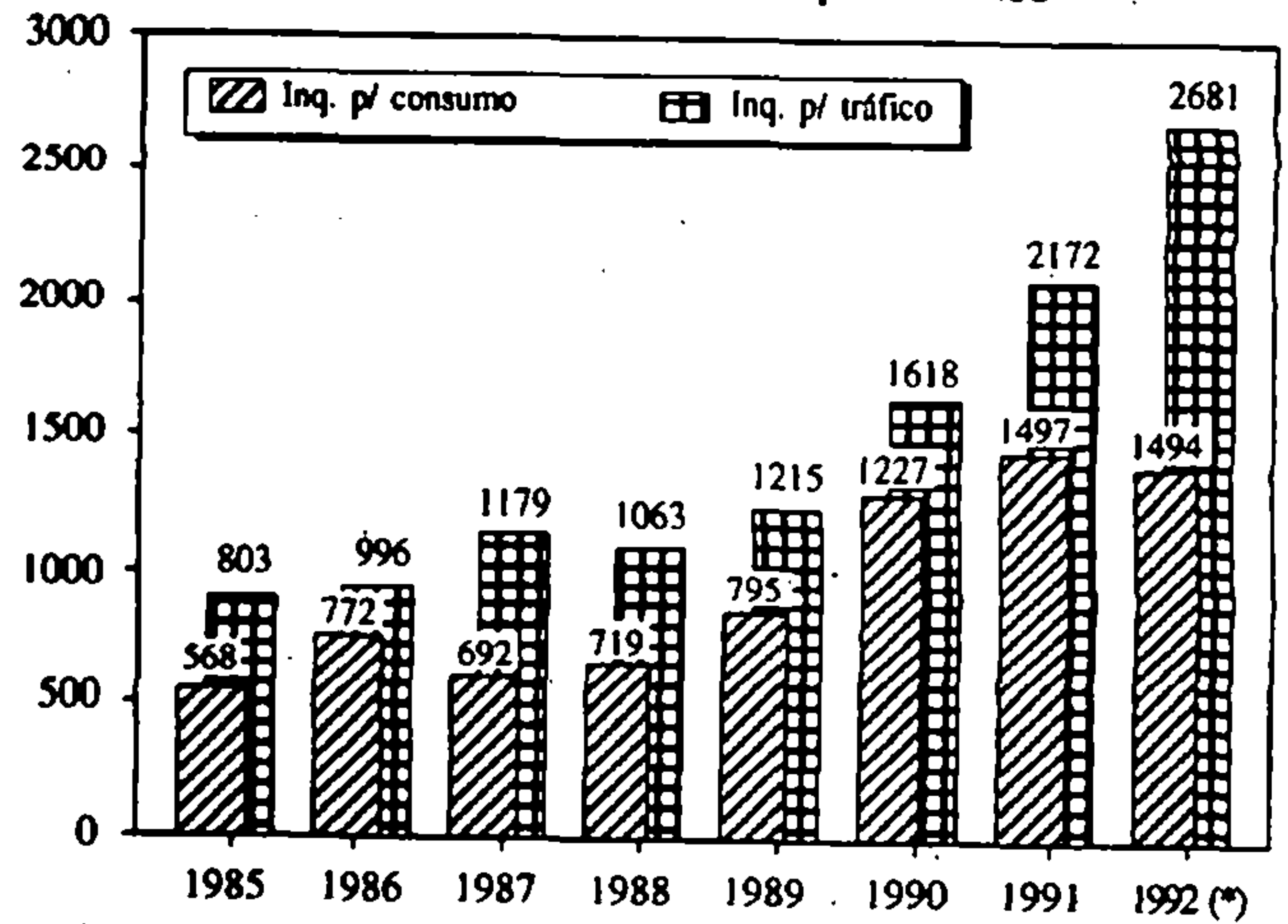
Maxixe apreendido



(*) Dados provisórios.

Fonte: PJ/DCITE.

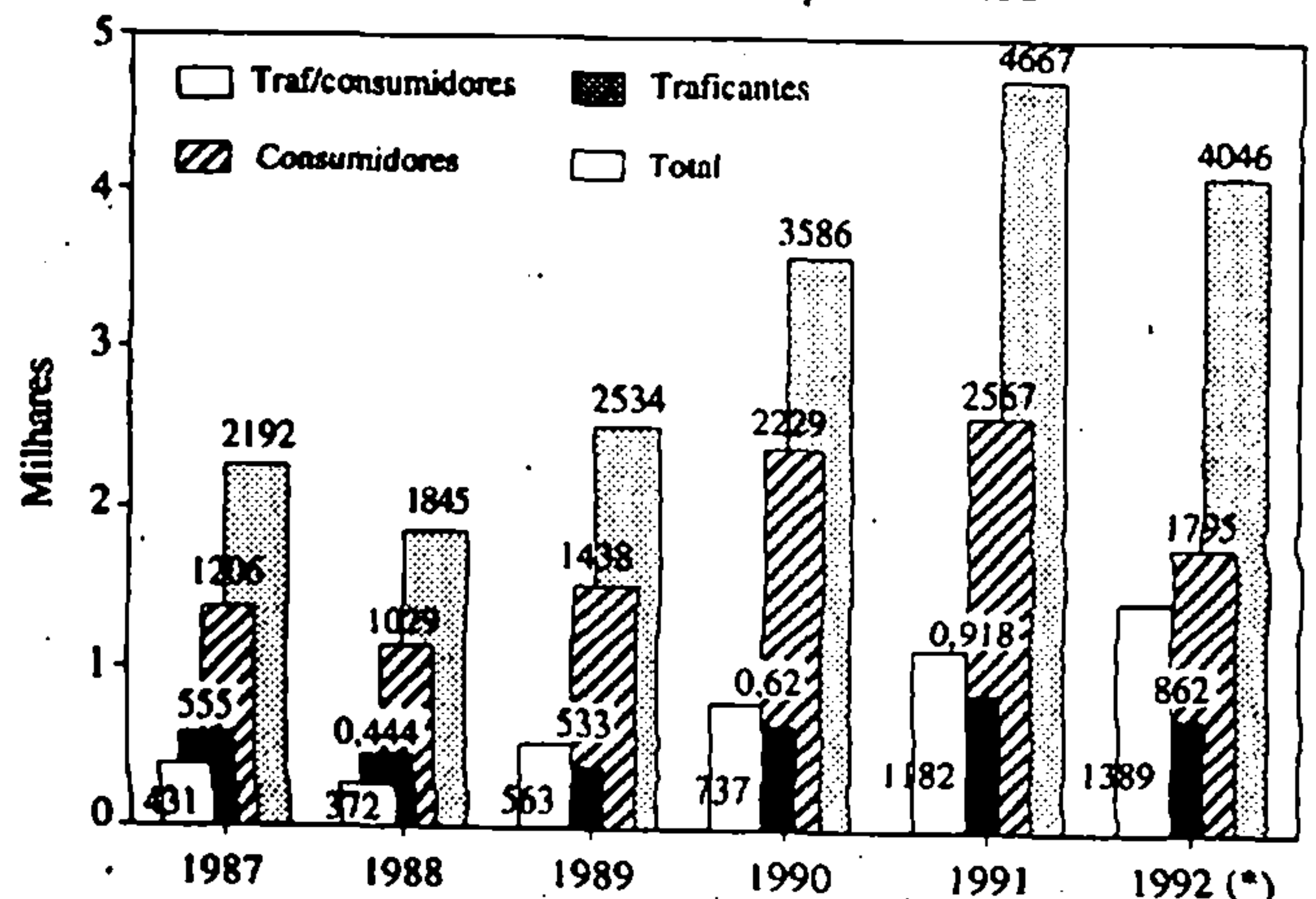
Tráfico e consumo de estupefacientes



(*) Dados provisórios.

Fonte: PJ/DCITE.

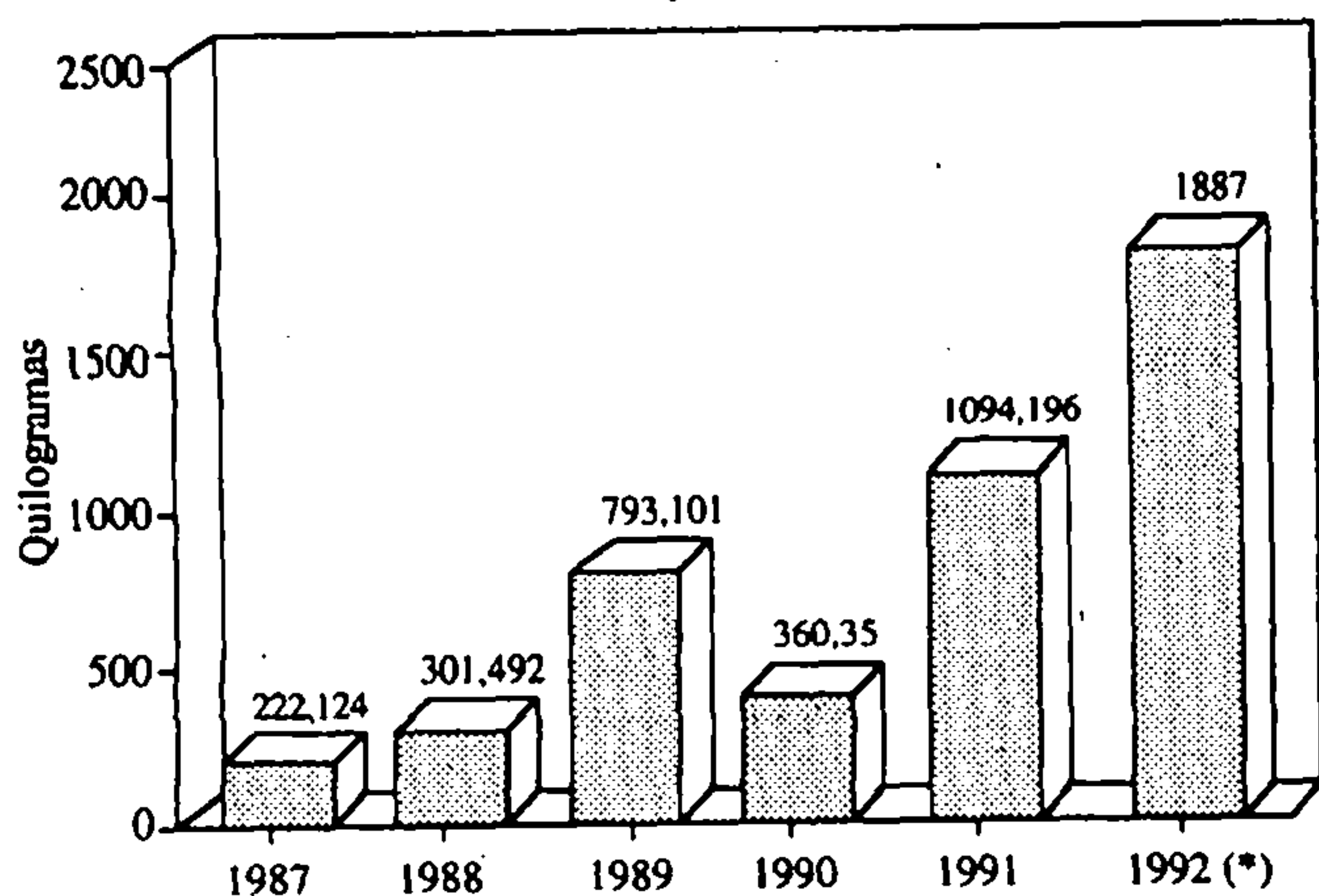
Traficantes, traficantes/consumidores e consumidores de estupefacientes



(*) Dados provisórios.

Fonte: PJ/DCITE.

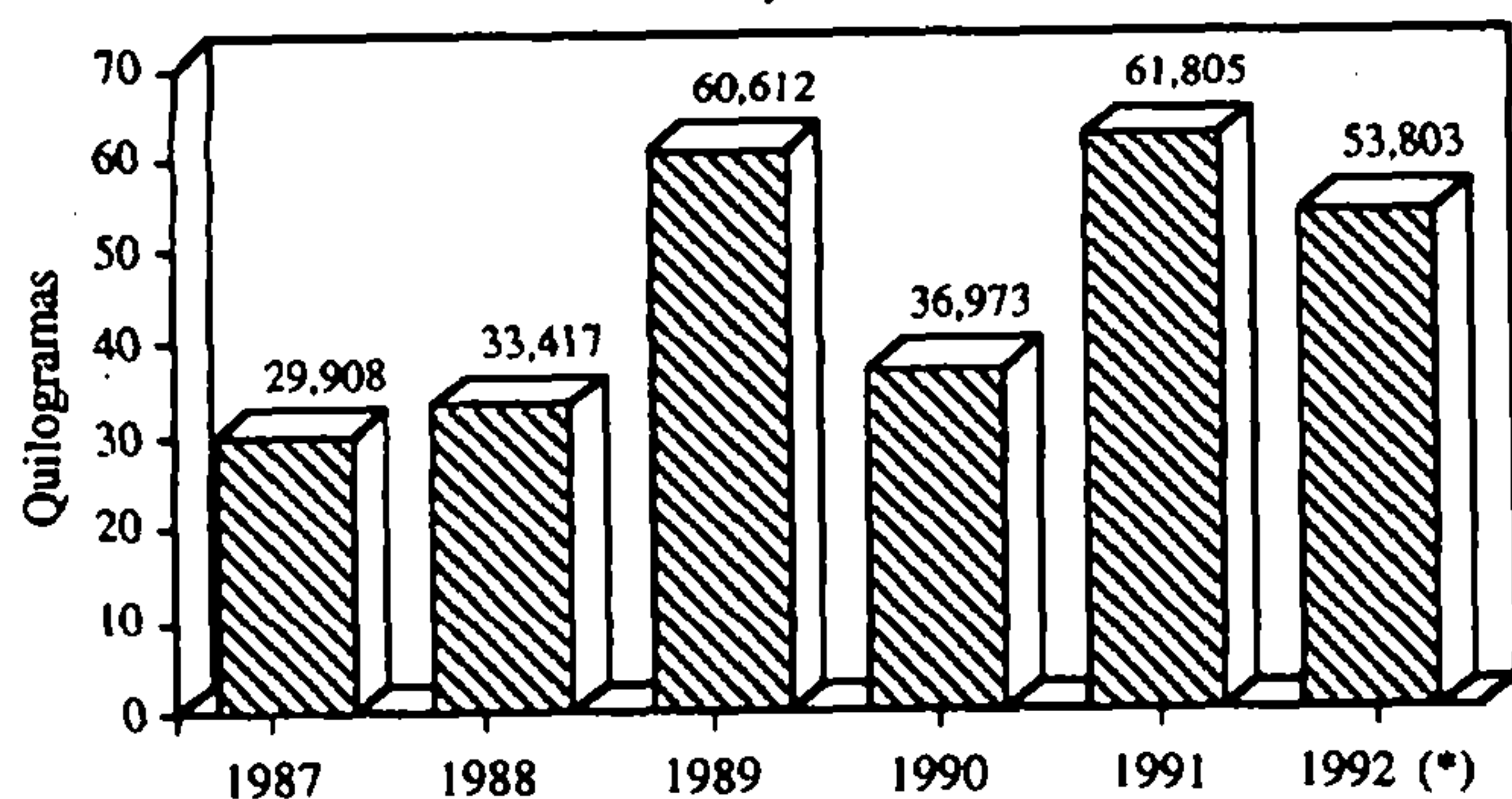
Cocaína apreendida



(*) Dados provisórios.

Fonte: PJ/DCITE.

Heroína apreendida



(*) Dados provisórios.

Fonte: PJ/DCITE.

Preço das principais drogas

Ano de 1992

	A retalho/grama	Por grosso/quilograma
Heróina	De 7 500\$00 a 12 000\$00	De 5 000 000\$00 a 7 500 000\$00.
Cocaína	De 6 000\$00 a 10 000\$00	De 3 000 000\$00 a 5.000 000\$00.
Haxixe	De 400\$00 a 500\$00.....	De 180 000\$00 a 240 000\$00.

Direcção Central de Investigação de Tráfico de Estupefacientes

Bens apreendidos — Valores estimados

Ano de 1992

Dinheiro:

Nacional.....	131 110 563\$00
Estrangeiro.....	18 176 700\$00

Viaturas:

Ligeiras.....	17 570 000\$00
Pesadas.....	-\$-

Barcos:

Pesca.....	-\$-
Recreio.....	-\$-

Imóveis.....	45 000 500\$00
Outros.....	18 403 300\$00

Mapa comparativo de processos entrados em todos os departamentos dos anos de 1990 a 1992

Infracção	1990	1991	Diferença	Varição (percentagem)	1991	1992	Diferença	Varição (percentagem)
Contra as pessoas:								
Homicídio consumado.....	275	329	54	19,6	329	290	-39	-11,9
Homicídio tentado.....	134	114	-20	-14,9	114	119	5	4,4
Homicídio por negligência.....	50	49	-1	-2,0	49	36	-13	-26,5
Envenenamento.....	31	23	-8	-25,8	23	22	-1	-4,3
Infanticídio.....	12	12	0	0	12	0	-12	-100,0
Aborto.....	17	24	7	41,2	24	26	2	8,3
Ofensas corporais graves.....	87	53	-34	-39,1	53	62	9	17,0
Ofensas corporais simples.....	622	633	11	1,8	633	589	-44	-7,0
Ofensas corporais por negligência.....	45	19	-26	-57,8	19	20	1	5,3
Rapto de menores.....	16	9	-7	-43,8	9	12	3	33,3
Difamação e injúrias.....	398	353	-45	-11,3	353	334	-19	-5,4
Abuso de liberdade de imprensa.....	71	55	-16	-22,5	55	88	33	60,0
Contra a liberdade de pessoas.....	281	344	63	22,4	344	296	-48	-14,0
Contra a reserva da vida privada.....	99	85	-14	-14,1	85	90	5	5,9
Outros contra as pessoas.....	124	78	-46	-37,1	78	67	-11	-14,1
Outros.....	46	59	13	28,3	59	82	23	39,0
	2 308	2 259	-49	-2,1	2 259	2 133	-126	-5,6
Contra a paz e a Humanidade.....	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra val. int. v. soc.:								
Contra a família.....	96	82	-14	-14,6	82	83	1	1,2
Violação.....	117	134	17	14,5	134	155	21	15,7
Outros crimes sexuais.....	56	48	-8	-14,3	48	52	4	8,3
Proxenetismo e rufinaria.....	3	2	-1	-33,3	2	0	-2	-100,0
Exploração prostituição.....	25	27	2	8,0	27	26	-1	-3,7
Homossexualidade com menor.....	6	7	1	16,7	7	2	-5	-71,4
Tráfico de pessoas.....	9	5	-4	-44,4	5	5	0	0
Exploração da mendicidade.....	1	0	-1	-100,0	0	0	0	0

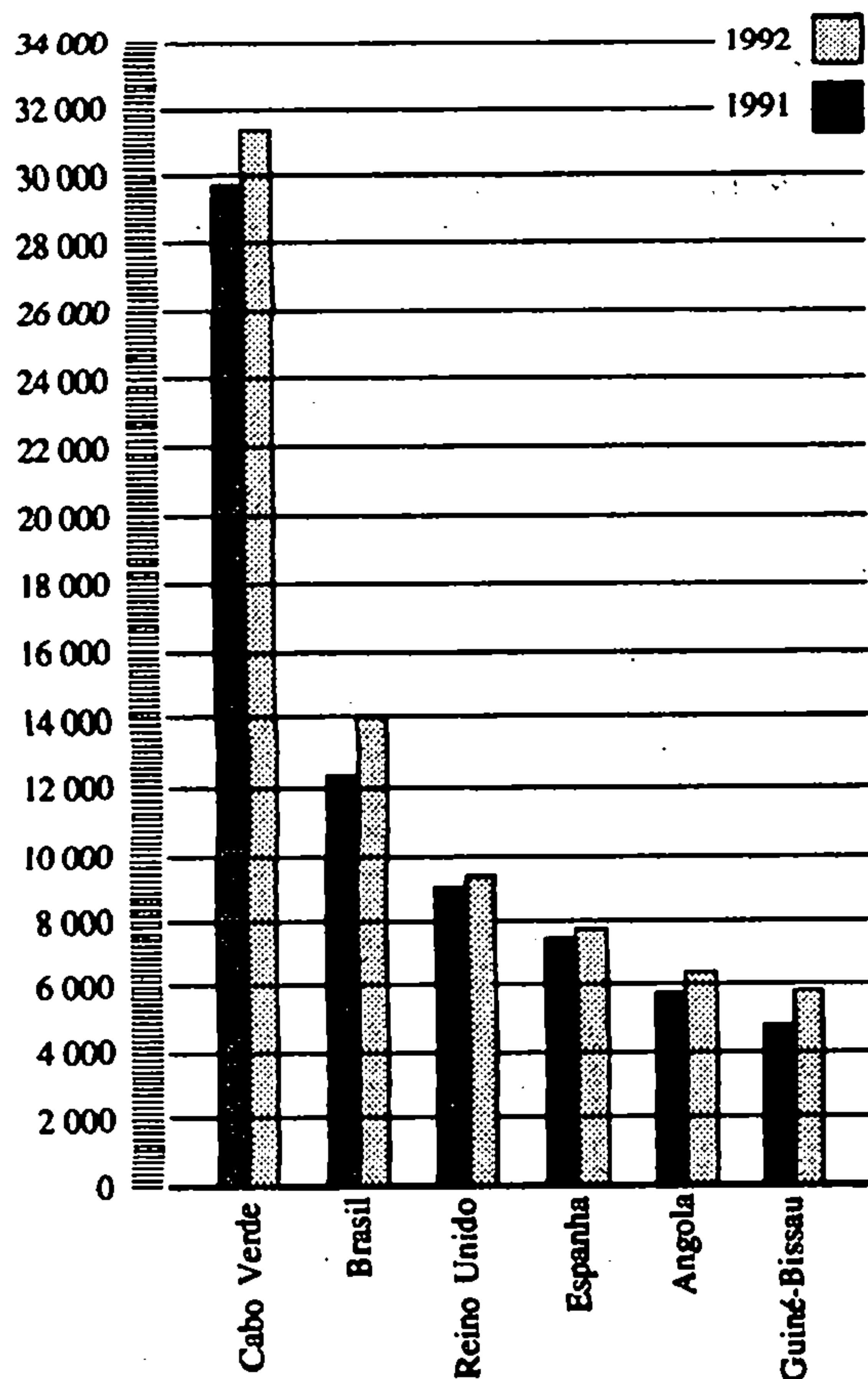
Infracção	1990	1991	Diferença	Variacão (percentagem)	1991	1992	Diferença	Variacão (percentagem)
Falsificações	2 047	1 588	— 459	— 22,4	1 588	1 551	— 37	— 2,3
Tráf. e viciação de veículos	300	276	— 24	— 8,0	276	338	62	22,5
Falsificação de receitas para aqui. DPOG	14	17	3	21,4	17	55	— 2	— 11,8
Dest. panif. furto document.	63	47	— 16	— 25,4	47	55	8	17,0
Moeda falsa	652	517	— 135	— 20,7	517	846	329	63,6
Falsificação de títulos de crédito	158	388	230	145,6	388	298	— 90	— 23,2
Falsificação de Lotaria Nacional	37	17	— 20	— 54,1	17	13	— 4	— 23,5
Falsificação de valores selados	4	2	— 2	— 50,0	2	1	— 1	— 50,0
Falsificação de selos, cunhos, cancel. ...	20	10	— 10	— 50,0	10	24	14	140,0
Tráfico de capitais e outros valores	7	4	— 3	— 42,9	4	2	— 2	— 50,0
Tráfico de viciação de obras de arte	4	5	1	25,0	5	3	— 2	— 40,0
Incêndio e fogo posto urbano	871	889	18	2,1	889	966	77	8,7
Incêndio e fogo posto em searas	65	121	56	86,2	121	70	— 51	— 42,1
Incêndio e fogo posto na floresta	916	967	51	5,6	967	1 158	191	19,8
Det. armas BPA/fogo n/proi.	63	100	37	58,7	100	94	— 6	— 6,0
Motim... apolog. publ. crime	3	0	— 3	— 100,0	0	0	0	0,0
Associações criminosas	19	15	— 4	— 21,1	15	17	2	13,3
Contra a vida e liberdade das pessoas ...	20	18	— 2	— 10,0	18	17	— 1	— 5,6
Contra seguros equipamentos colectivos	5	1	— 4	— 80,0	1	2	1	100,0
Crimes com emprego de engenhos explo- sivos	59	41	— 18	— 30,5	41	24	— 17	— 41,5
Crimes com empregos de substâncias tóxicas	1	1	0	0,0	1	0	— 1	— 100,0
Pirat. área seg. av. civil	0	1	1	0,0	1	0	— 1	— 100,0
Terrorismo	11	3	— 8	— 72,7	3	2	— 1	— 33,3
Tráfico de estupefacientes	1 618	2 172	554	34,2	2 172	2 680	508	23,4
Consumo de estupefacientes	1 227	1 497	270	22,0	1 497	1 434	— 63	— 4,2
Falsificação de título de transporte	231	586	355	153,7	586	344	— 342	— 41,3
Falsificação de cartas de condução	36	88	52	144,4	88	11	— 77	— 87,5
Outros valores int. vida sociedade	68	66	— 2	— 2,9	66	60	— 6	— 9,1
Viciação de cheques	0	2 011	2 011	0	2 011	830	— 1 181	— 58,7
Viciação de vales	0	507	507	0	507	426	— 81	— 16,0
Branqueamento capitais	0	0	0	0	0	0	0	0,0
Outros	170	258	88	51,8	258	146	— 112	— 43,4
	9 002	12 518	3 516	—	12 518	11 750	— 768	—
Contra o património:								
Furto simples	1 856	2 581	725	39,1	2 581	2 606	25	1,0
Furto de coisa acessível	1 626	1 424	— 202	— 12,4	1 424	1 535	131	9,2
Apropriação de achados	25	32	7	28,0	32	15	— 17	— 53,1
Furto qualificado	3 265	3 264	— 1	0	3 264	2 329	— 935	— 28,6
Furto qualificado com arrombamento	4 761	6 035	1 274	26,8	6 035	7 994	1 959	32,5
Furto qualificado com escalamento	953	1 254	301	31,6	1 254	1 540	286	22,8
Furto qualificado com chave falsa	590	618	28	4,7	618	720	102	16,5
Furto qualificado com arrombamento de residência	3 982	3 312	— 670	— 16,8	3 312	4 249	937	28,3
Furto qualificado com escalamento de residência	1 150	1 124	— 26	— 2,3	1 124	1 313	189	16,8
Furto qualificado com chave falsa de re- sidência	611	592	— 19	— 3,1	592	581	— 11	— 1,9
Furto de obras de arte e bens culturais	86	81	— 5	— 5,8	81	78	— 3	— 3,7
Furto em locais de culto	24	29	5	20,8	29	28	— 1	— 3,4
Furto de veículos	1 019	886	— 133	— 13,1	886	998	112	12,6
Furto em veículos	3 379	3 857	478	14,1	3 857	5 680	1 823	47,3
Furto de uso de veículos	40	64	24	60,0	64	56	— 8	— 12,5
Roubo	3 562	4 431	869	24,4	4 431	5 436	1 005	22,7
Assaltos a farmácias	2	9	7	350,0	9	3	— 6	— 66,7
Assaltos a bancos	42	57	15	35,7	57	115	58	101,8
Assaltos prospect. bancários	4	3	— 1	— 25,0	3	2	— 1	— 33,3
Assaltos a outros estabelecimentos de crê- dito	3	2	— 1	— 33,3	2	6	4	200,0
Assaltos a repartições de finanças do te- souro	0	0	0	0,0	0	2	2	0
Assaltos a estações de correios	4	6	2	50,0	6	0	— 6	— 100,0
Outros assaltos à mão armada	307	345	38	12,4	345	682	337	97,7
Danos	544	579	35	6,4	579	736	157	27,1
Abuso de confiança	768	672	— 96	— 12,5	672	731	59	8,8
Burlas	2 471	2 686	215	8,7	2 686	2 251	— 422	— 15,7
Burla com fraude bancária	22	40	18	81,8	40	41	1	2,5
Emissão de cheque sem cobertura	20 858	22 669	1 811	8,7	22 669	15 787	— 6 882	— 30,4
Extorsão	35	45	10	28,6	45	44	— 1	— 2,2
Falência	20	14	— 6	— 30,0	14	15	1	7,1
Burla a informática	0	0	0	0	0	2	2	0
Cr. prat. activ. comercial	43	25	— 18	— 41,9	25	26	1	4,0
Receptação	81	154	73	90,1	154	149	— 5	— 3,2
Desvio de subsídios	37	73	36	97,3	73	110	37	50,7
Furto de cortiça	0	25	25	0	25	8	— 17	— 68,0

Infração	1990	1991	Diferença	Varição (percentagem)	1991	1992	Diferença	Varição (percentagem)
Outros contra património	255	226	— 29	— 11,4	226	117	— 109	— 48,2
Crime inf. forma organi.....	0	3	3	0	3	6	3	100,0
Fraude com dimensão interna	0	3	3	0	3	1	— 2	— 66,7
Fraude contra o Estado	0	17	17	0	17	15	— 2	— 11,8
Fraude f. org. c. inst. fin.	0	11	11	0	11	3	— 8	— 72,7
Outros	192	279	87	45,3	279	350	71	25,4
	52 617	57 527	4 910	—	57 527	56 393	— 1 134	
Contra o Estado:								
Inj. regist. des. autoridade	765	452	— 313	— 40,9	452	418	— 34	— 7,5
Tirada ev. motim de presos.....	24	34	10	41,7	34	6	— 28	— 82,4
Usurpação de funções	58	41	— 17	— 29,3	41	41	0	0
Declarações de test. falsos	253	189	— 64	— 25,3	189	189	0	0
Abuso do poder, excesso do poder.....	44	67	23	52,3	67	65	— 2	— 3,0
Corrupção	76	75	— 1	— 1,3	75	102	27	36,0
Peculato	27	41	14	51,9	41	47	6	14,6
Contra integ. fis. pes. diplom.....	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra a segurança do Estado.....	0	1	1	0	1	1	0	0
Rapto para tomada ret. de reféns.....	12	16	4	33,3	16	19	3	18,8
Det. traf. armas de fogo proibidas	31	29	— 2	— 6,5	29	15	— 14	— 48,3
Desobediência CPP	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros contra o Estado	134	84	— 50	— 37,3	84	46	— 38	— 45,2
Outros	67	66	— 1	— 1,5	66	60	— 6	— 9,1
	1 491	1 095	— 396	—	1 095	1 009	— 86	
PD — Furto de veículos	3 925	4 108	183	4,7	4 108	4 521	413	10,1
PD — Furto em veículos.....	10 998	13 643	2 645	24,0	13 643	12 735	— 908	— 6,7
PD — Furto simples	2 864	3 804	940	32,8	3 804	4 203	399	10,5
	17 787	21 555	3 768	—	21 555	21 459	— 96	
	83 205	94 954	11 749	—	94 954	92 744	— 2 210	

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Residentes

Residentes por nacionalidades com maiores contingentes



Residentes:

Em 31 de Dezembro de 1991 — 113 978;
Em 31 de Dezembro de 1992 — 128 500 (*).

Nacionalidades com maiores contingentes (por ordem de grandeza):

- 1.º Cabo Verde — 31 129;
- 2.º Brasil — 14 007;
- 3.º Reino Unido — 9 264;
- 4.º Espanha — 7 740;
- 5.º Angola — 6 568;
- 6.º Guiné-Bissau — 5 804.

(*) Número ainda sujeito a ajustamento.

CEE

Países	Julho a Dezembro	Janeiro a Junho	Total — 1992	Total geral — 1991	Total absoluto
Alemanha	103	175	278	5 133	5 411
Bélgica	13	14	27	1 085	1 112
Dinamarca	12	26	38	460	498
Espanha	105	64	169	7 571	7 740
França	126	146	272	3 399	3 671
Grécia	1	— 1	1	65	66
Irlanda	6	5	11	233	244
Itália	47	58	105	1 245	1 350
Luxemburgo	0	2	2	35	37
Países Baixos	44	62	106	1 904	2 010
Reino Unido	150	202	352	8 912	9 264
	607	753	1 361	30 042	31 403

Países e Brasil

Países	Julho a Dezembro	Janeiro a Junho	Total — 1992	Total geral — 1991	Total absoluto
Angola	541	289	830	5 738	6 568
Cabo Verde	632	754	1 386	29 743	31 129
Guiné-Bissau	545	489	1 034	4 770	5 804
Moçambique	76	136	212	3 361	3 573
São Tomé e Príncipe	245	117	362	2 183	2 545
Brasil	752	577	1 329	12 678	14 007
	2 791	2 362	5 153	58 473	63 626

Médio Oriente e Turquia

Países	Julho a Dezembro	Janeiro a Junho	Total — 1992	Total geral — 1991	Total absoluto
Irão	2	2	4	512	516
Iraque	4	6	10	141	151
Israel	5	3	8	67	75
Jordânia	0	4	4	46	50
Líbano	2	3	5	166	171
Síria	0	5	5	62	67
Turquia (*)	3	2	5	37	42
	16	25	41	1 031	1 072

(*) Número ainda sujeito a ajustamento.

Norte de África

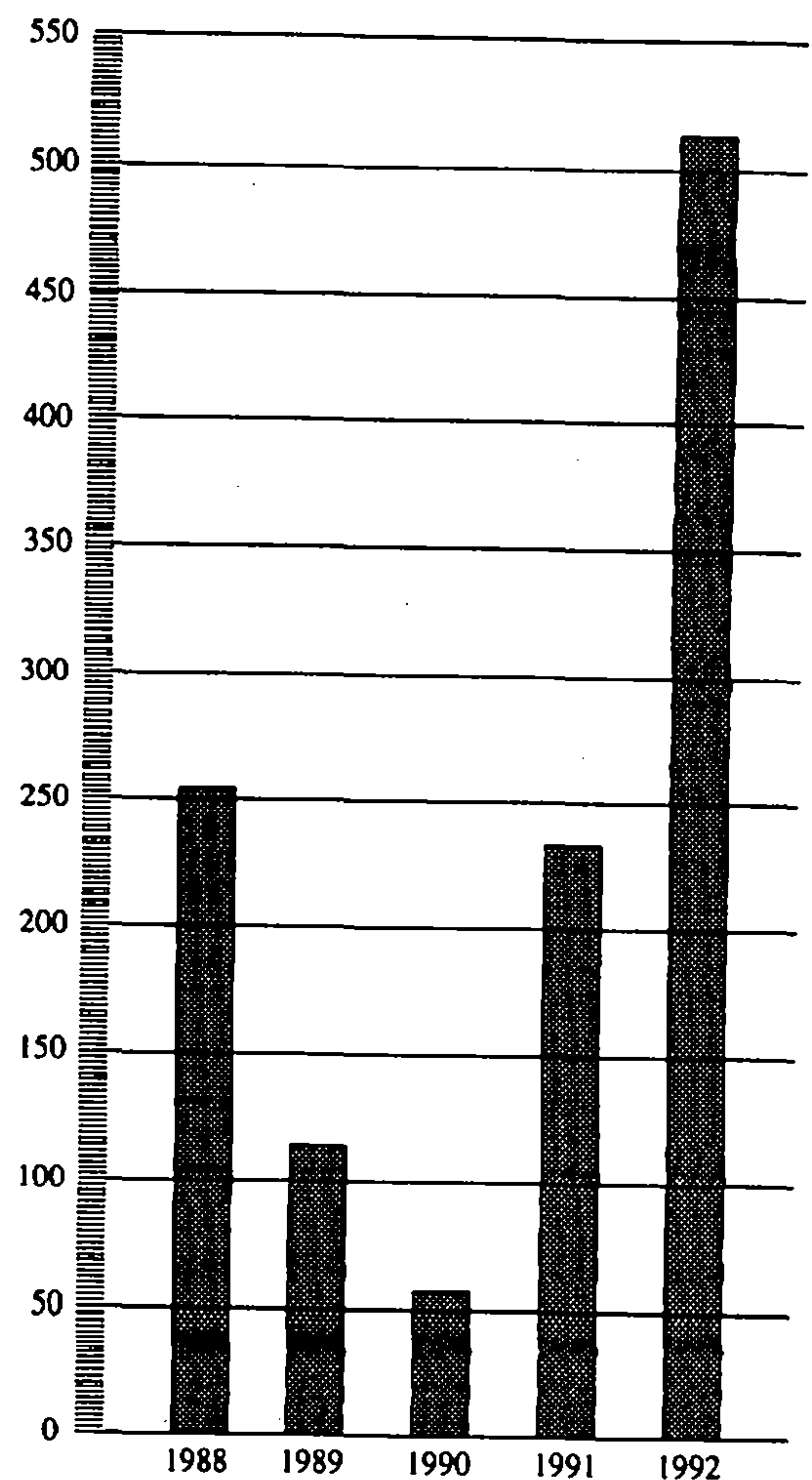
Países	Julho a Dezembro	Janeiro a Junho	Total — 1992	Total geral — 1991	Total absoluto
Argélia	3	5	8	40	48
Egipto	0	0	0	39	39
Etiópia	0	0	0	4	4
Líbia	4	5	9	25	34
Marrocos	5	17	22	78	100
Mauritânia	1	0	1	22	23
Tunísia	0	6	6	14	20
	13	33	46	222	268

Leste Europeu

Países	Julho a Dezembro	Janeiro a Junho	Total — 1992	Total geral — 1991	Total absoluto
Albânia	0	0	0	3	3
Bulgária	14	30	44	152	196
Checoslováquia	4	7	11	43	54
Hungria	1	6	7	59	66
Jugoslávia	13	6	19	80	99
Polónia	20	9	29	126	155
Roménia	4	16	20	30	50
Rússia	39	35	74	233	307
Croácia	1	—	1	—	1
	96	109	205	726	961

Asilo

Pedidos de asilo registados em Portugal



Pedidos de asilo registados em Portugal

Países	Número de pedidos	Ag. familiar
África do Sul	3	
Angola	58	51
Bangladesh	1	
Barbados	1	
Camarões	1	
Costa do Marfim	4	
Croácia	1	
Cuba	1	
Estónia	1	
Gana	7	1
Guiné-Bissau	1	
Guiné-Conakri	2	
Hungria	1	
Índia	6	
Irão	1	1
Jugoslávia	6	7
Libéria	12	
Letónia	1	
Marrocos	1	
Moldávia	1	
Moçambique	1	1
Namíbia	1	
Níger	1	
Nigéria	5	
Paquistão	6	

		Ag. familiar
Polónia	5	
Quénia	2	
Roménia	152	22
Rússia	4	
Serra Leoa	3	
Sri-Lanka	2	
Togo	3	
Turquia	1	
Ucrânia	3	
Zaire	219	54
Total	519	137

Expulsões

Medida autónoma [alínea e) do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 264-B/81, de 3 de Setembro] — 73.

Pena acessória — 126.

Principais motivos de expulsão:

- 1.º Tráfico de estupefacientes;
- 2.º Desrespeito pelas leis portuguesas.

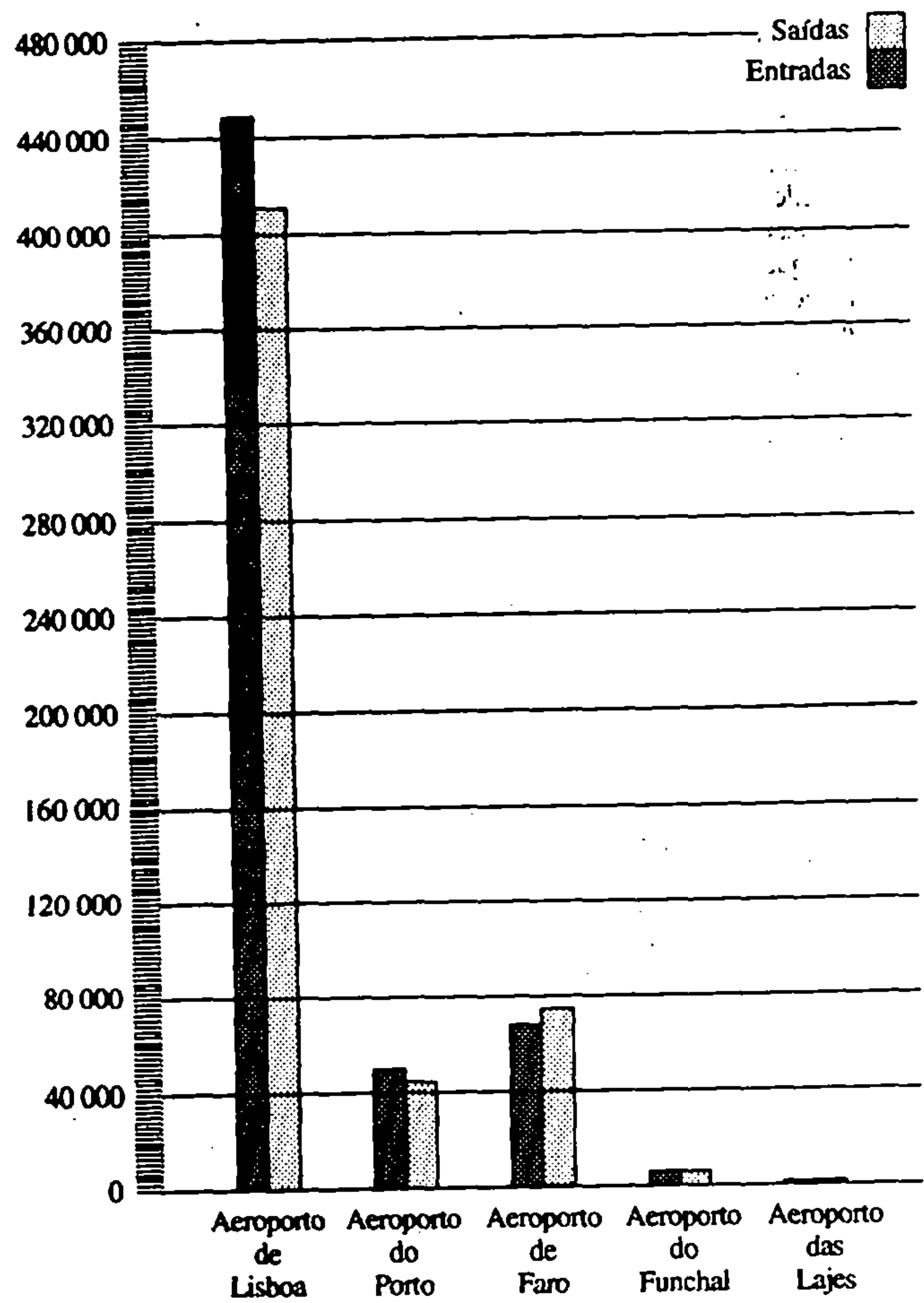
Medida autónoma:

Nacionalidade mais significativa — angolana.

Pena acessória:

Nacionalidade mais significativa — cabo-verdiana, colombiana, espanhola e marroquina.

Movimento de fronteiras
Movimento dos postos de fronteiras



Movimento dos postos de fronteira

Aeroporto de Lisboa PF 1		Aeroporto do Porto PF 3		Aeroporto de Faro PF 2		Aeroporto do Funchal (*) PF 4		Aeroporto das Lajes (*) PF 7	
Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas	Entradas	Saídas
450 848	415 581	51 815	47 059	60 833	71 170	8 006	7 436	741	676

(*) Elementos colhidos a partir de 1 de Outubro de 1992.

Maiores contingentes:

Aeroporto de Lisboa:

EUA:

106 022 (entradas);
107 547 (saídas);

Brasil:

62 936 (entradas);
58 436 (saídas);

Angola:

36 703 (entradas);
28 011 (saídas);

Suíça:

33 728 (entradas);
32 334 (saídas);

Canadá:

32 923 (entradas);
30 886 (saídas);

Aeroporto do Porto:

Brasil:

16 984 (entradas);
15 178 (saídas);

Suíça:

8 332 (entradas);
7 003 (saídas);

Venezuela:

6 209 (entradas);
5 525 (saídas);

Canadá:

5 941 (entradas);

5 096 (saídas);

Aeroporto de Faro:

Suécia:

14 604 (entradas);

17 052 (saídas);

Suíça:

8 735 (entradas);

10 962 (saídas);

Áustria:

7 005 (entradas);

8 338 (saídas);

Aeroporto do Funchal:

Suécia:

3 351 (entradas);

3 344 (saídas);

Finlândia:

3 045 (entradas);

2 079 (saídas);

Noruega:

1 110 (entradas);

1 169 (saídas);

Aeroporto das Lajes:

EUA:

690 (entradas);

706 (saídas);

Recusas de entrada

Recusas de entrada por nacionalidades em 1992:

Angola — 1052;

Brasil — 356;

Peru — 152;

Guiné-Bissau — 152;

República da Guiné — 90;

Cabo Verde — 89;

Filipinas — 71;

Zaire — 41;

Moçambique — 26;

São Tomé e Príncipe — 17;

China — 16;

República Dominicana — 9;

Chile — 8;

Hong-Kong — 8;

Libéria — 6;

Bulgária — 5;

Mali — 5;

Congo — 4;

Principais fundamentos da recusa:

1.º Suspeita de imigração clandestina (1059);

2.º Ausência de meios de subsistência (818).

Sistema da Autoridade Marítima

Registo da actividade de segurança interna

1992

Tipo de actividade	1991	Varição relativa a igual período de 1991	1992
1 — Furtos	400	+ 60	450
a) De embarcações	41	- 4	37
b) Em embarcações	165	+ 8	173
c) Outros	194	+ 46	240
2 — Roubos	22	- 14	8
a) Com armas de fogo	-	-	-
b) Em bancos e estabelecimentos afins	1	0	1
c) Outros	21	- 14	7
3 — Falsificação de documentos	-	+ 5	5
4 — Delinq. juvenil (até 16 anos)	-	+ 1	1
5 — Alterações à ordem pública	-	+ 7	7
6 — Engenhos explosivos	-	+ 1	1
7 — Actos de terrorismo	-	-	-
8 — Sinistros marítimos [8 a) + 8 b) + 8 c)]	233	- 69	164
a) Acidentes com embarcações	123	- 47	76
1) Mortos	20	- 2	18
2) Desaparecidos	-	+ 22	22
3) Feridos	-	+ 10	10
b) Acidentes com banhistas	110	- 67	43
1) Mortos	75	- 35	40
2) Desaparecidos	12	- 10	2
c) Outros	-	+ 45	45
1) Mortos	-	+ 4	4
9 — Droga	2	0	2
a) Traficantes	2	0	2
b) Consumidores	0	0	2
c) Tipo/quantidade:			
Haxixe	1 326	-1 218	108
Cocaína	300	- 300	-
10 — Acções contra autoridades e agentes da autoridade	0	+ 6	6
11 — Conflitos	18	+ 1	19
a) Laborais/sindicais	18	- 4	14
b) Sociais	-	+ 4	4
c) Outros	-	+ 1	1
12 — Fogo posto	-	+ 3	3
13 — Outros factos	-	+ 5	5

Índices de criminalidade
Guarda Nacional Republicana

ANEXO A

Guarda Nacional Republicana
Comando-Geral
2.ª Repartição

Análise quantitativa dos principais índices de segurança interna

Índices	No período de 1991	No período de 1992 (c)	Diferença	Variação (percentagem)
Crimes contra pessoas				
Crimes contra a vida:				
Homicídios	218	205		
Agressões/ofensas corporais	13 288	13 992		
Rapto/sequestro	25	23		
Soma	13 531	14 220	+ 689	+ 5
Furtos/roubos	2 962	2 849		
Burlas	2 275	2 053		
Violação	97	115		
Outros (ameaças, etc.)	7 036	7 778		
Soma	12 370	12 795	+ 425	+ 3,4
Totais	25 901	27 015	+ 1 114	+ 4,3
Crimes contra o património				
Furtos e roubos:				
Em edifícios públicos (repartições de finanças, igrejas, etc.)	642	884		
Em estabelecimentos comerciais	4 142	5 129		
Em fábricas/outras instalações	3 433	3 733		
Em habitações (residências)	8 839	9 862		
Em veículos	5 412	5 917		
De veículos	3 749	3 670		
Soma	26 217	29 195	+ 2 978	+ 11,3
Assaltos à mão armada:				
A bancos	29	62		
Em edifícios públicos	5	2		
Em estabelecimentos comerciais	69	103		
Em fábricas/outras instalações	24	11		
Em habitações (residências)	18	7		
A pessoas	48	56		
Soma	193	241	+ 48	+ 24,8
Totais	26 410	29 436	+ 3 026	+ 11,5
Crimes contra valores e interesse da vida em sociedade				
Violações (a)	-	-		
Prostituição/pornografia	9	7		
Moeda falsa	7	2		
Incêndios por negligência	1 163	655		
Fogo posto (ou suspeita)	445	277		
Contrabando	4	2		
Cheques sem cobertura (b)	-	-		
Totais	1 628	943	- 685	- 42
Actos de terrorismo	-	-		
Crimes cometidos com engenhos explosivos	15	9	- 6	- 40
Delinquência juvenil	576	657	+ 81	+ 14
Alterações de ordem pública				
Por razões de natureza política	7	1		

Índices	No período de 1991	No período de 1992 (c)	Diferença	Varição (percentagem)
Por razões de natureza sócio-laboral	59	51		
Em recintos desportivos	200	206		
Por razões de outra natureza	52	54		
Soma	318	312	- 6	- 1,9
Ofensas ou desobediência às autoridades ou a funcionários				
Tentativa ou prática de agressão	155	126		
Ameaças ou injúrias	430	374		
Desobediência e ou resistência	205	246		
Tentativa de suborno	16	11		
Intromissão no serviço	3	1		
Soma	809	758	- 51	- 6,3
Tráfico/consumo de droga				
Consumo/posse (inclui produção/plantação)	430	517		
Tráfico	124	165		
Furto/roubo em farmácias	8	11		
Soma	562	693	+ 131	+ 23,3

(a) Violação, considerada também nos crimes contra pessoas.

(b) Não se dispõem dados por não terem sido contabilizados.

(c) Os dados referentes a Dezembro de 1992 foram encontrados por estimativa.

ANEXO C
Guarda Nacional Republicana
Comando-Geral
3.ª Repartição

Actividade operacional desenvolvida pela GNR (dados estatísticos) no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1992
Resultados mais significativos da actividade operacional desenvolvida

Actividade/acção	1991 (1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1991)	1992 (1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1992)	Diferença	Varição (percentagem)
No âmbito policial:				
Autuações por infracções aos RPG	50 772	42 226	- 8 546	- 16,8
Capturas:				
Em flagrante delito	5 395	7 136	+ 1 741	+ 32,2
Outras (em resultado de investigações ou mandado)	4 895	5 353	+ 458	+ 9,3
Detenções e ou apresentações a tribunal:				
Por actuação ilícita contra agentes da autoridade	881	739	- 142	- 16,1
Por consumo, posse ou tráfico de droga	562	680	+ 118	+ 20,9
Por infracção à lei da caça	65	151	+ 86	+ 132,3
Por acção ou suspeita de fogo posto	445	278	- 167	- 37,5
Armamento:				
Apreendido	824	702	- 122	- 14,8
Recuperado e ou entregue	25	29	+ 4	+ 16
Veículos:				
Furtados	3 986	3 916	- 70	- 1,7
Recuperados	2 145	1 935	- 210	- 9,7
No âmbito da fiscalização rodoviária:				
Autuações:				
Por infracção ao CE e RTA	491 948	533 265	+ 41 317	+ 8,3
Por condução sem habilitação legal	3 026	3 992	+ 966	+ 31,9
Por condução sob efeito do álcool	18 446	20 326	+ 1 880	+ 10,1

Actividade/acção	1991 (1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1991)	1992 (1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1992)	Diferença	Varição (percentagem)
Veículos apreendidos por circulação ilegal	5 771	5 667	- 104	- 1,8
Sinistralidade rodoviária:				
Acidentes de viação	69 228	71 324 (a)	+ 2 096	+ 3
Mortos	2 230	2 081 (a)	- 149	- 6,6
Feridos graves	7 134	6 891 (a)	- 243	- 3,4
Feridos ligeiros	39 917	38 890 (a)	- 1 027	- 2,5
Suicídios registados	922	808	- 114	- 12,3
Baixas sofridas no cumprimento da missão:				
Mortos	4	5	+ 1	
Feridos graves	6	7	+ 1	
Feridos ligeiros	-	10	+ 10	

(a) Dados provisórios relativos aos meses de Novembro e Dezembro

Guarda Fiscal**Actividade desenvolvida nas fronteiras**

	1991	1992	Varição (percentagem)
Capturas	180	51	- 71,6
Militares	14	3	- 78,5
Civis			
Nacionais	149	43	- 71,1
Estrangeiros	16	5	- 68,7
Interdição de entrada	2 742	1 451	- 47,0
Falta de visto	1 958	1 243	- 36,5
Falta de doc. viagem	153	197	+ 28,7
Falta de meios de subsistência	372	-	- 100
Documentos caducados	14	6	- 57,1
Com medida cautelar pendente	8	1	- 87,5
Passaporte falso	27	-	- 100
Falsificação de visto	15	-	- 100
Falsificação de bilhete de identidade	4	4	0
Falsificação de autorização de residência	11	-	- 100
Interdição de saída	3 833	3 689	- 3,7
Documentos caducados	890	477	- 47,5
Falta de documentos	2 880	3 199	+ 11,1
Com medida cautelar pendente	44	10	- 77,2
Bilhete de identidade falsificado	8	2	- 75,0
Passaporte falso	15	1	- 93,3
Falta de visto	1	-	- 100
Accionamento de medidas cautelares	14 135	16 926	+ 12,6
Capturas	5 218	4 402	- 15,6
Detecção/paradeiro	2 011	2 445	+ 21,5
Apreensão de passaportes nulos	5 917	7 633	+ 29,0
Interdição de entrada	683	1 159	+ 69,6
Interdição de saída	306	287	- 6,2
Diversos	3 373	1 713	- 49,2
Vistos de trânsito concedidos	2 813	1 397	- 50,3
Deportados/expulsos de outros países	142	37	- 73,9
Pedidos de asilo político	27	-	- 100
Entregues a autoridades de outros países	151	1	- 99,3
Clandestinos detectados em navios	190	261	+ 37,3

	1991	1992	Varição (percentagem)
Detectados com medida cautelar pendente:			
Nacionais	42	13	- 69,5
Estrangeiros	8	4	- 50
Armas:			
Pistolas	79	44	- 44
Revólveres	12	7	- 41
Pistolas de pressão de ar	-	2	+ 100
Pistolas de alarme	-	4	+ 100
Pistolas a gás	-	3	+ 100
Espingardas de caça	20	1	- 95
Espingardas de pressão de ar	77	5	- 93
Carabinas	-	1	+ 100
Granada de bazuca	-	1	+ 100
Munições:			
Calibre: 9 mm	20	33	+ 65
Calibre: 7,65 mm	2 534	116	- 95
Calibre: 32 mm	162	9	- 94
Calibre: 22 mm	864	161	- 81
Calibre: 8 mm	2	-	- 100
Calibre: 9 mm (alarme)	-	7	+ 100
Calibres diversos	516	2	- 99

Tal como sucedeu no ano anterior, voltou a ser na região de Chaves que se verificou o maior número de apreensões destes materiais.

De salientar também que uma percentagem significativa de apreensões de armamento (28 %) resultou de acções desencadeadas no âmbito do combate ao tráfico de droga.

Efectivos:

Oficiais	229
Sargentos	635
Praças	7 021

Total 7 885

Em relação ao ano de 1992, verificou-se uma redução de 23 oficiais e 16 praças, bem como um aumento de 21 sargentos.

Polícia de Segurança Pública
ANEXO A AO RELATÓRIO ANUAL DE 1992
Criminalidade e delinquência na área da PSP
Médias diárias até 31 de Dezembro

Tipo de acções	Anos			
	1989	1990	1991	1992
Terrorismo				
Engenhos explosivos accionados	0,01	0,03	0,01	0,02
Engenhos explosivos levantados				
Crimes de delito comum				
Roubos com arma	2,1	2,1	2,9	4
Furtos:				
A pessoas	34	33	38	44
A estabelecimentos	18	20	26	32
A habitações	17	20	22	25
Em viaturas	56	60	65	69
De viaturas	16	16	18	20
De motorizadas	9	9	10	10
De armamento	1,2	1,4	1,1	1,2
Droga:				
Tráfico	4,4	7	9	9
Consumo/posse				
Desrespeito à autoridade	2,8	3,1	3	3,1
Delinquência juvenil	7	6	4,8	5
Notícias alarmantes	2	1,7	2,1	1,2
Cheques sem provisão	29	41	54	53

ANEXO B AO RELATÓRIO ANUAL DE 1992
Resumo de ocorrências por comandos

1. Actividade violenta, delitosa, inconveniente e suspeita

Distritos	A) Acções violentas de terrorismo			(1) Roubo com arma								(2) Furtos e ou roubos					(3) Droga		(4) Fogo posto	(5) Rapto	(6) Sequestros	(7) Violações	c. A ordem campos desport.	d. Notícias alarmantes	e. Furtos/roubos armas	f. Desrespeito autoridade	g. Delinquência juvenil	2. a. Cheques sem provisão																						
	(1) Acções armadas	(2) Engenhos accion.	(3) Engenhos levant.	(a) A pessoas	(b) A estabelecimentos	(c) A habitações	(d) Bancos	(a) Em viaturas	(c) De viaturas	(d) De motorizadas	(b) Tráfico	(c) Consumo	(a) A pessoas	(b) A estabelecimentos	(c) A habitações	(a) Em viaturas	(c) De viaturas	(d) De motorizadas											(a) A pessoas	(b) A estabelecimentos	(c) A habitações	(a) Em viaturas	(c) De viaturas	(d) De motorizadas	(b) Tráfico	(c) Consumo	(a) A pessoas	(b) A estabelecimentos	(c) A habitações	(a) Em viaturas	(c) De viaturas	(d) De motorizadas	(b) Tráfico	(c) Consumo						
	Viana do Castelo	16			92	105	34	90	20	11			6				6							2						1			2					1			86									
Braga	316			406	591	302	860	305	309			94											2						5			2								64				647						
Porto	2			2 699	2 987	1 745	6 248	1 087				665											17									32								1 092				1 092						
Vila Real				45	85	64	85	12	22			37											2									2								22				22						
Bragança				327	287	205	449	142	167			5											1									2								20				174						
Aveiro				62	160	78	197	30	34			37											4									9								52				847						
Viseu				12	20	7	26	14	7			1																			3								36				369							
Guarda				10	244	125	613	152	151			40																			6								4				4							
Coimbra				227	522	293	698	153	183			101																			8								71				154							
Leiria				39	91	40	127	33	27			11																			1								28				212							
Castelo Branco				246	343	160	512	167	235			80																			8								26				28							
Santarém				878	3 602	3 875	11 734	4 016	785			849																			14								62				432							
Lisboa				27	608	679	1 297	635	371			134																			17								187				1 143							
Setúbal				36	56	48	80	11	27			5																			2								57				105							
Portalegre				86	89	80	256	48	63			26																			12								17				105							
Évora				37	89	39	83	18	15			8																			7								41				272							
Beja				602	456	339	892	141	390			80																			6								23				272							
Faro				19	289	483	407	154	198			80																			6								7				102							
Funchal				11	61	146	193	92	87			26																			2								64				458							
Ponta Delgada				52	146	251	82	31	27			3																			4								82				28							
Angra				44	50	25	15		9			2																											12				511							
Horta				1 297	11 697	9 120	25 110	7 318	3 616			868																			3								10				162							
Totais				16 015	11 697	9 120	25 110	7 318	3 616			2 272																			72								165				1 835				19 477			

RELATÓRIO DE SEGURANÇA INTERNA — 1993

(artigo 7.º da Lei n.º 20/87, de 12 de Junho)

I

Apreciação geral

O ano de 1993 assistiu à prática das primeiras modificações na organização e dispositivo das forças de segurança.

Extinta a Guarda Fiscal (GF), procedeu-se simultaneamente à constituição da Brigada Fiscal e à integração dos efectivos sobranes no conjunto da Guarda Nacional Republicana (GNR), na Polícia de Segurança Pública (PSP), no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e nos Serviços Prisionais.

Estas operações permitiram fixar o efectivo da Brigada Fiscal (BF) em 4030 homens e acrescer a cada uma das forças e serviços indicados os seguintes efectivos:

GNR — 1507;
PSP — 302;
SEF — 282;
SP — 277.

Além disto, a antecipação da reforma, praticada em moldes idênticos ao sistema utilizado nas Forças Armadas, possibilitou a saída de 1306 elementos da GF.

Se, no domínio do pessoal, estes foram os números, no domínio patrimonial a nova orgânica da GNR conduzirá ainda à libertação de cerca de 170 instalações anteriormente atribuídas à GF, e agora desnecessárias, e à racionalização da utilização de aquartelamentos e postos.

Por outro lado, o novo entendimento e enquadramento da actuação fiscal no âmbito da União Europeia oferece a moldura indicada para esclarecer e promover a integração complementar da actividade da Brigada Fiscal com as Direcções-Gerais das Contribuições e Impostos e das Alfândegas.

Neste sentido se optou pela mobilidade da actuação e se privilegiaram acções conjuntas e combinadas ao longo do território nacional.

Do mesmo modo que a realização dos acordos de policiamento móvel articulado das zonas fronteiriças de Portugal e de Espanha permitiu começar a proporcionar poupança de efectivos e melhor eficácia comum.

Corresponderam portanto as decisões tomadas a um conjunto de objectivos que se pretenderam congraçadamente alcançar.

Paralelamente, a GNR e a PSP iniciaram a troca de áreas de policiamento em várias localidades, dando cumprimento às declarações de intenção subjacentes à reforma anunciada, no ano de 1992, pelo Ministro da Administração Interna.

E a PSP realizou a primeira concentração completa ao nível de uma das divisões do Comando Distrital de Lisboa, promovendo por igual a adopção de uma filosofia coincidente nas zonas de actuação das demais divisões de Lisboa e do Porto.

Aprovados foram os estudos de definição do dispositivo da PSP para as áreas de maior criminalidade, que incluem Lisboa, Porto, Setúbal e Algarve.

E justificou-se perfeitamente a particular atenção que se conferiu aos casos de Lisboa e do Porto, na área da PSP,

uma vez que, quanto aos tipos de crimes com ocorrências mais significativas, estas áreas oferecem níveis percentuais, em relação ao total, de óbvia menção:

89 % dos assaltos a pessoas;
80 % dos assaltos a bancos;
81 % do tráfico de droga;
76 % dos furtos;
55 % dos furtos a estabelecimentos;
65 % do total dos crimes verificados.

Aliás, os dados que relevam dos totais dos delitos participados pela PSP nos últimos seis anos, na cidade de Lisboa, dão-nos conta de alguma coisa de muito importante que pela primeira vez acontece.

Significativamente, enquanto que de 1990 para 1991 o crescimento foi de 21,7 % e de 1991 para 1992 o crescimento foi de 18,5 %, a evolução de 1992 para 1993 caracterizou-se por uma diminuição de 10,9 %.

Celebraram-se ainda os acordos de princípio com as Câmaras Municipais de Lisboa, do Porto e de Vila Nova de Gaia para a construção das edificações destinadas às novas divisões concentradas.

A luta contra o tráfico da droga conduziu a um reforço da colaboração entre as várias instituições vocacionadas para o seu combate e motivou a formalização de um protocolo regulamentador da intervenção conjugada.

Os resultados conseguidos parecem não ser alheios aos esforços desenvolvidos e permitem estabelecer uma adequada correlação.

Na verdade, continuando a verificar-se a instabilidade mundial em geral, continuando de igual modo o tráfico de armas e de droga a oferecer uma evolução preocupante, continuando o fenómeno migratório a alimentar a imigração clandestina e a falsificação de documentos, lícito seria supor que a criminalidade teria aumentos notáveis.

Especialmente quando àquelas condicionantes acresce um tempo de análise que corresponde a um tempo de crise generalizada, de recessão e desemprego na maior parte dos países europeus.

Com este pano de fundo, o mais natural seria esperar um agravamento sensível dos índices de criminalidade directa ou indirectamente gerada.

Ora, o que se verifica, comparando os dados referentes aos tipos de crimes ocorridos em 1992 com aqueles que se verificaram em 1993, com base nas informações provenientes da Polícia Judiciária (PJ), da GNR e da PSP, é que a diferença se situa em apenas mais 2245 ocorrências (267 782 em 1992 e 270 036 em 1993), o que significa um crescimento de 0,8 %.

Estes resultados são, aliás, a confirmação da tendência verificada já no relatório da Procuradoria-Geral da República.

Recorde-se, como termo de comparação, que o relatório de segurança interna de 1992 referia um crescimento de 15 % de 1990-1991 e de 8 % de 1991-1992.

Poderá significar isto um ponto de viragem na contenção da criminalidade em geral, sendo certo que devemos observar com mais cautela o que se passa em relação a cada um dos tipos em que aquela se desdobra.

E certamente que nos obriga a realizar estudos estatísticos mais apurados, que sejam susceptíveis de explicar as razões do acréscimo ou decréscimo de cada tipo de crime.

Porque o que podemos concluir é que no meio de uma evolução positiva há ainda razões de preocupação quanto ao peso maior ou menor de cada um deles.

Mas permite também aferir as políticas de luta contra a criminalidade e os seus resultados práticos.

Daí que no momento actual faça todo o sentido intensificar o combate contra o tráfico da droga, porque ele próprio denota um crescimento significativo, como diversificar e aumentar as medidas de polícia destinadas a lutar contra os furtos a pessoas e em estabelecimentos, que são naturalmente decorrências do tráfico e se apresentam como um subproduto adicional àquele tipo de crime.

Impedir a multiplicação destas ocorrências é simultaneamente impedir a proliferação de um sentimento de insegurança face à pequena criminalidade recorrente.

Mas isso não deixa esquecer que também se verifica um aumento do crime organizado em áreas em que só a especialização e a cooperação no combate podem resultar.

As medidas que durante 1993 se acentuaram, precisamente a melhor cooperação entre as várias entidades de segurança, melhor sofisticação na organização e equipamento e a mais profusa colocação de agentes nas ruas, são certamente a única possibilidade real de êxito.

De resto, as iniciativas empreendidas durante o ano de 1993 revelaram-se de grande utilidade e eficácia.

Por exemplo, o protocolo realizado entre o Ministério da Educação e o Ministério da Administração Interna, que, tendo em vista a segurança nas escolas, promoveu investimentos fixos, em meios operacionais e em esquemas de segurança adequados aos estabelecimentos de ensino de risco elevado, trouxe como consequência uma redução de incidentes na proporção de 5 para 1, comparando 1992 e 1993.

A nova regulamentação do policiamento desportivo e a sua prática (para além de pôr fim a uma longa querela), aliada à especial atenção dispensada ao fenómeno das claques organizadas no apelo à violência, pensamos poder ser responsável por uma diminuição superior a 8 % no número de casos registados.

As medidas desenvolvidas para a investigação e o combate à actividade criminosa na origem dos fogos florestais provocados levaram a uma redução de actos de fogo posto superior a 19 %.

A nova legislação aplicável à circulação rodoviária certamente que muito contribuiu para a diminuição do número de mortos (— 12 %) e de feridos (— 10 %) em relação ao cúmulo dos dados fornecidos pela GNR e pela PSP.

A iniciativa da legalização extraordinária de imigrantes clandestinos trouxe como resultado a concessão da autorização de residência a cerca de 39 000 pessoas, mobilizou as consciências e as organizações da sociedade civil e os recursos públicos disponíveis e ofereceu uma oportunidade para reflectir seriamente sobre o fenómeno da imigração clandestina e as suas consequências em Portugal.

Iniciativa tanto mais oportuna quanto é precisamente no ano de 1993 que se verificam incidentes graves quer de reacção de algumas populações a concentrações de minorias étnicas, pela ligação que estabelecem em relação ao seu papel na difusão da droga, quer de actuação de grupos responsáveis por assaltos em lugares públicos e nos caminhos de ferro, em linhas de grande frequência.

II

A segurança interna e a cooperação internacional

Em relação à União Europeia, permanecem as situações de algum impasse verificadas no ano anterior quanto às me-

didias de acompanhamento necessariamente associadas à realização do princípio da livre circulação.

Todavia, o passo mais significativo acabou por ser dado com a criação da unidade europeia de luta contra a droga e a clarificação do seu processo de instalação.

A UED/EUROPOL acabará por ser, porventura, o mais eficaz meio de troca de informações sobre o tráfico de droga susceptível de permitir uma eficaz cooperação policial.

Quanto ao espaço Schengen, realizaram-se avanços significativos que pareciam permitir a entrada em vigor do Acordo em sete de nove países que o integram.

De facto, quer a França, quer sobretudo a República Federal da Alemanha chegaram a efectuar alterações constitucionais destinadas a permitir a compatibilidade dos textos Schengen.

E o conselho executivo decidiu arrancar para a prática do Acordo sem o contributo da Itália e da Grécia por razões compreensíveis que derivam, quer da evolução política interna, quer do atraso na adesão, respectivamente.

Porém, os testes de colocação em funcionamento do Serviço de Informática Schengen revelaram a existência de um sério problema de concepção e capacidade do sistema informático escolhido.

Portugal assegurou entretanto a sua completa disponibilidade, como previsto, para integrar aquele sistema, do mesmo modo que continua a demonstrar o maior interesse na realização prática do ideal Schengen.

A livre circulação aparece, para nós, principalmente em relação aos países europeus com maior densidade de emigração portuguesa, como um princípio fundamental, e naturalmente que o queremos realizar com a preocupação de manter os níveis de segurança.

Do ponto de vista interno, aliás, sob proposta do Governo, foi aprovada na Assembleia da República a nova lei de fiscalização do Serviço de Informações de Segurança (SIS) pela qual tal competência é atribuída à Comissão Nacional para a Protecção dos Dados Pessoais Informatizados.

Tratava-se de uma exigência compreensível que só pôde acontecer após a ratificação do Acordo e da Convenção de Aplicação.

A impossibilidade da entrada em vigor de Schengen e a pressão para a realização da livre circulação são as premissas evidentes à realização de sucessivos actos de cooperação multilateral ou bilateral entre os Estados europeus envolvidos.

Neste sentido se devem entender quer os Acordos de Readmissão celebrados com a Espanha e a França quer o Acordo de Cooperação Policial nas Regiões Fronteiriças assinado entre Portugal e Espanha.

Vieram ambos acrescentar confiança e segurança nas relações entre estes três países e permitir a mais fácil circulação de pessoas dentro dos seus territórios.

Na decorrência da aplicação do Tratado de Maastricht procedeu-se à entrada em vigor do novo figurino que veio substituir a organização paracomunitária de Trevi e o Grupo Ad Hoc Imigração.

Passou a existir o Comité K4, que abrange as matérias respeitantes à justiça e assuntos internos e que substitui também a estrutura dos coordenadores nacionais de livre circulação.

O ano de 1993 foi essencialmente um ano de teste da nova estrutura e de reflexão sobre o seu eventual aperfeiçoamento. Daí que a sua actividade operacional se não pudesse esperar especialmente produtiva.

III

Actividade de cada uma das forças de segurança

1 — Guarda Nacional Republicana

A) Informações

1 — Introdução

De acordo com as normas emanadas pelo Ministério da Justiça que em 1993 vieram alterar, nalguns pontos, o processo de notação de dados do âmbito da criminalidade, foi necessário fazer os correspondentes ajustamentos na área da análise da evolução deste fenómeno.

Assinale-se, nesta linha e a título de esclarecimento, que até aí os crimes resultantes de acidentes de viação (por razão de constarem noutros campos) e o alcoolismo (que só recentemente foi classificado como tal), nunca constaram das estatísticas da criminalidade.

2 — Criminalidade

a) Caracterização geral

Em 1993, em termos globais, a criminalidade sofreu um aumento de 5590 casos, isto é, passou de 71 849 ocorrências para 77 436, variação esta que se situa em níveis de 7,8 %.

O acréscimo apontado integra valores que têm sido entendidos como aceitáveis e não configura qualquer quadro de instabilidade, se bem que, nalguns pontos e em áreas periféricas dos grandes centros populacionais, tenham gerado algumas preocupações.

b) Aspectos mais salientes

No anexo A apresentam-se os valores com mais interesse para análise. De referir, no entanto, que nos mapas se indicam também os valores das ocorrências que a notação do Ministério da Justiça veio introduzir, sob a designação de totais (A, B, C e D).

1) Crimes contra pessoas

Há uma diminuição de 639 casos (2,9 %). Se lhe acrescentarmos as 9303 ofensas corporais por negligência, em acidentes de viação, o resultado não traduziria a realidade.

As ofensas corporais, na sua totalidade, continuam a pesar (+50 %) nos índices deste tipo de criminalidade.

2) Crimes contra o património

Os crimes contra o património configuram cerca de 60 % da criminalidade total.

O aumento de 8,6 % foi essencialmente derivado da incidência em «furtos em veículos motorizados» (+2077 casos).

Repare-se, no anexo A, que os assaltos a bombas de combustível quase duplicaram (de 86 para 164). Este tipo de crime tem vindo a aumentar, dado que os seus autores correm riscos reduzidos no seu cometimento.

3) Crimes contra a vida em sociedade

Há um aumento de 2348 ocorrências (+44 %) da responsabilidade do somatório de crimes não especificados, o que torna difícil a comparação e, bem assim, do facto de a condução de veículos automóveis sem habilitação legal passar de contravenção a crime, face à jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça publicada no *Diário da República* de 1992.

4) Crimes contra o Estado

De registar um aumento de 108 casos (+14,5 %).

5) Delinquência juvenil

De acordo com a tendência já verificada em 1992, registou um acréscimo de 29,4 % (de 665 para 861 casos).

6) Consumo/tráfico de droga

De registar um aumento de mais de 100 % na área do tráfico (162 para 363 casos), enquanto na do consumo se registou uma diminuição de 518 para 482 casos.

A rectificação para esta última realidade prende-se às dificuldades cada vez maiores em inculpar os consumidores face às disposições do Decreto-Lei n.º 15/93 e às exigências de comprovação dos psicotrópicos encontrados.

7) Criminalidade violenta

Considera-se como criminalidade violenta toda aquela em cuja consumação intervieram especificamente componentes de violência, ameaças ou a aplicação de força.

O anexo B apresenta o quadro evolutivo do fenómeno. Analisando o documento, destaca-se:

O roubo por estição é o que mais pesa nos dados estatísticos (cerca de 50 %);

O mês de Abril, com 371 casos, foi o que mais ocorrências registou.

B) Operações

1 — Organização e dispositivo

a) Considerações gerais

1 — No âmbito da organização, as principais actividades desenvolvidas pela Guarda no período em apreço centraram-se no estudo, planeamento, elaboração de projectos e implementação das alterações ao dispositivo decorrentes da reorganização das forças de segurança que o Governo (MAI) decidiu fazer em finais de 1992 e em função do qual determinou:

A extinção da GF como corpo autónomo e a criação em sua substituição de uma Brigada Fiscal (BF), como nova unidade da GNR;

A integração, nas restantes unidades e órgãos da GNR, dos efectivos da GF que excedessem as necessidades da BF/GNR, sem prejuízo da possibilidade de preenchimento de necessidades específicas a indicar pela PSP, SEF e Serviços Prisionais;

O reordenamento dos dispositivos da PSP e da GNR, com base no conceito de que no futuro à PSP será cometida a responsabilidade de policiamento nas áreas da Grande Lisboa e do Grande Porto, capitais de distrito e áreas urbanas das sedes de concelho com mais de 20 00 habitantes ou que se insiram em concelhos com mais de 100 000 habitantes, e à GNR a responsabilidade de policiamento do restante território do continente.

2 — Na prossecução da concretização da citada reorganização, elaboraram-se, elaboraram-se:

- a) Os projectos de extinção da GF e nova Lei Orgânica da Guarda, aprovados respectivamente pelos Decretos-Leis n.º 230/93 e 231/93, ambos de 26 de Junho;
- b) O novo quadro de efectivos do pessoal militar da GNR aprovado em conformidade com o dispositivo na própria Lei Orgânica da Guarda e da Portaria n.º 1299/93, de 27 de Dezembro, e cujo projecto se baseou:
 - 1) No estudo da organização, composição e constituição da BF/GNR (com um efectivo da ordem dos 4100 homens);
 - 2) Na reformulação da restante estrutura organizativa da Guarda, cujas principais alterações se consubstanciaram na criação da Escola Prática da Guarda (EPG) que passou a integrar as infra-estruturas do ex-CI/GF e na criação das brigadas territoriais e do Regimento de Infantaria em substituição respectivamente dos batalhões territoriais e do Batalhão n.º 1;
 - 3) Na revisão dos QO de todas as outras unidades e órgãos, no pressuposto na necessidade de aumento de efectivos para fazer face ao acréscimo das responsabilidades de policiamento das áreas a transferir da PSP para a GNR e da necessidade de redimensionamento dos órgãos administrativo-financeiros e de serviços para apoio da nova estrutura da Guarda, que se vê acrescida de novas missões, maiores áreas de responsabilidade e mais diversificadas áreas de formação e especialização;

- c) O estudo e planeamento das alterações a introduzir no dispositivo territorial da Guarda em função das áreas a transferir da PSP para a GNR e vice-versa e da necessidade de criação de novos postos;

b) Alterações ao dispositivo durante o período

1 — Em execução do plano de reordenamento estabelecido, foram já concretizadas no corrente ano as seguintes transferências de áreas de responsabilidade:

a) Da PSP para a GNR:

Em 1 de Julho de 1993, áreas urbanas de Tondela (ZA da Brig. 5) e Crato (ZA da Brig. 3);

Em 1 de Setembro de 1993, áreas urbanas de Mafra, Ericeira, Grândola (todas na ZA da Brig. 2) e Moncorvo (ZA da Brig. 4);

b) Da GNR para a PSP:

Em 19 de Novembro de 1993, área da freguesia de Agualva-Cacém, que pertencia à ZA da Brig. 2.

2 — Durante o período verificaram-se ainda as seguintes alterações no dispositivo territorial:

a) Criação de novos postos territoriais:

Em 15 de Junho de 1993 — PT de Lever (ZA da Brig. 4);

Em 23 de Novembro de 1993 — PT de Monte Redondo (ZA da Brig. 2);

Em 12 de Novembro de 1993 — inauguradas as instalações do novo aquartelamento de Porto Salvo, para onde será transferido o Destacamento de Oeiras (Linda-a-Velha) e criado o PT de Porto Salvo.

b) Inauguração de novas instalações:

Em 4 de Março de 1993 — PT de Manteigas (Brig. 5);

Em 19 de Março de 1993 — PT de Meda (Brig. 5);

Em 20 de Abril de 1993 — PT de São Julião do Freixo (Brig. 4);

Em 10 de Novembro de 1993 — PT de Ansião (Brig. 2);

c) Extinção/desactivação de postos territoriais:

Na sequência da transferência para a PSP da responsabilidade do policiamento da área da freguesia de Agualva-Cacém, foi desactivado o PT de Cacém.

- d) Para além das alterações indicadas, desde 16 de Setembro de 1993 passaram a funcionar provisoriamente como postos de atendimento os PT de Armção de Pêra e Fuseta (ZA da Brig. 3).

Os referidos postos tinham sido activados como postos temporários durante a época estival (17 de Junho de 1993 a 16 de Setembro de 1993).

3 — Com a inclusão dos dois postos de atendimento referidos, a Guarda dispõe actualmente de 499 postos territoriais.

2 — Actividade operacional desenvolvida

a) Considerações gerais

Apesar de confrontados com algumas dificuldades decorrentes de conhecidas limitações financeiras que persistem, é lícito afirmar que o período encerrou com um balanço operacional francamente positivo e que à actividade desenvolvida pela Guarda no corrente ano se podem creditar valores elevados de eficácia e boa capacidade de resposta às novas exigências e desafios que lhe foram postos e de que cumpre salientar:

Com a criação de uma nova unidade especial — Brigada Fiscal — e a colocação de outros militares no dispositivo já existente, fez-se a integração do pessoal proveniente da extinção da GF, que se tem

vindo a concretizar com um mínimo de perturbação, permitindo fazer face ao conseqüente alargamento da missão a áreas que do antecedente não eram da responsabilidade da Guarda;

Mediante um maior esforço que foi exigido aos efectivos e que só é imaginável conseguir-se face ao elevado espírito de missão, disciplina e consciente sentido do dever que se mantém nos militares da Guarda, foi possível alargar o patrulhamento a cavalo nas áreas urbanas de Lisboa, do Porto e de Coimbra, orientado particularmente para algumas zonas degradadas, e aumentar o número de estabelecimentos de ensino que são objecto de medidas de segurança específicas, que foram montadas em cumprimento do protocolo estabelecido entre o MAI e o ME;

Como resultado de uma grande dinamização a todos os níveis de instrução e do incremento e diversificação das acções de formação e qualificação, melhorou-se a preparação técnico-profissional dos quadros e o desempenho da função de agente da autoridade por parte do homem da Guarda, potenciando-se assim a capacidade operacional do dispositivo, como forma de compensar a falta de efectivos com que a Guarda se defronta;

Com a aquisição de viaturas TP-4 e novos equipamentos rádio portáteis, criaram-se condições para adequar o dispositivo territorial às novas missões de policiamento nas áreas urbanas que foram transferidas da PSP para a GNR no âmbito da reestruturação das forças de segurança em curso;

Mediante a renovação do parque automóvel e dos equipamentos especiais de fiscalização, conseguiu-se aumentar a eficácia das unidades na prevenção e combate às infracções de trânsito, o que certamente se reflectiu na melhoria da segurança rodoviária, que se pode traduzir pelo decréscimo bastante significativo dos casos mortais de sinistralidade rodoviária;

Mercê de vários indicadores de opinião, julga-se ter sido reforçado o prestígio e a imagem que a Guarda já possui entre a população que serve e no quadro do sistema de segurança interna, para o que terá contribuído a manutenção de um elevado espírito de corpo e sentido de disciplina do pessoal e uma forma de actuação predominantemente persuasiva.

b) Caracterização geral da actividade desenvolvida

1 — Uma apreciação geral da actividade operacional desenvolvida pela GNR em 1993 permite-nos sublinhar a predominância das acções de patrulhamento preventivo e a preocupação de manter um contacto com as populações e com as realidades sócio-económicas do País, para assegurar o cumprimento da lei e garantir a tranquilidade e ordem públicas.

2 — Com a criação e integração da BF (na sequência da extinção da GF e publicação da nova Lei Orgânica da Guarda em 26 de Junho), a missão da Guarda passou a incluir também a vertente fiscal e aduaneira, que se consubstancia fundamentalmente através das seguintes tarefas:

- Combater as infracções fiscais, designadamente as previstas na lei aduaneira;
- Colaborar no controlo da entrada e saída de cidadãos nacionais e estrangeiros no território nacional.

c) Actividade operacional mais significativa

No período em apreço, a Guarda desenvolveu uma intensiva actividade operacional, cujos dados estatísticos se apresentam no anexo C:

Pelo volume das forças empenhadas, ou pelos resultados obtidos, salientam-se as seguintes acções:

1 — No âmbito das missões de polícia geral:

a) Patrulhamentos

Foram efectuadas cerca de 509 000 patrulhas (+ 3,5 % que em 1992), o que significa uma média de 1390 patrulhas por dia, em que:

- 57 % foram executadas a pé;
- 3 % foram executadas a cavalo;
- 40 % foram executadas em meios motorizados.

b) Policiamento de espectáculos desportivos

No período foram executadas cerca de 27 200 acções de segurança e policiamento de espectáculos desportivos (— 14 % que em 1992), empenhando um efectivo que rondou os 98 850 homens.

c) Rugas

Para dar cumprimento às solicitações judiciais, para criar um clima de instabilidade aos marginais ou mesmo como acções de rotina, foram executadas 8380 rugas (— 6,3 % que em 1992).

d) Operação «Chama — 1993»

Decorreu durante o período de 17 de Junho a 16 de Setembro de 1993, consubstanciando-se pelo patrulhamento das principais zonas florestais do território, com as seguintes finalidades:

- Prevenção e detecção de incêndios florestais;
- Combate aos incendiários.

e) Reforço do policiamento da «orla marítima»

Para intensificar o policiamento das principais zonas de praia e outros centros de veraneio à responsabilidade da Guarda, foi reforçado o dispositivo da «orla marítima» com os seguintes objectivos:

- Prevenir e ou reprimir a delinquência e criminalidade;
- Controlar as actividades de cidadãos estrangeiros indesejáveis;
- Combater o campismo selvagem;
- Melhorar a segurança rodoviária, através da intensificação das medidas de fiscalização e regulação do trânsito.

Esta actividade decorreu em simultâneo com a operação «Chama — 93», implicando a execução de ambas um enorme esforço financeiro e o empenhamento diário de consideráveis meios de reforço, que se podem traduzir pelos seguintes valores:

Meios empenhados (média diária)

Pessoal:

Deslocado das brigadas territoriais	287
Deslocado da brigada de trânsito	77
Deslocado das unidades reserva do CG	90
Total	454

Outros meios:

Solípides	80
Canídeos	12
Viaturas (viaturas tácticas tipo <i>Jeep</i>)	25
Veículos (viaturas e motos de fiscalização de trânsito)	20
Motos (todo o terreno)	10

Estimativa (em contos) dos custos globais

Encargos com pessoal:

Ajudas de custo	121 416
Reforço de alimentação	17 604
Soma	139 020
Combustíveis e lubrificantes	26 240
Instalações	2 036
Total	167 296

2 — No âmbito das missões de segurança e OP, salienta-se:

- Que se manteve idêntico ao ano transacto o quantitativo de pessoal (cerca de 430 homens/dia) empenhado na segurança exterior de estabelecimentos prisionais, edifícios públicos e residências oficiais e particulares de membros do Governo e de outros órgãos de soberania;
- Que o número de escoltas de trânsito e outras acções de acompanhamento para segurança e protecção de altas entidades (1409) aumentou em cerca de 60 % relativamente ao ano transacto;
- O seguinte número de acções de escoltas e segurança a transportes:

De valores — 90 (sensivelmente idêntico a 1992);

De presos — 297 (+50 % que em 1992);

- O número de acções de intervenção, para restabelecimento de OP (329), sofreu um ligeiro acréscimo de 5,4 % em relação a idêntico período do ano transacto.

3 — No âmbito das missões de fiscalização e regulação da circulação rodoviária:

- Durante o período realizou-se, à semelhança do ano transacto, um intenso esforço de fiscalização e de patrulhamento nos locais mais críticos dos itinerários, com maior incidência nos períodos de maior tráfego — designadamente Natal/Ano Novo, Páscoa, período estival e fins de semana prolongados. Relativamente a este tipo de actividade relevam-se os seguintes valores:

Condutores fiscalizados — 3 160 759 (+2,5 % que em 1992);

Operações «Stop» — 12 916 (—2,7 %);

Acompanhamentos de trânsito — 1053 (+19 %);

- Com grande significado, regista-se o facto de no corrente ano se ter confirmado, até de forma mais acentuada, o decréscimo da sinistralidade (em termos de vítimas) que já se tinha assinalado no ano transacto. Embora ainda com carácter provisório, os principais dados relativos à mesma são os se-

guintes, em que se indica entre parênteses a variação relativamente ao ano de 1992:

Acidentes de viação — 75 037 (+4,8 %);

Mortos — 1751 (—15,6 %);

Feridos graves — 6282 (—8,6 %);

Feridos ligeiros — 34 053 (—14,2 %).

4 — No âmbito das missões honoríficas e de representação:

- A actividade desenvolvida traduziu-se na realização de guardas e escoltas de honra a AE e na participação em cerimónias de natureza militar, em que se destaca o quantitativo de 235 (+35,8 % que em 1992) guardas e escoltas que foram realizadas;
- Neste tipo de actividade salienta-se também a cerimónia do 82.º Aniversário da Guarda, que se realizou no dia 3 de Maio de 1993 na Praça do Império (Lisboa), com a participação de forças de todas as unidades da Guarda.

5 — No âmbito fiscal e aduaneiro, as actividades desenvolvidas particularmente pela BF, consubstanciaram-se principalmente por acções de:

- Fiscalização, controlo e acompanhamento de mercadorias sujeitas a regime aduaneiro;
 Combate às infracções fiscais;
 Controlo nas fronteiras terrestres e marítimas da entrada e saída de cidadãos nacionais e estrangeiros.

Não obstante, a BF/GNR ter sido formalmente criada em 26 de Junho de 1993, na prática manteve-se implementado o dispositivo da ex-GF durante o período em apreço.

A título elucidativo, apresentam-se no anexo E a especificação das principais acções realizadas no período de 1 de Janeiro de 1993 a 31 de Dezembro de 1993, bem como os principais resultados dessa actividade.

d) Resultados mais significativos da actividade desenvolvida

Os resultados mais significativos da actividade operacional são os constantes no anexo D, onde se faz também a sua comparação com os valores registados em 1992.

Desses mesmos resultados, permitimo-nos destacar desde já os seguintes (entre parênteses indica-se a variação verificada ao ano de 1992):

1 — No âmbito da actividade da polícia geral:

- Autuações por infracções à lei e regulamentos de polícia geral — 31 024 (—36 %);
- Capturas/detenções:
 - Em flagrante delito — 8581 (+20 %);
 - Por mandato — 8085 (+51 %);
- Detenções por posse ou tráfico de droga — 1090 (+79 %).

2 — No âmbito da actividade de fiscalização e regulação da circulação rodoviária:

- Autuações por infracções à legislação de trânsito — 474 564 (—11,5 %);
- Detenção por condução sem habilitação legal — 2762 (—30,8 %);
- Número de condutores com excesso de álcool — 18 418 (—9 %).

3 — Baixas sofridas pelas forças da GNR durante o cumprimento da missão:

Mortos — 5 (idêntico a 1992);

Feridos — 43 (17 em 1992).

C) Conclusões

1 — Não obstante o crescimento acentuado de alguns índices de criminalidade, que deverão ser já causa de preocupação pelo clima de intranquilidade pública que geram, designadamente os raptos/sequestros de pessoas, os casos de delinquência juvenil, os assaltos à mão armada contra estabelecimentos comerciais e o constante crescimento de casos

de tráfico de droga, que consideramos estarem na origem da maior parte da delinquência e criminalidade registada no período, não se nos afigura existirem ainda, na ZA da GNR, situações graves de ameaça à segurança interna do País.

2 — No período em apreço continuaram a não se registar factos ou acontecimentos que afectassem de forma significativa o moral e a disciplina do pessoal da Guarda, que se mantém em níveis elevados.

ANEXO A

Guarda Nacional Republicana

Comando-Geral

2.ª Repartição

Análise quantitativa dos principais índices de segurança interna

Índices	Ano de 1992	Ano de 1993 (c)	Diferença	Varição (percentagem)
Crimes contra as pessoas				
Homicídio voluntário consumado.....	213	147		
Homicídio por negligência/acidente de viação (a).....		965		
Homicídio por negligência/outras circunstâncias (b).....		81		
Ofensas corporais (graves/simples).....	14 089	13 597		
Ofensas corporais por negligência/acidente de viação (a).....		9 303		
Rapto/sequestro.....	21	42		
Ameaças.....	3 105	2 585		
Violação.....	109	146		
Outros crimes sexuais (b).....		250		
Difamação, calúnia/injúrias.....	2 836	2 808		
Outros.....	1 804	1 882		
Total parcial A (comparação).....	22 177	21 538	— 639	— 2,9
Total A.....	22 177	31 806	+ 9 629	
Crimes contra o património				
Furtos/roubos:				
Furto/tráfico de obras de arte/bens culturais (b).....		77		
Furto por esticção (b).....		1 590		
De veículos motorizados.....	3 664	4 334		
Em veículos motorizados.....	6 004	8 081		
Em residências.....	9 955	9 373		
Em edifícios comerciais/industriais.....	8 932	7 792		
Em estabelecimentos de ensino.....	841	1 084		
Em outros edifícios (r. públic./hosp., etc.).....	1 526	1 978		
Assalto/roubo a banco/out. est. créd.....	62	30		
Roubo em posto de abastecimento de combustíveis.....	86	164		
Outros (v. públic. carteiristas, etc.).....	5 071	5 151		
Soma.....	36 141	39 654	+ 3 513	+ 9,7
Diversos:				
Danos.....	6 247	6 402		
Emissão de cheques sem cobertura (a).....		2 942		
Burla.....	453	574		
Outros.....	826	810		
Total parcial (comparação).....	7 526	7 786	+ 260	+ 3,4
Soma.....	7 526	10 728		
Total parcial B (comparação).....	43 667	47 440	+ 3 773	+ 8,6
Total B.....	43 667	50 382	+ 6 715	
Crimes contra a paz e a Humanidade.....				

Índices	Ano de 1992	Ano de 1993 (c)	Diferença	Varição (percentagem)
Crimes contra a vida em sociedade				
Omissão de assistência à família (b)		63		
Subtração de menores (b)		21		
Contraf./falsificação de moeda	33	48		
Falsificação de documentos, cunhos, marcas, etc.	108	125		
Incêndios (fogo posto/negligência)	2 873	2 308		
Detenção (posse de armas ilegais/não licenc.)	314	382		
Associações criminosas				
Terrorismo/associações terroristas				
Druga:				
Tráfico de estupefacientes/psicotrópicos	162	363		
Consumo de estupefacientes/psicotrópicos	518	482		
Crimes contra a saúde (b)		36		
Caça e pesca ilegais	226	258		
Crimes fiscais	6	10		
Crimes fiscais aduaneiros (b)		26		
Outros	1 020	3 486		
Lei do álcool (a)		3 513		
Total parcial C (comparação)	5 260	7 608	+ 2 348	+ 44
Total C	5 260	11 121	+ 5 861	
Crimes contra o Estado				
Crimes eleitorais	1	15		
Coacção de ou ofensa a funcionário	494	314		
Desobediência a funcionário	238	335		
Declarações e test. falsos	10	26		
Corrupção	2	5		
Outros (b)		158		
Total D	745	853	+ 108	+ 14,5
Total parcial geral (comparação)	71 849	77 439	+ 5 590	+ 7,8
Total geral (A + B + C + D)	71 849	94 162	+22 313	
Actos de terrorismo				
Crimes cometidos com engenhos explosivos	9	22	+ 13	+ 144
Delinquência juvenil	665	861	+ 196	+ 29,4
Alterações de ordem pública:				
Por razões de natureza política	1	3		
Por razões de natureza sócio-laboral	51	58		
Em recintos desportivos	206	213		
Por razões de outra natureza	54	55		
Soma	312	329	+ 17	+ 5,4
Ofensas ou desobediência à autoridade:				
Tentativa ou prática de agressão	110	195		
Ameaças ou injúrias	381	341		
Desobediência e ou resistência	238	204		
Outros	16	13		
Soma	745	753	+ 8	+ 1
Assaltos à mão armada:				
A bancos	62	30		
Em edifícios públicos	2	8		
Em estabelecimentos	17	44		
Em fábricas/outras instalações	11	6		
Em habitações (residências)	7	12		
A bombas de combustível	86	164		
A pessoas	46	66		
A taxistas	10	16		
Soma	241	346	+ 105	+ 43,5

(a) Novos dados introduzidos neste período.

(b) Não há termos de comparação com o período anterior.

(c) Os dados relativos a Dezembro de 1993 não são ainda definitivos.

ANEXO B

Criminalidade violenta (ano de 1993)

Crime	Código	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Média do semestre	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro (a)	Média do semestre	Total
Pessoas																
Homicídio	0100	12	8	14	12	12	7	10,8	18	10	13	14	13	14	13,7	147
Ofensas corporais graves	0500	63	44	53	61	54	73	58,0	58	67	58	53	39	56	55,2	679
Rapto/sequestro	0900	3	3	5	1	4	10	4,3	1	4	2	5	2	2	2,7	42
Violação	1100	10	10	12	18	19	14	13,8	19	14	9	7	7	7	10,5	146
Património																
Roubo por esticção	1900	90	109	116	176	148	178	136,2	153	133	163	117	75	132	128,8	1 590
Roubo na via pública	2900	3	19	7	19	12	10	11,7	24	8	20	19	25	15	18,5	181
Bancos	3000	4	1	3	5	1	3	2,8	3	1	3	2	2	2	2,2	30
Estação dos CTT	3100	1	3	5	8	5	5	4,5	5	8	3	4	7	4	5,2	58
Posto de combustível	3200	11	27	18	27	14	4	16,8	6	9	11	14	9	14	10,5	164
Transportes públicos	3300	-	1	1	1	-	-	0,5	1	1	-	3	7	1	2,2	16
Outros roubos	3400	9	18	12	38	26	15	19,7	7	13	16	28	22	20	17,7	224
Extorsão	3900	2	6	-	4	1	-	2,2	-	2	-	1	-	1	0,7	17
Sociedade																
Motim	5500	-	-	-	1	-	1	0,3	-	-	1	1	-	-	0,3	4
Associações criminosas	5600	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrorismo	5700	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pirataria	5800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado																
Coacção	7100	21	24	30	30	17	30	25,3	32	34	36	17	17	26	27	314
Soma		208	249	246	371	296	320	281,7	295	270	299	268	208	294	272,3	3 324

(a) Os dados relativos a Dezembro não são ainda definitivos.

ANEXO C

Guarda Nacional Republicana

Comando-Geral

3.ª Repartição

Actividade operacional desenvolvida pela GNR (dados estatísticos)
no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1993

Principais acções realizadas no âmbito da actividade operacional

Designação	1992		1993 (a)		Diferenças		Variação (percentagem)	
	Número de acções	Efectivos empenhados	Número de acções	Efectivos empenhados	Número de acções	Efectivos empenhados	Número de acções	Efectivos empenhados
Principais acções realizadas								
Polícia geral								
Patrulhas:								
Apeadas	-	-	292 436	541 987	-	-	-	-
A cavalo	-	-	14 555	29 110	-	-	-	-
Motorizadas (moto e auto)	-	-	202 305	441 160	-	-	-	-
Soma	491 831	-	509 296	1 012 250	17 465	-	3,5	-
Serviços solicitados à Guarda (b)	(c)	-	594 436	-	-	-	-	-
Festas e romarias policiadas	(c)	-	3 530	15 049	-	-	-	-
Espectáculos desportivos policiados	23 800	-	27 229	98 856	3 429	-	14	-
Rugas	8 948	-	8 380	5 383	567	-	(-) 6,3	-
Seg. e OP								
Intervenções de OP	312	-	329	2 554	17	-	5,4	-
Escoltas:								
A presos	197	-	297	910	100	-	50	-
A fundos	87	-	90	695	3	-	3	-
Outras (AE, objectos de arte, etc.)	106	-	230	1 087	124	-	116	-

Designação	1992		1993 (a)		Diferenças		Variação (percentagem)	
	Número de acções	Efectivos empenhados	Número de acções	Efectivos empenhados	Número de acções	Efectivos empenhados	Número de acções	Efectivos empenhados
Fiscal/regulação de trânsito								
Pat. auto e moto	(c)		139 942	303 050	-		-	
Acompanhamentos	881		1 053	2 627	172		19,5	
Escortas de trânsito	(c)		356	1 268	-		-	
Seg. provas desportivas (estrada)	(c)		2 107	13 423	-		-	
Operações «Stop»	13 275		12 916	90 400	359		(-) 2,7	
Honoríficas:								
Guardas e alas de honra	173		235	7 531	62		35,8	
Apoio e socorro:								
Auxílio a condutores	(c)		38 982	-	-		-	
Outras acções de apoio e socorro	(c)		2 187	9 691	-		-	

(a) Os dados relativos ao mês de Dezembro não são ainda definitivos.
 (b) Especificados no apêndice n.º 1 deste anexo.
 (c) Valores não registados em 1992.

APÊNDICE N.º I AO ANEXO C
Guarda Nacional Republicana
Comando-Geral
3.ª Repartição

Resumo de dados estatísticos

Serviços solicitados à GNR no ano de 1993 (1 de Janeiro a 30 de Novembro)

Mês	Localização de desaparecidos	Pedidos de paradeiro	Notificações	Pedidos e m/captura	Apreensão de armas	Apreensão de viaturas	Outros	Soma
Janeiro	374	4 743	18 162	1 024	78	956	12 365	37 702
Fevereiro	523	5 791	21 172	1 053	57	1 124	17 122	46 842
Março	426	6 748	26 159	1 337	47	1 419	20 129	56 625
Abril	354	6 185	23 284	1 031	77	1 461	18 484	50 876
Maio	345	7 430	26 946	927	38	1 447	21 447	58 580
Junho	330	7 258	25 038	1 043	70	1 187	22 176	57 102
Julho	336	6 828	22 794	745	43	1 239	21 279	53 264
Agosto	146	3 649	12 279	241	34	480	13 775	30 604
Setembro	131	4 340	16 953	487	78	618	15 622	38 229
Outubro	151	6 105	25 972	890	96	838	20 803	54 855
Novembro	140	6 874	27 322	1 060	93	848	22 257	58 594
Dezembro	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	3 256	65 951	246 441	9 838	711	11 617	205 459	543 273

ANEXO D

Guarda Nacional Republicana
Comando-Geral
3.ª Repartição

Actividade operacional desenvolvida pela GNR (dados estatísticos) no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1993

Resultados mais significativos da actividade operacional desenvolvida

Designação	1992	1993	Diferenças	Variação (percentagem)
Principais resultados da actividade realizada				
Polícia geral				
Caça:				
Caçadores fiscalizados	A	40 526	35 363	5 163 (-) 12,7
Infracções à Lei da Caça	B	151	335	184 121,8
Armas (caça) apreendidas	C	(c)	258	-

Designação		1992	1993	Diferenças	Varição (percentagem)
Capturas:					
Flagrante delito	D	7 136	8 581	1 445	20
Mandado ou pedido	E	5 353	8 085	2 732	51
Iniciativa da guarda	F	(c)	300	-	-
Detenções:					
Por crimes contra a GNR	G	739	703	36	(-) 4,8
Posse ou tráfico de droga	H	608	1 090	482	79
Fogo posto	I	278	48	230	(-) 82,7
Caça ilegal	J	151	292	141	93
INFRAC/Autuações legisl. PG	K	42 226	31 024	11 202	(-) 36
Armas apreendidas/recuperadas	L	731	1 260	529	72
Veículos apreendidos/recuperados	M	5 667	5 121	546	(-) 9,6
Fiscalização/trânsito					
Condutores fiscalizados	N	3 083 036	3 160 759	77 723	2,5
Detenções:					
Condução ilegal	O	3 992	2 762	1 230	(-) 30,8
Álcool (TAS ≥ 1.2)	P	(c)	3 860	-	-
Outros motivos	Q	(c)	367	-	-
Autuações:					
CE; RCE	R				
RTA	S	533 265	474 564	58 701	(-) 11,5
Legislação complementar	T				
Infracções:					
Falta de cinto de segurança	U	(c)	23 309	-	-
Excesso de velocidade	W	(c)	41 362	-	-
Excesso de álcool	X	20 326	18 418	1 908	(-) 9
Excesso de peso	Y	(c)	5 923	-	-
Excesso de ruído	Z	(c)	6 400	-	-
Sinistralidade rodoviária					
		1992	1993 (*)	Diferenças	Varição (percentagem)
Número de acidentes		71 586	75 033	3 447	(+) 4,8
Mortos		2 075	1 751	324	(-) 15,6
Feridos graves		6 874	6 282	592	(-) 8,6
Feridos leves		39 690	34 053	5 637	(-) 14,2
Baixas sofridas pelas forças da Guarda no cumprimento da missão:					
		1992	1993	Diferenças	Varição (percentagem)
Mortos		5	5	-	0
Feridos		17	43	26	152

(c) Valores não registados em 1992.

(*) Os dados relativos ao mês de Dezembro são provisórios.

ANEXO E/01

Actividade Operacional Desenvolvida pela BF/GNR no âmbito fiscal e aduaneiro

Acções/operações realizadas	Período		Varição (percentagem)
	1992	1993	
Buscas			
Varejos	1 295	1 668	+ 28,8
Patrulhamentos	1 080	820	- 24,4
Aguardos	101 031	91 337	- 9,5
Acompanhamentos	61 621	49 926	- 19,9
Operações «Stop»	59 094	22 854	- 61,3
Vigias	20 552	18 543	- 9,7
Acções diversas	58 474	57 751	- 1,2
Operações	2 307	1 402	- 39,2
	397	248	- 12,3

	Período		Variação (percentagem)
	1992	1993	
Outras actividades:			
C/equipas cinotécnicas	2 233	4 334	+ 94,0
C/equipas endoscópicas	74	48	- 35,1
Actividade nas fronteiras			
Capturas:			
Militares	3	2	- 33
Civis:			
Nacionais	43	20	- 53,4
Estrangeiros	5	1	- 80,0
Soma	51	23	
Interdição de entrada:			
Falta de visto	1 243	1 264	+ 1,6
Falta de doc. de entrada	197	316	+ 60,4
Falta de meios de subsistência	-	-	-
Documentos caducados	6	2	- 66,6
Com medida cautelar pendente	1	1	-
Passaporte falso	-	-	-
Falsificação de bilhete de identidade	-	-	-
Falsificação autorização residência	4	-	-
Falsificação de cédula marítima	-	1	-
Soma	1 451	-	
Interdição de saída:			
Documentos caducados	477	100	- 79,0
Falta de documentos	3 199	2 165	- 32,3
Com medida cautelar pendente	10	-	-
Bilhete de identidade falsificado	2	1	- 50,0
Passaporte falso	1	-	-
Falta de visto	-	-	-
Soma	3 689	-	
Accionamento de medidas cautelares:			
Capturas	4 402	4 119	- 6,4
Detecção/paradeiro	2 445	2 638	+ 7,8
Apreensão de passaportes nulos	7 633	5 189	- 32,0
Interdição de entrada	1 159	235	- 79,7
Interdição de saídas	287	198	- 31,0
Soma	15 926	12 378	- 22,2
Diversos:			
Vistos de trânsito concedidos	1 713	-	-
Deport./expulsos de outros países	1 397	-	-
Pedidos de asilo político	37	-	-
Entregues autoridades de outros países	1	-	-
Clandestinos detectados em navios	261	-	-
Detect. com medidas cautelares pendentes:			
Nacionais	13	-	-
Estrangeiros	4	-	-

ANEXO E/02

Resultados da actividade operacional

	1992	1993	Variação (percentagem)
Pessoas detidas	334	389	+ 16,4
Processos instaurados	2 352	-	-
Infracções registadas	5 704	2 672	- 53,1
Valor das apreensões (contos)	3 870 560	3 189 768	- 17,5
Valor das coimas (contos)	103 177	64 807	- 37,7
Valor de direitos fixados (contos)	70 404	8 384	- 88,0
Viaturas apreendidas (a)	2 743	1 578	- 42,4

(a) No mínimo, 438 destas viaturas serão, previsivelmente, perdidas a favor do Estado.

Apreensão de armas e munições

	1992	1993	Diferenças
Armas:			
Pistolas	44	23	- 21
Revólveres	7	1	- 6
Pistolas pressão de ar	2	-	- 2
Pistolas de alarme	4	2	- 2
Pistola de gás	3	1	- 2
Espingardas de caça	1	6	+ 5
Espingardas pressão de ar	5	1	- 4
Espingardas de recreio	-	2	+ 2
Granadas de instrução	1	-	-
Munições:			
Calibre: 9 mm	40	5	- 35
Calibre: 7,65 mm	116	91	- 25
Calibre: 6,35 mm	9	-	- 9
Calibre: 0,22 mm	161	-	- 161
Calibre: 8 mm	-	1	+ 1
Calibre: 12 mm (caça)	2	69	+ 67
Diversos	2	2	-

2 — Polícia de Segurança Pública (PSP)

1 — Generalidades

a) Instabilidade social

Alguns conflitos de natureza sócio-laboral provocaram situações pontuais de instabilidade com reflexos na ordem e tranquilidade públicas, através de manifestações que em alguns casos entraram na ilegalidade e provocaram perturbações graves, obrigando a PSP ao emprego de meios de força para repor a ordem e evitar maiores danos. Salienta-se:

- 1) O conflito na TAP, principalmente no período de 28 de Outubro a 9 de Novembro, com várias manifestações na área do Aeroporto de Lisboa, tendo havido necessidade de emprego do Corpo de Intervenção;
- 2) No sector estudantil, várias acções de protesto à chamada «Lei das Propinas», com manifestações mais salientes em Maio junto ao Ministério da Educação e em Junho junto à Assembleia da República, com tentativa violenta de invasão, que foi contida com o emprego de forças policiais de intervenção.

Para além de outras acções, voltaram a manifestar-se em Novembro junto à Assembleia da República, com cerca de dois milhares de participantes, voltando a forçar e a ultrapassar as vedações metálicas e nova tentativa de invasão do Parlamento, o que foi evitado com o inevitável emprego de forças de intervenção;

- 3) Conflito nos Açores, dos produtores de leite, com saliência na ilha de São Miguel, em que manifestantes bloquearam acessos a Ponta Delgada, boicotaram a entrega de leite às unidades transformadoras, tendo estado iminente o envio de reforços policiais de intervenção a partir de Lisboa.

Este Comando elaborou um relatório específico onde conclui pela necessidade de reforçar o dispositivo da PSP naquela região, com mais pessoal e material adequado.

b) Actividade policial

A PSP desenvolveu orientada actividade preventiva e repressiva dentro das necessidades da ordem e segurança das pessoas e bens.

Os resultados operacionais obtidos são positivos, conforme se verificará na análise que adiante se desenvolve.

c) Efeito preventivo da administração da justiça (insuficiência)

A PSP tem detido e apresentado a tribunal os mesmos indivíduos múltiplas vezes, em curtos períodos de tempo e pelo cometimento de crimes semelhantes, o que demonstra um certo sentimento de impunidade por parte de alguns sectores da marginalidade. Alguns casos semelhantes têm sido difundidos pelos órgãos de comunicação social, normalmente acompanhados de comentários desagradáveis para as autoridades policiais e judiciais.

Constata-se assim que os efeitos preventivos da administração da justiça ficarão aquém daquilo que a sociedade anseia.

d) Notificações e outras diligências solicitadas por diversas entidades

Embora o Comando-Geral não tenha reunido ainda dados definitivos nesta matéria relativamente ao ano de 1993, os números disponíveis apontam para um aumento relativamente ao ano anterior das diligências efectuadas em solicitação, e muitas vezes em substituição, de autoridades judiciais e administrativas. Estima-se que em 1993 se tenha ultrapassado as 650 mil diligências.

Este facto continua a preocupar a Polícia, dado que, além de envolver encargos que deveriam ser da responsabilidade de outras entidades e que estão a ser suportados pelo orçamento da PSP, desvia um grande número de agentes das suas tarefas prioritárias: a prevenção da criminalidade e a manutenção da segurança pública.

2 — Criminalidade e violência

a) Total de ocorrências registadas

O total de ocorrências sofreu um aumento ligeiro na ordem dos 1,9 %, substancialmente inferior aos 7,6 % verificados em 1992 face ao ano anterior.

A nível distrital, destaque para os aumentos registados em Portalegre (+ 28,7 %) e em Braga (+ 16,8 %), bem como para os decréscimos em Évora (— 9 %) e no Porto (— 7 %). Lisboa registou um pequeno aumento (+ 1,7 %), enquanto Setúbal aumentou em 12 % o seu total de ocorrências face ao ano passado.

Em números absolutos, a PSP registou durante este ano um total de 103 183 ocorrências criminais.

b) Crime violento

1 — Assaltos armados a pessoas

Este tipo de delito terá sido dos que mais aumentaram, registando mais 20 % de casos que no ano passado, o que significa a ocorrência de 4,3 casos por dia.

Lisboa registou 69 % do total de casos, enquanto o Porto registou 20 %, vincando o cariz fortemente metropolitano deste tipo de criminalidade.

As armas brancas foram utilizadas em 66 % dos casos e a seringa foi utilizada em 14 % dos crimes, enquanto que as armas de fogo apenas entraram na concretização de 9 % de crimes.

2 — Assaltos a bancos

A PSP registou menos 20 % de assaltos a bancos na sua área, passando o total nominal para 20 casos, dos quais 50 % ocorreram em Lisboa e 30 % ocorreram no Porto, aparecendo em terceiro lugar Setúbal com 15 % (três casos).

c) Droga

No capítulo da droga, a evolução do crime de tráfico detectado pela PSP foi divergente em relação à evolução do crime de posse/consumo: enquanto aquele verificou um aumento de 34 % face ao ano passado (62 % dos casos passados em Lisboa e 19,6 % passados no Porto), este verificou uma redução de 10 % face a igual período (sendo 36,5 % dos casos verificados no Porto, 31 % em Lisboa e 9,3 % em Braga).

Quanto a quantidades, desde Janeiro a Novembro, registaram-se as seguintes apreensões (gramas):

Heróina — 28 646 (+ 26 %);

Haxixe — 17 388 (— 64 % que no ano anterior);

Cocaína — 5286 (+ 40 %);

Liamba — 2408 (+ 270%).

d) Outra criminalidade

1 — Furtos e roubos

a) A pessoas. — Registou-se um aumento de 6 % face ao ano passado, representando uma média de 46 % de casos

diários. Lisboa detém 60 % dos casos, enquanto o Porto detém 16 %.

b) A estabelecimentos. — Este tipo de criminalidade teve um aumento significativo (+ 19,7 %), apresentando uma média de 38 casos, embora muitos deles sejam furtos em supermercados e congéneres.

c) De viaturas e no interior de viaturas. — Os furtos e roubos associados a viaturas tiveram um decréscimo que podemos considerar significativo.

Concretamente, o furto no interior de viaturas desceu 5,2 %, enquanto o furto de viaturas teve um decréscimo de 8,5 %.

A média diária destes dois tipos de delito situa-se, respectivamente, nos 79 e nos 18 casos.

2 — Cheques sem provisão

O número de cheques emitidos sem provisão manteve-se praticamente estável em relação ao ano passado, interrompendo a tendência regressiva iniciada no ano passado, representando ainda 19 % do total de ocorrências. Em termos absolutos, registaram-se 19 547 queixas por emissão de cheques sem provisão.

3 — Delinquência Juvenil

A delinquência juvenil registou um acréscimo de 7 % face ao ano passado, passando para um total de 1968 casos, muitos deles cometidos em grupo. Refira-se que Lisboa constatou 17 % dos casos e o Funchal com 13 %, só aparecendo depois Setúbal com 12 % e o Porto com 10 %.

e) Criminalidade por grupos organizados

Durante este ano foi notório o aparecimento de um fenómeno criminal de contornos vincadamente racistas, traduzindo-se na prática de actos, normalmente com uso de violência, na maioria dos casos da autoria de grupos de origem africana, em locais de grande concentração de pessoas (transportes públicos, estações ferroviárias e de metropolitano, etc).

A forte divulgação mediática do fenómeno tem provocado um efeito de ricochete entre a população nacional, tornando-se mais intolerante, o que acaba por incrementar a violência de parte a parte.

3 — Actividade policial

a) Número nacional de socorro

O número de pessoas que solicitam, em situações de emergência, os serviços da PSP continua a registar um aumento significativo (13,5 %), ultrapassando este ano as 250 000 chamadas que, efectuadas através do número nacional de socorro (115), originaram acções de polícia e outros apoios à população accionados a partir das centrais de comando e controlo desta Polícia.

b) Queixas crime, inquéritos criminais e participações

Verificou-se um abrandamento no ritmo de crescimento das queixas crime apresentadas nos departamentos da PSP, que este ano aumentou apenas 0,5 %, contra 12 %; em consequência directa deste facto, os inquéritos criminais or-

ganizados por esta Polícia registaram números semelhantes aos do ano transacto; as participações elaboradas por agentes policiais diminuíram, este ano, perto de 1,5 %.

Em 1993 foram apresentadas 122 188 queixas, organizados 79 497 inquéritos de natureza criminal e elaboradas 228 433 participações.

c) Armamento apreendido

O número de armas apreendidas (939) registou uma diminuição de quase 5 %; em contrapartida, o número de armas entregues à PSP (1060) aumentou 11,5 %.

d) Recuperação de viaturas furtadas

Embora as viaturas desaparecidas (18 por dia em 1993) tenham diminuído cerca de 9 %, a percentagem de viaturas recuperadas registou este ano uma nova descida, situando-se actualmente em 77 % das viaturas furtadas.

e) Acidentes rodoviários

O número de acidentes rodoviários nas áreas urbanas sob responsabilidade da PSP continuou a aumentar, embora a um ritmo mais lento (6,2 % em 1993, contra 11 % no ano anterior); o número de feridos resultantes destes acidentes diminuiu cerca de 2 %, enquanto o número de mortos registou o mais alto valor dos últimos anos, ultrapassando as 400 vítimas mortais, o que não acontecia desde 1983.

Dos 62 015 acidentes registados resultaram 402 mortos e 23 621 feridos, dos quais 5428 em estado grave.

f) Controlo da taxa de alcoolemia

O esforço de fiscalização da condução sob a influência do álcool foi incrementado, tendo o total de indivíduos controlados aumentado 24 %; crescendo ligeiramente em número absoluto (cerca de 1,5 %), a percentagem dos indivíduos que apresentavam uma taxa de alcoolemia no sangue superior ao permitido por lei face ao número de controlados desceu, situando-se actualmente em cerca de 7 %.

Refira-se que em 1993 foram detectados a conduzir com uma TAS superior a 1,2 g/l e, por esse motivo, detidos 1705 indivíduos.

g) Incidentes em recintos desportivos

Significativo é também o decréscimo verificado no número de casos relativos a alterações à ordem em campos desportivos, de valor igual a — 29 %.

Em termos absolutos, a PSP registou 242 incidentes deste tipo.

h) Segurança nos estabelecimentos de ensino

A segurança aos estabelecimentos de ensino tem sido uma preocupação constante na actividade operacional da PSP; actualmente, no âmbito do programa conjunto entre o MAI e o Ministério da Educação, a PSP desenvolve um po-

liciamento reforçado em 35 escolas preparatórias e secundárias e está a desenvolver acções de formação e de sensibilização para a segurança em 29 escolas do País.

De um modo geral, é reconhecido que a segurança às escolas tem sido consideravelmente melhorada.

i) Detenções

Vector importante da actividade operacional, as detenções, num total de 22 540, registaram em 1993 um aumento de 19 %, embora parte deste aumento tenha sido induzido pela criminalização da condução sob influência do álcool com TAS superior a 1,2 g/l [as detenções por este motivo (1705) representam 7,5 % do total], verifica-se que as detenções por furto e roubo voltaram a registar um aumento significativo, representando actualmente 42 % do total das detenções (36 % em 1992).

4 — Missões no estrangeiro

a) No Zaire permaneceu, no período de 30 de Janeiro de 1993 a 31 de Agosto de 1993, uma equipa do GOE (seis elementos) em missão de segurança à Embaixada e ao embaixador de Portugal naquele país.

b) Em Angola, em missões que se iniciaram em 14 de Setembro de 1992, esteve uma equipa do GOE até 31 de Julho de 1993, a efectuar segurança ao representante de Portugal junto à CCPM e permaneceu durante todo o ano uma segunda equipa daquela unidade especial da PSP a efectuar a segurança à Embaixada e ao embaixador de Portugal, missão que continua em 1994.

c) Na ex-Jugoslávia a PSP manteve durante todo o ano um contingente de 35 elementos integrando o efectivo policial da missão da ONU naquele território. Em Dezembro este contingente foi reforçado, sendo actualmente de 45 elementos.

d) Foi requerido pela ONU um contingente de sete oficiais para integrarem o efectivo policial que as Nações Unidas manterão em Moçambique durante o processo de paz daquele país; está previsto o embarque dos oficiais em finais de Janeiro de 1994.

5 — Reestruturação

Neste âmbito, a PSP efectuou os competentes estudos e executou acções de implementação em cumprimento dos princípios e critérios superiormente definidos, de que se destaca:

- A concentração da 4.ª Divisão do Comandando Distrital de Lisboa, sediada no Largo do Calvário, em Março;
- A apresentação a S. Ex.ª o Ministro da Administração Interna, em Abril, dos planos da proposta de expansão dos dispositivos da PSP para novas áreas urbanas dos distritos de Lisboa, do Porto e de Setúbal ainda o cargo da GNR, e, em Junho, igual proposta para o Algarve;
- A activação da esquadra de Carnaxide em finais de Dezembro de 1992, com a assunção de novas áreas urbanas no concelho de Oeiras;

- d) A activação da esquadra do Cacém em Novembro de 1993, assumindo-se nova área francamente urbanizada e densamente povoada na chamada linha de Sintra;
- e) A transferência para a responsabilidade da GNR, já no segundo semestre, das localidades de Tondela, Crato, Moncorvo, Grândola, Mafra e Ericeira, em conformidade com os critérios e planos elaborados;
- f) Foi elaborado e coordenado o plano de localidades a transferir em 1994 da PSP para a GNR.

vez mais frequente em determinados locais de forte concentração e circulação de pessoas, nomeadamente em transportes públicos. A forma como a comunicação social, particularmente a televisão, tem tratado estas questões torna, a nosso ver, a população menos tolerante.

6 — Conclusões

a) Criminalidade

A situação positiva do número global de acções delituosas registadas nas áreas urbanas a cargo da PSP tem apresentado um ritmo de crescimento de apenas 1,9 %, comparativamente com os aumentos de 8 % verificados em 1992 e 15 % em 1991.

No entanto, registou-se um sensível acréscimo da criminalidade violenta, especialmente nos roubos armados a pessoas, que aumentou 20 %

Refira-se ainda a continuação da criminalidade praticada por grupos de indivíduos, maioritariamente de origem africana, em geral com uso de violência, fenómeno este cada

b) Actividade policial

Salienta-se o esforço de todo o dispositivo da PSP na repressão do crime, tendo sido detidos e apresentados aos tribunais ou em estabelecimentos prisionais 22 540 indivíduos, o que representa um acréscimo de 19 % em relação a 1992, quando, nesse ano, se havia verificado um aumento de apenas 1,5 %.

c) Situação financeira

Agravaram-se as dificuldades na área financeira no ano económico de 1993, tendo-se estimado, logo após o 1.º trimestre, que a despesa final do ano seria superior em 17 milhões de contos ao orçamento inicial.

Este agravamento recaiu nas áreas da saúde, das ajudas de custo relativas à actividade operacional e a pessoal em missões no estrangeiro (contingente da ONU na ex-Jugoslávia e missões de segurança às nossas representações diplomáticas em Angola e no Zaire.

Esta situação cria fortes limitações à acção de comando e ao pleno cumprimento das missões desta Polícia.

ANEXO A

Quadro estatístico

Criminalidade e delinquência na área da PSP

Médias diárias até 31 de Dezembro

Tipo de acções	Anos			
	1990	1991	1992	1993
Terrorismo				
Engenhos explosivos accionados	0,03	0,01	0,02	0,02
Engenhos explosivos levantados				
Crimes de delito comum				
Roubos com arma	2,1	2,9	4	4,78
Furtos:				
A pessoas	33	38	44	46
A estabelecimentos	20	26	32	38
A habitações	20	22	25	26
Em viaturas	60	65	69	65
De viaturas	16	18	20	18
De motorizadas	9	10	10	9,52
De armamento	1,4	1,1	1,2	1,21
Droga:				
Tráfico	7	9	9	8,79
Consumo/posse				
Desrespeito à autoridade	3,1	3	3,1	3,15
Delinquência juvenil	6	4,8	5	5,38
Notícias alarmantes	1,7	2,1	1,2	1,39
Cheques sem provisão	41	54	53	53

ANEXO B

Ocorrências no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1993 — 2.ª Repartição

Distritos	I — Actividade violenta, delituosa, inconveniente e suspeita												
	A) Acções violentas/ /terrorismo			B) Crimes de delito comum									
	(1) Ac. Armadas	(2) Eng. accion.	(3) Eng. Invanl.	(1) Roubos com arma				(2) Furtos ou roubos					
				(a) A pessoas	(b) A estabelecimentos	(c) A habitações	(d) A bancos	(a) A pessoas	(b) A estabelecimentos	(c) A habitações	(d) Em viaturas	(e) De viaturas	(f) De motorizadas
Viana do Castelo	-	-	-	2	1	-	-	97	111	42	92	4	11
Braga	-	-	-	22	21	-	-	506	633	379	1 306	268	289
Ponte	-	-	-	314	30	7	6	2 733	3 371	1 880	4 738	943	377
Vila Real	-	-	-	-	1	-	-	29	170	80	155	39	60
Bragança	-	-	-	1	3	-	-	29	171	92	101	17	15
Aveiro	-	-	-	9	2	-	-	380	435	173	492	143	148
Viseu	-	-	-	-	2	-	-	43	157	55	175	42	42
Guarda	-	-	-	-	-	-	-	12	23	15	18	10	7
Coimbra	-	-	-	18	6	1	-	332	309	132	527	195	161
Leiria	-	-	-	13	1	1	1	261	882	299	786	145	179
Castelo Branco	-	-	-	-	-	-	-	33	135	46	114	28	21
Santarém	-	-	-	4	4	1	-	270	372	146	546	138	136
Lisboa	-	-	-	1 077	61	11	10	10 002	4 404	3 607	829	3 471	866
Setúbal	-	-	-	57	7	1	3	944	1 253	773	1 536	681	443
Portalegre	-	-	-	2	-	-	-	20	81	68	72	33	15
Évora	-	-	-	1	1	2	-	85	110	62	204	23	52
Beja	-	-	-	1	-	-	-	48	75	53	91	22	12
Faro	-	-	-	15	5	-	-	589	406	386	986	190	351
Funchal	-	-	-	18	-	-	-	291	408	592	496	203	186
Ponte Delgada	-	-	-	-	-	-	-	77	242	207	228	53	66
Angra	-	-	-	1	-	-	-	71	188	232	135	41	29
Horta	-	-	-	-	-	-	-	48	70	31	16	1	8
Totais	-	5	1	1 555	145	25	20	16 900	14 006	9 349	23 813	6 693	3 475
Mês anterior	-	5	4	1 297	132	24	25	16 015	11 687	9 120	25 110	7 318	3 616
Diferenças	-	-	-3	+ 258	+ 13	+ 1	- 5	+ 885	+ 2 309	+ 229	- 1 297	- 625	- 141

Distritos	I — Actividade violenta, delituosa, inconveniente e suspeita												Total de ocorrências	Ano anterior	Diferenças
	B) Crimes de delito comum														
	(3) Droga		(4)	(5)	(6)	(7)	C.	D.	E.	F.	G.	2.a.			
	(b) Tráfico	(c) Consumo	Fogo posto	Rapto	Sequestros	Violações	A. ordem com desp.	Not. alarmantes	Froubo armas	Desr. autoridade	Delinq. juvenil	Cheques sem provisão			
Viana do Castelo	-	6	-	-	-	-	1	12	3	4	93	482	460	+ 22	
Braga	14	190	1	-	-	-	1	28	53	71	533	4 322	3 701	+ 621	
Ponte	228	747	1	-	-	-	4	69	199	200	903	16 822	18 003	- 1 181	
Vila Real	12	13	-	-	-	23	4	2	33	13	128	742	751	- 9	
Bragança	8	3	-	-	-	-	2	7	9	36	182	679	539	+ 140	
Aveiro	7	60	2	-	-	-	11	8	61	104	843	2 900	2 677	+ 223	
Viseu	4	45	-	-	-	-	5	4	9	26	40	1 070	1 060	+ 10	
Guarda	-	1	-	-	-	-	1	6	5	4	10	113	105	+ 8	
Coimbra	18	24	3	-	-	-	14	12	20	47	195	2 083	1 945	+ 138	
Leiria	36	53	7	1	-	-	5	42	27	65	1 431	4 242	3 880	+ 362	
Castelo Branco	2	22	1	-	-	-	-	6	17	31	192	651	649	+ 2	
Santarém	17	51	5	-	-	-	10	23	24	54	370	2 180	2 328	- 148	
Lisboa	716	630	22	4	3	54	53	364	136	336	396	11 991	49 213	48 378	+ 835
Setúbal	95	71	1	2	3	8	-	24	28	122	227	858	7 138	6 369	+ 769
Portalegre	-	16	-	-	-	-	6	3	10	53	199	579	450	+ 129	
Évora	4	4	-	-	-	-	2	6	12	21	75	249	1 006	- 91	
Beja	2	17	-	-	-	-	3	3	10	44	68	450	437	+ 13	
Faro	-	69	2	-	-	-	5	18	53	100	298	3 484	3 551	- 67	
Funchal	-	15	36	-	-	-	7	7	74	246	16	2 612	2 454	+ 158	
Ponte Delgada	-	3	12	-	-	-	1	1	5	93	321	1 309	1 394	- 85	
Angra	-	7	3	-	-	-	5	2	7	40	116	879	806	+ 73	
Horta	-	-	-	-	-	-	-	-	6	7	130	318	283	+ 35	
Totais	1 163	2 047	95	7	11	129	130	509	442	1 148	1 958	19 547	103 183	X	
Mês anterior	868	2 272	72	3	5	113	165	440	452	1 161	1 835	19 477	X	X	
Diferenças	+ 295	- 225	+ 23	+ 4	+ 6	+ 16	- 35	+ 69	- 10	- 13	+ 133	- 70	X	X	

ANEXO C

Comando-Geral da PSP

Departamento operacional

Quadro estatístico da actividade operacional da PSP

Totais de acções em 1992-1993

Tipo de actividade	Totais		Diferença (percentagem)	Média/dia	
	1993	1992		1993	1992
Solicitações à PSP:					
Assistência 115	251 687	221 829	13,46	689,55	606,09
Queixas	122 188	121 629	0,46	334,76	332,32
Participações	228 433	231 940	- 1,51	625,84	633,72
CD/CR:					
Operações «rusga»	2 255	2 463	- 8,44	6,18	6,73
Operações «fiscalização»	3 470	3 814	- 9,02	9,51	10,42
Operações «Stop»	4 931	5 612	- 12,13	13,51	15,33
BMA	1 098	1 422	- 22,78	3,01	3,89
CI	459	1 349	- 65,97	1,26	3,69
GOE	551	789	- 30,16	1,51	2,16
Autuações:					
Trânsito/transportes	546 533	537 823	1,62	1 497,35	1 469,46
Outras	20 199	19 269	4,83	55,34	52,65
Armamento:					
Apreendido	939	988	- 4,96	2,57	2,70
Entregue	1 060	951	11,46	2,90	2,60
Detenções	22 540	18 919	19,14	61,75	51,69
Inquéritos:					
Criminalidade	79 497	79 491	0,01	217,80	217,19
Acidentes de trânsito	6 991	5 887	18,75	19,15	16,08
Viaturas:					
Recuperadas (a)	5 073	6 099	- 16,82	13,90	16,66
Apreendidas	6 144	4 884	25,80	16,83	13,34
Acidentes de trânsito:					
Totais	62 015	58 405	6,18	169,90	159,58
Feridos	23 621	24 073	- 1,88	64,72	65,77
Mortos	402	382	5,24	1,10	1,04
Taxa de álcool no sangue:					
Indivíduos controlados	63 148	50 927	24,00	173,01	139,14
TAS > 0,5 g/l (b)	4 618	4 554	1,41	12,65	12,44

(a) Percentagem em relação às viaturas desaparecidas:

1993: 76,98 %;
1992: 83,33 %.

(b) Percentagem em relação aos indivíduos controlados:

1993: 7,31 %;
1992: 8,94 %.

3 — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

I — Estrangeiros em território nacional

1 — Generalidades

Durante o ano de 1993 o SEF foi consultado em 6532 vistos de turismo, 12 005 vistos de negócios e 823 vistos de trânsito, num total de 19 350 vistos. As nacionalidades mais significativas, sob o ponto de vista de consultas ao SEF, foram a Rússia, com 3537 pedidos de vistos, a Bulgária, com 1562, a Índia, com 1509, e a República Popular da China, com 1484.

Como habitualmente, os vistos de negócios são os que representam maior peso. O número de consultas efectuadas é o mais baixo desde 1988, o que não se traduz necessariamente num abaixamento do número de estrangeiros que visitam Portugal. Na verdade, o SEF só é consultado a respeito de nacionalidades de risco em razão da segurança ou da imigração, pelo que estão à partida excluídas as nacionalidades que constituem os grandes fluxos turísticos para Portugal, os quais ou não carecem de visto ou a sua concessão é feita pelo MNE sem consulta prévia ao SEF.

Nos últimos seis anos, foi 1989 o ano em que foram efectuadas mais consultas ao SEF, com 27 822 pedidos.

Durante o ano de 1993 foram concedidos nos aeroportos internacionais portugueses 2478 vistos de trânsito, 4000 autorizações excepcionais de entrada em território nacional, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 264-B/81, de 3 de Setembro, e 48 vistos de curta duração ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 43/93, de 15 de Dezembro.

Nos postos de fronteira aérea foi, portanto, autorizada a entrada a 6526 passageiros, que se apresentaram à autoridade de fronteira sem que reunissem condições para aceder ao território nacional.

Este número contradiz as afirmações de excesso de dureza da autoridade de fronteira portuguesa, principalmente quando comparado com o número de recusas de entrada verificadas durante o mesmo período.

2 — Vistos para fixação de residência

Durante o ano de 1993 foram solicitados 4542 vistos consulares para fixação de residência.

Esperava-se um acréscimo significativo de pedidos de visto consular para fixação de residência, determinado pela entrada em vigor do novo regime jurídico sobre a entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional, mas tal expectativa gorou-se.

Na verdade, tal número é semelhante aos verificados a partir de 1990 e até inferior ao ocorrido em 1991, o que só nos pode levar a concluir que os imigrantes continuam a preferir a via clandestina para se instalarem em território nacional, ou seja, entram munidos com visto de turismo, negócios ou trânsito, não abandonando o País no termo de validade daqueles vistos.

A prática agora corrente para conseguir a legalização em território nacional consiste em solicitar ao Ministro da Administração Interna autorização de residência a título excepcional, ao abrigo do disposto no artigo 64.º do Decreto-Lei n.º 59/93, de 3 de Março, a qual só pode ser concedida nos termos da lei em casos de reconhecido interesse nacional. Pretendem transformar esta faculdade excepcional no processo anteriormente utilizado (artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 264-B/81, de 3 de Setembro), com o qual se conseguiu subverter o anterior sistema jurídico ao ponto de os pedidos a título excepcional serem consideravelmente superiores aos formulados pela via normal.

3 — Passaportes para estrangeiros

O ano de 1993, com 107 pedidos de passaporte português para estrangeiros, dos quais foram concedidos 77, representa o número mais significativo desde 1990. As nacionalidades mais representativas a solicitar aquele documento de viagem são, por ordem decrescente, a zairense, a liberiana e a ganesa.

O aumento verificado ficou a dever-se à apresentação de pedidos por candidatos a asilo durante a instrução do respectivo processo.

Os serviços de identificação de Macau remetem mensalmente ao SEF a lista dos passaportes portugueses para estrangeiros emitidos naquele território, tendo-se verificado um aumento significativo em 1993. Na verdade, foram emitidos 21 425 documentos daquele tipo, contra 18 625 em 1992, 17 180 em 1991 e 14 285 em 1990.

4 — Movimento diplomático

Em 1993 verificou-se a entrada de 695 novos diplomatas para as missões acreditadas junto de Portugal e registou-se a saída de 543 indivíduos detentores daquele estatuto.

O número global actual de diplomatas acreditados em Portugal é de 4207.

As principais causas do aumento do movimento de diplomatas serão as seguintes:

Abertura de novas representações diplomáticas;
Permanência dos diplomatas em território nacional após cessação de funções no País.

II — Asilo

O número global é o maior de sempre, com um total de 1658 pedidos, acrescido de 431 elementos dos agregados dos requerentes.

Da análise dos pedidos apresentados neste Serviço continua a verificar-se uma maioria esmagadora de casos assumidos de flagrante imigração económica, o que origina um aproveitamento indevido do estatuto de refugiado.

Realce especial merece o facto se ter agravado a possibilidade de se proceder à localização dos candidatos, logo após se ter procedido à tomada de declarações iniciais, designadamente no que concerne à efectivação das notificações de despacho ministerial.

Minimamente apoiados pela segurança social e praticamente abandonados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa — desde Junho de 1993, sem verbas para apoiar novos candidatos —, os requerentes ficam entregues a si próprios e à ajuda de alguns particulares.

Acompanhando esta situação, têm dado entrada na Divisão de Refugiados participações das autoridades informando de vários ilícitos criminais levados a efeito por grupos de candidatos a asilo. Tendo em conta os dados recolhidos, pode afirmar-se que a grande maioria dos candidatos entraram através da fronteira terrestre, sem documentos, excepção feita aos provenientes do continente africano, geralmente documentados, ainda que de forma «grosseira».

III — Imigração ilegal

1 — Expulsão

A percentagem de decisões de expulsão efectivamente executadas é bastante reduzida.

Com efeito, embora alguns tribunais determinem a prisão preventiva do expulsando, a quase totalidade daqueles limita-se à determinação da apresentação do estrangeiro em situação irregular no SEF, ainda que não tenha residência fixa em Portugal nem disponha de meios de subsistência.

Habitualmente, estes estrangeiros não fazem qualquer apresentação no SEF, abandonando o País, deslocando-se para outra área do território nacional ou assumindo outra identidade.

Por outro lado, o sistema legal vigente, no artigo 84.º do Decreto-Lei n.º 59/93, de 3 de Março, determina a detenção, por qualquer autoridade, de um estrangeiro que entre irregularmente no País e a sua apresentação ao SEF, acompanhado do respectivo auto, que o remeterá ao juiz competente para validação da detenção e eventual aplicação de medidas de coacção.

Ora, dado que o SEF não está instalado em todas as comarcas nem dispõe de instalações para detenção de pessoas nos seus órgãos regionais e serviços centrais, criam-se situações aberrantes e de grande dificuldade no que respeita à articulação com as forças de segurança e os tribunais.

Durante o ano foram expulsos de Portugal 166 cidadãos estrangeiros, 110 dos quais em resultado de pena acessória de expulsão aplicada em processo criminal, 11 processos autónomos de expulsão judicial e 45 por processos de decisão administrativa. É, porém, de notar terem sido instaurados 263 processos de expulsão administrativa durante o ano de 1993, dos quais resultaram 159 decisões de expulsão, tendo apenas sido possível dar execução a 45 destas decisões pelas razões já anteriormente referidas.

O maior número de processos de expulsão administrativa instaurados teve lugar na Direcção Regional de Lisboa, com 141 processos, ou seja cerca de 53 % da totalidade.

Das 159 decisões administrativas de expulsão, 102 foram dirigidas contra cidadãos marroquinos e 24 contra nacionais de Angola. Apenas foi possível executar cerca de 19 % das decisões proferidas contra marroquinos, pelo facto de os mesmos, habitualmente, após a apresentação em tribunal, se deslocarem para Espanha, onde alguns têm residência legal e outros vivem irregularmente.

2 — Investigação das actividades de auxílio à imigração ilegal

Para além de vários casos avulsos, cujos contornos ainda não estão devidamente definidos (caso da investigação em curso do eventual auxílio à imigração ilegal de cidadãos romenos, que uma vez em território nacional, e após formularem pedidos de asilo, tentam embarcar clandestinamente para os EUA e Canadá, investigação que ainda decorre mas com resultados por enquanto escassos), foram — e nalguns casos continuam a ser — investigadas actividades de auxílio à imigração ilegal dirigidas a cidadãos das seguintes nacionalidades:

Chineses

Investigada a actividade de um cidadão chinês regularmente residente em território nacional — professor universitário que desenvolveu trabalhos de investigação literária e histórica apoiados, nomeadamente, pela Fundação Calouste Gulbenkian e Instituto de Cultura de Língua portuguesa —, que integra uma vasta e sofisticada rede internacional de auxílio à imigração ilegal a partir da China e tendo como destino principal os EUA. Para além do apoio prestado localmente aos migrantes clandestinos nesta última etapa de atingirem os EUA (para onde embarcavam normalmente pelo Aeroporto das Lajes, munidos de documentos falsificados), foi provado o seu envolvimento na introdução em Espanha de numerosos clandestinos através do enclave espanhol de Melilla, onde chegavam vindos, com o apoio do investigado, de países da Europa Central e Oriental — principalmente Roménia e Bulgária —, via Argélia e Marrocos. Foi ainda investigada, na medida do possível, a actividade por ele desenvolvida, com o mesmo fito de auxílio à imigração ilegal, na Guiné-Bissau e Guiné Conacri e que envolve a corrupção de funcionários governamentais destes Estados.

Desta investigação resultou a detenção do referido cidadão chinês e de um cidadão espanhol, que funcionava como «passador», encontrando-se ambos na situação de prisão preventiva.

Nuns casos utilizando documentos falsificados, noutros utilizando documentos alheios, foram detectadas e investigadas situações de cidadãos chineses residentes regularmente em território nacional que tentaram obter vistos junto de representações consulares em Portugal, nomeadamente dos

Estados Unidos da América e República Federal da Alemanha.

Estas iniciativas visavam o auxílio à imigração ilegal de cidadãos seus compatriotas para quem, uma vez neles a postos os vistos, seriam enviados os documentos que lhes permitiriam viajar para aqueles países. Este *modus operandi* tira partido da regularidade da permanência em território nacional dos indivíduos que se apresentam a solicitar o visto. As diligências de recolha de prova levadas a cabo no âmbito dos inquéritos entretanto iniciados, particularmente buscas domiciliárias, vieram a permitir a apreensão de numerosa documentação. Analisada esta, surgem fortes indícios de estas pessoas terem auxiliado numerosos chineses residentes irregularmente no território de Estados europeus a beneficiar do processo de regularização extraordinária (Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro).

Brasileiros

Foram detectadas e investigadas várias situações de auxílio à imigração ilegal de cidadãs brasileiras que vinham para Portugal exercer a prostituição. Para além do auxílio à imigração clandestina, esta actividade é ainda subsumível, em termos jurídico-penais, no crime de tráfico de pessoas.

Os seus promotores, todos cidadãos nacionais, embora com fortes apoios em termos de angariação e selecção das candidatas por parte de cidadãos brasileiros instalados no Brasil, são donos de estabelecimentos de diversão nocturna nas zonas de Lisboa, Porto e Braga.

Foram detidos oito destes indivíduos, mantendo-se quatro em situação de prisão preventiva.

Um cidadão espanhol, proprietário de uma empresa de prestação de serviços, promovia a imigração ilícita de brasileiros — técnicos altamente especializados na área da informática.

Com o contingente de técnicos que reuniu prestava serviços, na referida área, a várias empresas e organismos, entre os quais se contam alguns públicos. O diferencial entre os montantes cobrados pela prestação dos serviços e os honorários pagos aos técnicos era bastante significativo e permitiu a este cidadão arrecadar avultados benefícios.

A investigação já foi dada por finda e o inquérito remetido ao DIAP/Lisboa.

O mentor de uma seita religiosa de inspiração protestante — cidadão nacional —, com profundos contactos no Brasil, tem auxiliado a imigração ilegal de cidadãos brasileiros, que coloca como trabalhadores na construção civil.

As investigações ainda prosseguem.

Russos

Um casal de cidadãos russos tem promovido a vinda para território nacional de compatriotas seus, recorrendo aos préstimos de um cidadão nacional que, fraudulentamente, abona os candidatos e presta as necessárias garantias junto do Consulado de Portugal em Moscovo, com vista à concessão dos necessários vistos.

Também neste caso as investigações ainda prosseguem.

IV — Documentos falsos

No ano de 1993, e de acordo com dados ainda não definitivos, verificaram-se, nos postos de fronteira portuguesas, 339 ocorrências com documentos falsos ou falsificados.

Com grande destaque, surgem os documentos angolanos e portugueses, sendo, porém, de notar que, regra geral, os PALOP, bem como o Zaire, detêm uma posição de realce.

Relativamente aos países comunitários, a França, surge em lugar cimeiro, logo seguida da Holanda, Reino Unido, Espanha, Bélgica, Grécia e Dinamarca, com uma média na ordem da meia dezena.

No caso concreto dos portadores de tais documentos, eles são oriundos, por ordem de grandeza, de Angola, Guiné, Cabo Verde, Portugal, Zaire e Índia. Sendo certo que é bastante difícil determinar a nacionalidade dos portadores de quaisquer documentos falsos ou falsificados, cumpre, porém, sublinhar que existem fortes suspeitas de que os portadores de documentos de viagem chineses, coreanos e japoneses sejam cidadãos chineses.

No que respeita ao tipo de documento falsificado ou contrafeito, os passaportes são alvos prioritários, seguidos, com uma larga margem, dos bilhetes de identidade e das autorizações de residência, tendo os demais documentos de viagem uma expressão muito significativa.

Em termos de fraude propriamente dita, aquele que apresenta valores mais elevados é a substituição de fotografia, quase sempre acompanhada de rasuras. Seguem-se-lhe, de imediato, vistos falsos e falsificados, o uso de documento alheio e a emissão indevida por usurpação de identidade.

As contrafacções, porque requerem o uso de tecnologia mais avançada e encargos financeiros de maior monta, registam índices menos relevantes.

Finalmente, no que concerne à origem dos voos, Angola surge com grande destaque, seguida bastante abaixo pela Guiné-Bissau, Cabo Verde, França e Itália (voos com escala em Lisboa, com destino a Luanda).

Regra geral, as situações detectadas à saída do território nacional, com bastante menor expressão que à entrada no País, têm por destino, quase sempre, os EUA e o Canadá.

Cerca de 95 % das ocorrências com documentos falsos ou falsificados registaram-se no Aeroporto de Lisboa.

V — Recusas de entrada em território nacional na fronteira aérea

1 — Recusas de entrada em território nacional

1.1 — Metodologia de recolha dos dados

Recolha e tratamento mensal, trimestral e anual dos registos das ocorrências nos postos de fronteira aérea (Lisboa, Faro, Porto, Funchal, Lajes e Ponta Delgada).

1.2 — Análise dos dados

Conforme quadros que se anexam, verifica-se um aumento acentuado, no último trimestre de 1993, das recusas de entrada, alimentado essencialmente pelas recusas verificadas no Aeroporto de Lisboa, proporcionais ao movimento de passageiros/voos.

Foram fundamento de recusa de entrada, ao abrigo da legislação em vigor, essencialmente, a ausência de meios de subsistência e a suspeita de imigração clandestina (sempre que não se provem as intenções manifestadas no tocante ao propósito, condições e duração da estada pretendida). São ainda significativas as recusas de entrada

com fundamento na ausência de documento de viagem ou visto válidos e na utilização de documento de viagem falso ou falsificado.

De acordo com o quadro II, de distribuição por nacionalidades, a nacionalidade mais representativa é a angolana, apresentando as restantes valores proporcionais não significativos.

2 — Movimento de passageiros

2.1 — Metodologia de recolha de dados

Dados recolhidos a partir do tratamento informático dos boletins de embarque/desembarque a cujo preenchimento estão obrigados todos os passageiros à excepção dos nacionais da UE, bem como os nacionais da Áustria, da Suécia, da Suíça e da Noruega. De notar ainda que tal tratamento é feito apenas no referente às entradas no País.

2.2 — Análise sucinta

O fluxo de passageiros, em decréscimo relativamente a 1992, foi mais acentuado nos meses de Abril, Julho, Agosto e Setembro.

O posto de fronteira de maior movimento (73,4 % do total) foi o do Aeroporto de Lisboa, seguido de longe pelo posto de fronteira do Aeroporto de Francisco de Sá Carneiro (Porto).

VI — Legalização extraordinária de estrangeiros

Terminou o processo de legalização extraordinária ao abrigo da disciplina do Decreto-Lei n.º 212/92, de 12 de Outubro.

Relativamente aos pedidos entrados no GTAD, foram emitidas 38 364 autorizações de residência e indeferidos 230 pedidos com fundamento em antecedentes criminais.

Por se desconhecer o respectivo paradeiro, foram notificados editalmente 5700 requerentes, que não responderam.

Encontram-se ainda pendentes 300 processos em Faro e Coimbra, a maior parte já deferidos pelo SEAMAI, a somar ao total.

Procede-se a uma investigação por suspeita de fraudes num total de 700 processos.

Ainda não existem resultados finais por nacionalidades, cujos dados estão a ser tratados informaticamente, mas a presidente do GTAD já informou que as nacionalidades que mais procuraram o processo de legalização foram a cabo-verdiana, angolana e brasileira.

VII — Sanções contra as companhias

As sanções às companhias aéreas foram instituídas pelo Decreto-Lei n.º 59/93, de 3 de Março.

O artigo 101.º do referido diploma legal prevê que as empresas transportadoras, bem como todos quantos transportem para território nacional passageiros ou tripulantes cuja entrada no país não seja autorizada fiquem sujeitos, por cada passageiro ou tripulante, à aplicação de uma coima de 200 000\$ a 250 000\$.

Até ao presente foram já registados 56 processos de contra-ordenação, pela prática, por parte de companhias aéreas, daquela infracção.

Destes 56, 26 estão já concluídos em fase administrativa:

- Arquivados — 13;
- Pagamento voluntário — 8;
- Impugnação judicial da coima aplicada administrativamente — 4;
- Decisão judicial em recurso interposto — 1.

VIII — Instalações e pessoal

Mantêm-se as considerações feitas no relatório anterior no que respeita a instalações e pessoal.

O problema do pessoal parece agora em vias de ser solucionado com a integração de pessoal da extinta GF no quadro da carreira de investigação e fiscalização do SEF; o problema das instalações agravou-se com a vinda deste pessoal, tornando-as ainda mais exíguas e dificultando o funcionamento normal dos serviços.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA



SERVICÓ DE ESTRANGEIROS
E FRONTEIRAS
DIRECÇÃO GERAL

Dados estatísticos de 1993

Residentes

Em 31 de Dezembro de 1991	113 978
Em 31 de Dezembro de 1992	(a) 123 612
1.º semestre de 1993	(a) 3 981
2.º semestre de 1993	(a) (b) 3 821
Total (1993)	(a) (b) 7 802
Total acumulado até Dezembro de 1993	(a) (b) 131 414

Nacionalidades com maiores contingentes até Dezembro de 1993 (por ordem de grandeza).

- 1.º Cabo Verde — 32 018 (a) (b);
- 2.º Brasil — 15 765 (a) (b);
- 3.º Reino Unido — 9 612 (a) (b);
- 4.º Espanha — 8 105 (a) (b);
- 5.º Angola — 7 642 (a) (b);
- 6.º Guiné-Bissau — 6 452 (a) (b);
- 7.º Alemanha — 5 781 (a) (b).

(a) Nestes números não estão incluídos os que correspondem à Direcção Regional de Faro nos anos de 1992 e 1993.
(b) Números provisórios.

Norte de África

Países	Total em 1992	Janeiro a Novembro de 1993	Total absoluto até Novembro de 1993	Números provisórios em Dezembro de 1993
Argélia	8	1	49	—
Egipto	0	1	40	—
Etiópia	0	0	4	—
Líbia	9	0	34	—
Marrocos	2	25	125	3
Mauritânia	1	1	24	—
Tunísia	6	4	24	—
Total	46	32	300	3

Nota. — Nestes números não estão incluídos os que correspondem à Direcção Regional de Faro nos anos de 1992 e 1993.

CEE

Países	Total em 1992	Janeiro a Novembro de 1993	Total absoluto até Novembro de 1993	Números provisórios em Dezembro de 1993
Alemanha	278	341	5 752	29
Bélgica	27	78	1 190	6
Dinamarca	38	21	519	1
Espanha	169	337	8 077	28
França	272	280	3 951	24
Grécia	1	7	73	—
Irlanda	11	16	260	1
Itália	105	122	1 472	10
Luxemburgo	2	3	40	—
Países Baixos	106	106	2 116	5
Reino Unido	352	324	9 588	24
Total	1 361	1 635	33 038	128

Nota. — Nestes números não estão incluídos os que correspondem à Direcção Regional de Faro nos anos de 1992 e 1993.

Leste Europeu

Países	Total em 1992	Janeiro a Novembro de 1993	Total absoluto até Novembro de 1993	Números provisórios em Dezembro de 1993
Albânia	0	0	3	—
Bulgária	44	20	216	2
República Checa	11	15	69	1
Hungria	7	5	71	—
Sérvia	19	22	121	2
Polónia	29	6	161	—
Roménia	20	30	80	1
Rússia	74	61	368	7
Croácia	1	5	6	—
Ucrânia	Não considerado.	17	17	—
Bielo-Rússia	Não considerado.	0	0	—
Bósnia	Não considerado.	61	61	4
Letónia	Não considerado.	0	0	—
Total	205	242	1 173	17

Nota. — Nestes números não estão incluídos os que correspondem à Direcção Regional de Faro nos anos de 1992 e 1993.

Médio Oriente e Turquia

Países	Total em 1992	Janeiro a Novembro de 1993	Total absoluto até Novembro de 1993	Números provisórios em Dezembro de 1993
Irão	4	4	520	—
Iraque	10	4	155	—
Israel	8	3	78	1
Jordânia	4	7	57	—
Líbano	5	2	173	1
Síria	5	— 3	64	—
Turquia	5	9	55	—
Total	41	26	1 102	2

Nota. — Nestes números não estão incluídos os que correspondem à Direcção Regional de Faro nos anos de 1992 e 1993.

PALOP e Brasil

Países	Total em 1992	Janeiro a Novembro de 1993	Total absoluto até Novembro de 1993	Números provisórios em Dezembro de 1993
Angola	830	985	7 553	89
Cabo Verde	1 386	815	31 944	74
Guiné-Bissau	1 034	597	6 401	51
Moçambique	212	178	3 751	13
São Tomé e Príncipe	362	262	2 807	19
Brasil	1 329	1 627	15 634	131
Total	5 153	4 464	68 090	377

Nota. — Nestes números não estão incluídos os que correspondem à Direcção Regional de Faro nos anos de 1992 e 1993.

MAPA IV

Vistos concedidos nos postos de fronteira em 1993

Tipo de visto	Número de concessões
Vistos de trânsito	2 478
Autorizações excepcionais de entrada	4 000
Vistos de curta duração	48
Total	6 526

Núcleo de Fronteiras

MAPA III

Movimento de passageiros nos postos de fronteira em 1993

Mês	Postos de fronteira						Total
	PF 001	PF 002	PF 003	PF 004	PF 005	PF 007	
Janeiro	24 212	1 787	3 534	3 606	410	516	34 065
Fevereiro	22 002	2 142	2 908	3 664	536	665	31 917
Março	29 847	2 934	3 008	5 500	592	513	42 394
Abril	34 645	8 046	4 443	3 651	718	551	52 054
Maió	32 616	4 023	3 580	250	846	1 662	42 977
Junho	35 680	4 303	5 315	264	1 989	1 453	49 004
Julho	46 240	6 021	7 841	885	2 394	3 267	66 648
Agosto	38 921	4 796	4 995	688	1 749	3 220	54 369
Setembro	43 303	4 599	4 892	986	867	1 102	55 749
Outubro	36 231	3 471	2 955	1 489	457	498	45 101
Novembro	23 835	867	2 297	1 282	324	274	28 879
Dezembro	25 974	1 359	3 608	1 020	510	352	32 823
Total	393 506	44 348	49 376	23 285	11 392	14 073	535 980
Percentagem	73,4	8,3	9,2	4,3	2,1	2,6	100,0

Pedidos de asilo e despachos ministeriais ocorridos em 1993

País (nacionalidade)	Pedidos de asilo		Concessões		Recusas	
	Req. s.	Ag. fam.	Req. s.	Ag. fam.	Req. s.	Ag. fam.
África do Sul	1	-	-	-	4	-
Albânia	5	-	-	-	-	-
Alemanha	(*) 1	-	-	-	-	-
Angola	312	149	-	-	35	25
Argélia	1	-	-	-	-	-
Arménia	1	-	-	-	-	-
Bangladesh	-	-	-	-	2	-
Barbados	-	-	-	-	1	-
Bielorrússia	1	-	-	-	-	-
Bósnia	14	1	-	-	-	-
Bulgária	24	1	-	-	2	1
Cabo Verde	-	-	-	-	1	-
Camarões	-	-	-	-	1	-
Cambodja	-	-	-	-	1	-
CEI/Rússia	-	-	-	-	3	-
Checa	2	-	-	-	-	-
China	-	-	1	-	2	-
Congo	-	-	-	-	1	-
Costa do Marfim	10	-	-	-	2	-
Croácia	3	3	-	-	-	-
Cuba	1	-	-	-	1	-
Eslováquia	6	-	-	-	-	-
Estónia	-	-	-	-	1	-
Etiópia	-	1	-	-	2	-
Gana	11	-	-	-	40	3
Georgia	2	-	-	-	-	-
Guiné-Bissau	2	-	1	-	1	-
Guiné-Conakry	1	-	1	-	3	-
Hungria	1	-	-	-	2	-
Índia	23	-	-	-	2	-
Irão	-	-	-	-	1	-
Iraque	-	-	1	1	1	-
Jugoslávia (Sérv.)	15	5	-	-	6	2
Kazaquistão	1	-	-	-	-	-
Libéria	21	-	22	2	7	-
Lituânia	1	-	-	-	-	-
Macedónia	-	-	-	-	-	-
Mali	3	-	-	-	1	-
Marrocos	-	-	-	-	2	-
Moçambique	-	-	-	-	4	1
Moldávia	1	-	-	-	1	-
Nepal	-	-	-	-	1	-
Nigéria	6	-	1	-	3	-
Paquistão	8	-	-	-	5	-
Peru	1	-	-	-	-	-
Polónia	17	-	-	-	6	-
Roménia	1 034	254	-	-	126	11
Rússia	23	5	-	-	1	-
São Tomé	-	1	-	-	-	-
Senegal	-	-	-	-	1	-
Serra Leoa	1	-	2	-	1	-
Somália	1	-	-	-	-	-
Sri-Lanka	-	-	3	-	-	-
Tadjiquistão	1	-	-	-	-	-
Togo	4	-	-	-	3	-
Ucrânia	12	-	-	-	1	-
URSS	-	-	-	-	3	-
Zaire	86	12	4	-	228	51
Total	1 658	431	37	3	509	94

(*) Natural de Marrocos.

Expulsões de cidadãos estrangeiros em 1993

Paises	Artigo 68.º do Decreto-Lei n.º 59/93	Artigo 76.º, alíneas a), b) e c) do Decreto-Lei n.º 59/93	Artigos 84.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 59/93	Total
Alemanha				
Angola	5	-	-	5
Argélia	12	-	13	25
Argentina	1	-	-	1
Bolívia	6	-	-	6
Brasil	6	-	-	6
Cabo Verde	3	-	-	3
Chile	27	(a) 4	3	34
China	2	-	6	8
Colômbia	1	-	-	1
Coreia	11	-	-	11
Equador	2	-	-	2
Espanha	-	-	1	1
E. U. América	11	-	-	11
França	1	-	-	1
Guiné-Bissau	1	-	-	1
Holanda	4	(a) 5	1	10
Inglaterra	3	-	-	3
Marrocos	4	-	-	4
Moçambique	-	-	19	19
Paquistão	1	-	-	1
São Tomé	-	(a) 2	-	2
Senegal	1	-	-	1
Sri-Lanka	1	-	-	1
Suíça	1	-	-	1
Venezuela	1	-	-	1
Zaire	4	-	-	4
Total	110	11	45	166

(a) Decreto-Lei n.º 264-B/81.

Processos de estrangeiros expulsos em 1993

Nacionalidade	Fundamento da expulsão											Total	
	Atentado ao pudor	Contrabando	Falsas declarações	Falsificação	Furto/furto qualificado	Homicídio	Introdução em casa alheia	Não respeito pelas leis portuguesas (Decreto-Lei n.º 264-B/81)	Não respeito pelas leis portuguesas (Decreto-Lei n.º 59/93, artigo 84.º)	Recepção	Roubo		Tráfico de estupefacientes
Alemã	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	5
Angolana	-	1	-	2	4	-	-	-	-	-	-	2	25
Americana	-	-	-	-	-	-	-	-	13	-	1	4	1
Argelina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Argentina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Belga	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	6
Boliviana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	6
Brasileira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	6
Cabo-verdiana	-	-	-	-	5	2	-	4	6	-	1	19	37
Chilena	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	1	2
Chinesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11
Cingalesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
Colombiana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Dinamarquesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	11
Equatoriana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espanhola	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Francesa	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	9	11	11
Gambiana	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Ganesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Guineense	-	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Holandesa	-	-	-	-	-	-	5	1	-	-	-	-	10
Indiana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Inglesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Iraniana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	4

Nacionalidade	Fundamento da expulsão											Total	
	Azotado ao pudor	Contrabando	Falsas declarações	Falsificação	Furtos/furto qualificado	Homicídio	Introdução em casa alheia	Não respeito pelas leis portuguesas (Decreto-Lei n.º 264-B/81)	Não respeito pelas leis portuguesas (Decreto-Lei n.º 59/93, artigo 84.º)	Receptação	Roubo		Tráfico de estupefacientes
Libanesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Marroquina	-	-	-	-	-	-	-	-	19	-	-	-	19
Moçambicana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Nigeriana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paquistanesa	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2
Peruana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santomense	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Senegalesa	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Uruguaia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venezuelana	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	4
Zairense	-	-	-	1	-	-	-	-	2	-	-	-	3
Coreana	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Sulça	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Totais	1	3	1	7	18	2	1	11	45	1	3	73	166

Processos de expulsão administrativa instaurados em 1993

Direcção Regional de Coimbra	40
Direcção Regional de Faro	5
Direcção Regional de Lisboa	141
Direcção Regional do Porto	77
Total	263

Expulsão administrativa em 1993

País	Processos instaurados	Decisões de expulsão	Expulsões executadas
Angola	62	24	13
Arménia	1	-	-
Brasil	14	6	3
Cabo Verde	26	10	6
Canadá	1	-	-
China	1	1	-
Costa do Marfim	1	-	-
Equador	1	1	1
Guiné-Bissau	8	5	1
Hungria	1	-	-
Índia	2	1	-
Irão	1	1	-
Marrocos	121	102	19
Polónia	1	-	-
Roménia	8	-	-
Senegal	1	-	-
São Tomé e Príncipe	5	3	-
Tunísia	1	-	-
Ucrânia	1	-	-
Venezuela	1	-	-
Zaire	5	5	2
Total	263	159	45

MAPA I

Recusas de entrada em território nacional durante o ano de 1993

Fundamentos	Mês / Postos de fronteira																								Total anual	Personagem		
	1.º trimestre						2.º trimestre						3.º trimestre						4.º trimestre									
	001	002	003	004	005	007	001	002	003	004	005	007	001	002	003	004	005	007	001	002	003	004	005	007				
Ausência de documento ou visto	52	5	2	-	-	-	18	29	-	-	-	67	17	1	1	-	52	7	-	-	-	189	58	3	1	-	251	15,77
Documento ou visto caducado	6	1	-	-	-	-	3	20	-	-	-	-	7	-	-	-	3	1	-	-	-	12	28	1	-	-	41	2,58
Documento falso ou falsificado	28	1	-	-	-	-	34	2	5	-	-	62	6	1	1	-	84	1	-	-	-	208	10	6	1	-	225	14,14
Utilização de documento alheio	6	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	10	1	-	-	-	27	-	-	-	-	27	1	1	-	-	29	1,82
Ausência de meios de subsistência	189	-	10	-	-	-	84	3	7	1	-	109	4	4	1	-	206	-	-	-	-	588	7	26	2	-	623	39,17
Suspeita de imigração clandestina	137	-	5	-	-	-	48	2	2	-	-	89	2	1	2	-	108	-	-	-	-	382	2	17	2	-	403	25,33
Outros	-	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	6	5	1	-	-	1	-	-	-	-	9	5	5	-	-	19	1,19
Total de recusas	418	6	19	-	-	-	190	54	14	1	-	343	42	8	5	-	464	9	18	-	-	1415	111	59	6	-	1591	100,0

MAPA II

Recusas de entrada em território nacional durante o ano de 1993

País de origem	Mês / Postos de fronteira																								Total anual				
	1.º trimestre						2.º trimestre						3.º trimestre						4.º trimestre										
	001	002	003	004	005	007	001	002	003	004	005	007	001	002	003	004	005	007	001	002	003	004	005	007					
África do Sul	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Alcmanha	-	2	-	-	-	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26
Angola	262	-	-	-	-	-	96	-	-	-	-	148	1	-	-	-	306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	813	3
Argélia	1	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	2
Argentina	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Bangladesh	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bélgica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Belize	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bolívia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bósnia Herzegovina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Brasil	63	-	13	-	-	-	28	-	-	-	-	22	1	5	2	-	38	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	181	4
Bulgária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Calvo Verde	18	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	23	1	1	-	-	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	181
Canarbes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	3
Canadá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Chile	1	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
China	1	-	-	-	-	-	-	3	5	2	-	8	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Chipre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Colômbia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24
Crócia	5	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-	1	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Congo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Coreia do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Costa do Marfim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Costa Rica	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	3	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	6	6
Cuba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Desconhecida	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	4
Dinamarca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Egipto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2

Nacionalidade do documento	Tipo de documento								Total
	Passaporte	Bilhete de identidade	A. R.	Salvo-conduto	Cédula pessoal	Cédula marítima	Título de viagem	Outros	
África do Sul	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Angola	91	7	-	6	-	-	-	-	107
Argentina	1	-	-	-	-	-	-	3	1
Brasil	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Bulgária	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Cabo Verde	17	1	1	-	-	-	-	-	19
Chile	2	-	-	-	-	-	-	-	2
China	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Coreia	6	-	-	-	-	-	-	-	6
Costa Rica	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Dinamarca	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Espanha	1	1	3	-	-	-	-	-	5
EUA	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Fantasisitas	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Filipinas	6	-	-	-	-	-	-	-	6
França	3	1	4	-	-	-	2	-	10
Gâmbia	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Grécia	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Guiné	25	1	-	-	-	-	-	2	28
Holanda	7	-	-	-	-	-	-	-	7
Hong-Kong	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Itália	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Japão	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Libéria	1	2	-	-	-	-	-	-	3
Malawi	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Mali	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Noruega	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Nigéria	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Portugal	47	19	12	-	4	-	-	2	84
Reino Unido	6	-	-	-	-	-	1	-	7
R. U. (Hong-Kong)	3	-	-	-	-	-	-	-	3
R. Dominicana	3	-	-	-	-	-	-	-	3
S. Tomé	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Senegal	3	-	-	-	-	-	-	-	3
Suécia	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Togo	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Ucrânia	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Zaire	2	10	-	-	-	-	-	-	12
Bélgica	3	-	-	-	-	1	-	-	4
<i>Total</i>	254	43	21	6	4	1	3	7	339

Nacionalidade do documento	Nacionalidade do portador																			Indeter- minada						
	Total de documentos	África do Sul	Angola	Zaire	Argentina	Roménia	Paquistão	Brasil	China	Cabo Verde	Portugal	Chile	Costa Rica	Dinamarca	Peru	República Dominicana	Guiné	Marrocos	Gana		Filipinas	Gâmbia	Indeter- minada			
África do Sul	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-			
Angola	107	-	102	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Argentina	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Bélgica	4	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Brasil	2	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Bulgária	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-			
Cabo Verde	19	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-			
Chile	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
China	2	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Hong-Kong	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Costa Rica	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Coreia	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	6			
Dinamarca	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-			
Espanha	5	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-			
EUA	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1			
«Fantasistas»	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Filipinas	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	2			
França	10	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1		
Gâmbia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Guiné	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	-	-	-	-	-	-	1		
Nacionalidade do documento	Total de documentos	Turquia	Afgan.	Irão	Índia	Gana	República Dominicana	China	Litânia	Mauritânia	Noruega	Nigéria	Angola	Portugal	Cabo Verde	Guiné	Zaire	Paquistão	Brasil	África do Sul	Reino Unido	Senegal	Tunísia	Ucrânia	Itália	Indeter- minada
Grécia	3	1	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Holanda	7	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itália	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Japão	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Libéria	3	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Malawi	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Mali	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nigéria	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Noruega	1	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5
Portugal	84	-	-	-	6	-	-	1	3	-	-	7	14	24	17	3	1	1	2	1	2	-	-	-	-	1
Reino Unido	7	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R. U. (Hong-Kong)	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R. Dominicana	3	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
São Tomé	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-	-	-
Senegal	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suécia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Togo	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ucrânia	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Zaire	12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	339																									

Nota. — Valores não definitivos.

4 — Polícia Judiciária

Apreciação da criminalidade participada à Polícia Judiciária no ano de 1993

I — Apreciação geral

Tal como tem vindo a suceder, a criminalidade total participada a esta instituição continua a diminuir. No ano de 1993 deram entrada menos 5619 processos que em igual período de 1992 e menos 7829 que em 1991, correspondentes, respectivamente, a — 6,1 % e — 8,3 %.

Esta diminuição foi devida unicamente ao decréscimo do número de crimes contra o património, já que todas as outras categorias de crimes aumentaram.

O crime mais participado à PJ voltou a ser o furto em veículos, lugar que passou a ocupar ininterruptamente desde a publicação da legislação sobre o crime de emissão de cheques sem provisão.

Os crimes praticados com violência constituíram em 1993 8,1 % da criminalidade participada e registaram uma diminuição de 3,1 % relativamente ao mesmo período de 1992.

No que às «bagatelas» se refere, representaram 36,9 % do total dos processos entrados e — 18 % que as registadas em 1992.

II — Apreciação na especialidade

A) Crimes contra as pessoas

De ressaltar, de imediato, em relação a este tipo de criminalidade, o facto de apresentar aumento, ao contrário do que há anos tem vindo a acontecer. Efectivamente, em 1993 foram participados mais 262 crimes contra as pessoas, o que representa um acréscimo de 11,2 % comparativamente com o correspondente período de tempo de 1992 e de + 6 % em relação a 1991.

Este aumento determinou que estes crimes tivessem passado a ocupar 2,7 % da criminalidade participada à PJ, enquanto nos dois últimos anos essa ocupação havia sido de 2,3 % em 1992 e de 2,4 % em 1991.

O aumento mais relevante foi encontrado nas ofensas corporais graves, com + 153 % que em 1992 e + 196 % que no ano de 1991.

Destaque também para os casos de rapto de menores, os quais, se bem que apresentem sempre números baixos, quase duplicaram nos dois últimos anos: de 9 passaram para 17.

Chamada de atenção ainda para os homicídios por negligência, que nos dão um aumento de 91,6 % relativamente a 1992 e de 40,8 % em relação a 1991. Uma vez que os casos derivados de acidentes de viação constituíram unicamente 30,1 %, somos de opinião que, mais uma vez, o aumento das participações dos homicídios por negligência é devido, por certo, à apresentação de queixa por actos de negligência médica, aos quais os meios de comunicação social têm vindo a dar bastante ênfase e, portanto, a contribuir para a sua multiplicação.

Os homicídios dolosos (consumados e tentados), ao contrário do que se verificou no ano passado, registaram um ligeiro acréscimo (+ 3,4 %), o qual se manifestou no âmbito dos crimes tentados, já que os consumados diminuíram um pouco em relação a 1992 (— 2,1 %) e bastante em comparação com o ano de 1991 (— 14,7 %). De recordar que no ano passado foi encontrada uma diminuição (— 11,9 %) nos homicídios consumados.

Quanto aos crimes de abuso de liberdade de imprensa, que em 1992 cresceram bastante (+ 60 %), continuam a manifestar tendência para serem encontrados números relativamente elevados, pois aumentaram 3,4 % em 1993.

Embora sem possibilidade de estabelecer comparações, já que estatisticamente apenas foi autonomizado no corrente ano, não deixaremos de salientar o caso dos crimes de rapto e de sequestro, com 82 participações.

B) Crimes contra valores e interesses da vida em sociedade

Estes crimes, ao contrário do que sucedeu em igual período do ano passado, registaram um acréscimo (+ 8,7 %) relativamente a 1992, ultrapassando os valores que haviam sido encontrados em 1991 (mais 260 processos).

Em termos de ocupação percentual do total de criminalidade participada, os crimes contra valores e interesses da vida em sociedade ocuparam 14,7 % (em 1992 haviam sido 12,7 %).

O acréscimo mais significativo foi encontrado na moeda falsa, com + 122,1 % (correspondente a 1879 processos entrados) que em 1992 e + 262,4 % que em 1991. De referir que este número é já maior do que qualquer dos totais anuais dos últimos 10 anos (o *record* havia sido encontrado em 1985, com 1661).

O tráfico e a viciação de veículos mantém a tendência para o aumento, já registada anteriormente: em 1993 cresceu 12,4 %, percentagem inferior à que foi encontrada no mesmo período do ano passado (22,5 %).

Grande acréscimo também para a falsificação de cartas de condução, que de 11 processos em 1992 passaram no presente ano para 170 (+ 1445,5 %).

Aumento muito significativo ainda dos crimes com utilização de engenho explosivo, os quais, depois de terem diminuído substancialmente de 1991 para 1992, registaram no corrente ano um número superior ao de 1991. Assim, em 1991 tivemos 41 processos, no mesmo período de 1992, 24 e este ano, 50.

De igual modo, e embora com números ainda escassos, o crime de associação criminosa apresenta tendência para crescer: + 47,1 % (correspondente a 25 processos neste ano, contra 17 do ano passado). Este número é, aliás, maior do que qualquer dos totais anuais dos últimos 10 anos.

Também a aumentar, e como era expectável, encontramos o tráfico de estupefacientes: + 14,7 % (percentagem no entanto inferior à registada em idêntico período de 1992, que fora de + 23,4 %).

No tocante aos crimes que registaram diminuição, começaremos por aludir, pela sua importância, ao fogo posto, que revelou decréscimo em todos os tipos. Assim, tivemos — 9,3 % nos florestais, — 1,8 % nos urbanos e — 41,4 % nos fogos em searas. Recorde-se que em 1992 o fogo posto havia aumentado, com + 19,8 % no florestal e + 8,7 % no urbano.

Muito significativo é também o decréscimo das viciações de cheques e de vales, com, respectivamente, — 26 % e — 62,2 %. De salientar que estes tipos de crimes (que estatisticamente apenas foram tratados desde 1991, pelo que não é possível estabelecer comparações anteriores a esse ano) têm vindo sempre a diminuir: de 1991 para 1992, a viciação de cheques teve — 58,7 % e a de vales — 16 %.

Com tendência para a diminuição encontramos as violações, com — 2,6 %. Esta tendência é inversa daquela que este tipo de crimes vinha a manifestar: de 1991 para igual período de 1992 havia revelado uma diferença de + 15,7 %.

C) Crimes contra o património

Como é sabido, são os crimes contra o património os que ocupam maior percentagem na criminalidade participada. No período de tempo ora em análise, a aludida percentagem foi de 81,2 %, que é relativamente inferior à que foi observada no mesmo período dos anos anteriores: em 1991 fora 83,3 % e em 1992, 84 %.

Em 1993, o total dos crimes contra o património registou uma diminuição significativa: — 9,1 %, a maior até agora encontrada nos últimos dez anos. A responsabilidade por este decréscimo ficou a dever-se, novamente, à diminuição das denúncias pelo crime de emissão de cheques sem provisão, se bem que no presente período tenhamos também a responsabilidade concorrencial da diminuição dos furtos.

De facto, a globalidade do número de furtos participados à PJ em 1993 baixou 9 % comparativamente com o período de 1992.

Procedendo à análise por tipos de furtos, constata-se que o decréscimo mais relevante se manifestou no âmbito do furto em veículos, com — 16,3 % que em 1992 e — 11,9 % que em 1991. Recorde-se, porém, que tal como já se disse, este continua a ser o crime mais participado.

Também os furtos em residências revelaram tendência para a diminuição, contrariamente ao que sucedera no período de tempo paralelo de 1992. De facto, no corrente ano cifraram-se em — 7,3 % relativamente a 1992, enquanto nesse ano cresceram 22,2 % comparativamente com 1991.

Evolução semelhante, se bem que com menor amplitude, ofereceram-nos os furtos de veículos, com uma diminuição de 13,1 % relativamente aos 12 meses em apreciação de 1992, os quais, por seu turno, tinham manifestado um acréscimo de 10,5 % em relação a 1991.

Quanto aos assaltos, encontramos também uma diminuição bastante acentuada. Na totalidade, foram — 56 % que em 1992 e — 15,4 % que em 1991. A análise por tipo de assalto mostra-nos que as baixas mais acentuadas tiveram lugar nos assaltos a bancos (— 40 %) e nos «outros assaltos à mão armada» (— 62,3 %).

De salientar, porém, que nem todos os tipos de assalto diminuíram; de facto, os assaltos às estações de correio, se bem que hajam sido unicamente 22, constituem um enorme acréscimo relativamente aos anos anteriores; pois em 1991 tiveram lugar apenas 6 e nenhum em 1992.

Ainda a descer detectamos as burlas, que confirmam a tendência que se tem vindo a manifestar há algum tempo, de 1992 para este ano a diminuição foi de 6,2 % e de 1991 para este período de 1993 de — 19,5 %.

Também a baixar encontramos as entradas de «desvio de subsídios», com — 17,3 % que em igual período de 1992, embora este número seja mais elevado que o de 1991 (+ 24,6 %).

Finalmente, referência para a diminuição das entradas dos crimes por emissão de cheques sem provisão, que continuam a ser acentuadas: — 16,4 % que em 1992 e — 41,8 % que em 1991.

Mas nem todos os crimes contra o património decresceram. Alguns houve que pelos aumentos expressos merecem reflexão.

É o caso dos furtos praticados em locais não residenciais, que se elevaram 8 % em relação a 1992 e 40,1 % relativamente a 1991.

É ainda o que sucedeu com os roubos que desde 1991 têm vindo a crescer: os números deste ano representam + 5,9 % que os de 1992 e + 30 % que os de 1991.

Também os danos nos dão um aumento bastante relevante: + 56,3 % que no período em análise de 1992 e + 98,6 % que nesse lapso de tempo de 1991.

De igual modo as fraudes contra o Estado aumentaram consideravelmente de 1992 para o corrente ano: + 146,7 % (correspondentes à passagem de 15 para 37 processos).

Referência também para as fraudes com dimensão internacional, que no ano passado registaram 1 só processo, mas que em 1993 revelaram 8.

Finalmente, e mais uma vez, chamamos a atenção para o aumento dos furtos de obras de arte e dos furtos em locais de culto que, no conjunto, aumentaram 37,7 % comparativamente com o período de tempo paralelo de 1992.

D) Crimes contra o Estado

Como é natural, foram estes os crimes que ocuparam menor percentagem na criminalidade participada à PJ: 1,3 %, se bem que em número de entradas, e contrariamente ao que tem vindo a suceder, haja sido registado um aumento de 15,3 % relativamente a 1992 e de 6,3 a 1991.

Quer em termos de importância, quer de números de entradas, um dos crimes contra o Estado mais relevantes é a corrupção, que tem vindo a aumentar regularmente: no período de tempo em análise, foi encontrado um aumento de 39,2 % relativamente a igual período de 1992 e de + 89,3 % em relação a 1991.

Considerações sobre a criminalidade participada à Polícia Judiciária no ano de 1993

Os números fornecidos através do «Mapa comparativo de processos entrados em todos os departamentos nos anos de 1991 a 1993» põem a claro alguns indicadores interessantes sobre o movimento da criminalidade, merecendo, no entanto, quanto às conclusões, alguma prudência. É que se trata de números globais que abrangem todo o território nacional e, por essa razão, escamoteiam particularismos, iludem especificidades, omitem pela sua própria natureza qualquer informação sobre vítimas, arguidos e condicionantes externas e internas do acto criminoso.

No que respeita à metodologia seguida para esta breve reflexão, tendo em conta a apreciação analítica já apresentada, optamos por uma via interpretativa de alguns indicadores, correlacionando-os em função de problemas que julgamos centrais no actual momento do fenómeno criminal português. É por isso que, sublinhando o carácter provisório das conclusões que adiante expomos (e que ulterior informação mais específica poderá aprofundar e confirmar), privilegiamos uma «leitura policial» dos presentes resultados com prejuízo da sua «leitura jurídica». Isto é, avançamos com a preocupação de captar as linhas mestras que articulam o movimento criminal, utilizando a tipificação penal como sinais topográficos da discussão.

Os problemas centrais

A leitura diacrónica da criminalidade participada aos departamentos da Polícia Judiciária entre 1991 e 1993 aponta, na sua essência, nos seguintes sentidos:

- A) O conjunto de infracções penais que tradicionalmente constituem o maior volume de participações, nomeadamente as ofensas corporais simples, furto em e de veículos, furtos simples e

qualificados e cheques sem provisão, revela alguma estabilidade com ligeiras tendências para decrescer;

- B) Nos crimes contra as pessoas, naqueles que incorporam grandes cargas de violência, regista-se um ligeiro aumento (muito embora haja um decréscimo dos homicídios consumados), que, como veremos, associados a outros indicadores estatísticos sinalizam expectativas preocupantes de evolução;
- C) O tráfico de estupefacientes continua em aceleração, tendo no ano findo ultrapassado pela primeira vez a fasquia das 3000 participações. Por outro lado, a redução do número de casos de consumo de narcóticos não deverá corresponder à diminuição do grupo de toxicod dependentes, mas tão-só ao facto de a Polícia Judiciária se assumir cada vez mais como entidade especialmente vocacionada no combate ao tráfico;
- D) No universo das actividades criminosas que podemos classificar de económico-financeiras constata-se uma contradição e, por outro lado, prospectiva-se uma preocupação.

Os crimes de burla e de abuso de confiança apresentam uma evolução oposta e, por outro lado, é preocupante o aumento de crimes que implicam o recurso a metodologias sofisticadas, a suportes tecnológicos complexos e que indiciam formas de actuação que prenunciam o crescimento do crime organizado.

Devemos ainda assinalar o registo, muito embora com valores insignificantes, da ocorrência de crimes com recurso ou através da informática, que, segundo cremos, são as primeiras esporulações de comportamentos criminosos que indiciam o início de uma nova idade na história da criminalidade;

- E) A sequência decrescente das participações de fogo posto não é, por si, passível de interpretações optimistas enquanto não existirem informações que confirmem a extensão dos danos provocados, a natureza da intenção dolosa e se estamos perante atitudes individuais ou se resultam da actividade de organizações criminosas.

Este feixe de problemas permite a seguinte conclusão: muito embora, em termos absolutos, o movimento criminal participado à Polícia Judiciária tenha decrescido 4 % em relação ao ano de 1992, tal facto apenas se deve ao ligeiro abrandamento da pequena criminalidade, devendo notar-se que as actuações criminosas de maior violência e aquelas que incorporam níveis de complexização elevados aumentaram e confirmaram tendências que vinham a notar-se em anos anteriores.

A) Os grandes números da criminalidade participada

A leitura simplista do conjunto de crimes ocorridos no triénio em apreço continua a eleger o furto qualificado (28,7 % do total), os cheques sem provisão (18,9 %), o furto de/em veículos (8,7 % — não incluímos os registados como PDs), o furto de esticção (7,8 %) e mais um pacote de crimes de pouca dignidade penal, como danos, ofensas corporais simples, difamação e injúrias, ameaças, consumo de estupefacientes, furto simples, de coisa acessível, de carteiristas (não incluímos os PDs) em supermer-

cados (10, 3 % no conjunto) que representam 74,4 % do valor total das ocorrências participadas nos departamentos da Polícia Judiciária.

O valor, só por si, é revelador dos meios humanos e técnicos que a Polícia Judiciária tem de mobilizar para responder a este tipo de criminalidade. Vejamos, resumidamente, a evolução de alguns destes crimes.

A.1 — O furto qualificado

Em relação aos anos anteriores, este crime, que continuou a privilegiar estabelecimentos comerciais e residências, manteve a tendência para aumentar em números absolutos, muito embora a reactualização do programa informático de 1993 o subdivida nas suas várias formas. Este acto técnico será útil quando houver melhor informação sobre as vítimas, o perfil dos agressores e sobre as condições em que ocorreram os furtos. Porém, nesta fase, devemos sublinhar o facto de a evolução mostrar que no período de três anos se passou de 16 199 para 19 960, o que representa um aumento de 23 %.

A.2 — O furto por esticção

Em 1992, este crime aumentou cerca de 22,7 % em relação ao ano anterior, passando de 4776 ocorrências para 5436. No decurso de 1993, o número apresentado pela informática dá-nos conta de 5398 participações, menos 38 que em relação ao ano transacto. Tal diminuição, pela sua fraca expressão, obriga-nos a concluir que se mantém estacionário em níveis muito elevados este tipo de crime.

A.3 — Cheques sem provisão

A queda acentuada deste ilícito penal, que caiu 19,6 % em relação a 1992, contribui de forma determinante para abaixamento dos valores da criminalidade em 1993. Esta tendência, que se mantém desde 1992, sendo a descida para o triénio de 28,3 %, deve ser entendida à luz das modificações introduzidas na lei do cheque e, por outro lado, ainda que nada saibamos neste momento sobre esta hipótese é de admitir que as cautelas acrescidas que rodeiam a aceitação destes títulos de pagamento devam contribuir para a redução. Para esta redução contribui igualmente a generalização dos meios automáticos de pagamento e dos cartões de crédito.

A.4 — Furto de/em veículos

Não integramos neste item os PDs. Devemos, no entanto, assinalar que a situação é semelhante àquela que referimos para os furtos de esticção. O ligeiro abrandamento registado não é suficiente para reconduzir estes crimes para os níveis que se registavam em 1991. O furto em veículos teve uma diminuição de 10 unidades, enquanto o furto de veículos caiu de 5680 em 1992 para 5056 no ano transacto. No entanto, se incluirmos os PDs, particularmente no furto em veículos, a situação é bastante mais animadora, constatando-se que de 1991 a 1993 desceu cerca de 25 %.

A.5 — Consumo de estupefacientes

As ocorrências de consumo de estupefacientes decresceu significativamente ao longo destes três anos considerados. Diminuiu 4,2 % de 1991 para 1992 e 20,4 % deste ano para 1993.

Porém, é preciso grande prudência na aceitação destes números. O seu abaixamento progressivo não deverá traduzir, ao nível das práticas do consumo de narcóticos, um real decréscimo.

Pensamos que estes números devem ser lidos à luz das alterações qualitativas que se têm vindo a registar na natureza das funções e objectivos perseguidos pela *Polícia Judiciária ao longo dos últimos anos*, dando prioridade ao combate ao tráfico em detrimento de uma política repressiva junto dos consumidores.

Só o cotejo destes números com os provenientes de outros organismos policiais e instituições de controlo e combate à droga permitirão concluir se o consumo de estupefacientes está ou não a diminuir em termos globais nacionais.

B) Maior violência da criminalidade violenta

Ao nível da representação social da violência e mesmo da sua objectivação na consumação de actos criminosos, sabemos que o quadro jurídico-penal que define os crimes contra as pessoas engloba variedades tipológicas que são substancialmente diferentes.

Isto é, um crime de difamação ou de injúrias não integra o mesmo nível de violência, ou seja, de agressividade objectiva numa acção contra alguém, que o crime de homicídio ou de violação. Por isso, compulsamos para esta breve análise diversos indicadores que se encontram dispersos no «Mapa comparativo».

Em primeiro lugar, deve notar-se o aumento de crimes com emprego de engenhos explosivos. A opção por este instrumento de agressão surge tradicionalmente associada a actos terroristas e a acções criminosas de grande violência que provocam grande alarme social. Depois de ter baixado, de 1991 para 1992, em número de 17, o número de crimes com a utilização de explosivos, no ano de 1993, subiu para mais do dobro em relação ao ano transacto, isto é, passou de 24 para 50 ocorrências.

Esta evolução é correlata do tráfico de armas de fogo proibidas, que passou de 15 para 21 participações.

Estes números parecem irrisórios comparados com o grande volume de participações em outras tipificações penais. Mas qualitativamente têm um valor que os excede.

Senão vejamos: muito embora não tenhamos por enquanto informação sobre o tipo de actuação e os objectivos das associações criminosas que foram registadas, sabemos que houve um aumento preocupante. Em 1991 existiam 15, em 1992 conheceram-se 17, para agora sabermos que existem (ou existiram) 25.

A complexidade do movimento criminal que se regista em toda a Europa leva-nos a levantar a hipótese de que estas associações criminosas desenvolvem a sua actividade no campo do tráfico de estupefacientes, infracções económico-financeiras contra indivíduos, pessoas colectivas e contra o Estado e em crimes de roubo a instituições de crédito.

É fundamental um estudo sobre as associações criminosas, que com os dados disponíveis ainda não é possível, mas estamos em crer que para além da interconexão entre o leque variado dos crimes referidos também devem estar associados alguns dos crimes de rapto e sequestro (que conjuntamente como rapto de menores ascenderam a 99 casos), pese o facto de a maioria destas acções continuar a ser de iniciativa individual, muitas vezes ditadas pelas relações afectivas entre ofendidos e vítimas.

Devemos ainda registar como um sinal a ter em conta sobre o crescimento da violência, no quadro da reflexão

que temos vindo a desenvolver, o aumento dos crimes de extorsão, que se encontravam estabilizados em 1991 e 1992 com 44 e 45 crimes, respectivamente, e saltaram brusca-mente para 54 em 1993.

Numa outra ordem de ideias, é de assinalar a estabilização dos homicídios consumados (290 em 1992 contra 284 em 1993), mas também relevar o aumento das outras tipificações penais do homicídio, nomeadamente da tentativa, que no conjunto subiu de 155 ocorrências em 1992 para 192 no ano que terminou. Note-se, no entanto, que estes valores absolutos não permitem outro tipo de interpretações, porque não sabemos que motivações desencadearam estas manifestações criminosas. É importante saber, para a compreensão da violência, das circunstâncias que envolveram a ocorrência dos homicídios consumados ou tentados. Não sabemos se resultaram da consequência de outros actos criminosos, nomeadamente de assaltos à mão armada ou de violações, ou se estamos perante crimes passionais ou motivados por circunstâncias decorrentes de rixas, embriaguês ou outras, o que, como se pode depreender, altera significativamente a qualificação da raiz violenta que determina o homicídio.

Correlato deste fenómeno, devemos assinalar o aumento significativo das ofensas corporais graves. A evolução no triénio é a seguinte: 53 — 62 — 157. Tais quantidades mostram que a Polícia Judiciária teve mais conhecimento de crimes deste tipo em 1993 que no conjunto dos dois anos anteriores.

Uma palavra para os crimes sexuais. Chegou ao conhecimento da Polícia Judiciária a existência de 151 casos de violação, menos quatro que em 1992. A redução é pouco significativa (desceu 2,6 %); porém, se lhe associarmos as participações catalogadas como «Outros crimes sexuais» — que diminuíram para valores abaixo dos registados nos dois anos anteriores (42 casos conhecidos contra 52 em 1992 e 48 em 1991) —, podemos com alguma prudência afirmar que existem alguns sinais de retracção dos crimes sexuais.

Finalmente, e ainda reflectindo sobre a criminalidade mais violenta, é de registar que os assaltos à mão armada, que de 1991 para 1992 sofreram um salto preocupante (passaram de 345 para 682 ocorrências), baixaram ligeiramente em relação a 1993, com menos 61 casos, ou seja, 9,8 %, registando-se neste caso um indicador positivo que foi a descida de ataques armados contra instituições de crédito e do Estado (bancos, correios e finanças). Embora o «Mapa comparativo» não nos forneça termos de comparação, assinala-se que no decurso do ano transacto se verificaram 157 roubos a postos de abastecimento de combustível. Como se vê pelos dados disponíveis, e ainda que seja necessário a confirmação de muitas das questões levantadas com informação sucedânea, tudo indicia que estamos perante formas mais complexas de criminalidade violenta. Muito embora a sua tradução em termos absolutos não represente subidas em flecha e alarmantes, é perceptível a emergência de comportamentos ilícitos, ainda que com números reduzidos, que em conjunto nos dão indicações de que as acções de maior violência e mais perturbadoras da paz pública tendem a ganhar formas organizadas e de interesses diversificados, onde devemos ter em conta a evolução do rapto, do sequestro e da extorsão. Por outro lado, se tivermos em linha de conta o que se verifica em países com níveis de criminalidade maiores do que os nossos, como mera hipótese analógica, devemos avançar a ideia de que cada vez mais esta cri-

minalidade violenta poderá estar associada a outros fenómenos criminosos, nomeadamente ao tráfico de estupefacientes e às infracções económico-financeiras.

C) O tráfico de estupefacientes

Como já afirmámos, no decurso de 1993, as participações de tráfico de estupefacientes ultrapassaram a fasquia dos 3000 casos, representando um acréscimo de 14,7 % em relação a 1992. Porém, se tivermos em consideração a evolução ao longo do triénio considerado, houve um aumento de 41,6 %. São valores absolutos que merecem preocupação. Todavia, é necessário confirmar como evoluiu o volume do produto traficado, das interrupções do circuito de passagem de narcóticos por intervenção das autoridades policiais, dos países a montante e a jusante, da natureza dos estupefacientes em trânsito, da nacionalidade dos traficantes, para se compreender o carácter nacional ou transnacional do fenómeno.

De qualquer forma, é dos crimes que, pelas suas consequências sociais, registamos como integrando o conjunto que exige maior atenção e inscreve maiores preocupações já que o aumento registado é particularmente significativo.

D) As infracções económico-financeiras

Pensamos que das indicações fornecidas pelo «Mapa comparativo» são aquelas que se reportam aos crimes que genericamente podemos definir de económico-financeiros as que integram maior carga de sinais de preocupação e alarme. Para compreendermos esta afirmação não devemos considerar os resultados de maneira redutora, do tipo este crime baixou, aquele cresceu, mas percebendo que o cruzamento da informação produzida é fundamental, para além de termos de ponderar sobre certas manifestações criminosas que em termos absolutos são insignificantes, mas que funcionam como sinais entrópicos que não podem ser desprezados. Mais do que em qualquer outro campo de análise de resultados, para percebermos o que se está a passar é urgente não dar credibilidade definitiva a evoluções pontuais que conduzem a generalizações que nos podem encaminhar para conclusões precipitadas. Por isso, que com a cautela que temos vindo a frisar para análise desta produção estatística devido à pobreza da informação incorporada, avancemos a seguinte reflexão:

D.1 — Burlas e abusos de confiança

Confirma-se a diminuição dos crimes de burla. De 1992 para 1993 baixaram 27,3 % e para o conjunto do triénio o decréscimo destas ocorrências foi de 43 %. Porém, o crime de abuso de confiança evoluiu no sentido inverso. Se no primeiro intervalo do conjunto dos três anos subiu 8,8 %, de 1992 para 1993 o acréscimo é mais 2 %, o que determina um aumento de perto de 11 % para o conjunto dos anos em apreço. No que respeita a este crime, a informação estatística permite-nos perceber que no ano findo, para um conjunto de 211 abusos de confiança, 135 casos são de um valor patrimonial superior a 300 contos.

D.2 — A complexidade do crime económico-financeiro

Ainda que não tenhamos informações sobre os valores patrimoniais em questão, devemos, com os dados disponíveis, matriciar alguns vectores centrais daquilo que pensa-

mos ser a possível evolução do crime económico-financeiro e que o «Mapa comparativo» dá indicações que não devem ser desprezadas. Se pensarmos em algumas características da economia portuguesa, nomeadamente a intensa circulação de capitais móveis e a grande abertura ao exterior, para além da internacionalização dos mercados e dos investimentos decorrentes da União Europeia e não esquecermos que o desenvolvimento do fenómeno criminal é indissociável dos estádios de desenvolvimento da economia, não admira que se conclua que os delitos económico-financeiros tendem a ganhar maior complexização, uma abrangência transnacional e, simultaneamente, a mobilizar meios humanos tecnicamente apetrechados e a recorrer às modernas tecnologias para garantir os objectivos perseguidos.

Tendo como referência este esboço de modelo teórico, olhemos para o «Mapa comparativo».

Em primeiro lugar, tal como afirmámos quando expusemos os problemas da criminalidade violenta, estamos em crer que a evolução positiva das associações criminosas participadas, ou conhecidas durante o ano de 1993, se não devem ser dissociadas dos crimes violentos e do tráfico de estupefacientes, não serão estranhas ao desenvolvimento das infracções económico-financeiras. E mesmo não sendo possível estabelecer conexões fundamentadas entre as diversas rubricas inscritas nos mapas, atentemos às seguintes indicações:

Desde 1991 as falsificações cresceram 8 %, a falsificação de cunhos, selos e chancelas triplicou, passando de 10 para 27, a destruição, danificação e furto de documentos aumentaram 46,8 % e o desvio de subsídios oscilou com 71 casos em 1991 para 110 em 1992 e 91 em 1993. Assinala-se que os casos de corrupção sofreram um aumento de 62,7 %, as fraudes contra o Estado dispararam de tal forma que se registaram mais participações este ano do que no somatório dos anos anteriores. Ao mesmo tempo o crime de moeda falsa subiu em flecha, com 1879 situações denunciadas no último ano, mais 122,1 % do que no ano anterior e superior ao dobro da soma dos últimos dois anos. A falsificação de títulos de crédito aumentou 20 % em relação a 1992. As burlas através da informática também saíram do anonimato (zero valores em 1991 para dois em 1992 e nove em 1993) e, finalmente, as fraudes com dimensão internacional, sem expressão em anos anteriores (três casos num ano e um noutra), passaram para oito em 1993 e regista-se pela primeira vez o crime de branqueamento de capitais.

Diga-se desde já que não se devem subestimar os baixos valores fixados para as burlas através da informática e para a classificação com dimensão internacional. Este tipo de crime vulgarmente está associado a movimentos financeiros de grande porte e lesando múltiplos interesses, sendo exemplo, e somente pelo que se conhece dos jornais, que poderá envolver milhões de contos.

A experiência policial e a história criminal mostram que este longo conjunto de indicadores que aqui enumeramos integram, no todo ou em parte, actos criminosos de natureza económica e financeira extraordinariamente complexos, constituindo-se muitos destes crimes como meros elementos integrantes dessas acções criminosas, devidamente organizadas e superiormente dirigidas. Assim, e face à impossibilidade de retirarmos outras conclusões do «Mapa comparativo», devemos considerar as evoluções quantificadas que levantamos como entidades criminais autónomas, mas não podemos deixar de ter em conta que é excessiva a convergência de aumentos de participações nesta área

para que não se admita como hipótese a merecer estudo cuidado, mas célere, o facto de podermos estar perante manifestações de crimes complexos que foram cometidos ou que estão em curso no campo das infracções económico-financeiras. E se pensarmos, como já se vê dos resultados estatísticos, que estes fenómenos criminais não põem só em causa os bens de cidadãos ou instituições particulares mas também já atingem o próprio Estado, então, estamos em condições de concluir que se impõe o estudo aprofundado deste fenómeno por forma a compreendê-lo em toda a sua extensão e a conseguir criar as condições de especialização técnica e eficácia policial para lhe fazer frente.

E) Fogo posto

Esta rubrica é das registadas no «Mapa comparativo» aquela onde os resultados se apresentam aparentemente mais optimistas. Na verdade, ao longo do triénio baixaram os números absolutos de fogo posto urbano e rural.

O fogo posto urbano é a ocorrência que menos bons resultados apresenta. Subiu de 889 ocorrências em 1991 para 966 em 1992, tendo descido 1,8 % no ano que terminou, sugerindo a ideia de alguma estabilidade. No entanto, nos campos a situação é bem melhor. Os fogos postos em searas têm decrescido significativamente, com diminuições de 42,1 % de 1991 para 1992 e de 41,4 % em 1993. No que respeita ao fogo posto em florestas, depois de um aumento de 19,8 % do 1.º para o 2.º ano triénio, em 1993 caiu 9,3 %.

Ainda é cedo para reflectir sobre estes dados, havendo a necessidade de saber a extensão dos danos causados, da natureza das acções criminosas (se resultaram de iniciativas individuais ou de acções de grupos organizados e com fins lucrativos), para além de tentar compreender até que ponto a prevenção contra incêndios contribuiu para esta desaceleração.

F) Outras participações com interesse policial

F.1 — Crimes contra o património cultural

Chamamos a atenção para o facto de não abrandar o conjunto de crimes contra o património cultural. O furto de obras de arte e bens de culto subiram para 93 ocorrências em 1993, depois de os 81 casos de 1991 terem baixado para 78 em 1992. Este aumento de cerca de 19 % não deve ser dissociado de acréscimo preocupante de furtos ocorridos em locais destinados ao culto que apresentaram uma subida de 89,3 %. Se tivermos em conta que nas igrejas se encontram preciosidades da cultura sacra, e mesmo da cultura secularizada e laica, que no seu conjunto são um espólio de incalculável valor patrimonial, então os números revelados deverão merecer uma atenção especial.

Registe-se ainda, neste quadro, as informatizações dos crimes contra os direitos de autor, havendo 12 infracções a registar no ano findo.

F.2 — Crimes contra a família

A reorganização da informação informática da Polícia Judiciária alterou os parâmetros de classificação destes crimes surgindo os resultados de 1993 com maior diferenciação do que nos anos anteriores.

Porém, são vagos e imprecisos. Se parecem ter baixado o número de participações, o facto de classificados como

«Outros contra a família» aparecerem 52 % das ocorrências não permite extrair grandes ilações. Assinale-se, no entanto, de que a comunicação mais vulgar que entrou na Polícia Judiciária foi a denúncia de omissão de assistência à família com 37 casos.

F. 3 — Crimes contra a vida

Pelas peculiaridades que integram, resolvemos individualizar os crimes de infanticídio, de aborto e de envenenamento.

Os dados sobre o infanticídio são ambíguos. Registaram 12 casos em 1991, nenhuma ocorrência em 1992 e 8 em 1993.

No que respeita aos crimes de envenenamento assiste-se a um decréscimo que se fixou em 1993 na ordem dos 13,6 %.

Ao contrário das situações anteriores, o aborto continua a crescer, embora os valores absolutos não sejam significativos — 24 casos em 1991, 26 em 1992 e 29 em 1993.

Para qualquer das situações expostas é preciso informação complementar que permita extrair conclusões de rigor sobre a natureza e quantidade destes ilícitos penais.

F. 4 — Algumas falsificações autónomas

Chamamos a atenção para alguns conjuntos de participações entrados nos departamentos da Polícia Judiciária e que respeitam a falsificações de documentos que funcionam com autonomia própria e finalidades específicas.

Assim, no que respeita às falsificações das cartas de condução, devemos chamar a atenção para o inusitado aumento que ocorreu em 1993. Na verdade, as 170 ocorrências quase duplicam o somatório dos dois anos anteriores, 88 e 11, respectivamente.

Por outro lado, decresceram significativamente as comunicações de viciação de vales de correio e de cheques. No primeiro caso as quebras para o triénio são na ordem dos 74 %, enquanto os cheques diminuíram perto de 80 %.

Conclusões

Como se viu, ainda que de forma esquemática e sumariada porque a ausência de outros suportes documentais não permite desenvolvimentos e juízos seguros, os números das comunicações participadas a todos os departamentos da Polícia Judiciária representam uma fracção da criminalidade conhecida a nível nacional mas cujo acervo de informação já proporciona algumas reflexões sobre o que foi o «ano criminal» de 1993.

Na verdade, a redução de cerca de 4 % dos valores absolutos participados não é de forma a construir expectativas optimistas quanto ao futuro. Pelo contrário, esta primeira abordagem — que informações específicas dos diversos departamentos permitirão aprofundar — prospectivas a consolidação e a possibilidade de aumento da criminalidade violenta, deixa indicadores preocupantes sobre a evolução do tráfico de estupefacientes devido à sua persistência e valores dos ritmos de crescimento, e, finalmente, faz emergir um conjunto diferenciado de ilícitos penais que sugerem a complexização das infracções económico-financeiras. É ainda de revelar o facto de se poder começar a compreender a alteração qualitativa de certos comportamen-

tos criminosos que no desenvolvimento dos seus objectivos estratégicos se tornam numa ameaça às próprias estruturas do Estado. Se pensarmos o movimento criminal em termos diacrónicos, logo se constatará que se há décadas atrás foram privilegiadas actuações violentas contra o aparelho económico e político-administrativo (recorde-se a actuação das FP 25), actualmente é através do crime económico e financeiro que se instalam as ameaças, pressuando outros autores, outros projectos e outras formas de organização.

Se nos é permitida uma opinião pessoal, devemos dizer que os números que agora chegam sistematizados ao nosso conhecimento devem ser considerados como um bem a ter em conta. É que, a serem confirmados por informações mais específicas, representam um momento de viragem da actividade criminal em Portugal no que respeita aos ilícitos de maior gravidade jurídico-penal e para o combate aos quais a Polícia Judiciária está particularmente vocacionada. Por isso pensamos que devem ser encarados como uma preocupação mas também como um grande desafio à capacidade de reacção institucional. Da eficácia da resposta que lhe for possível dar, se encarregarão os balanços estatísticos que nos chegarão no próximo ano de 1995.

Como nota prévia e explicativa do mapa de drogas apreendidas que segue em anexo, deve dizer-se que o facto de *software* referir milhares de quilos condiciona as barras relativas às apreensões, uma vez que um quadro comparativo entre 48 000 kg de haxixe e 166 kg de cocaína tem como resultado visual a disparidade expressa no gráfico acima referido. Pensamos, no entanto, que, se este material se destina a posterior tratamento tipográfico, pode e deve ser tratado de diferente forma visual.

Relativamente ao gráfico «Drogas apreendidas», constatamos que o ano de 1993 foi um ano particularmente importante no aspecto do combate ao tráfico, quer interno, quer internacional, uma vez que permitiu a apreensão de 48 t de haxixe. Todavia, no que concerne ao combate ao tráfico internacional da cocaína, resulta um certo decréscimo, justificado pelo facto de, em 1992, uma só operação de investigação ter permitido a apreensão de 1800 kg de cocaína.

Ainda no que concerne à cocaína, mas na área do tráfico interno, pensamos que o ano de 1993 foi mais importante que o ano de 1992, uma vez que no ano de 1992, subtraídos que sejam os referidos 1800 kg, a operacionalidade da Polícia se quedou por 86 kg, contra 166 kg do ano transacto.

Outro aspecto importante na área do combate ao tráfico interno prende-se com as quantidades de heroína apreendidas no ano de 1993, estimadas em mais de 33 kg que no ano de 1992.

No tocante ao gráfico «Intervenientes», a actividade da Polícia Judiciária direccionou-se no sentido do desmantelamento de redes, o que originou que até Novembro de 1993 se tenham detido mais 347 traficantes que no ano anterior.

Em conclusão, pensamos que a actividade policial no ano de 1993 se paginou pela compreensão de que o combate à droga se bipolariza na área do tráfico interno e na área do tráfico internacional, sendo certo que não podemos esquecer que, de acordo com os dados disponíveis do Ministério da Saúde (Taipas), um dos principais problemas para a saúde pública é, presentemente, o consumo de heroína.

Apreciação da criminalidade participada à Polícia Judiciária no 2.º semestre de 1993

I — Na generalidade

1 — A criminalidade participada à Polícia Judiciária no 2.º semestre de 1993, comparativamente com a registada no 1.º, revela, como normalmente sucede dos primeiros para os segundos seis meses do ano, uma certa diminuição (— 4,6 %). Este decréscimo é praticamente igual à média geral encontrada nos últimos 10 anos, que se cifra em — 5,2 %.

2 — O menor número de entradas ocorreu em todas as categorias de crimes, com excepção da dos crimes contra valores e interesses da vida em sociedade. Assim, detectaram-se as seguintes variações:

- Crimes contra as pessoas, — 3 %;
- Crimes contra val. int. vid. soc., + 13,6 %;
- Crimes contra o património, — 7,5 %;
- Crimes contra o Estado, — 4,6 %.

2.1 — Relativamente aos crimes contra as pessoas, este comportamento é consentâneo com o que tem sido encontrado ininterruptamente nos últimos 10 anos, cuja média de decréscimo é de 6,2 %.

2.1.1 — Porém, há que salientar que estes crimes apresentam uma alteração não tanto em termos quantitativos, mas qualitativos: aumento dos crimes violentos, homicídio doloso e ofensas corporais graves, acompanhado de diminuição nas ofensas corporais simples.

2.2 — De igual modo é concordante a variação revelada pelos crimes contra valores e interesses da vida em sociedade, que aumentam quase que invariavelmente dos 1.ºs para os 2.ºs semestres (nos últimos 10 anos a única excepção teve lugar em 1991), se bem que nos seis meses em apreço a sua elevação haja ficado um pouco aquém da média verificada desde 1983, que é de cerca de 18 %.

2.3 — Também os crimes contra o património têm manifestado prioritariamente tendência para a diminuição nos 2.ºs semestres.

2.4 — Finalmente, os crimes contra o Estado não fugiram à regra e observaram o que era de esperar que sucedesse com eles num 2.º semestre: baixaram (— 11,4 %) relativamente aos seis meses anteriores. Tal baixa, contudo, é praticamente metade da encontrada desde 1983, que atinge a casa dos 20 %.

II — Apreciação na especialidade

1 — Crimes contra as pessoas

1.1 — Conforme tivemos ocasião de referir supra, apresentou o homicídio doloso, no período de tempo sobre o qual nos debruçamos, algum acréscimo (maior até do consumado): + 5,3 %. Esta elevação é tanto mais significativa quanto é certo que desde 1983 sempre os homicídios diminuíram do 1.º semestre para o 2.º.

1.2 — Importante é também, e como de igual modo já se explanou, o aumento do número de ofensas corporais graves: + 18,1 %.

1.3 — Chamada de atenção ainda para o crime de ameaças, com acentuada tendência para a elevação (mais um terço que no semestre anterior) e para a acentuada descida no número de entradas de queixas por abuso de liberdade de imprensa (— 40,4 %).

2 — Crimes contra valores e interesses da vida em sociedade

2.1 — Como é sabido, são estes os crimes que mais aumentam nos 2.^{os} semestres, devido ao maior número de processos entrados no âmbito do fogo posto.

2.1.1 — No presente semestre o número de fogos postos florestais foi ligeiramente superior ao que havia sido encontrado no segundo semestre do ano passado (+ 6 %).

2.1.2 — Curioso é observar que os crimes de fogo posto urbano diminuíram (— 4,7 %), sendo esta a segunda vez que registaram diminuição de um 1.^o semestre para um 2.^o nos últimos 10 anos (a outra foi em 1990).

2.2 — Relevante é o aumento registado no tráfico e viciação de veículos, que em relação ao 1.^o semestre sobe 23,5 %, quando a análise dos números dos últimos 10 anos nos demonstra que a sua tendência é sempre para diminuir dos primeiros seis meses do ano para os últimos, numa média de — 16,5 %.

2.3 — Também a moeda falsa se elevou (+ 10,4 %), confirmando de novo a ascensão que paulatinamente se tem vindo a encontrar.

2.4 — No que ao tráfico de estupefacientes respeita, o mesmo manteve-se estável: o número de processos do 1.^o semestre foi excedido unicamente em nove.

2.5 — Os crimes de viciação de cheques e de vales também se mantiveram na linha de declínio em que se colocaram sempre, com — 16,7 % e — 32,3 %, respectivamente.

2.6 — Grande aumento encontramos nos crimes contra a vida e a liberdade das pessoas + 466,7 % (embora, como é evidente, esta percentagem traduza números bastante baixos: 3 no 1.^o semestre e 17 no 2.^o).

2.7 — Na mesma direcção do aumento se colocaram os crimes de omissão de assistência à família, com + 84,6 % (correspondentes a um acréscimo de mais 11 denúncias). Esta elevação corresponde, por certo, em nossa opinião, não a um aumento real do número de ocorrências, mas a uma diminuição da cifra negra.

2.8 — No âmbito do terrorismo não se verificou qualquer alteração percentual no período de tempo em análise: nos dois semestres tivemos três casos em cada um.

2.9 — Finalmente referência ao número das violações, que também se manteve estável, com apenas mais um processo.

3 — Crimes contra o património

3.1 — Conforme se disse e era de esperar, os crimes contra o património deram-nos uma descida neste semestre.

3.2 — A totalidade do número de furtos participados à Polícia Judiciária diminui 3,8 %, se bem que nem todos os tipos de furto tenham revelado idêntico comportamento.

3.2.1 — De facto, os furtos em residência elevaram-se + 8,2 %, em oposição à tendência de diminuição dos 1.^{os} para os 2.^{os} semestres, que tem lugar ininterruptamente desde 1990, numa percentagem média de — 10,7 %.

3.2.2 — Também os furtos de veículos aumentaram 7 % relativamente ao semestre anterior, ao contrário do que aconteceu com o furto em veículos, que diminui 17 % (se bem que, relembra-se, este continua a ser o crime mais participado).

3.3 — Pode considerar-se significativa a diminuição que se deu nos furtos em locais não residenciais (— 12,9 %).

3.4 — No que concerne aos roubos, eles apresentaram uma diminuição de 2,3 %. De salientar que não ocorria uma diminuição de um semestre para o outro desde 1985.

3.4.1 — Por tipos de roubos, verifica-se, no entanto, aumento no esticão (+ 11,9 %).

3.4.2 — Alusão ainda, no âmbito dos roubos, aos que ocorreram em postos de abastecimento de combustível, que baixaram 43 % (que traduzem uma diferença de 100 entradas para 57).

3.5 — A totalidade dos assaltos detectada neste 2.^o semestre revela uma acentuadíssima diminuição (— 64,8 %), que se manifestou um pouco por todos os tipos de assaltos.

3.6 — Pelo contrário, a globalidade das burlas participadas aumentou (9 %). Este crime vinha sistematicamente a descer do 1.^o para o 2.^o semestre desde 1983.

3.6.1 — Curioso, contudo, é chamar a atenção para o facto de o aumento acima referido se haver restringido às burlas não especialmente qualificadas, porquanto nas demais, como por exemplo as superiores a 300 contos, encontramos diminuição (— 11,4 %).

3.6.2 — As burlas com fraude bancária elevaram-se 50 %, se bem que esta percentagem não traduza mais que um acréscimo de quatro processos.

3.7 — Importante foi também o comportamento dos cheques sem provisão, que equivale, em nossa opinião, à sua adaptação à nova legislação, após um período de grande alteração que se seguiu à entrada em vigor do novo regime. É que este tipo de crime apresentou em ambos os semestres quase que o mesmo número (apenas menos três neste 2.^o semestre).

3.8 — Estabilidade também para os desvios de subsídios (a diferença das entradas cifrou-se tão-somente em mais um processo).

3.9 — Pelo contrário, as fraudes contra o Estado revelaram um acréscimo de modo algum negligenciável (+ 84,6 %, que equivale a mais entradas).

4 — Crimes contra o Estado

4.1 — Mais uma vez, e como supra se afirmou, estes crimes decresceram. Tal decréscimo manifestou-se um pouco por todos eles, tendo a diminuição da corrupção sido de 8,1 %.

4.2 — O único crime que aumentou foi o de coacção de ou ofensa a funcionário (+ 233,3 %, que, contudo, mais não traduzem que uma passagem de 6 para 20 entradas).

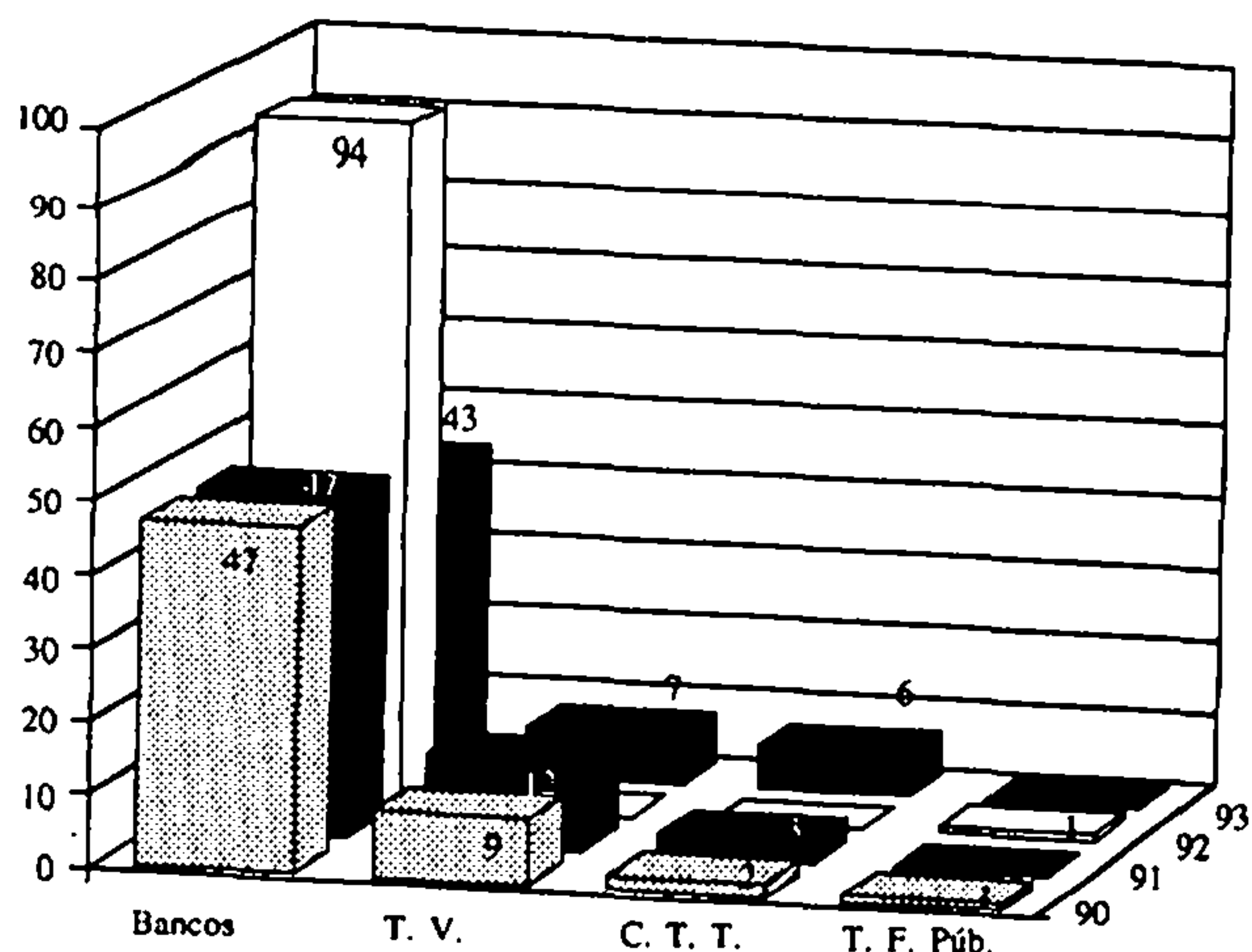
Número global de roubos

Ano	Bancos		Correios		Tesourarias da Fazenda Pública		Transportes de valores		Total	Desníveis (percentagem)
	Consum.	Tent.	Consum.	Tent.	Consum.	Tent.	Consum.	Tent.		
1988.....	6	1	2	0	0	0	2	0	11	
1989.....	11	4	11	0	2	0	3	0	31	+ 182
1990.....	44	3	2	0	0	0	9	0	58	+ 87
1991.....	45	2	3	0	0	0	9	3	62	+ 7
1992.....	87	7	0	0	1	0	0	0	95	+ 53
1993.....	41	2	6	0	0	0	7	0	56	- 41
Total.....	234	19	24	0	3	0	30	3	313	

A aproximação numérica dos assaltos de 1993 com os de 1990 suscita-nos a ideia de estarmos no início de um novo ciclo, que a partir daquele ano cresceu até aos 95 assaltos em 1992.

A média de assaltos durante o corrente ano é muito próxima da média global de 52 assaltos para os 313 praticados nos últimos seis anos.

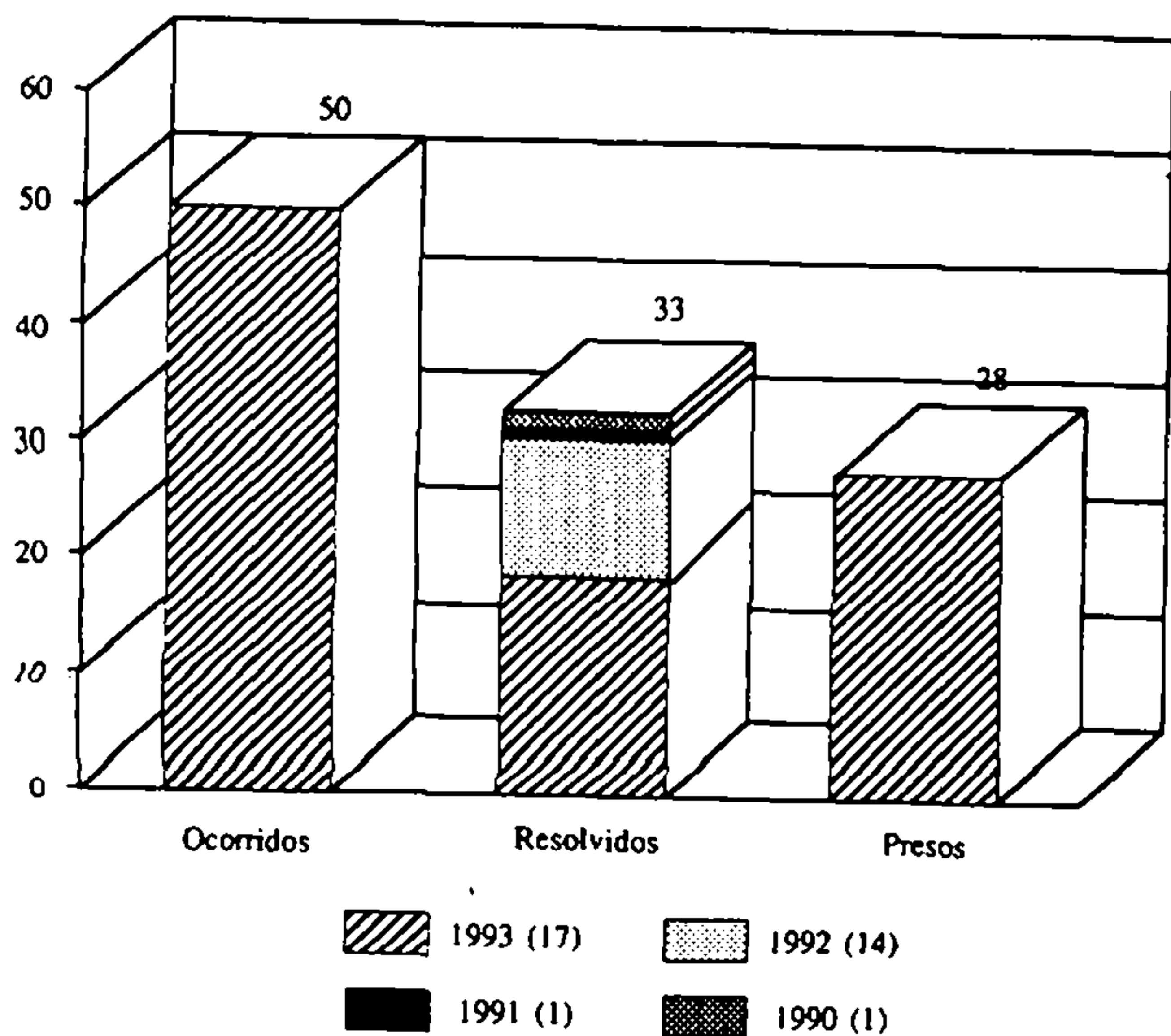
Número de roubos
(1990 a 1993)



Como complemento do quadro anterior, a visualização gráfica dos últimos quatro anos permite-nos uma percepção rápida da desproporcionalidade do número e tipo de assaltos.

De realçar as ausências de assaltos a tesourarias da Fazenda Pública, em 1991 e 1993, a transportes de valores (T. V.) e Correios (CTT) em 1992.

Resultados em 1993
(I. C. e T. V.)



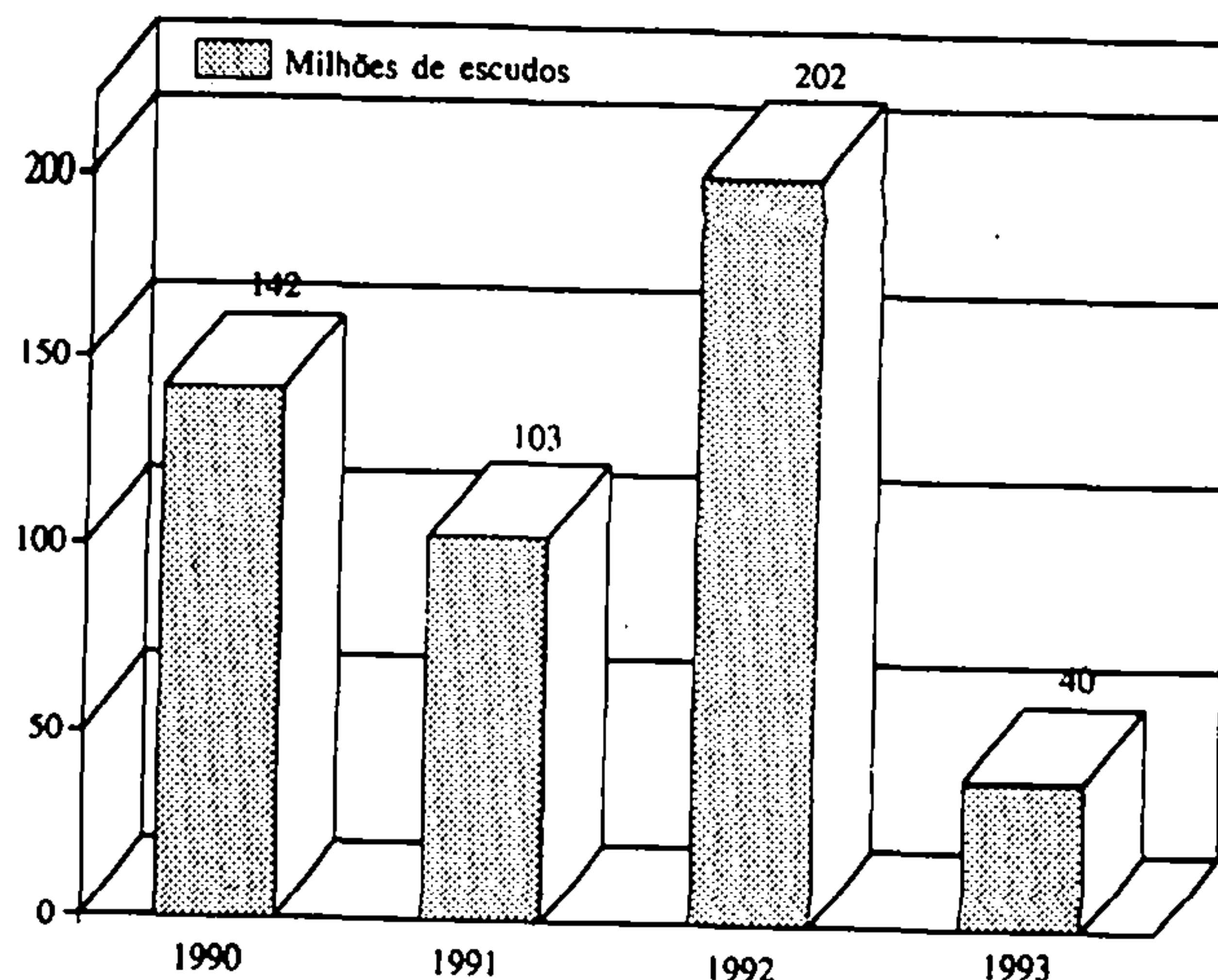
Aos 33 casos resolvidos correspondem 66 %, percentagem de êxito que vale não só por si mas também pelo investimento efectuado em anos anteriores.

Estamos crentes de que o investimento já efectuado no corrente ano virá a produzir óptimos resultados em 1994.

O «investimento» a que nos referimos diz respeito aos grupos de assaltantes que em 1992 foram desmantelados por esta DCCB.

Qualquer um destes grupos era constituído por indivíduos com «sólida» formação criminal, pelo que se encontravam muito bem estruturados quer a nível hierárquico, quer funcional, permitindo-lhes consumir um grande número de assaltos e roubar elevados montantes.

Montantes roubados a bancos



É entre os anos de 1990, 1991 e 1993, respectivamente com 44, 45 e 41 assaltos consumados a bancos, que importa interpretar o favorável desnível de 40 000 contos roubados em 1993.

Este facto pode resultar de dois factores:

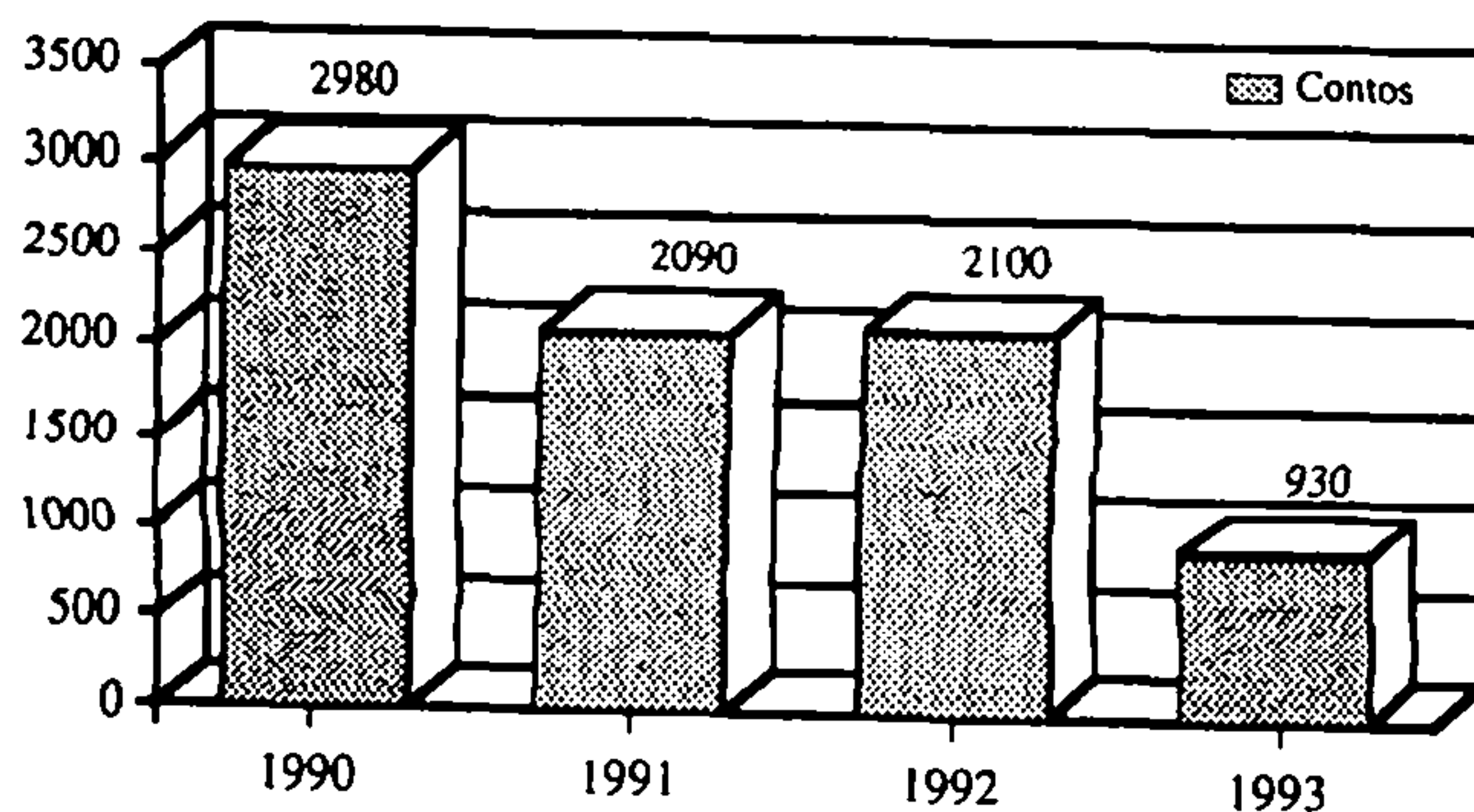
1.º Predominância actual de pequenos grupos de assaltantes (maioria constituída por dois assaltantes) menos organizados, e logo menos eficazes na obtenção de grandes quantias, após o desmantelamento de vários grupos bem organizados no ano transacto — um total de mais de 50 elementos.

É de notar que, de um total de 50 assaltos ocorridos a I. C. e T. V., 15 deles foram praticados por grupos de dois assaltantes e 20 por solitários (8 deles já resolvidos).

No início deste ano, e a nível de grupos organizados, foram resolvidos 7 assaltos após a detenção do grupo que os praticou;

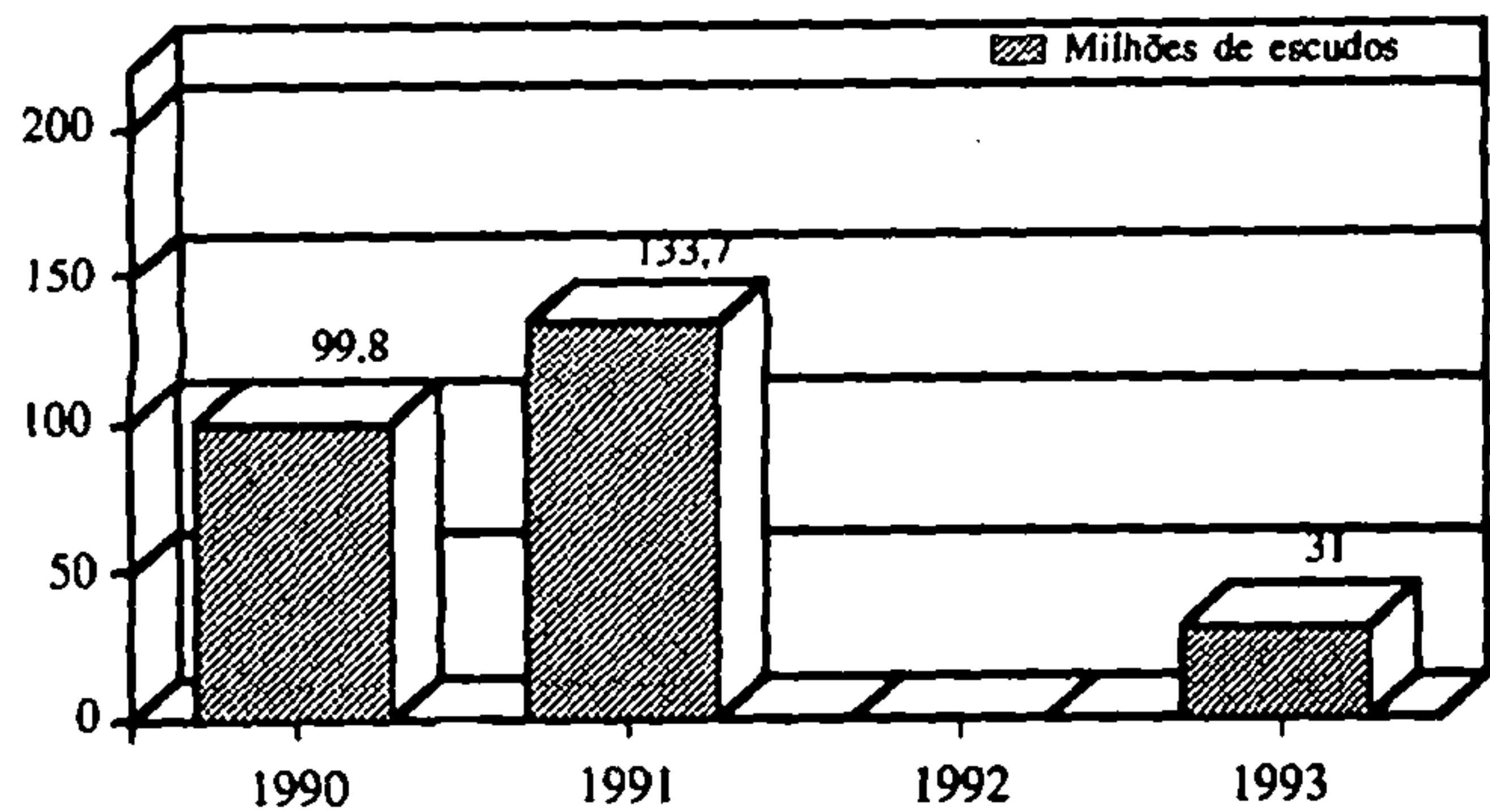
2.º Mais cuidado e eficiência dos bancos, que têm mantido em caixa montantes disponíveis mais reduzidos, o que tem sido desde há muito um pedido ou mesmo insistência da nossa parte.

Média por assalto a bancos



A razão da baixa da média por assalto em 1993 resulta eventualmente dos motivos apresentados na explicação do gráfico anterior.

Montantes roubados a T. V.

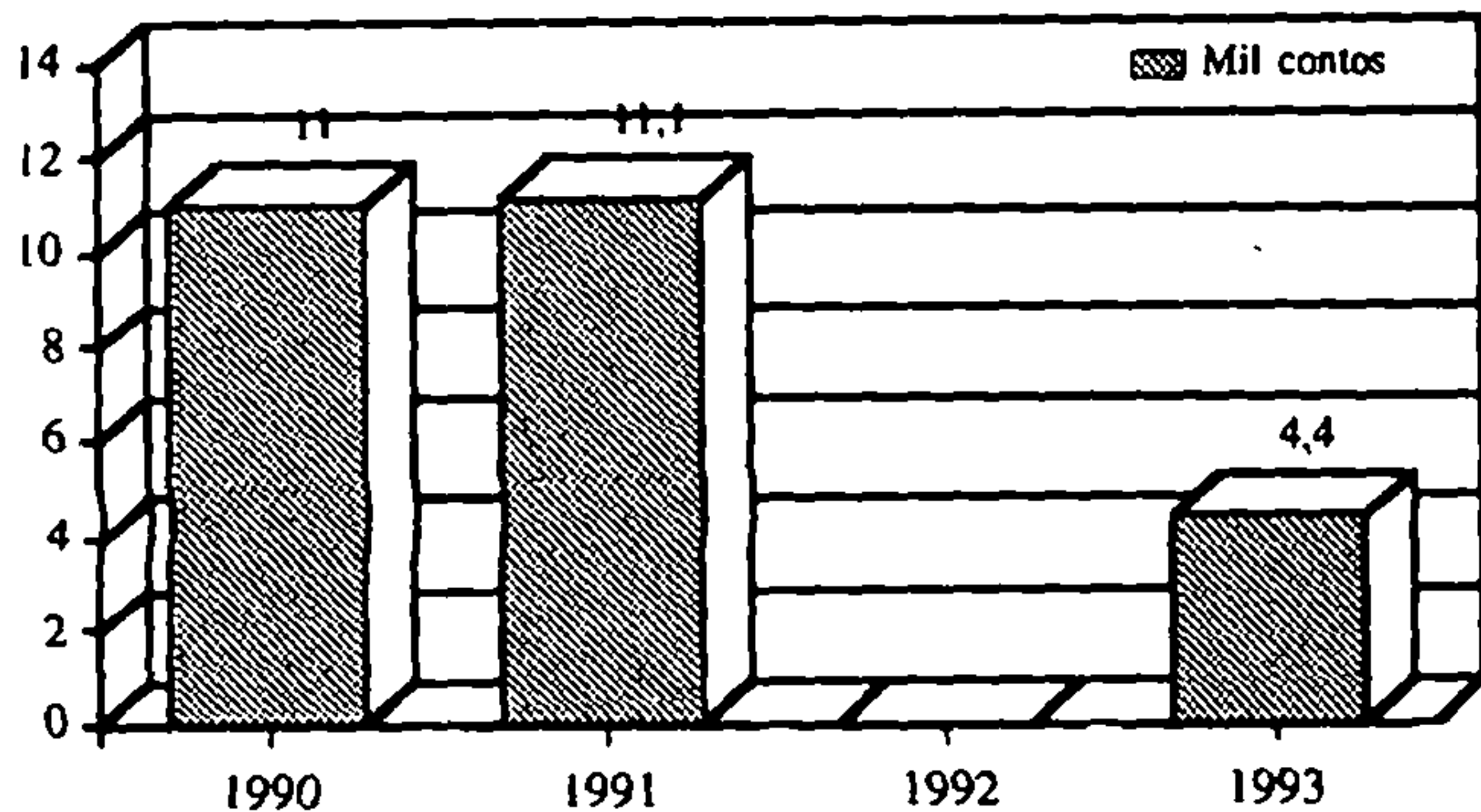


Nos três anos em que se verificaram assaltos a T. V., 1990, 1991 e 1993, consumaram-se, respectivamente, nove, nove e sete assaltos.

A diferença de dois assaltos não explica a queda de 31 000 contos.

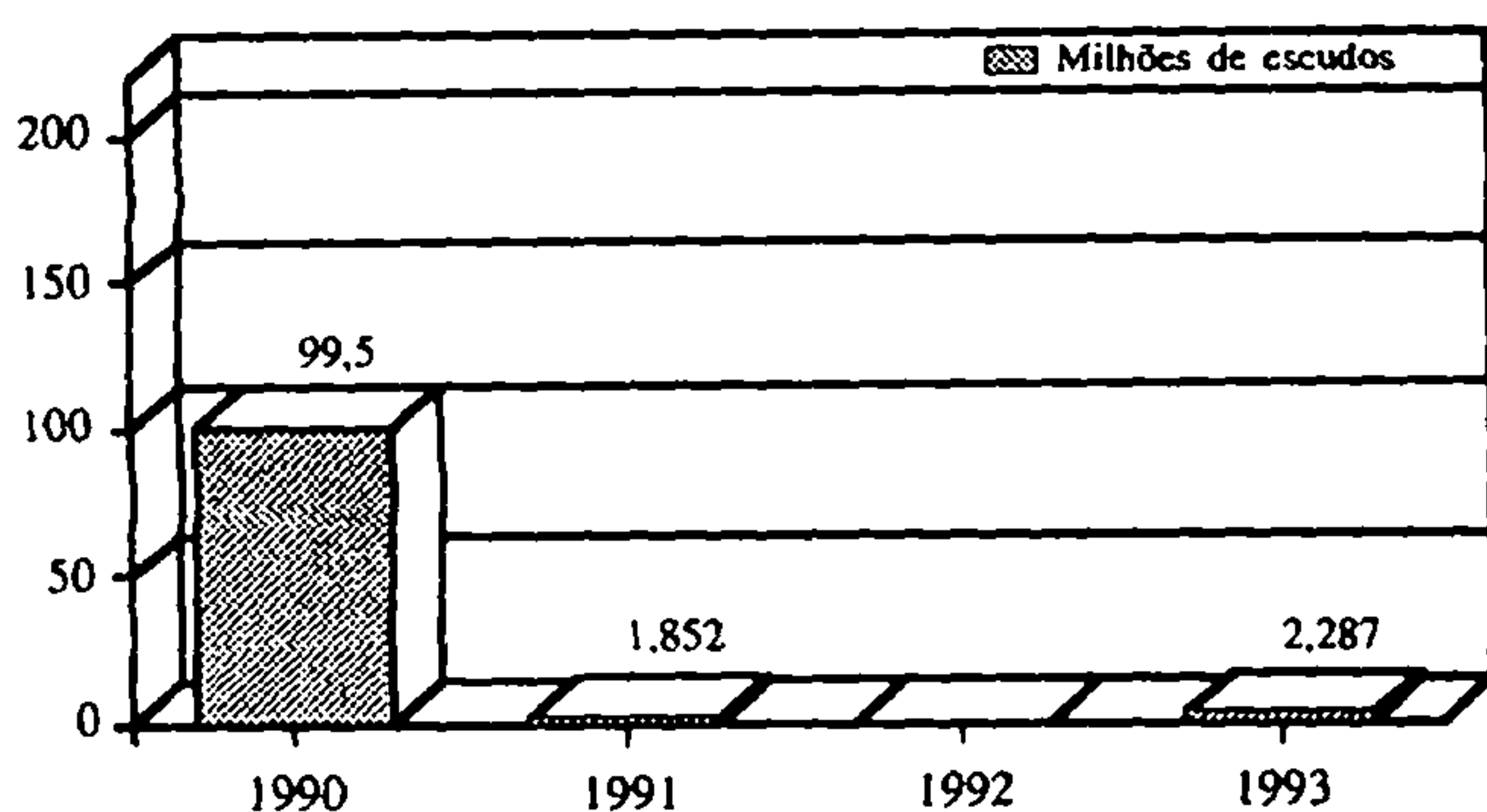
Em 1993, dos sete assaltos, cinco foram cometidos por dois indivíduos e os restantes por três. Tecnicamente, um assalto a T. V. exige um maior esforço e investimento na recolha da informação, por parte dos assaltantes. Isso nem sempre é conseguido em grupos pequenos e mal estruturados, razão pela qual se poderá encontrar explicação para aquele facto.

Média por assalto a T. V.



Deixamos dito para este gráfico as mesmas razões com que fundamentamos a baixa dos montantes roubados a T. V. em 1993.

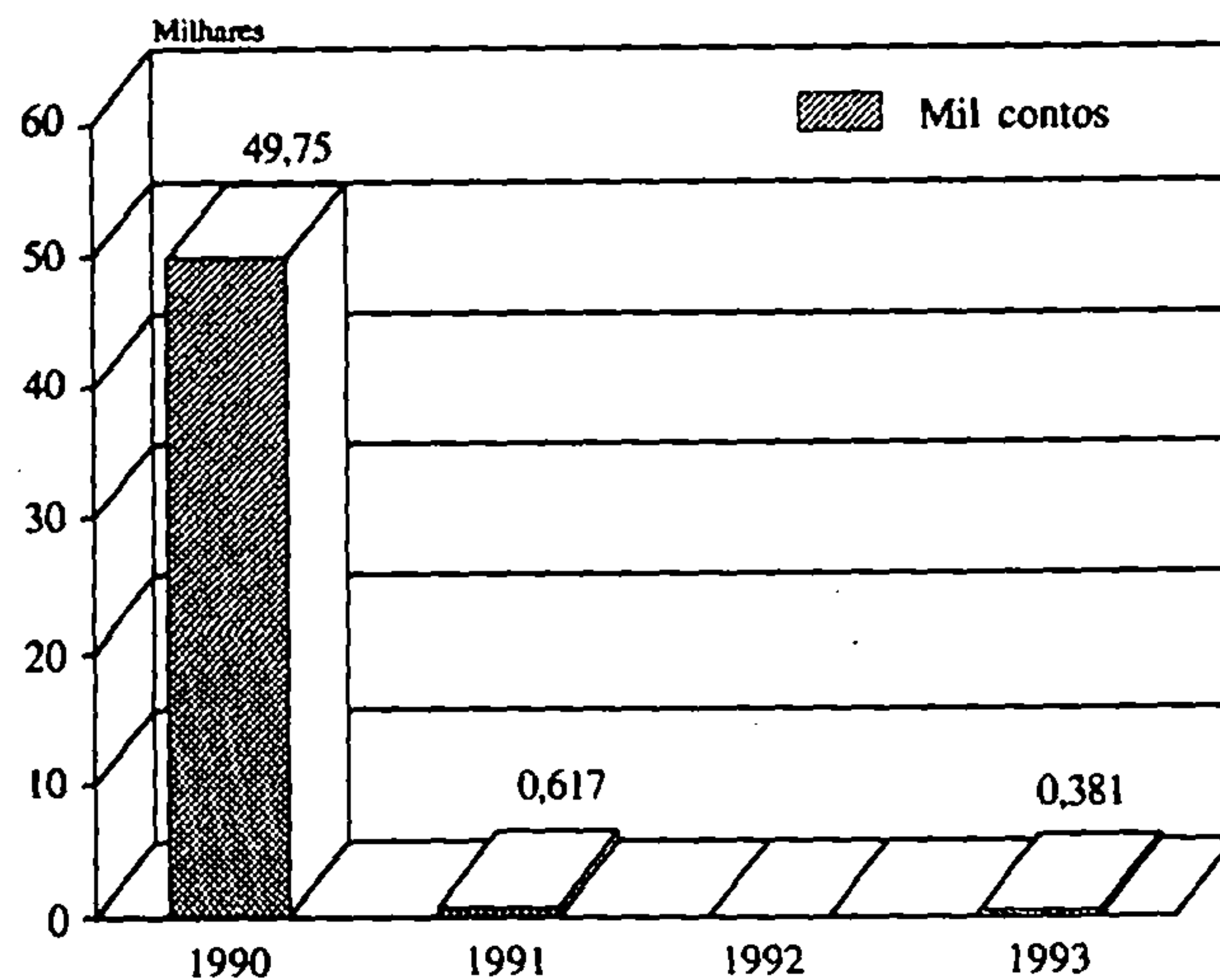
Montantes roubados aos CTT



Nos três anos em que se verificaram assaltos aos CTT, 1990, 1991 e 1993, consumaram-se, respectivamente, dois, três e seis assaltos.

O baixo número de assaltos ocorridos poderá ter como causa a ideia de que os Correios não são sinónimo de dinheiro e o número elevado de público que frequenta as estações durante todo o período de funcionamento, motivo pelo qual estes assaltos são praticados por um ou dois indivíduos e os montantes roubados baixos.

Média por assalto aos CTT



Deixamos dito para este gráfico as mesmas razões com que fundamentámos a baixa dos montantes roubados aos CTT em 1993, muito embora tenha existido em 1990 um caso especial, que, como tal, não tem influência nesta análise.

Conclusão

Assim, podemos concluir que no ano de 1993, no que diz respeito aos crimes em análise, conseguiu-se inverter a tendência de subida que se verificava, em grande parte ao que se julga, pelo desmantelamento de sete grupos organizados e que eram constituídos por mais de cinco dezenas de elementos.

Mais significativa foi a descida do montante roubado em assaltos a bancos de 202 000 contos no ano transacto para 40 000 neste ano.

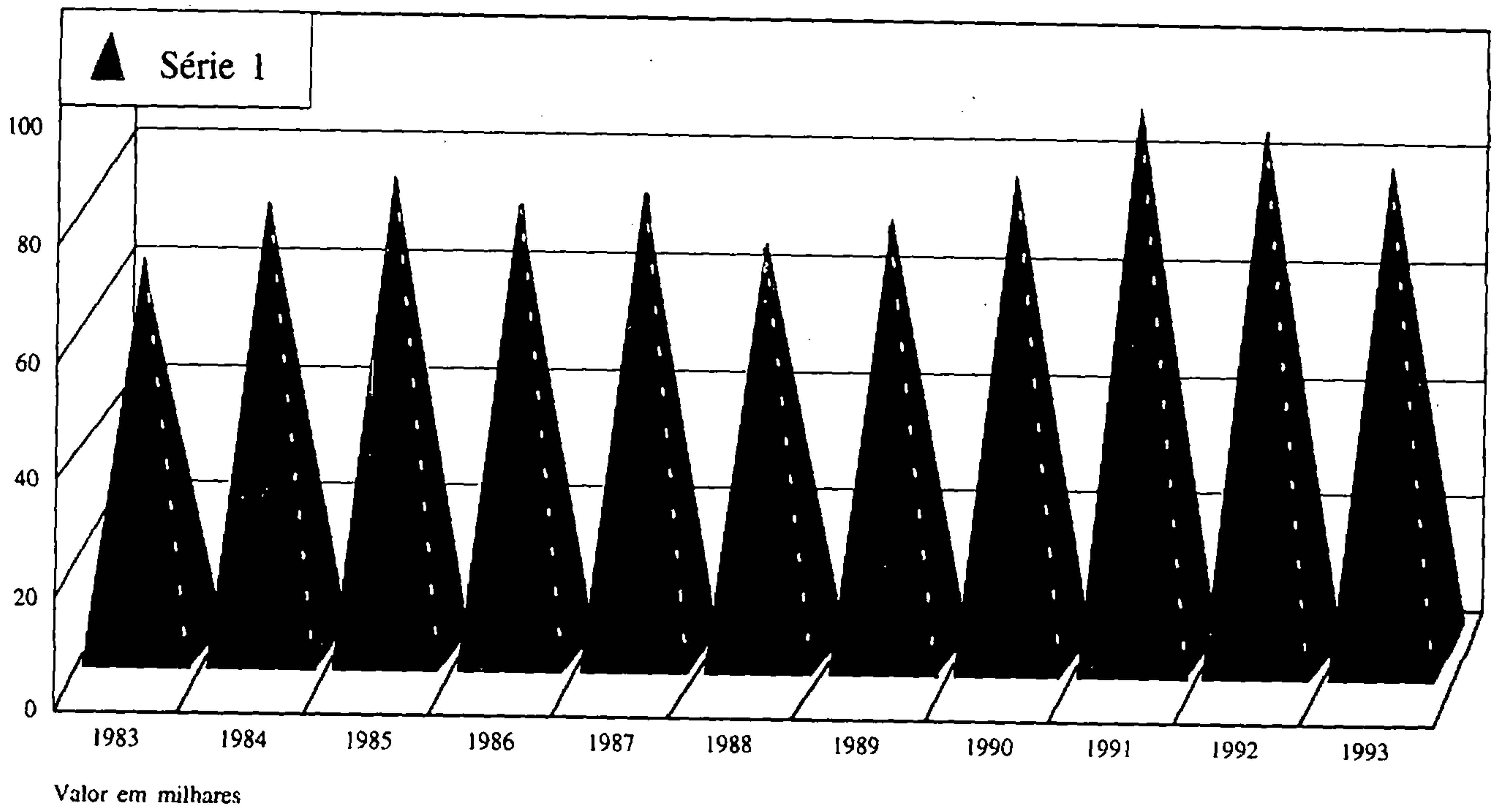
De assinalar ainda o reduzido número de assaltantes em actividade, pois que se tem verificado uma tendência predominante para grupos de dois indivíduos ou mesmo solitários.

Quanto a esta nova realidade, se, por um lado, se torna menos alarmante em termos sociais, não deixaremos de assinalar, por outro lado, a maior dificuldade que colocam às autoridades quanto à sua investigação.

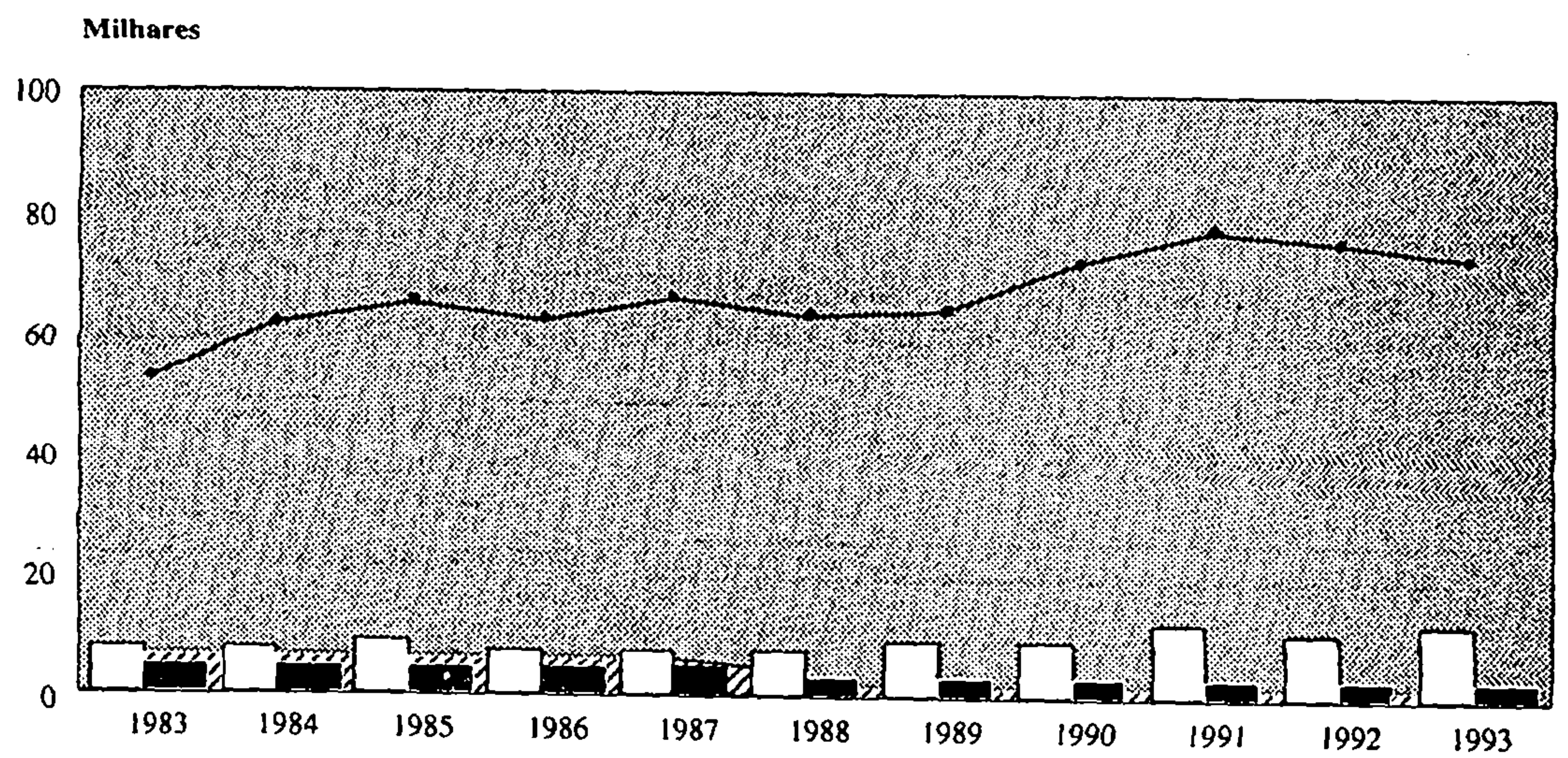
Na verdade, as suas motivações são talvez diferentes (droga, resolução de problemas imediatos de ordem social, etc.), a sua inconstância de actuação, a menor frequência do meio criminal e relacionamento com outros delinquentes, dificultando a actuação policial.

Evolução da criminalidade participada

Anos de 1983 a 1993



Categorias de crimes

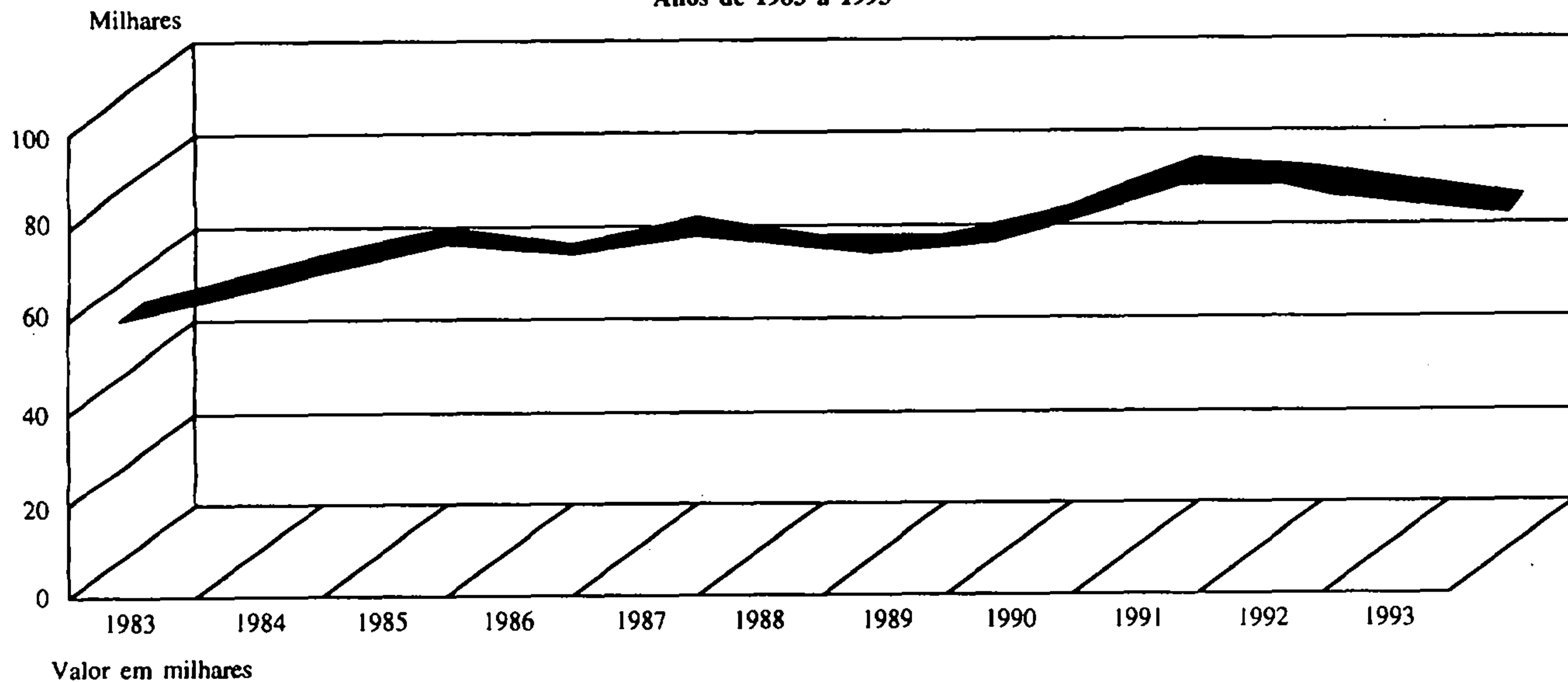


Estado	▨	6,455	5,829	5,86	5,618	5,050	1,45	1,593	1,49	1,095	1,009	1,164
Pessoas	■	3,116	3,37	3,312	3,02	2,864	2,309	2,369	2,308	2,252	2,133	2,395
Sociedade	□	7,155	7,69	8,693	7,18	6,875	7,094	8,663	9,002	12,5	11,75	12,77
Património	→	52,40	60,78	63,98	62,12	65,28	62,20	63,59	70,40	79,08	77,90	70,78

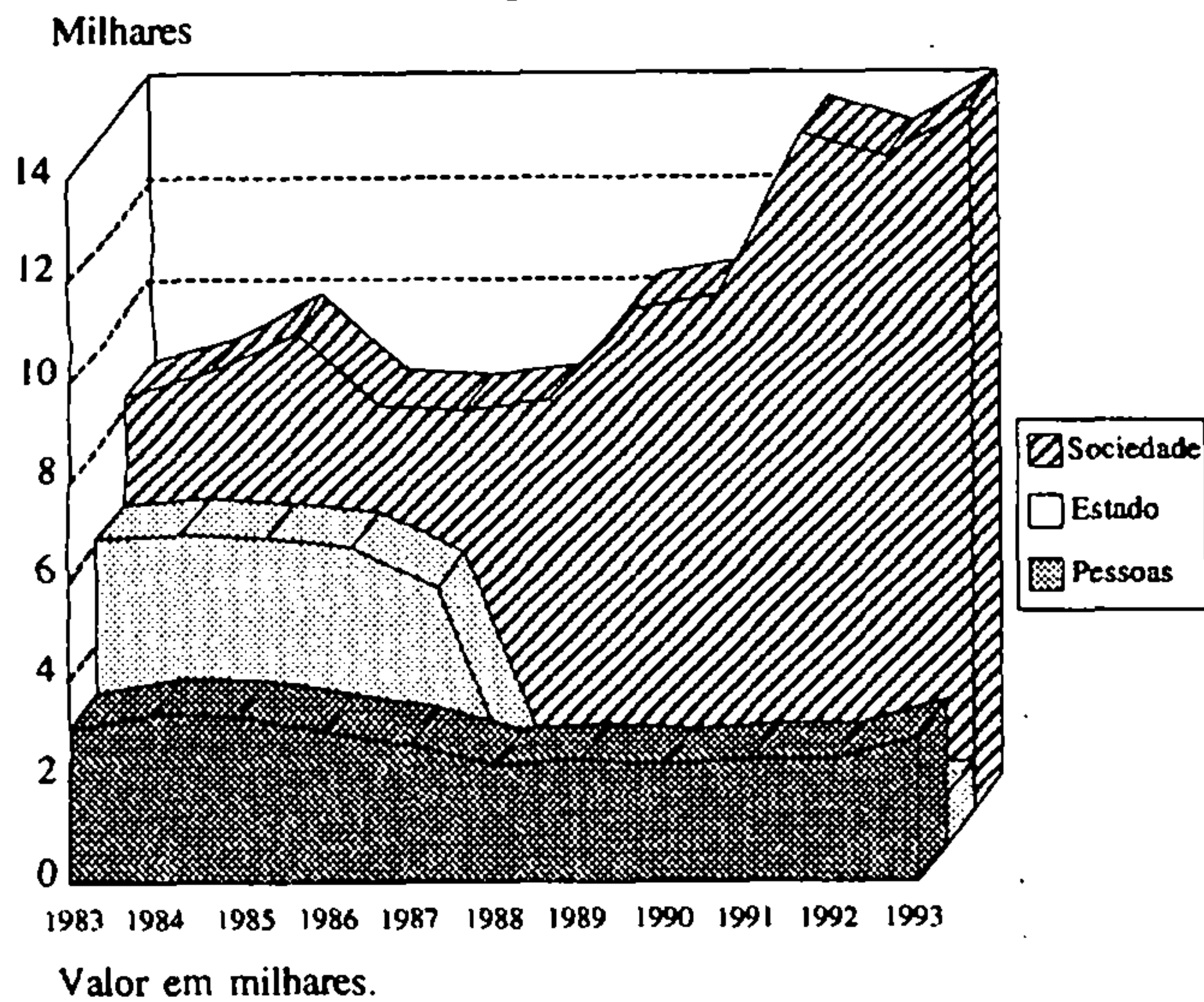
Valor em milhares

Crimes contra o património

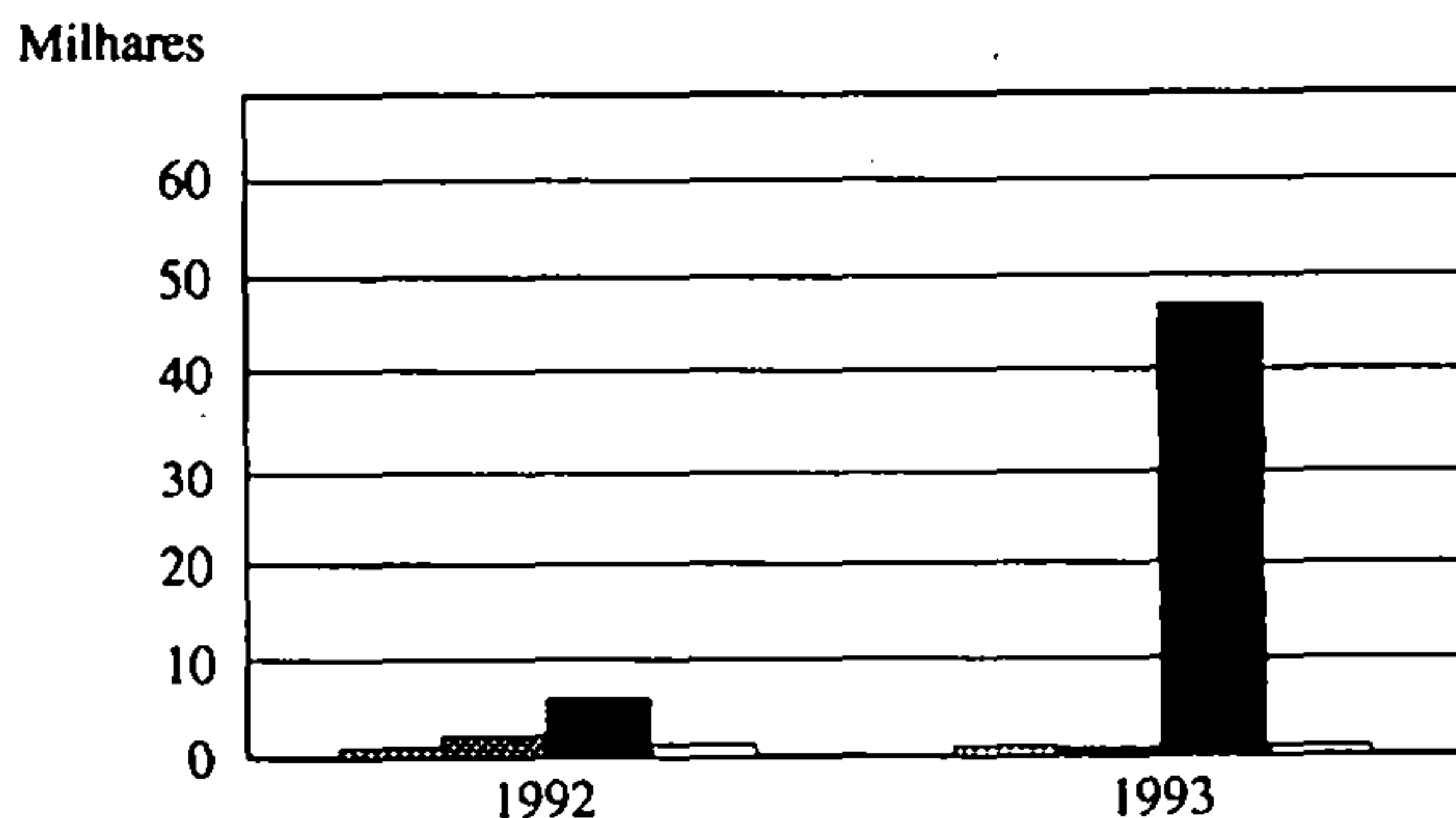
Anos de 1983 a 1993



Evolução da criminalidade participada
Categorias de crimes



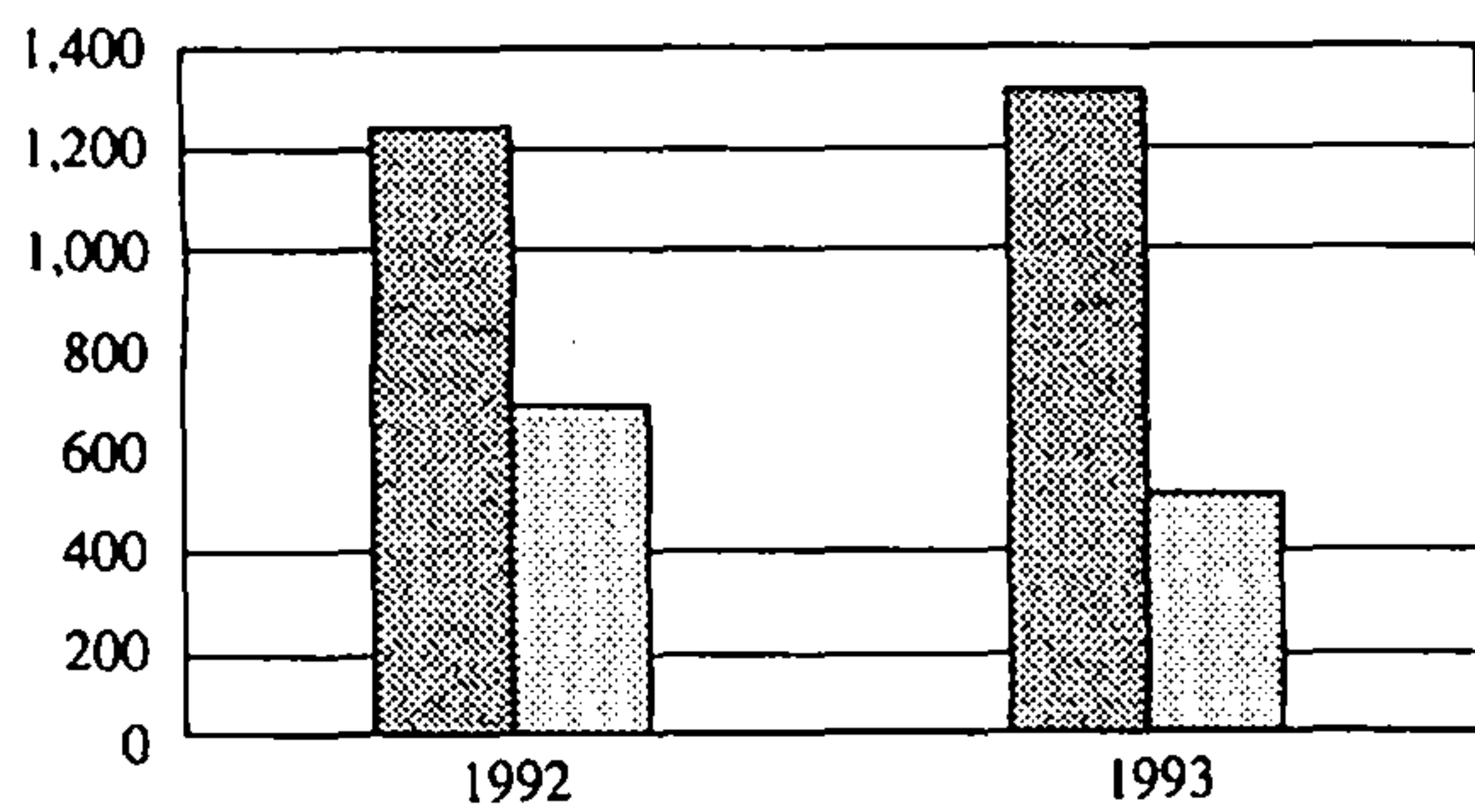
Drogas apreendidas
Anos de 1992 e 1993



	1992	1993
Heroína	0,053	0,086
Cocaína	1,886	0,166
Haxixe	6,335	48,147
Liamba	0,008	0,024

Valores em quilogramas.

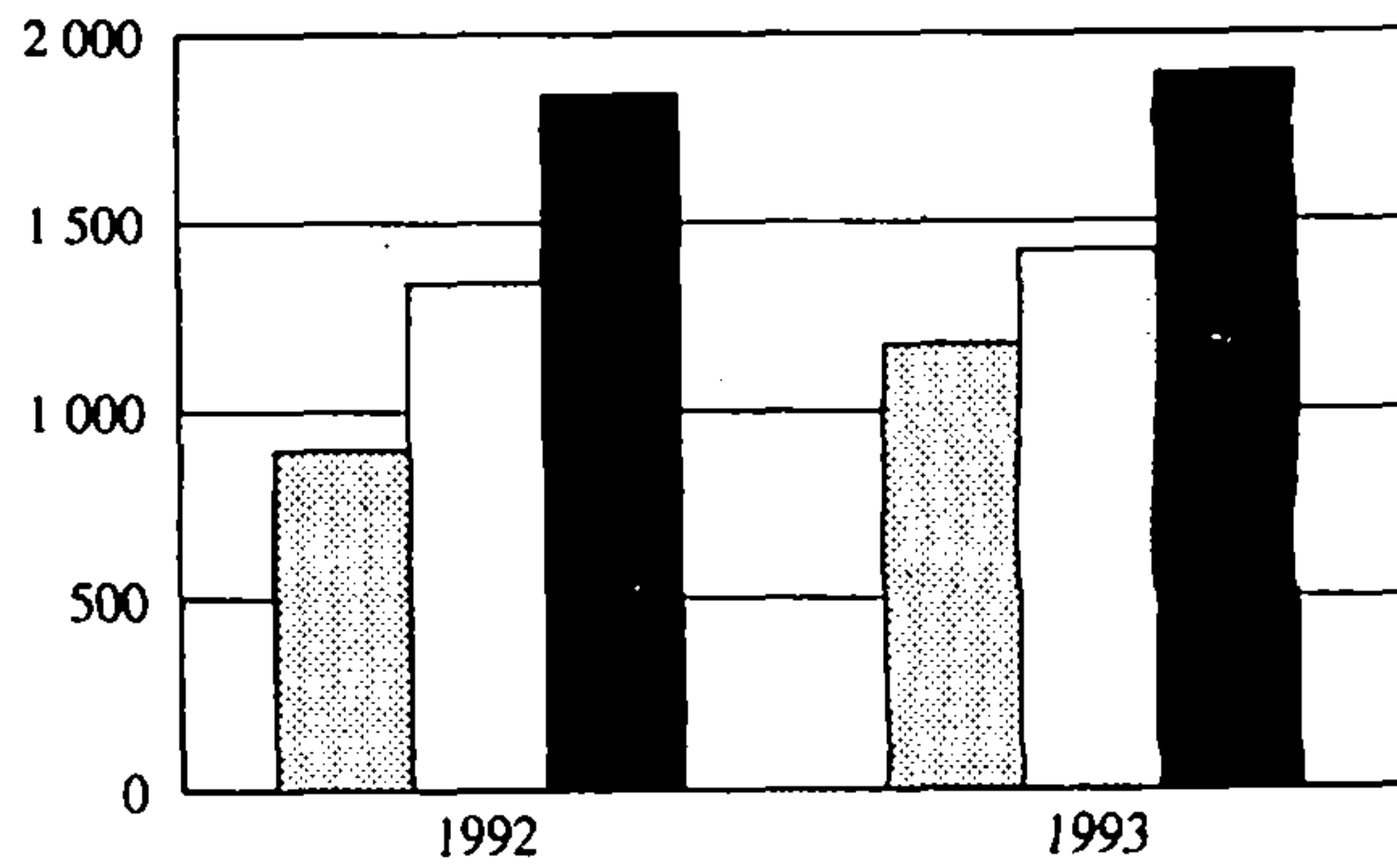
Processos crime
Anos de 1992 e 1993



	1992	1993
Tráfico	1,247	1,292
Consumo	714	506
Fals. rec.	2	8
Ass. farm.		1
Outros	6	4

Ocorrências relativas a droga.

Intervenientes
Anos de 1992 e 1993



	1992	1993
Traficantes	862	1,209
Traf/cons.	1,389	1,418
Consumidores	1,795	1,840

De Janeiro a Novembro.

5 — Sistema da Autoridade Marítima

1 — Situação geral

No âmbito da actividade de policiamento geral da área de intervenção da autoridade marítima, foram mantidos dispositivos preventivos que assegurassem a vigilância e protecção de pessoas e bens nas zonas mais sensíveis, designadamente nas áreas molhadas adjacentes a terminais de cargas perigosas, nos espaços da área portuária destinados à comercialização de pescado, nas praias de maior afluência de banhistas e nos principais fundeadouros.

Durante a época balnear foi mantido um dispositivo reforçado para efectuar o policiamento e assistência nas praias, dispositivo que foi ampliado a partir da 1.ª quinzena de Julho.

A sinistralidade marítima atingiu valores superiores aos verificados em 1992. Contudo, o número total de vítimas mortais foi menor. Também, no que se refere a banhistas, o número de acidentes mortais conheceu um aumento, na base do qual estão as mortes provocadas por ataque cardíaco, congestão e o não saber nadar.

No respeitante ao tráfico de droga é de salientar a realização da operação «Fundo limpo», que se saldou na recolha do fundo do mar de cerca de 21 t de haxixe, ao largo de Ponta Delgada.

Registou-se instabilidade no sector das pescas, traduzida por conflitos entre os vários intervenientes no processo de comercialização do pescado.

No respeitante a acidentes marítimos, assumiu realce o encalhe do navio *Ronjay-Tihi* na foz do Douro. Em resultado das acções tomadas foram trasfegadas cerca de 400 t de hidrocarbonetos e concluídas com sucesso as operações de desencalhe do navio, que foi rebocado para porto estrangeiro.

2 — Principais aspectos da actividade

Da apreciação comparativa dos indicadores representativos das condições da segurança interna relativos aos anos de 1992 e 1993, não se verificaram variações que possam constituir preocupação. No entanto, constituem motivo de apreensão os incidentes provocados por grupos organizados.

De entre os vários aspectos da actividade desenvolvida salientam-se as seguintes:

2.1 — Furtos e roubos

De salientar o decréscimo no número total de furtos em embarcações, a que não será alheia a acentuada vigilância em marinas e nos principais fundeadouros.

2.2 — Sinistros marítimos

Da análise dos elementos disponíveis constata-se o aumento da sinistralidade marítima, para a qual contribuíram principalmente os acidentes ocorridos com banhistas e com embarcações.

Apesar do aumento verificado em acidentes com embarcações, o número de vítimas mortais foi metade do valor de 1992.

No respeitante a acidentes mortais ocorridos com banhistas nas praias, adquirem relevância as mortes causadas por congestão, ataque cardíaco e o não saber nadar. O alheamento pelos cuidados básicos individuais e o desinteresse pelas recomendações repetidamente divulgadas estão na base dos acidentes verificados.

2.3 — Droga

No âmbito da acção do combate ao tráfico de droga, salienta-se a localização e recolha de 1400 kg de haxixe na zona da Fuseta e a operação «Fundo limpo» para pesquisa e recolha de 21 t de haxixe armazenadas em 108 barris que se encontravam no fundo do mar ao largo de Ponta Delgada.

Os resultados alcançados vêm confirmar a indispensabilidade de cooperação entre forças e serviços de segurança em matéria de troca de informação.

2.4 — Alterações da ordem pública e acções contra agentes de autoridade

Os incidentes ocorridos durante o ano de 1993 merecem crescente apreensão pelos sinais evidentes de violência a eles associados e por serem originados por grupos organizados, características não anteriormente verificadas.

Na área da Grande Lisboa, grupos constituídos por jovens, alguns de raça negra, formados normalmente em transportes colectivos, provocaram desacatos nas praias, complexos balneares e proximidades, designadamente na costa do Estoril e Caparica, onde praticaram actos de agressão, roubos e danos à propriedade alheia. Incidentes semelhantes ocorreram em Albufeira e praia da Rocha.

2.5 — Conflitos

Verificaram-se alguns conflitos entre a classe piscatória e os agentes de comercialização do pescado. O clima de conflitualidade gerado conduziu à ocorrência de distúrbios em Matosinhos, Peniche e Sesimbra, apesar dos mecanismos estabelecidos pela autoridade marítima, que, por vezes, contaram com o reforço de outras forças de segurança.

2.6 — Desenvolvimento de medidas propostas e linhas de orientação que se afiguram recomendáveis

Tomando em linha de conta a evolução dos factores dominantes relacionados com a segurança interna, afigura-se ser de salientar como recomendações de futuro as seguintes:

Aperfeiçoar os mecanismos de cooperação entre os vários serviços de segurança com vista a prevenir e contrariar acções de grupos organizados e dar continuidade às acções de contenção de grupos que durante a época balnear se formam normalmente em transportes colectivos;

Tornar mais eficaz a troca de informações e a cooperação entre as forças e serviços de segurança no respeitante ao tráfico de droga no âmbito marítimo;

Dinamizar os estudos com vista à instalação de uma rede de vigilância e controlo de tráfico marítimo ao largo das costas portuguesas.

Sistema da Autoridade Marítima
Registo da actividade de segurança interna
1993

Tipo de actividade	1992	Variação relativa a igual período - 1992	1993
1 — Furtos	450	— 34	416
a) De embarcações	37	+ 08	45
b) Em embarcações	173	— 19	154
c) Outros	240	— 23	217
2 — Roubos	08	+ 04	12
a) Com armas de fogo	-	-	-
b) Em bancos e estabelecimentos afins	01	— 01	0
c) Outros	07	+ 05	12
3 — Falsificação de documentos	05	— 01	04
4 — Delinquência juvenil	01	— 01	0
5 — Alteração à ordem pública	07	+ 02	09
6 — Engenhos explosivos	01	+ 04	05
7 — Actos de terrorismo	-	-	-
8 — Sinistros marítimos	164	+ 104	268
a) Acidentes c/embarcações	76	+ 37	113
1) Mortos	18	— 09	09
2) Desaparecidos	22	— 11	11
3) Feridos	10	+ 36	46
b) Acidentes com banhistas	43	+ 52	95
1) Mortos	40	+ 05	45
2) Desaparecidos	02	+ 06	08
c) Outros	45	+ 20	65
1) Mortos	04	+ 29	33
9 — Droga	02	0	02
a) Traficantes	02	+ 01	03
b) Consumidores	-	-	-
c) Tipo/quantidade	108 kg hax.	+ 22 322 kg	22 430 kg hax.
10 — Acções contra autoridades e agentes de autoridade	06	+ 03	09
11 — Conflitos	19	+ 02	21
a) Laborais/sindicais	14	— 10	04
b) Sociais	04	+ 05	09
c) Outros	01	+ 05	06
12 — Fogo posto	03	— 03	0
13 — Outros factos	05	+ 04	09

6 — Serviço de Informações de Segurança

Relatório anual de 1993

Introdução

Nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 225/85, de 4 de Julho, é missão do Serviço de Informações de Segurança a produção de informações destinadas a garantir a segurança interna e necessárias a prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

A segurança interna, conforme vem definida no n.º 1 do artigo 1.º da Lei n.º 20/87, consiste na actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a conflitualidade e contribuir para assegurar o normal

funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.

Este relatório visa traduzir as linhas dominantes daquelas componentes da segurança interna, no ano de 1993.

1 — Apreciação geral

Em 1993, tal como anteriormente, não se verificou qualquer ameaça à segurança interna, embora na zona da Grande Lisboa a actividade de alguns grupos de marginais tivesse criado uma percepção de acentuada insegurança, particularmente nas populações de algumas localidades. Por outro lado, verificaram-se várias ocorrências denotando uma certa intranquilidade social, mormente nos sectores da agricultura, pesca e caça, além da contestação que se verificou no domínio laboral, um pouco por todo o País.

2 — Terrorismo

A situação nacional foi caracterizada por uma ausência de acções terroristas, aliás na continuação do verificado nos anos anteriores.

O desenvolvimento dos processos judiciais em que eram ou são arguidos elementos das FP 25, alguns dos quais já com sentença proferida, tende a desencorajar não só o seu envolvimento em acções terroristas, como também acções propugnando a amnistia.

De facto, os elementos das FUP/FP 25, em liberdade ou em prisão, têm aguardado pacificamente o normal desenvolvimento daqueles processos e a repercussão pública da acção das associações e comissões de solidariedade e pró-amnistia vem sendo cada vez menor.

De uma maneira geral, os indícios apontam, em suma, para uma maior integração de tais indivíduos na sociedade, embora alguns não tenham feito essa opção, confirmando assim a previsão de que certo número deles enveredaria pela criminalidade, como forma de sobrevivência face à sua desadaptação social.

No que respeita ao terrorismo proveniente de grupos estrangeiros, não se verificou qualquer acção no nosso país e a movimentação de alguns dos seus elementos, oportunamente referenciados, foi acompanhada.

3 — Espionagem

A clarificação da situação política da Rússia foi um facto importante a considerar na avaliação da ameaça posta pelos seus serviços de informações. Essa clarificação traduziu-se numa desaceleração do processo democrático e no desmantelamento da economia colectivista, no final do ano, e na emergência de forças com concepções geopolíticas para as quais é fundamental a actividade daqueles serviços.

Por outro lado, as sucessivas reformas a que têm sido sujeitos os serviços de informações russos desde a extinção do KGB sempre mantiveram activa uma estrutura com a missão de recolha e tratamento de informações providas do exterior.

Verifica-se actualmente que o Serviço de Informações Externo (SVR) vem usando os contactos comerciais e, em especial, a constituição de *joint-ventures*, como cobertura preferencialmente utilizada para as actividades de recolha de informações no exterior. Além disso, tais associações facilitam operações ilícitas, nas quais é de destacar o branqueamento de capitais.

A Bulgária, Cuba e a Polónia assentaram a sua estratégia de recolha de informações nas áreas culturais e económicas. Apesar de a actuação da Líbia, do Iraque e do Irão ser hoje mínima e a vinda a Portugal de agentes culturais e económicos não ter significado, continua esta área a ser origem de uma potencial ameaça, enquanto o Irão é considerado por toda a Europa Ocidental como o principal gerador de instabilidade a partir do Médio Oriente. Já a OLP vem desenvolvendo actividade significativa, procurando apoios políticos e económico-financeiros.

A situação instável que se vive nos PALOP, associada ao retardamento no caminho para a democracia, torna as actividades dos grupos políticos muito difícil e muito extremada, dando origem a uma actividade intensa de agentes dos serviços de informações respectivos, em Portugal, nomeadamente entre as comunidades desses Estados.

4 — Ameaça ao Estado de direito constitucionalmente estabelecido

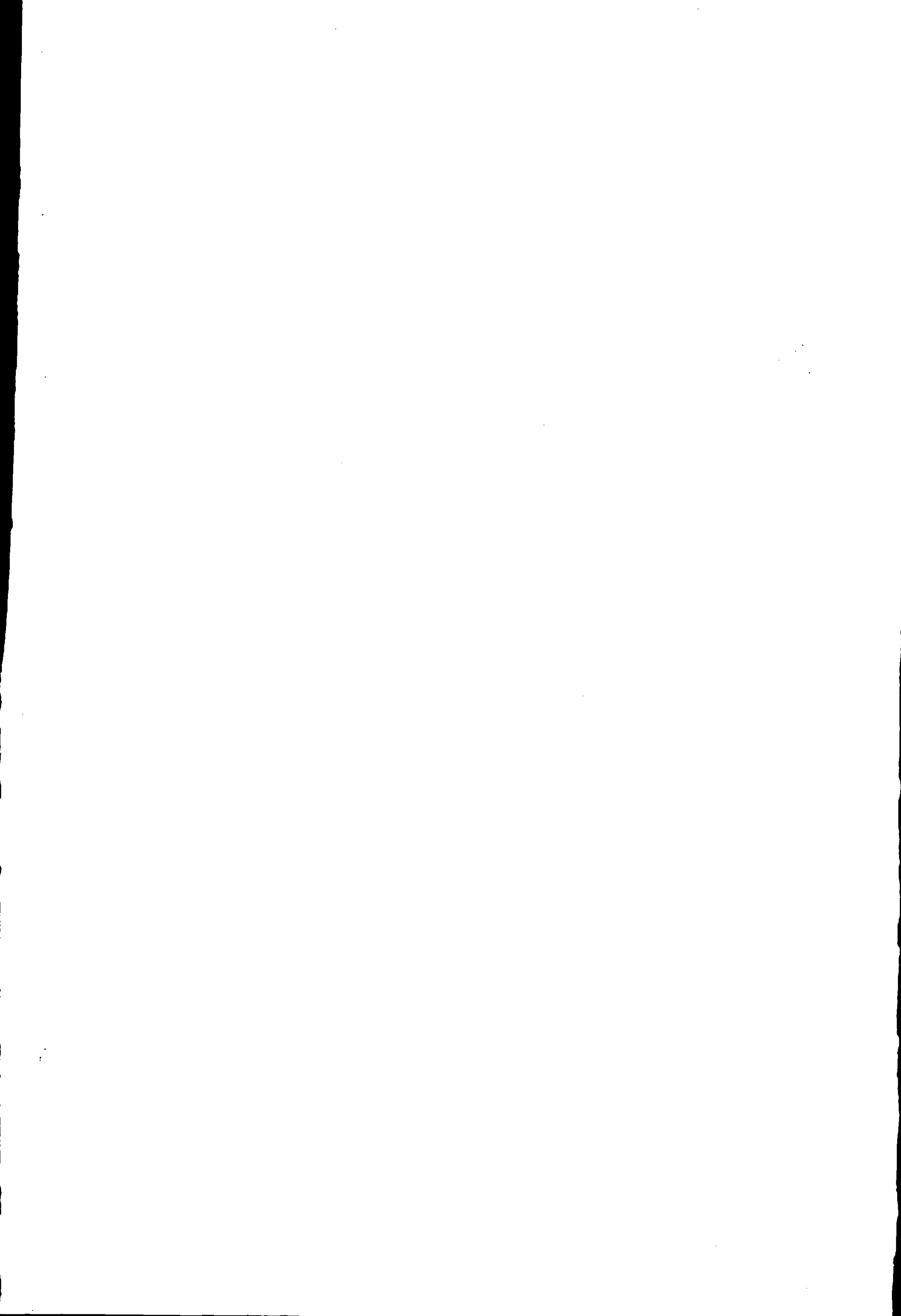
Não houve actividades com incidência que pudessem afectar directa ou indirectamente as instituições democráticas e o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

As manifestações estudantis, as movimentações sindicais e as acções públicas de tipo sectorial e corporativo inscreveram-se no âmbito da contestação social próprias das democracias ocidentais e não puseram em causa o Estado e as suas instituições. Algumas, aliás, foram de pequena representatividade e só conseguiram maior divulgação através do empolamento que lhe foi dado pela comunicação social.

Merece destaque, no entanto, a erupção, na zona da Grande Lisboa, de acções criminosas conduzidas, na sua grande maioria, por grupos de indivíduos de origem africana, que originaram uma percepção de grande insegurança em alguns segmentos da população, particularmente nas de algumas localidades mais afectadas por aquelas acções. Este facto reveste-se de uma gravidade acrescida, por um lado, por prejudicar a imagem da significativa comunidade dos PALOP, pacífica e laboriosa, e, por outro, por poder suscitar sentimentos de racismo e xenofobia nos segmentos da população que foram vítimas dos seus desacatos ou deles tiveram conhecimento.

As medidas que foram tomadas reduziram a dimensão deste fenómeno que, no entanto, continua a merecer atenção.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



 **DIÁRIO**
da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8819/85

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 7\$00+IVA.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO 735\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5-1092 Lisboa Codex